



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 175 - QUINTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 201ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 1.288/2008, de 29 do corrente, da Senadora Kátia Abreu, comunicando seu retorno às atividades parlamentares, a partir desta data. 42026

Nº 104/2008, de 29 do corrente, da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 42026

Nº 103/2008, de 29 do corrente, da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro nas Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Desenvolvimento Regional e Turismo. 42026

Nº 920/2008, de 28 do corrente, da Liderança do Bloco na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 42026

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Manifestação sobre a questão da liberação das emendas de parlamentares..... 42027

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Desmentido sobre notícia que atribui a S. Exa. o adiamento da apreciação do projeto de lei dos sacoleiros, que institui um tributo para que a categoria possa trabalhar regularmente. 42029

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.297, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor à escritora Carmen Novoa Silva, da Academia Amazonense de Letras*. 42030

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 27 de novembro do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia

Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher..... 42031

1.2.5 – Parecer

Nº 1.080, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que *estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como “Síndrome da Talidomida” e dá outras providências*. 42031

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente. 42034

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Homenagear a escritora Carmen Novoa. Desagravo ao Senador Osmar Dias, em relação ao projeto dos sacoleiros. Anúncio da apresentação de cinco emendas à Medida Provisória nº 443, de 2008. Registro da matéria intitulada “Para Pastore, crise força ajuste maior nas contas externas”, publicada no jornal **Valor Econômico**, de hoje..... 42035

SENADOR GERSON CAMATA – Sugestão à Mesa, no sentido de que se faça a experiência de manter a temperatura dos aparelhos de ar-condicionado da Casa em 22 graus e que seja permitido aos servidores e parlamentares do sexo masculino o uso de calça e camisa, ao invés de terno, em razão do clima de Brasília nesta época do ano. 42042

SENADORA KÁTIA ABREU – Reassunção no cargo de Senadora da República. Preocupação com a crise financeira que assola o mundo e suas consequências para as administrações municipais..... 42044

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Registro da realização, hoje, de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a questão dos aposentados..... 42048

SENADOR CÉSAR BORGES – Registro da participação de S. Exª nas comemorações dos 111 anos de emancipação do Município de Jequié, na Bahia. Relato sobre visita feita por S. Exa. ao projeto

de mineração de Santa Rita, localizado no Município baiano de Itagibá. Manifestação sobre a atual crise financeira mundial e suas conseqüências para o Brasil, especialmente na restrição do crédito. 42049

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Apelo no sentido da apreciação dos projetos de interesse dos aposentados, e anúncio de paralisação da mobilização em favor das referidas matérias.... 42051

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Considerações sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que institui o regime de tributação unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, o denominado “projeto dos sacoleiros”..... 42053

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da reunião com o Ministro da Previdência para tratar de projetos de interesses dos aposentados. Manifestação sobre a situação dos aposentados e pensionistas da Aerus. Sugestão ao Governo para que crie um comitê de crise e nomeie, para integrá-lo, especialistas credenciados do País, suprapartidarmente..... 42054

1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que *dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica*. 42057

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR NEUTO DE CONTO – Preocupação com a crise de credibilidade que afeta o País e o mundo. Registro da realização, hoje, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de audiência pública para discussão de assuntos de interesse dos produtores de frango e suínos. 42074

SENADOR ROMEU TUMA – Saudação à delegação presente na Casa, que veio discutir a questão do direito ambiental. Saudação à presença em Plenário, do Governador Sérgio Cabral e do Prefeito-eleito do Município do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. 42075

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos ao Governador Sérgio Cabral e ao Prefeito-eleito do Município do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Registro de debate na Comissão de Assuntos Sociais, sobre as proposições de interesse dos aposentados e pensionistas. Registro de debate com o Ministro Pimentel, sobre o fim do fator previdenciário..... 42077

SENADOR MÃO SANTA – Comentário sobre a matéria publicada no jornal **Valor Econômico**, intitulada “Para Pastore, crise força ajuste maior nas contas externas”. 42079

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Considerações sobre a atual crise financeira mundial e sua relação com o Brasil. 42083

1.2.10 – Pareceres

Nº 1.081, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de

Emenda à Constituição nº 23, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *altera os arts. 52 e 243 da Constituição Federal para dispor sobre aprovação pelo Senado Federal nas operações de compra e arrendamento nas terras rurais localizadas na Amazônia Legal, e dá outras providências*..... 42085

Nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/04, naquela Casa), de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *acrescenta parágrafo ao artigo 158 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”*..... 42093

Nº 1.083, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 201, de 2008 (764/2008, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP*. 42095

Nº 1.084, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 202, de 2008 (nº 751/2008, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP*..... 42097

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 397, de 2008, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009*. 42099

1.2.12 – Mensagem do Presidente da República,

Nº 208, de 2008 (nº 830/2008, na origem), informando que se ausentará do País no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 2008, em visitas oficiais ao exterior. 42103

1.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta

Parecer nº 1.083, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador João Tenório, sobre a Mensagem nº 201, de 2008 (nº 746/2008, na origem), *pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Aprovado.* (Votação Nominal e Secreta) 42105

Item extrapauta

Parecer nº 1.084, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Sér-

gio Guerra, sobre a Mensagem nº 202, de 2008 (nº 751/2008, na origem), *pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Aprovado.* (Votação Nominal e Secreta) 42109

**São as seguintes as matérias cuja apre-
ciação fica transferida para amanhã, dia 30,
quinta-feira:**

**Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta,
nos termos do § 6º do art. 62 da**

Constituição Federal)

Medida Provisória nº 435, de 2008, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências..... 42112

**Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta,
nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição
Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008, que altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre Produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008)..... 42112

**Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta,
nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição
Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras (proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008)... 42112

**Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta,
nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição
Federal)**

Medida Provisória nº 439, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga a Medida provisória nº 437, de 29 de julho de 2008..... 42112

**Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta,
nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição
Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)..... 42112

**Item 6 (Em regime de urgência, nos termos
do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído
em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Re-
gimento Interno)**

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de

cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003...... 42113

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*..... 42113

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.* 42113

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.* 42113

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.* 42114

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).* .. 42114

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. 42114

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 42114

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*..... 42114

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 42115

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.* 42115

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*..... 42115

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*..... 42115

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteira de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.* 42115

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 42115

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do*

advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)..... 42115

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 42116

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ... 42116

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 42116

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)..... 42116

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 42116

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 42116

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 42116

Item 29

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art.

126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B..... 42117

Item 30 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços..... 42117

Item 31 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 42117

Item 32 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 42117

Item 33

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 42117

Item 34 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 42117

Item 35

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer

afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito). 42118

Item 36

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. 42118

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ... 42118

Item 38

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 42118

Item 39

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica. 42118

Item 40

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa. 42118

Item 41

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 42119

Item 42

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que

o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. 42119

Item 43

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras. 42119

Item 44 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. 42119

Item 45

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão. 42119

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Alerta ao Governo Federal sobre o agravamento da crise agrícola por que passa o País, em especial, no Estado do Mato Grosso, e a ausência de recursos disponíveis para socorrer os produtores. 42120

1.3.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.171, de 2008, do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 42122

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Comemoração dos 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde. Registro de carta recebida por S. Exª, que solicita a luta em prol de maior qualificação e eficiência do SUS. 42122

1.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.298, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando licença para desempenho

de missão no exterior, no período de 20 a 26 de novembro de 2008. Aprovado. 42124

Nº 1.299, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, solicitando licença para desempenho de missão no exterior, no período de 7 a 15 de novembro de 2008. Aprovado. 42124

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento, dos Relatórios de Gestão Fiscal do Governo Federal (Mensagem nº 180/2008-CN – nº 738/2008, na origem); do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 41/2008-CN nº 1121-GP/TCU/2008 na origem); do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 33/2008-CN – nº PGR/GAB/1666/2008, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008; da Câmara dos Deputados (Ofício nº 34/2008-CN – nº GP 2249/2008, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008; do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 35/2008-CN – Mensagem nº 66/2008, na origem); do Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 36/2008-CN – nº 341/2008/TST/GDGSET/GP, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008; do Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 37/2008-CN – nº 6.005/2008, na origem); do Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 38/2008-CN – Ofício nº 687/GP-STJ/2008, na origem); e do Senado Federal (Ofício nº 39/2008-CN – Ato do Presidente do Senado Federal nº 27/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de setembro de 2007 a agosto de 2008. 42124

1.3.6 – Ofício

Nº 224/2008, de 29 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 443, de 2008. 42125

1.3.7 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 56, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que institui o Grupo de Trabalho Permanente de Avaliação de Livros Didáticos. 42125

1.3.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 56, de 2008, lido anteriormente. 42125

1.3.9 – Leitura requerimentos

Nº 1.300, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Izolina Gonzaga. 42125

Nº 1.301, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Márcia Santa Cruz. 42126

Nº 1.302, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Katsuhiko Nagai. 42126

1.3.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, para substituir a exigência de maioria de capital nacional às empresas constituídas sob leis brasileiras por outras que visem ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração em faixa de fronteira, e dá outras providências. 42126

Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para prever o crime de trote vexatório. 42130

1.3.11 – Leitura de requerimentos

Nº 1.303, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2008, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência. 42132

Nº 1.304, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2007– Complementar, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 42132

Nº 1.305, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial em homenagem à criação do Estado do Amapá através da promulgação da Constituição Federal de 1988. 42132

1.3.12 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências.... 42133

1.3.13 – Ofício

Nº 433/2008, de 29 do corrente, do Senador Romeu Tuma, referente à sua ausência durante as votações ocorridas na presente sessão. 42134

1.3.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “A blindagem de Romênio”, publicada na revista IstoÉ, edição de 17 de setembro último. 42135

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “‘Lista suja’ da AMB ignora 7 processo contra Marta”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, edição de 15 de agosto último. 42138

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a perspectiva de independência econômica de Roraima, com a inauguração de uma usina de produção de etanol em Bonfim, na fronteira com a Guiana. 42139

1.3.15 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária
amanhã, quinta-feira, dia 30, com Ordem do Dia
anteriormente designada..... 42139

1.4 – ENCERAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 29-10-2008

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 111, apresentadas à Medida Provisória nº 443, de 2008..... 42151

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.325, de 2008..... 42301

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 201ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gerson Camata e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos, e encerra-se às 19 horas e 10 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/10/2008 07:30:34 até 29/10/2008 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	X
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PDT; se possível, após o primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito. Conforme o Regimento, V. Ex^a falará depois do primeiro orador.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Camata, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o segundo inscrito e falará logo após o Presidente, que foi o primeiro que chegou e o primeiro que se inscreveu.

Antes de conceder a palavra a S. Ex^a o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que falará agora em decorrência de permuta feita com o Senador César Borges, a Mesa fará a leitura do expediente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO N° 1.288/2008—GSKAAB

Brasília, 29 de outubro de 2008

Exmo Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, gostaria de comunicá-lo, para as providências necessárias, que retorno, nesta data, às minhas atividades parlamentares nesta ilustre casa legislativa.

Certa de contar com sua atenção, agradeço.

Atenciosamente, _ Senadora **Katia Abreu**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. N° 104/108-GLDEM

Brasília, 29 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora KÁTIA ABREU para ocupar, como titular, a vaga deste Partido na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que vinha sendo ocupada pelo seu suplente Senador MARCO ANTÔNIO COSTA.

Cordialmente, _ Senador **José Agripino** Líder do Partido Democratas no Senado Federal.

OF. N° 103/08-GLDEM

Brasília, 29 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a providências no sentido de que a Senadora KÁTIA ABREU retorne às vagas deste Partido nas Comissões infra-mencionadas as quais vinham sendo ocupadas pelo seu suplente Senador MARCO ANTÔNIO COSTA:

- Comissão de Assuntos Econômicos (titular);
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (titular);
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (titular);
- Comissão de Assuntos Sociais (titular)
- Comissão de Educação, Cultura e Esporte (suplente)
- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (suplente)
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (suplente)

Cordialmente, _ Senador **José Agripino**, Líder do Partido Democratas no Senado Federal.

OF/GAB/I/N° 920

Brasília, 28 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado PAULO LIMA para participar, na qualidade de SUPLENTE, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado MAX ROSENMANN.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. _ Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Serão feitas as substituições solicitadas, indicadas pelos Srs. Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que falará agora, por permuta feita com o Senador César Borges.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gerson Camata, que preside esta sessão, Srs. Senadores presentes, na tarde de hoje vou iniciar o tratamento de um tema que muito me preocupa e, creio, preocupa também muitos integrantes desta Casa. Dependendo do andar da carruagem, vou voltar várias vezes a tocar neste assunto. Trata-se da questão das emendas parlamentares, Senador Mão Santa. Eu, quando pertencia à base de sustentação do Governo, por dois anos, tive razoável sucesso no empenho e na liberação de emendas por mim consignadas no Orçamento da União, aquelas emendas chamadas pessoais. Ao me afastar da base de sustentação do Governo, esse processo minguiu, Senador Gerson Camata: eu não tenho mais emendas liberadas.

Para V. Ex^a ter idéia: se não todas, a grande maioria de minhas emendas do ano passado ainda estão na rubrica de “restos a pagar” – isso sem falar nos anos anteriores. Quanto às emendas deste ano, para não dizer que nenhuma foi empenhada, foi empenhada uma emenda para o Município de Acrelândia, no valor de R\$250 mil, mas não liberada. Todas as demais emendas, que totalizam R\$7,75 milhões, sequer foram empenhadas.

Senador Camata, acho que não cabe mais, de nossa parte, parlamentares, ficarmos aqui choramingando para que o Governo libere emendas. Nós temos de pensar num mecanismo que torne obrigatória a execução dessas emendas. Se não fizermos isso, não sei onde a coisa vai parar, Senador Camata.

O Governo se diz democrata, mas esse procedimento não condiz com um governo democrata. Alguém poderia dizer que, em outros governos, isso aconteceu também. Então, merecem críticas também os outros governos que, se assim fizeram, procederam de forma errada, equivocada. Até porque, Senador Camata, os valores consignados no Orçamento da União a título de emenda dos parlamentares, ao serem liberados, não vêm para o bolso do parlamentar, mas para a realização de obras e serviços nos Municípios dos nossos Estados. Ou seja, são recursos que beneficiam a população brasileira, representada pelos habitantes

dos nossos Municípios. Então, é uma coisa que não guarda correspondência com a lógica administrativa – já não diria política, mas administrativa.

Senador Camata, passo o ano inteiro andando no meu Estado, de ponta a ponta, conversando com representantes de entidades públicas e não-públicas, com representações comunitárias, com prefeitos, e as emendas que faço ao Orçamento priorizam as escolhas dos prefeitos, as indicações que eles fazem, de algumas entidades, de organismos inclusive federais, como o Incra. Até porque, Senador Gerson Camata, não por capricho, mas por uma decisão pensada, o grosso das emendas que faço consignar no Orçamento da União se destinam a atividades voltadas para as pessoas que estão no campo do nosso Estado, do meu Estado. Os prefeitos hoje em dia já sabem disso. Quando eles vêm conversar comigo, já trazem esta compreensão: “Senador Geraldo, eu sei que as suas emendas o senhor coloca para obras, serviços no campo...” E eu digo: “É verdade”. E conto sempre um fato verídico ocorrido: apoiei um prefeito em 2004, e ele foi eleito. Andei todo o Município dele, Senador Gerson Camata, principalmente na zona rural, onde há ainda uma grande população. Observamos as estradas, os nossos ramais – como nós chamamos – em precárias condições, as pontes rurais caindo, a ausência de uma escola de qualidade na zona rural. Enfim, o prefeito foi eleito – Senador Mão Santa, ouça essa – e, uma semana depois, voltei no Município e encontrei-o alegre, contente, feliz da vida e perguntei a ele: E aí, Prefeito? Não vou aqui declinar o nome porque não é o caso. Ele respondeu: “Senador, já preparei o programa para os meus primeiros 100 dias de governo”. Eu, então, repliquei: “Que beleza! E quais são as suas prioridades?”. Ele disse: “A primeira coisa que vou fazer é melhorar o pátio de estacionamento dos taxistas”. E eu disse a ele: “Então, você não vai contar comigo”. Embora tenha muito apreço pelos taxistas do Município, depois de andarmos pelo Município e verificarmos a carência absoluta de obras e serviços na zona rural do Município que ele iria governar, não poderia concordar com a prioridade ser o estacionamento dos taxistas. Daí por que lhe disse que não poderia contar comigo. É claro que ele pôde contar, porque refluíu dessa decisão.

Então, Senador Gerson Camata, essa questão das emendas parlamentares é um assunto que me preocupa sobremodo. No Congresso, ficamos nesse reme-reme, nesse chororô a vida inteira, nesse liberar-não-libera, dependendo do prestígio de cada parlamentar, ou do partido, se está na base de sustentação ou

não. Ora, o que a população tem a ver com isso? V. Ex^a coloca, por exemplo, R\$200 mil para a compra de um equipamento para um hospital no Município de Feijó, por exemplo, e a emenda não é liberada, Senador Mão Santa, porque este Governo, que se diz democrata, usa dos mesmos artifícios, da mesma jogatina que atribui a outros governos, que os outros governos fizeram. É o mesmo procedimento, Senador Gerson Camata. E eu pergunto: o que tem a população de Feijó a ver com isso?

As nossas posições políticas adotadas nesta Casa, será que esse assunto tem que cruzar necessariamente com isso?

Então, temos de concluir que essas emendas só podem ser liberadas se você se sujeita, se você se ajoelha, se você se conforma, até contra a sua compreensão, a sua concepção política, se você faz o jogo do Governo, enfim.

Acho que é um assunto que precisamos tirar a limpo, Senador Arthur Virgílio. Estou falando da questão das liberações de emendas, uma questão que não pode mais permanecer como está.

O seu regramento precisa fazer com que essas emendas parlamentares tenham um rito próprio desde a sua introdução no Orçamento da União até a sua liberação. Não podemos ficar sujeitos aos caprichos e às pressões do Governo, que são violentas, diga-se de passagem.

Na verdade, Senador Gerson Camata, as coisas não podem permanecer da forma como estão. E isto quem tem de decidir é o Congresso Nacional: mudar o procedimento, mudar o rito para que não somente os parlamentares que fazem parte da base de sustentação do Governo tenham suas emendas empenhadas e liberadas. Porque, repito, essas emendas beneficiam populações de Municípios e, no caso do meu Estado, de Municípios absolutamente carentes, necessitados de recursos. Como eu disse, uma emenda de R\$200 mil para São Paulo, por exemplo, não significa absolutamente nada, Senador Gerson Camata, mas para muitos Municípios do meu Estado é uma quantia que dá para resolver algumas questões cruciais. Mencionei, agora há pouco, a instalação de um instrumento necessário para a realização de exames num pequeno hospital de um Município desses. É fundamental que essas emendas sejam liberadas. O Senador Gilvam Borges consegue liberar praticamente todas as emendas.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ele sabe da importância disso, ele sabe o quanto é importante, ele que é representante também de um pequeno Estado, sabe que essas quantias são cruciais, chegam e, quando o prefeito é decente e aplica corretamente os recursos, isso repercute no Município. Isso é de fundamental importância, pois gera benefícios para o Município.

Senador Gerson Camata, estou aqui apenas iniciando essa questão. Vou trazer, vou dissecar, vou mostrar neste plenário várias vezes, vou trazer o histórico das minhas emendas dos últimos três anos para cá. Vou mostrar que há, deliberadamente, Senador Arthur Virgílio, um bloqueio...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bastante breve. Isso chega a ser grotesco, porque parte de um Governo que depende de votos como o seu, como nós todos dependemos do ar para respirar, numa Casa onde não passa nenhum projeto de interesse do Governo se não for com a nossa anuência. Digo “com a nossa” porque V. Ex^a, sistematicamente, vota com a Oposição. V. Ex^a toca em um ponto fulcral. Temos de deixar bem claro para essa gente que, se acabou a brincadeira na economia, tem que acabar essa brincadeira também de discriminação em relação a emendas parlamentares.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade, Senador Arthur Virgílio.

Esta aí! Estou lançando o desafio à Casa. Não podemos mais ficar choramingando, como eu digo: “Governo, libere nossas emendas!”. Não. O Congresso Nacional precisa criar um mecanismo que sujeite quem estiver no poder a liberar essas emendas, porque – repito – essas emendas não beneficiam o parlamentar. Essas emendas beneficiam a população. São os prefeitos e governadores que aplicam e executam essas emendas em benefício da população.

Portanto, estou começando a tocar no assunto. Alguém pode dizer: “Mas o Senador Geraldo está cobrando algo cujo processo estava suspenso em face da realização das eleições”. Isso é balela, porque a grande maioria dos parlamentares teve suas emendas já empenhadas – a grande maioria que digo é da base de sustentação –, muitas liberadas antes do processo eleitoral e a grande maioria já sendo encaminhada para sua liberação. Portanto, é conversa fiada esse negócio.

cio de que o processo estava suspenso em função da realização das eleições.

Estou aqui trazendo à Casa o registro de que as emendas consignadas no Orçamento da União pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior estão em alguma gaveta, porque sequer foram empenhadas, Senador Gerson Camata.

Eu vou falar nesse assunto, a partir de agora, sistematicamente, até o final do ano, em toda oportunidade que eu tiver, para mostrar – e espero que eu esteja equivocado – que o Governo que se diz democrata usa dos mesmos artifícios para coagir e perseguir, usa dos mesmos artifícios que outros governos passados usaram.

Portanto, é o início de um debate que eu espero que esta Casa assuma de forma definitiva, Senador Gerson Camata, para que, no futuro, esse assunto seja absolutamente equacionado e não tenhamos mais o constrangimento de chegar nesta tribuna e falar para os nossos conterrâneos, lá no Acre, ou para que o Senador Gerson Camata não precise falar para os seus conterrâneos, no Espírito Santo, que as emendas que custaram tanta conversa, tanto diálogo, tanta tratativa não foram liberadas, por uma razão ou por outra, Senador Mão Santa.

Senador Gerson, obrigado pela tolerância do tempo.

Era o que eu tinha a dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica a V. Ex^a que já tramita na Casa uma emenda constitucional, de autoria do falecido Senador Antonio Carlos Magalhães, que torna coercitivo, obrigatório, o cumprimento da Lei Orçamentária. V. Ex^a poderia solicitar o desarquivamento, a nomeação de um relator e a votação dessa matéria, que tramita há nove anos no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Além de elogiá-lo pela ótima providência que sugere ao Senador Geraldo Mesquita, peço minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito como Líder do PSDB logo após o Senador Osmar Dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço se V. Ex^a puder me inscrever também, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o terceiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu já disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, que não há momento mais revelador do caráter, da conduta das pessoas do que o período da campanha eleitoral. Esse período revela se o sujeito é bom, é mau-caráter ou se não tem caráter. Eu não sei o que é pior: ser mau-caráter ou não ter caráter. Na campanha, as pessoas se revelam mesmo.

Eu quero falar, Senador Arthur Virgílio, do projeto de lei dos sacoleiros, como denominamos aqui, que institui uma taxa – um imposto, um tributo – para sete mil famílias que comprem produtos no Paraguai para revender no Brasil e que hoje não pagam nada, que hoje operam clandestinamente e, na clandestinidade, são punidas e vivem na insegurança. São trabalhadores que precisam ter essa situação regularizada.

Eu defendi, desde o primeiro dia, esse projeto de lei pela importância que ele tem, mas, como o meu candidato em Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, estava disputando a Prefeitura e estava lá na frente nas pesquisas, e hoje virou moda as pessoas usarem aqueles *blogs* da Internet e aqueles jornais que não vendem mas só se vendem – eles não vendem, existe jornal que não vende, Senador Camata, mas se vende, principalmente durante a eleição, e é usado para achincalhar, é usado para caluniar, para fazer as intrigas –, um desses jornalecos foi usado por alguém que levou informação para Foz do Iguaçu de que eu tinha trabalhado aqui para adiar a votação do projeto dos sacoleiros.

Só pode ter sido obra de um canalha – Presidente, essa palavra está no dicionário, pode-se falar. Repito: só pode ter sido obra de um canalha ter espalhado, em Foz do Iguaçu, que eu estava trabalhando para adiar a votação do projeto de lei dos sacoleiros.

O Senador Arthur Virgílio é líder e, como defende a sua Região, ele foi um dos autores do requerimento

que adiou a votação daquela oportunidade para agora – e eu não tive nada com o adiamento. Muito pelo contrário, nobre Senador Gilvam Borges, lutei para que a votação ocorresse, porque eu quero ver sete mil famílias com suas atividades regularizadas, pessoas que têm filhos, família e que precisam trabalhar oficialmente, recolher impostos. Isso é ruim ou é bom para o Brasil? Claro que é bom!

Hoje eles trabalham na clandestinidade, hoje eles não recolhem impostos, as mercadorias são importadas clandestinamente, entram no País da mesma forma. Agora, com essa lei, eles vão ser colocados na legalidade, vão recolher impostos, tributos para o País, e Foz do Iguaçu, que é uma cidade que recebe milhares de turistas – 1,5 milhão de turistas por ano – vai ganhar, e ela precisa, porque precisa resolver problemas de segurança, de desemprego.

O Prefeito Paulo Mac Donald ganhou as eleições disparado. Não deu nem para o começo para os adversários. A calúnia não adiantou, porque diziam: “O Senador Osmar, que apóia o Prefeito Paulo Mac Donald, está prejudicando os sacoleiros”. Essa é uma prática política nojenta. É uma prática política que causa náusea e que deve ser banida da política brasileira. Vamos debater propostas, vamos ver quem tem a melhor, quem não tem que não se apresente. Vamos debater projetos, quem tem que se apresente, quem não tem, não se apresente. Agora, mentir, inventar histórias...

Senador Camata, sei que tenho apenas mais dois minutos e que V. Ex^a é rigoroso com o tempo, mas eu vou, nesses dois minutos, dizer por que eu vim à tribuna hoje. Antes conversei com o Senador Arthur Virgílio, que me disse que chegamos perto de um acordo e que o projeto está quase pronto para ser votado no plenário. Faltam alguns ajustes. E eu vou apresentar uma emenda, a pedido do Prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, que teve a coragem de, no primeiro mandato, pegar um esqueleto de hospital, sem ajuda do Estado, sem ajuda da União, com o dinheiro, claro, dos contribuintes, do Município, do Tesouro municipal e concluiu uma parte do hospital municipal. Mas esse ato corajoso do Prefeito acarretou uma demanda imensa para aquele hospital e para os serviços de saúde de Foz do Iguaçu. Por quê? Porque os “brasiguaios” e os paraguaios começaram a atravessar a fronteira... Aí eu vou pedir a atenção mesmo do Senador Arthur Virgílio, que já está prestando atenção, para ver se não é justo o que eu vou propor, a pedido do Prefeito de Foz do Iguaçu. V. Ex^a, que é um Senador que de-

fende a sua Região, entende quando defendemos a nossa também.

Pois bem: vai haver uma arrecadação. O serviço público de saúde de Foz do Iguaçu está sendo sacrificado. A demanda cresceu em função dos “brasiguaios” e paraguaios, que viram o serviço de qualidade sendo oferecido. Antes não havia serviço algum, a saúde pública era um caos em Foz do Iguaçu. Até por isso Paulo Mac Donald ganhou a primeira eleição, e é por ter arrumado a saúde e a educação que ele ganhou a segunda eleição. Agora, a demanda cresceu. Não são apenas os habitantes que procuram o hospital, os postos de saúde, os serviços da rede pública de saúde, não. São os “brasiguaios” e os paraguaios.

Então, estou apresentando uma emenda e gostaria do apoio de V. Ex^a. Dez por cento do que for arrecadado dessa lei dos sacoleiros devem ser destinados à saúde pública de Foz do Iguaçu. Se isso for constitucional – sei que V. Ex^a vai analisar –, eu gostaria de ter o apoio de um líder da expressão de V. Ex^a para que possamos aprovar uma medida justa, ou seja, aprovar duas coisas boas ao mesmo tempo: legalizar a vida de sete mil famílias de sacoleiros que estão hoje na clandestinidade e, com o dinheiro arrecadado, colocar 10% para atender melhor à saúde pública de quem vive em Foz do Iguaçu e de quem precisa atravessar a ponte para ser atendido no hospital ou em um dos postos de saúde de Foz do Iguaçu. Dez por cento desse dinheiro melhoraria muito as condições de atendimento da Prefeitura Municipal.

Essa emenda já está sendo elaborada a meu pedido. Peço aqui o apoio de V. Ex^a, do Senador Mão Santa, do Senador Gerson Camata, do Senador Jefferson Praia, para que possamos aprovar algo importante, que é legalizar a profissão dos sacoleiros e, ao mesmo tempo, dar vida digna às pessoas que procuram serviços públicos de saúde em Foz do Iguaçu, sejam as do lado de cá, sejam as do lado de lá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.297, DE 2008

Requer Voto de Louvor à escritora Carmen Novoa Silva, da Academia Amazonense de Letras, autora de livro com significado de dedicação e vida, retratando a trajetória

ria de Pepeta, um dos maiores craques do futebol do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto De Louvor à escritora Carmen Novoa Silva, do quadro de “imortais” da Academia Amazonense de Letras, pelo lançamento do livro **Pepeta, Páginas de Vida e História**, que narra, com palavras e muita emoção, a trajetória do marido, José Ricardo dos Santos Silva, o **Pepeta**, um dos maiores craques do futebol do Amazonas, notável artífice do Nacional Futebol Clube e também da Seleção Amazonense.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento da Acadêmica e à Academia Amazonense de Letras.

Justificação

A História do Futebol do Amazonas registra, em livro de excelente padrão gráfico e literário, a trajetória de um dos maiores craques do futebol do Estado, o **Pepeta**. Ele, entre tantos outros êxitos, fez o gol da vitória do Nacional Futebol Clube, do Amazonas, contra o Maringá, da cidade do mesmo nome, no norte do Paraná. Era a final do Torneio Centro-Sul e Norte-Nordeste, naquele 24 de agosto de 1969, no Maracanã, Rio de Janeiro. Pepeta fez o gol. O único do jogo. O gol da vitória amazonense. E, como disse na ocasião, o Presidente da Federação Amazonense de Futebol, o Amazonas não conquistava apenas um Campeonato; Fez História! Do Futebol do Amazonas, para o Brasil.

Toda essa trajetória, com muito da História do Futebol do Amazonas, está nas páginas do livro em que a mulher de Pepeta registra com palavras, mas não simples palavras; com frases de dedicação e de amor de quem acompanhou, passo a passo, sem ir a estádios, a vida desse grande craque. Para escrever o livro, ela “garimpou” matéria de jornais, fotos e depoimentos e o resultado faz jus à capacidade intelectual dessa ilustre mulher, integrante da Academia Amazonense de Letras.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 27 de novembro do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.080, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida e dá outras providências. (Após o desapensamento dos PLS nºs 68/2003 e 250/2005-Complementares)

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebe o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006-Complementar, de autoria do eminente Senador Marco Maciel, que visa estabelecer condições especiais para a concessão de aposentadoria voluntária aos servidores públicos portadores da Síndrome da Talidomida.

A proposição tramitava em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 68, de 2003, e 250, de 2005, ambos complementares, e foi encaminhada para exame por esta Comissão em virtude da aprovação do Requerimento nº 139, de 2007, que demandou seu desapensamento das demais matérias.

É de se registrar que o projeto em apreço, antes de passar a tramitar em conjunto com as proposições anteriormente apontadas, já havia sido objeto de relatório nesta Comissão, elaborado pelo ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti. O referido relatório, com voto pela aprovação do projeto, não chegou, no entanto, a ser submetido à apreciação do Colegiado, por ter

sido atalhado pela decisão que determinou tramitação conjunta.

O projeto é integrado por dois artigos. No **caput** do art. 1º são estabelecidos os requisitos diferenciados para a concessão do benefício aos servidores em questão. O parágrafo único do art. 1º determina que os benefícios de aposentadoria referidos nesse projeto sejam concedidos sem prejuízo de quaisquer outros que façam jus os portadores da Síndrome da Talidomida. O art. 2º resume-se à cláusula de vigência da norma, a partir da publicação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Incumbe a esta Comissão, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, avaliar o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006—Complementar, nos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Além disso, é preciso também analisar o mérito da proposição.

O projeto colhe sua fundamentação no disposto no art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, que autoriza a definição em leis complementares de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência, titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O embasamento da proposição nesse comando constitucional torna claro que não se aplica ao caso a restrição de iniciativa do processo legislativo firmada no art. 61, § 1º, inciso II, alínea c, da Constituição Federal, em que se atribui privativamente ao Presidente da República competência para apresentar projetos de lei que disponham sobre aposentadoria de servidores públicos da União.

De fato, o projeto em análise tem por objetivo a edição de lei complementar de âmbito nacional, a ser observada tanto pela União quanto pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Afastadas, assim, eventuais dúvidas acerca da competência parlamentar para iniciativa de leis nessa matéria específica, afigura-se a constitucionalidade da proposição.

Com relação à juridicidade do projeto, de maneira semelhante, não subsistem óbices. A proposição é clara ao determinar que a aposentadoria em questão não seja concedida em prejuízo de outros benefícios a que fazem direito os servidores vítimas da Síndrome da Talidomida, mencionando expressamente a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Essa observação

mostra-se correta, uma vez que a pensão atribuída naquele diploma legal reveste-se de caráter indenizatório, e não deve ser confundida com benefícios de natureza previdenciária.

Com relação à regimentalidade, atestamos a inexistência de óbices à tramitação da proposta.

No que tange ao mérito, temos que a proposição consigna medida de justiça para com pessoas que, a despeito de severas limitações, dedicam-se ao serviço público, demonstrando elevado empenho pessoal. A dimensão registrada no projeto para os requisitos especiais de concessão de aposentadoria voluntária a esses servidores mostra-se compatível com a magnitude do esforço adicional que eles precisam envidar em seu cotidiano profissional, representando, assim, um justo reconhecimento do valor de seu trabalho.

Os servidores portadores da Síndrome da Talidomida, nos termos da proposta, poderão aposentar-se voluntariamente, sem o requisito de idade mínima, após vinte anos de contribuição. Em comparação, a regra geral de aposentadoria voluntária de servidores públicos, por sua vez, determina a idade mínima de sessenta anos e trinta e cinco anos de contribuição para homens e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição para mulheres. Os requisitos, firmados na regra geral, de dez anos de tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria, são mantidos inalterados na proposição.

Devemos assinalar, ainda, que as especificidades das limitações físicas ocasionadas pela Síndrome da Talidomida, quando comparadas com aquelas decorrentes de outras condições, justificam o estabelecimento de regras de aposentadoria diferenciadas daquelas que seriam aplicáveis aos demais servidores públicos portadores de deficiência, para os quais, conforme decidiu esta Comissão quando da votação do PLS nº 68, de 2003—Complementar, se exigiria vinte e cinco anos de contribuição. Por essa razão, saudamos a decisão que possibilitou a apreciação em separado desta matéria.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006—Complementar.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 25 Nº 8 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10 (2008), OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Sen. Eduardo Suplicy	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUP LICY (<i>Relator</i>)	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA <i>[assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (<i>Presidente</i>)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I — Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 8, de 2006—Complementar, de autoria do eminente Senador Marco Maciel, que tem por objetivo fixar, para os servidores públicos portadores da Síndrome da Talidomida, exigências menos rigorosas em relação às regras gerais para a concessão de aposentadoria voluntária.

A proposição é composta de dois artigos. O **caput** do art. 1º estabelece os requisitos diferenciados para a concessão do benefício aos servidores em questão. O parágrafo único desse artigo deixa claro que os benefícios previstos no projeto serão concedidos sem prejuízo dos demais a que fazem jus os portadores da Síndrome da Talidomida. O art. 2º contém a cláusula de vigência da norma, a partir da publicação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II — Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006—Complementar, destina-se a regulamentar a disposição do art. 40, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005, que autoriza a adoção, nos termos definidos em leis complementares, de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Da inteligência do referido dispositivo constitucional, afigura-se, de plano, correta a opção pela modalidade de projeto de lei complementar para regulação da matéria.

A proposição, de acordo com as referidas disposições constitucionais, tem por objetivo a edição de lei complementar de âmbito nacional, a ser observada tanto pela União quanto pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Dessarte, não se aplica ao projeto a disposição do art. 61, § 1º, inciso II, alínea c, da Constituição Federal, que determina a competência privativa do Presidente da República para a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre servidores públicos da União e Territórios e sua aposentadoria, tendo em vista que tal reserva de iniciativa relaciona-se com as prerrogativas do Presidente como chefe da administração federal, referindo-se a projetos legislativos circunscritos à União e Territórios.

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006—Complementar, destina-se a regular matéria relativa à aposentadoria dos servidores públicos de todos os entes federados, e não apenas da União. Assinala-se, portanto, a propriedade da apresentação do projeto em questão por Parlamentar, restando configurada sua constitucionalidade.

Na avaliação do projeto quanto à juridicidade, inexistem reparos a serem feitos, posto que se ajusta cabalmente ao ordenamento infraconstitucional, em especial à Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, expressamente mencionada no parágrafo único do art. 1º da proposição. De fato, o benefício de pensão especial concedido por meio daquele diploma legal aos portadores da Síndrome da Talidomida tem, na referida lei, natureza explicitamente declarada de verba indenizatória, portanto cumulativa a eventuais benefícios previdenciários, como aqueles de que trata a proposição.

Com respeito ao mérito, é inegável a justiça do projeto, tendo em vista que este representa, por parte do Poder Público, um merecido reconhecimento ao esforço extraordinário executado pelos servidores acometidos da Síndrome da Talidomida no desempenho de suas atividades laborais.

A proposição concede aos servidores públicos vitimados pela mencionada deficiência vantagens em relação à regra geral aplicável para concessão de aposentadoria voluntária. De acordo com as disposições do projeto, os servidores portadores da Síndrome da Talidomida poderão aposentar-se voluntariamente após vinte anos de contribuição, a despeito da regra geral de trinta e cinco anos para homens e trinta para mulheres. Adicionalmente, é suprimido o requisito de idade mínima para essa forma de aposentadoria, mantendo-se, no entanto, a exigência de dez anos de tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

III — Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006—Complementar.

Sala da Comissão, — Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB — ES) — Com relação ao **Parecer nº 1.080, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lido anteriormente, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006 — Complementar**, de autoria do Senador Marco Maciel, que *estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física*

conhecida como “Síndrome da Talidomida” e dá outras providências, a Presidência comunica que a matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tudo, agradeço a cessão a V. Ex^a, que, com a modéstia habitual, omitiu. V. Ex^a, generosamente, cedeu-me o tempo e falará como Líder do seu Partido.

Sr. Presidente, digo aqui que é justo se homenagear a escritora Carmen Novoa, minha conterrânea, e seu marido, hoje um empresário muito próspero, que, no passado, não tão longínquo assim, foi um craque de futebol dos melhores que meu Estado já gerou.

Faço um desagravo ao Senador Osmar Dias, em relação a essa chamada MP dos Sacoleiros, porque S. Ex^a lutou o tempo inteiro e denodadamente para que a tivéssemos votado antes das eleições. Foi a Banca do Amazonas, que tenho a honra de integrar, que obstaculizou essa votação, porque precisávamos do que agora começamos a ter, ou seja, precisávamos do aval da Federação das Indústrias, da Associação Comercial do Amazonas e do Centro da Indústria do Estado do Amazonas, para que tivéssemos a certeza de que o diploma que daqui sairá não será lesivo à economia do Pólo Industrial de Manaus. Temos preocupação também com os possíveis danos que essa medida provisória, convertida em lei, possa acarretar para o pólo industrial brasileiro tradicional, o pólo industrial brasileiro como um todo. Temos, hoje, reunião marcada com a Liderança do Governo e estamos perto de um acordo. O representante dos empresários do Amazonas, Dr. Saleh, estará conosco, e queremos o acordo. Agora, queremos um acordo que salvasse a economia do Estado.

Então, é absolutamente aleivoso, é absolutamente injusto que alguém tenha dito que o Senador Osmar Dias não trabalhou para aprovar a medida provisória. S. Ex^a tentou fazê-lo; nós é que obstaculizamos. S. Ex^a cumpriu seu papel de grande Senador do Paraná, e nós, o nosso papel de defensores do Estado do Amazonas. S. Ex^a fez o que podia e o que não podia para aprovar a medida provisória.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Arthur Virgílio, só quero dizer “muito obrigado” pela decência do seu posicionamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a de mim merece toda a consideração sempre.

Sr. Presidente, registro ainda neste plenário a presença de um querido amigo, aliado meu dos mais prezados, que acaba de se eleger Prefeito pelo Município de Carauari, com votação muito expressiva, enfrentando forças inimagináveis, com uma vantagem de votos fantástica do ponto de vista percentual e do ponto de vista numérico. Refiro-me ao Prefeito Francisco Costa, que já foi Prefeito do Município e que, agora, com muito mais tarimba, Senador Camata, haverá de fazer uma grande gestão. Haverá de fazer uma gestão que, certamente, marcará aquele Município, pela atração de recursos federais – e estamos aqui para ajudar nisso –, com administração correta e rígida dos recursos do Município e com algo que nunca vai abandoná-lo: a lealdade em relação aos seus amigos e, ao mesmo tempo, o amor inigualável pelo povo de Carauari. Ele é muito amado pelo povo do seu Município, tanto que, sozinho, caminhando, venceu as eleições de maneira brilhante.

Sr. Presidente, a crise é muito grave. No próximo ano – neste ano, o crescimento ainda será acima de 5% –, haverá inércia, o que transferirá 1,7% para o ano que vem. No ano que vem, se nada for feito, o crescimento será de pelo menos 1,7% e de, quem sabe, mais um ponto: o crescimento poderá ser entre 2,5% e 3%. Vai ser por aí, com perspectivas ainda sombrias para o ano de 2010.

Eu diria que a administração da crise estava indo mais ou menos bem até a edição da Medida Provisória nº 443, mas a gente percebe hoje um certo bater de cabeça: Banco Central para um lado, Ministério da Fazenda para o outro. A Medida Provisória nº 443, com aquela história de possibilitar a estatização de bancos sem que houvesse sinal de quebradeira de bancos no Brasil, estabeleceu um pânico, o que levou, num só dia, a dois *circuits break*, ou seja, duas interrupções da Bolsa, para evitar que a queda fosse estratosférica.

Entendo ainda que o Governo está fazendo seu primeiro grande teste e não se está revelando completamente aparelhado para passar bem por esse teste. Até então, foram águas de almirante ou céus de brigadeiro, mas, agora, chegou a hora do teste, chegou a hora de administrar a crise, chegou a hora do gabinete de crise, chegou a hora do diálogo com a Nação, chegou a hora de reuniões fechadas não terem mais sentido, chegou a hora de o Presidente se abrir para conversar com todo o País, para ouvir as Oposições, inclusive.

Repito: estamos às ordens para colocar nossas idéias de maneira altiva, soberana, numa mesa aberta,

ampla, presidida por Sua Excelência o Presidente da República, para discutirmos as saídas para a crise.

Como o que temos por ora julgo insuficiente – a crise exige mais –, como o que temos por ora é a Medida Provisória nº 443, protocolei hoje cinco emendas, visando a estabelecer limites a seu alcance, a compatibilizá-la com a Constituição e a tornar obrigatório o procedimento licitatório em determinada situação, que aqui especificarei.

Uma das emendas que apresentei modifica a redação do art. 1º, para permitir ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal a constituição de subsidiárias integrais ou controladas, sim, porém, mediante autorização legislativa em cada caso, nos termos do inciso XX do art. 37 e do art. 173 da Constituição Federal, com vistas ao estrito cumprimento de atividade de seu objetivo social. Ou seja, não quero, **bypass**, o que levaria à inconstitucionalidade do poder e da soberania do Congresso Nacional.

Outra emenda acrescenta o seguinte parágrafo ao art. 2º. Diz a emenda:

O montante das aquisições realizadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o disposto no caput, fica limitado a até 20% do capital social da respectiva instituição financeira. O objetivo é não permitir que as aquisições sejam feitas sem limites.

Proponho, ainda, em outra emenda, modificação na redação do art. 2º, de forma a estabelecer que o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal só poderão adquirir ou ter participação em instituições financeiras públicas ou privadas sediadas no Brasil, ficando excluídas as empresas como as de capitalização e a dos setores previdenciário e securitário.

Segundo o art. 173 da Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevantes interesses coletivos, conforme definidos em lei. Não existe qualquer situação que justifique a indispensável e urgente participação do Estado no extenso rol de atividades incluídas no texto original.

Quando o Governo demonstra esse seu viés estatizante, numa hora em que não há sinal de quebra-deira, ele não faz outra coisa a não ser levar pânico ao mercado. E já pagamos um preço muito alto com a desvalorização brutal, observada na Bolsa de Valores, que vem de antes, mas, acentuadamente, após a edição desta medida provisória.

Outra emenda de minha autoria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, propõe nova redação também

para o §1º do art. 2º, de modo a tornar obrigatório o procedimento licitatório no caso de contratação de empresas avaliadoras especializadas. Pela idéia do Governo, fica prevista apenas uma consulta simplificada de preços, e quero licitação mesmo, para valer, ou não estamos falando de enfrentar a crise, Senadora Kátia Abreu, inclusive com a arma, com a espada da transparência.

Finalmente, proponho a supressão dos art. 3º e 4º. O art. 3º permite qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei, ou seja, não há qualquer limite para a realização de negócios jurídicos. O art. 4º estabelece a criação de uma subsidiária da Caixa Econômica Federal, e tenho a impressão de que isso torna a medida provisória, como um todo, inconstitucional, Senador Jefferson Praia. O art. 4º estabelece a criação de uma subsidiária da Caixa, que poderá comprar ações de construtoras do setor habitacional, segundo admitiu o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O setor imobiliário é um dos pólos mais dinâmicos da atual economia brasileira, e há enorme diferença entre estimular as atividades do setor e socorrer empresas com dificuldades, em função, por exemplo, da compra de terrenos supervalorizados. Representantes do setor já se manifestaram contrários à medida, esclarecendo que as entidades ligadas à construção civil precisam, na verdade, não de uma salvação, mas de medidas no sentido da liberação de créditos a juros mais baixos.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex^a mais duas coisas. Uma delas é que a Caixa Econômica se propõe sócia de construtoras. A Caixa tem o dever de fiscalizar construtoras; logo, passaria a ter o dever de fiscalizar ela própria, caso esse absurdo acontecesse. Faremos o impossível para que isso não vingue.

Outro ponto, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já encerro. Outro ponto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito também como Líder e pode acumular o tempo ou usá-lo depois.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, encerro agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fique tranquilo, porque jamais ousarei cortar a palavra dos Líderes da Oposição do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a é um grande companheiro. Muito obrigado, Senador Mão Santa, agradeço muito a consideração a V. Ex^a.

Apenas encerro, dizendo que o mercado, hoje, não trabalha com a idéia de que o Conselho de Política Monetária (Copom) possa aumentar juros – isso seria um disparate –, e também não me parece prudente que haja um corte de 0,50% na taxa básica, que está em 13,75%.

Vejo que duas atitudes podem ser tomadas. Uma delas é conservadora: manter como está, o que não seria de todo ruim; a inflação continua avançando, em função, inclusive, da disparada do dólar. A outra é um pouco mais ousada, porém dentro da racionalidade, sem se poder dizer que por aí se perderia o fio da fiscalização sobre a inflação: o Copom, hoje, decidiria, Senador Camata, cortar em 0,25% a taxa básica de juros, o que seria uma medida cautelosa e ousada, ao mesmo tempo. É o que espero, imaginando que estas duas opções estariam na cabeça dos membros do Copom: manter como está ou cortar.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Eu queria dizer a V. Ex^a que, muito antes da crise, muito antes disso, já havia um projeto de minha autoria tramitando na Casa. Vou aproveitar a fala de V. Ex^a, porque ela vai na mesma direção, para promover meu projeto e para ver se ele tramita naquela bendita Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele prevê o corte de 1% ao ano na carga tributária. V. Ex^a sabe que, com o aumento vegetativo da carga, se se cortar 1%, ninguém perceberá, nem o Governo. No espaço de dez anos, a carga tributária seria diminuída em 10%, à altura da carga tributária da Argentina, dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra, desses países “sub-desenvolvidos”, “pobres”, que existem por aí. Então, poderíamos conseguir aprovar essa lei complementar, reduzindo em 1% ao ano a carga tributária. Só a esperança de que, daqui a dez anos, a carga tributária, em vez de 37%, será de 27% aumentará imensamente os negócios, o desenvolvimento, o crescimento do Brasil e, conseqüentemente, o número de empregos e a arrecadação do Governo, apesar de, para o cidadão, a carga tributária baixar. Eu pediria a V. Ex^a, como líder que é, que ajudasse na tramitação desse projeto. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, vou analisar o projeto de V. Ex^a. Desde já, eu o parabeno pela iniciativa, que merece uma discussão aprofundada e séria por parte dos seus Pares. Obrigado, Senador Camata.

Sr. Presidente, digo ainda que estamos na hora de uma exigente definição. Essa é uma crise grave, e,

finalmente, o Governo começa a se aperceber de que a crise é grave. Acabaram aquelas piadinhas do tipo “marolinha”. O Ministro Mantega, recentemente, disse que o efeito seria meramente psicológico. É uma crise grave, dessas crises cíclicas do sistema capitalista de produção que acontecem de 50 em 50 anos, que acontecem de 100 em 100 anos. Essa crise, talvez, seja mais grave do que aquele *crash* de 1929, levando-se em conta que, hoje, as comunicações em revolução espalham as notícias e espalham, portanto, o pânico muito mais rapidamente.

Mas, repito, Sr. Presidente, estamos, aqui, prontos para negociar em termos elevados e altivos.

A coisa não ia tão mal, mas a Medida Provisória nº 443, para ser aprovada – ela é insuficiente para enfrentar a crise –, precisa ser modificada substancialmente, porque, como está, ela é o retrato de um Governo que não está se governando diante da crise.

Não estamos aqui para apostar no “quanto pior, melhor”. A nossa decisão de Bancada é a de não investirmos em nada que signifique criar dificuldades, despesas artificiais para o Governo. Queremos mostrar nossa qualidade de Bancada competente no enfrentamento à crise, mas é bom que o Governo também se conscientize disso e leve a sério a Nação como um todo. Nós estamos dispostos a negociar, sim, com o Governo em qualquer foro, desde que nos ouça. Que o Governo pare de pensar que não precisa nos ouvir, porque está batendo cabeça e não está demonstrando competência para enfrentar a crise: não tem um gabinete de crise, cada um diz o que quer. Não têm sido raras as vezes em que o Presidente da República diz coisas que servem para o anedotário político, servem para a diversão dos chargistas e dos analistas de humor, mas que não são próprias de quem tem de ter a sobriedade necessária – já concluo, Sr. Presidente –, a sisudez necessária para dar as respostas que o momento delicado exige de nós.

Outros companheiros da Bancada apresentaram emendas à Medida Provisória nº 443. Nós não vamos facilitar a aprovação dessa Medida Provisória como ela está. Fiquem logo os navegantes bem avisados. Nós faremos o possível e o impossível para que ela passe, sim, mas com as ressalvas que estamos fazendo, advertindo, desde sempre, que as atitudes que o Governo tomou são menores do que a crise. Ele precisa ser maior do que a crise, para vencê-la, senão ele será vencido por ela, com todas as conseqüências nefastas para o conjunto da economia e da vida social do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito para falar pela Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esqueci, Sr. Presidente, algo que eu não podia ter esquecido: que a valiosa entrevista publicada no jornal **Valor Econômico** de hoje, com o Ministro Celso Pastore, fosse para os Anais da Casa. Ela merece ser objeto de meditação de todos nós e de conhecimento da Nação brasileira, pela profundidade, pela justeza, pela correção, pelo patriotismo e, sobretudo, pela lucidez que contém.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Entrevista Dólar ficará mais caro e demanda mais fraca, diz ex-BC, que defende pausa na alta dos juros

Para Pastore, crise força ajuste maior nas contas externas

Sergio Lamucci
De São Paulo

A extensão e a profundidade da crise global exigem do Brasil um ajuste do déficit em conta corrente, o que requer uma desvalorização real do câmbio e uma redução do ritmo de crescimento da demanda doméstica, avalia o ex-presidente do Banco Central (BC) Afonso Celso Pastore. Para ele, o grave problema de solvência que atingiu o sistema financeiro dos Estados Unidos e da Europa provocou uma "parada brusca do fluxo de capitais", afetando "todos os mercados emergentes que, direta ou indiretamente", dependem desses recursos, como o Brasil. Essa parada explica a alta do dólar, diz.

Para ele, o déficit em conta corrente (as transações de bens, serviços e rendas com o exterior), na casa de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no acumulado no ano, seria "perfeitamente financiável" em condições normais. A questão é que a situação mudou completamente. Segundo ele, os investimentos estrangeiros diretos vão diminuir, o fluxo externo para a bolsa será menor e haverá menos recursos externos para financiar projetos de investimento das empresas. "Essa redução nos fluxos de capitais produz uma depreciação do câmbio real, independentemente de onde ficarem os preços de commodities [os principais produtos exportados pelo país]."

Se as condições externas permiti-

tirem um pequeno déficit em conta corrente, ele acredita que um dólar na casa de R\$ 1,90 a R\$ 2 pode ser suficiente para promover o ajuste, dependendo do nível em que se estabilizarem as commodities. No entanto, se o país tiver que obter um superávit, não descarta a necessidade de um dólar acima de R\$ 2,30, talvez em R\$ 2,50, embora ressalte a dificuldade de fazer esse tipo de previsão neste momento.

Pastore diz que o Brasil terá de reduzir o ritmo de expansão da absorção doméstica, composta pelo consumo das famílias, o consumo do governo e a formação bruta de capital fixo (FBCF, que mede o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos). Para ele, a melhor resposta seria o corte das despesas do governo. "Se você cortar o gasto público, ajusta a absorção, o que faz cair menos o investimento, subir menos os juros e depreciar menos o câmbio", diz Pastore, enfatizando, porém, não acreditar que o governo seguirá es-

sa trilha. Com isso, o ajuste terá de recair sobre o consumo das famílias e o investimento, acredita ele.

Embora aponte riscos inflacionários da alta do dólar, Pastore considera que o BC deve manter os juros estáveis na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de hoje. Para ele, é importante analisar o impacto da forte contração de crédito sobre a atividade econômica. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Por que o impacto da crise global sobre o Brasil tem sido muito mais forte do que se imaginava?

Afonso Celso Pastore: Nós estamos na maior crise desde 1929. Isso não é uma figura de retórica. Há pessoas que ainda não perceberam a extensão dessa crise. Ela atinge o Brasil não porque o país esteja fraco. O país tem hoje fundamentos muito melhores. Ela está afetando o Brasil porque é um tsunami de grandes proporções.

Valor: O que essa crise tem de tão mais grave do que as anteriores?

Pastore: Ela não é uma crise de liquidez do sistema bancário internacional, mas de solvência. Quando os bancos estão solventes, mas ilíquidos, isso se resolve com a figura do emprestador de última instância, o banco central, que dá liquidez ao sistema. É o caso do Brasil. Nos EUA e na Europa, como há bancos insolventes, é necessário resolver o problema de solvência, o que pode ser feito de dois modos. O primeiro é deixar o sistema financeiro quebrar. Como a economia de mercado não funciona sem crédito, sem intermediação financeira, você produziria uma depressão de grandes proporções. Para evitar isso, é necessário outro tipo de estratégia. Pode ser a solução idealizada inicialmente pelo secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, em que se compram os ativos e se dá um tempo para os bancos buscarem capital. É algo possível, mas que leva um tempo enorme, além de haver dificuldades técnicas. O sistema bancário quebraria antes disso. A outra solução é a que foi adotada pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, injetando capital diretamente no sistema [depois seguida pelos EUA]. Com isso, a quebra de bancos deixou de ser um perigo

na nossa frente. Mesmo assim, há um outro problema que continua a existir. O crédito tem que encolher, porque a base de capitais do sistema se reduziu, em função dos prejuízos gerados pela combinação do estouro da bolha e da alavancagem que havia no sistema.

Há pessoas que ainda não perceberam a extensão da crise, que é um tsunami de grandes proporções"

Valor: Qual o impacto desse processo sobre a economia global?

Pastore: Com menos crédito, haverá recessões, se acentuando em países que já estão em recessão. A recessão na Europa vai ser provavelmente mais longa. Nos EUA, ela talvez seja mais curta, mas será bem mais profunda do que a de 2001. Nós vamos ter um processo de redução do PIB dos países industrializados, o que afeta também os mercados emergentes. Países como a China e a Índia podem segurar um pouco a desaceleração global, mas não vão impedi-la. Em segundo lugar, vão cair os preços de commodities. Mas o que ocorre agora é uma parada brusca do fluxo de capitais. Talvez seja a maior que nós tenhamos visto, e a mais complicada para lidarmos.

Valor: Por quê?

Pastore: Em 2002, houve uma parada brusca do fluxo de capitais para o Brasil, mas a solução estava nas nossas mãos. O Brasil tinha uma dívida externa muito grande e amortizações que venciam em um ano maiores do que as reservas. A dívida pública era extremamente dolarizada e havia uma mudança de governo. Houve uma parada brusca que depreciou vigorosamente a taxa de câmbio, elevando a relação dívida/PIB. Nós iríamos para uma crise de grandes proporções, se não fosse a sensatez dos dois governos. Antônio Palocci começou a conversar com o ministro Pedro Malan, foi feito o acordo com o Fundo Monetário Interna-

cional, houve a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro. Com essas ações e as medidas que se seguiram, como o reforço da meta de superávit primário, nós começamos a sair da crise. Mas ela só dependia de nós. A crise atual é imposta de fora para dentro. Ela não começou num emergente, que recebe uma ajuda do FMI, volta a se equilibrar e o contágio desaparece. Ela atingiu o centro econômico global, os EUA e a Europa, batendo no sistema financeiro, o coração do sistema capitalista. Isso gera uma desalavancagem, o que significa redução de dívidas e do crédito. Lá no final, implica o mundo trabalhar com menos crédito, mas, no curto prazo, causa uma parada brusca de capitais. Atinge todos os emergentes que, direta ou indiretamente, dependem do fluxo de capitais. É assim que o Brasil é atingido.

Valor: Que ajustes o Brasil terá que promover?

Pastore: Vamos olhar a conta corrente. Nós estamos com um déficit que, em condições normais, seria perfeitamente financiável. Ele atinge pouco mais de US\$ 20 bilhões em 12 meses. Mas, se você pegar os últimos três ou quatro meses e anualizar, está entre US\$ 35 bilhões e US\$ 40 bilhões. O déficit está crescendo. O aumento do déficit não seria problemático se você tivesse fluxo de capitais para financiar, mas a situação mudou.

Valor: O fluxo de capitais vai ser muito afetado daqui para frente?

Pastore: Como é que você financia a conta corrente? Não é com capital especulativo. O grosso dos ingressos de capitais no Brasil são investimentos estrangeiros diretos, que totalizaram US\$ 36 bilhões nos últimos 12 meses. Uma segunda grande fonte era o investimento em bolsa. Nos IPOs [oferta pública de ações] dos últimos anos, cerca de 70% eram recursos de estrangeiros. Em terceiro lugar, há o financiamento dos investimentos das empresas. Parte é feito com o BNDES, parte com mercado de capitais, mas outra parte é feito com empréstimos externos. Depois há outros capitais de mais curto prazo, como linhas de comércio e ACCs. Há também o dinheiro que entra para comprar títulos brasileiros. Mas essa parte é pequena relativamente ao resto. Se eu digo

que os EUA vão para uma recessão maior que a de 2001 e que a Europa vai ter uma recessão longa, os lucros das empresas que podiam fazer investimentos diretos vão cair. Haverá também uma redução importante do ingresso de capitais em bolsa. Para completar, haverá menos crédito e, com isso, menos empréstimos externos para as empresas fazerem investimentos. Essa redução nos fluxos de capitais produz uma depreciação do câmbio real, independentemente de onde ficarem os preços de commodities.

Valor: É possível ter alguma idéia da magnitude da depreciação que será necessária?

Pastore: Se você puder ter um pequeno déficit em conta corrente, menor que o atual, o câmbio real de equilíbrio pode ser de R\$ 1,90, R\$ 2, dependendo da queda dos preços de commodities. Se você tiver que ir para um equilíbrio na conta corrente, o câmbio pode ser R\$ 2, R\$ 2,10, R\$ 2,15, R\$ 2,20, dependendo, de novo, de quanto caírem as commodities. Mas, se houver uma situação hipotética em que essa parada de fluxos de capitais persiste por mais tempo e seja necessário gerar algum superávit em conta corrente, você está falando num câmbio que pode ir para cima de R\$ 2,30, R\$ 2,40, pode chegar a R\$ 2,50. Eu estou sendo propositalmente vago, porque é impossível prever em que nível os fluxos vão se acomodar.

Valor: A parada brusca justifica uma maxidesvalorização de 30% como a das últimas semanas?

Pastore: Claro que justifica. Está saindo capital do país. Se o BC não estivesse atuando, a máxi não seria de 30%, seria muito maior. Ela é só de 30% porque o BC faz leilões de linha, vende dólares à vista e vende swaps cambiais. Graças à ação ativa e correta no câmbio, o BC está evitando um stress maior.

Valor: O BC deve tentar derrubar as cotações do dólar?

Pastore: O BC tem que permitir ao câmbio real encontrar aproximadamente o novo nível de equilíbrio. Se for uma alta que leve o câmbio para algo como R\$ 2,70, que hoje parece visivelmente fora do equilíbrio, aí ele pode intervir um pouco mais. Mas o BC não deve tentar intervir para deixar o dólar em R\$ 1,80, algo visivelmente abai-

xo do equilíbrio. Se fizer isso, o mercado vai tomar todas as reservas. A intervenção tem limites.

Valor: Para chegar a esse equilíbrio, não vai haver um impacto muito grande sobre a economia real, com inflação e dificuldade para as empresas definirem preços?

Pastore: As empresas vão descobrir aos poucos, tanto quanto o BC, onde vai estar esse câmbio de equilíbrio. A economia brasileira vai ter que passar por um ajuste, e é um ajuste na direção da desaceleração do crescimento. Se nós temos que fazer um ajuste de conta corrente, de câmbio real, temos que trazer para baixo a absorção doméstica. Pelo que eu tenho visto das últimas manifestações do governo, não há disposição de cortar os gastos. De vez em quando, há uma insinuação do presidente, de que se for preciso ele corta. Mas, como o ministro da Fazenda [Guido Mantega] é keynesiano desde criança e prefere aumentar o gasto diante de uma restrição como essa, a redução da absorção terá que ocorrer no consumo das famílias e no investimento. Infelizmente, mais no investimento.

Valor: Por quê?

Pastore: Em primeiro lugar, porque as empresas brasileiras, para financiar os seus projetos de investimento, dependem parcialmente de crédito externo. Além disso, a FBCF é extremamente dependente das importações, e um movimento de ajuste como esse requer um ajuste nas importações. Em terceiro lugar, essa depreciação do câmbio, mesmo com todo esse ajuste de crédito que ocorre agora, produz um efeito inflacionário. Eu não sei se os juros reais vão ficar no nível atual ou vão subir, mas possivelmente terão que aumentar. Há uma dúvida sobre se a restrição de crédito já deturba a absorção na magnitude suficiente para fazer o ajuste. Eu não quero dar uma resposta peremptória, mas na modelagem que eu faço eu não chego a essa conclusão.

Valor: Diante da necessidade de um câmbio mais desvalorizado para enfrentar um cenário externo adverso, não foi um erro ter permitido a apreciação para R\$ 1,55?

Pastore: O câmbio é fluante, e o Brasil se beneficiou da valori-

zação enquanto ela durou. O erro é pensar que o câmbio não flutuaria, tomando decisões assumindo essa hipótese. O câmbio fixo é ainda pior.

Valor: O sr. acha que a zeragem de posições das empresas que tiveram perdas em operações com derivativos tem algum peso na magnitude da alta do dólar? O governo deve ajudar essas empresas?

Pastore: Eu não preciso disso para explicar a alta do dólar. O que explica é a parada brusca do fluxo de capitais. E acho que o governo não deve ajudar ninguém.

Valor: O câmbio está acima de R\$ 2, mas há uma contração de crédito e a queda de preços de commodities. O que prevalece neste momento para definir a política monetária?

Pastore: Se você perguntar para alguns economistas de peso, vários deles vão dizer que a credibilidade do BC é importante e que é necessário aumentar os juros. Eu respeito esse argumento. Mas acho que, num momento como esse, em que há uma incerteza sobre o quanto o lado da economia está sendo afetado, é melhor esperar para ver a dimensão do efeito sobre a atividade derivada da contração de crédito. Se eu estivesse no Copom, eu votaria por uma pausa, mas dizendo que há um risco inflacionário...

Se o Banco Central não estivesse atuando, a máxi não seria de 30%, seria muito maior"

Valor: ...que vem basicamente do câmbio, não? Os outros fatores não são deflacionários, como a queda das commodities?

Pastore: Os preços de commodities, em reais, estão subindo. O Brasil não está num regime de câmbio fixo. Quando você multiplica os preços de commodities pelo câmbio, eles estão subindo.

Valor: O que o sr. achou da medida provisória que permite aos bancos públicos comprar participações em instituições privadas?

Pastore: Se você está numa crise de liquidez, é insano usar um instrumento de compra de ações. Os instrumentos que se usam para uma crise de liquidez são o redesconto e a liberação de compulsório. A medida foi errada. Você só edita uma medida dessas se há algum banco quebrando, e aí já faz e anuncia qual é exatamente a instituição. Com a edição da medida provisória, o mercado começou a perguntar que banco estava quebrando no Brasil. Isso gerou uma segunda onda de especulação, que levou o BC a ter que mostrar o canhão [os leilões de US\$ 50 bilhões em swaps cambiais], para dizer que é capaz de fazer intervenção.

Valor: Como o sr. avalia a possibilidade de a Caixa Econômica Federal comprar ações de construtoras, por exemplo?

Pastore: Para evitar impactos maiores da crise, o Brasil deve melhorar a qualidade da política macroeconômica. Se você cortar o gasto público, ajusta a absorção, o que faz cair menos o investimento, subir menos os juros e depreciar menos o câmbio. Em vez de tomar medidas tóxicas, que favorecem quem tem um lobby maior, faça uma coisa que favoreça a economia toda. Quem foi otimista demais no passado e tomou riscos não proporcionais ao que ocorre hoje vai ter que se ajustar.

Valor: Depois de uma eventual pausa no ciclo de alta dos juros, o sr. acredita que virá uma nova alta?

Pastore: Pode haver uma nova alta ou não. Se você para de aumentar os juros, é sinal de que pode haver uma desaceleração forte da atividade. Mas acho que é uma pausa para voltar a subir. Vamos fazer uma conta simples. Suponha que todo mundo que vende produtos importados ou exportáveis nunca tenha formado os preços com o câmbio de R\$ 1,55, R\$ 1,60, mas de R\$ 1,70. Vamos considerar que o câmbio fique em R\$ 2,10, e não R\$ 2,30 ou R\$ 2,40. Com uma alta de R\$ 1,70 para R\$ 2,10, em cinco ou seis meses a inflação ficaria 1,9 ponto percentual acima do nível atual, com a estimativa do repasse da depreciação permanente para os preços. Como nós estamos com uma inflação de 6,2%, ela subiria para 8,1%. Você vai jogar fora a meta de inflação, dizer que não quer? Como é que você traz de 8,1%, para 4,5% — ou para 5%, 5,5% ou 6%, sem subir os juros?

Valor: Em outubro, todos os relatos indicam que houve uma forte piora no crédito. Isso pode provocar um tranco já no quarto trimestre?

Pastore: Se essa contração de crédito persistir por três meses, a atividade econômica vem abaixo. Mas com o BC tomando ações, você pode esperar uma volta gradual do

crédito. Quando o diagnóstico está certo e você administra o remédio correto, o tempo para o remédio para produzir efeito pode ser mais longo, mas ele produz o efeito.

Valor: O ministro da Fazenda vinha dizendo que a economia poderia crescer 4% a 4,5% em 2009. É muito otimismo?

Pastore: É otimismo demais. As previsões já eram de uma desaceleração antes dessa crise. Ela vai gerar um crescimento menor que 4% a 4,5%. Se é 3%, 3,5%, 2%, 2,5%, é uma outra história. O consenso de mercado antes da crise estava em 3,5%. Se for consistente, vai prever uma expansão menor que 3,5%.

Disputa em Itaipu

O Paraguai reafirmou ao Brasil, sócio na hidrelétrica de Itaipu, o pedido de receber livremente sua fatia da energia gerada para poder vendê-la a outros países, disse ontem um dos negociadores paraguaios envolvidos no processo, informou a Reuters. Paraguai e Brasil iniciaram meses atrás um complexo processo de renegociação sobre a hidrelétrica que ambos dividem no rio Paraná e que gera cerca de 90 milhões de megawatts por ano. Ainda

segundo a Reuters, o coordenador do grupo paraguaio de negociação, Ricardo Canese, disse a uma rádio do Paraguai que a solicitação "sobre a livre disponibilidade de energia é o ponto mais difícil" das conversações. Comissões técnicas do Brasil e do Paraguai se reuniram até altas horas da noite na segunda-feira para tratar das demandas paraguaias, entre as quais uma elevação do preço da energia vendida aos brasileiros e a revisão da dívida sobre a construção de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Nós estamos enfrentando, ultimamente, em Brasília, dias de calor excessivo, de umidade baixa e, em grande parte do Brasil, secas. Mas vou trazer aqui, em uma breve comunicação – não fazendo com que se perca o tempo dos Srs. Senadores –, uma observação muito interessante sobre o que acabou de acontecer na Organização das Nações Unidas neste mês.

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, determinou – olhem que coisa interessante! –, primeiro, o aumento da temperatura dos ares-condicionados da ONU de 22 para 25 graus e acabou com o negócio de paletó e gravata dentro da ONU. A pessoa tem de trabalhar com camisa de manga comprida e calça decente. Pronto. Com isso, sem paletós, a temperatura pode subir um pouco. E, no inverno, ele mandou, também, aumentar a temperatura. Com isso – vejam que coisa interessante! –, houve a poupança de 300 toneladas de dióxido de carbono, equivalendo a US\$100 mil por dia. E, no inverno, calcula-se uma economia total em torno de US\$1 milhão de dólares.

Ora, nós, aqui em Brasília, que é uma cidade quente e tem um inverno não muito rigoroso, poderíamos fazer a mesma coisa. Os ares-condicionados do Senado, da Câmara e das repartições públicas, em vez de ficarem ajustados nos 19 graus, ficariam entre os 22 a 25 graus.

Em um País tropical como o Brasil, por que temos de nos vestir com traje europeu, como o paletó e a gravata? Aliás, o uso da gravata acabou no mundo todo; só existe ainda no Brasil, único País que está usando gravata ultimamente. Então, tínhamos de pensar na grande economia que essa atitude representaria para os cofres públicos, para a economia brasileira, evitando-se também a enorme emissão de dióxido de carbono. Certamente se Brasília fizesse isso, Senador Mão Santa e Presidente Alvaro Dias, outras repartições públicas do País fariam a mesma coisa, além de adaptarmos o vestir dos brasileiros à indumentária normal usada em um país tropical, e não à indumentária européia. Aliás, Sr. Presidente, isso já acontece aqui. Vejo que nossas Colegas – as Senadoras Kátia, Rosalba e as demais –, todas as Senadoras, não vêm de paletó nem de gravata, não. Elas usam roupas leves, agradáveis e fáceis de vestir, enquanto que nós, homens, somos obrigados a vir com essa gravata amarrada no pescoço, com esses pesados paletós, produzindo toneladas

de dióxido de carbono e gastando energia paga pelo contribuinte brasileiro.

Assim, sugiro à Mesa – e vou levar a sugestão na próxima reunião – que se faça um mês de experiência: elevaríamos a temperatura dos aparelhos de ares-condicionados e exigiríamos apenas uma calça e camisa decentes para se freqüentar as sessões, freqüentar o plenário e freqüentar o Senado Federal, como fazem as nossas colegas Senadoras, que assim se vestem. Lembro-me de que a Senadora Heloísa Helena, nossa Colega, vestia-se elegantemente, usando calça *jeans* e camisa branca – aliás, era o seu uniforme. E nunca houve nenhum problema com a Heloísa Helena. Mas, se chegarem aqui os Senadores Geraldo Mesquita ou Gerson Camata usando calça *jeans* e uma camisa branca, tenho certeza de que o Presidente suspenderá a sessão e determinará que usemos trajes decentes.

Penso que temos de criar, aqui, uma liga que lute pelos direitos dos Senadores, para que tenhamos o direito de usar roupas dignas, leves e elegantes no vestir como as nossas Colegas Senadoras as usam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento à Mesa três votos de pesar, e os apresento com muito pesar. Um deles pelo falecimento do Sr. Katsuhiko Nagai, acontecido no dia 18 deste mês de outubro em Manaus. Nagai, uma figura muito querida, havia sido eleito Vice-Prefeito do Município de Iranduba, bem perto de Manaus.

Peço que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento dos seus familiares, por intermédio de sua esposa, minha querida amiga Kei Nagai, e as suas filhas Tânia, Sandra e Andréia.

Voto de pesar também por uma figura muito ilustre, a Sr^a Izolina Gonzaga, que faleceu no dia 10 deste mês de outubro de 2008, em Parintins, Amazonas.

Ela deixa muitas saudades em Parintins e no Amazonas. Viúva do Sr. Luiz Gonzaga, um dos fundadores do Boi-Bumbá Caprichoso, de notável destaque no Festival Internacional de Folclore de Parintins. Trabalhadora, muito dedicada, era quem costurava as fantasias da Marujada de Guerra, que era basicamente a infantaria do Boi Caprichoso. Deixa muitas saudades. Faleceu cercada do carinho da sua família.

E, ao que me toca também muito de perto, o falecimento da minha querida amiga e companheira Márcia Santa Cruz, esposa do seu colega de Congresso, Deputado José Eudes de Freitas. Deixa três filhos muito queridos.

Socióloga, trabalhou a maior parte da sua vida na Prefeitura do Rio de Janeiro, fundadora do Partido dos Trabalhadores – morreu como fundadora do Partido dos Trabalhadores.

Figura de muito sofrimento, teve um irmão que está listado entre os desaparecidos políticos da ditadura militar. Muita sofrida, porém com um traço de otimismo que a todos nos marcava. Morreu com muito sofrimento, com um câncer que se arrastou por anos e que, finalmente, pela clemência divina, a levou. Foi um descanso, conforme José Eudes admite, conforme seus filhos também o fazem.

Requeiro este voto de pesar, sabendo que o Senado inteiro o apoiará com muito respeito, com muito acatamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a terá os requerimentos atendidos, na forma do Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, há poucos instantes, quando eu estava presidindo a sessão, foi brilhante na análise que fez sobre a problemática da economia no mundo. Ao término, ele citou e pediu o registro nos Anais da Casa do artigo sobre o ex-presidente do Banco Central, Celso Pastore.

Sr. Presidente, eu queria que ele constasse não nos **Anais**, mas que ficasse na cabeça do Poder Executivo.

Para ele, a melhor resposta seria o corte das despesas do Governo. “Se você cortar o gasto público, ajusta a absorção, o que faz cair menos o investimento, subir menos os juros e depreciar menos o câmbio”, diz Pastore, enfatizando, porém, não acreditar que o Governo seguirá essa trilha. Com isso, o ajuste terá de recair sobre o consumo de famílias e investimentos, acredita ele.

Era isso.

Daí o Poder Executivo ter de ouvir mais o Senado da República. Há muitos e muitos anos batemos nesta tecla: reduzir o tamanho do Governo. Ele não pode ser grande demais, que nem o Titanic, que afundou.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou abrir mão da minha inscrição como terceiro orador para uma comunicação inadiável, em virtude de viagem que farei agora – devo seguir para o aeroporto – com o Presidente Lula.

Antes, porém, gostaria de informar que estou encaminhando à Mesa Projeto de Lei do Senado que cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares, que visa, sobretudo, a extinguir um longo impasse vivido na esfera jurídica nacional e solucionar o problema de tantas famílias que dependem da renda advinda do pagamento de prestações alimentícias para sobreviver.

Então, submeto o projeto de lei à consideração de meus pares, inclusive para apresentarem sugestões de aperfeiçoamento.

Estou encaminhando agora, Sr. Presidente, o projeto de lei para exame do Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência acolhe o projeto de V. Ex^a e aproveita, Senador Eduardo Suplicy, já que V. Ex^a vai viajar com o Presidente da República, para fazer-lhe uma solicitação no sentido de pedir ao Presidente da República que mantenha contato com o Advogado-Geral da União, que recomenda o pagamento dos benefícios devidos aos aposentados e pensionistas da Aerus – Varig, Transbrasil e Vasp.

V. Ex^a poderia aproveitar o momento da viagem para fazer essa solicitação ao Presidente da República, já que houve uma decisão judicial ratificada no dia de ontem. Exatamente pela origem de trabalhador do Presidente, creio que Sua Excelência não se negará a determinar o imediato pagamento devido aos pensionistas e aposentados da Aerus.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Se tiver oportunidade, transmitirei a mensagem de V. Ex^a ao Presidente; amanhã, darei a V. Ex^a o retorno, se houver a possibilidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, a quem desejo feliz retorno.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente pelas boas-vindas.

É uma alegria poder estar nesta Casa novamente no convívio com os meus colegas. Tirei licença por quatro meses para interesse particular e volto feliz, apesar da grande crise que enfrentamos, mas com ânimo suficiente para colaborar com o Brasil mais uma vez, como oposição responsável que sempre fomos, uma oposição fiscalizadora e não tripudiar, neste momento difícil, sobre o Governo, porque estaríamos tripudiando também sobre os nossos brasileiros e os meus tocaninenses, mas como aliada nesta hora difícil.

Estamos preocupados todos com esta grande crise que o Brasil enfrenta neste momento, depois de tantas outras no passado, depois de um longo período de bonança. E quero aqui lembrar, Sr. Presidente, durante a tramitação da CPMF, que findou no ano passado, quantas vezes discutimos aqui reforma tributária, quantas vezes aqui discutimos carga tributária, quantas vezes discutimos aqui o aumento dos gastos públicos exorbitantes, aumentando todos os dias. E alguns, às vezes, poderiam imaginar que era um discurso apenas de oposição, discurso de implicância com o Governo, mas nós cansamos, na oposição, de dizer nesta Casa o quanto são importantes as reformas nos bons momentos. É na hora da bonança, é na hora em que o dinheiro está farto, é na hora do tempo bom, do mundo crescendo, do Brasil crescendo, o momento das grandes reformas, Senador Paulo Paim. Era o momento de refletirmos e fortalecermos ainda mais o nosso País. E nenhuma dessas reformas praticamente fizemos.

O Presidente Lula poderia deixar esse grande legado, o Presidente das reformas de que o Brasil tanto precisa. Passamos, como dizem os adolescentes do Brasil, batidos, não fizemos a reforma política, que hoje é uma exigência nacional de todos os brasileiros, de todas as classes deste País, a reforma política tão esperada. Não fizemos a reforma administrativa e ainda insistimos em continuar ao contrário do mundo, com uma estrutura arcaica, com uma estrutura pesada, de 37 ou 38 Ministérios neste País, em contradição a 12, 15 por esse mundo afora.

Falamos e falamos tantas vezes da exorbitância do gasto público, do gasto desnecessário, que emperra o gasto útil, que seriam os investimentos com o Brasil.

Cheguei a fazer o “pacômetro” a cada 15 dias, mostrando ao Brasil e à imprensa nacional a execução orçamentária do PAC, uma execução orçamentária pífia, onde ali, sim, seria um gasto útil para o Brasil, um gasto que traria benefícios aos brasileiros.

E o Governo insistiu em ainda continuar sob a ação e sob a aquiescência do Ministro da Fazenda,

aumentando exorbitantemente os gastos públicos, sem ter dó do dinheiro alheio.

E hoje nós estamos aqui tristes com a crise mundial, não só a brasileira, uma crise pela qual não somos responsáveis, os brasileiros não são responsáveis e o Governo Federal não é responsável. Uma crise que veio de fora para dentro e por isso, nós, países emergentes, temos que ter preocupação de nos fortalecermos todos os dias, porque esses impactos econômicos podem vir de todos os lugares.

O Governo anterior enfrentou a crise do México, a crise da Rússia, tantas crises que trouxeram turbulência ao Brasil e o Brasil também pagou um preço alto por isso.

E agora estamos, segundo os economistas mais brilhantes do Brasil, como Celso Pastore, diante de uma das piores crises que o Brasil já teria enfrentado ao longo de sua existência. E essa crise preocupa muito a construção civil, nos preocupam sobremaneira os bancos pequenos e médios deste País, o nosso agronegócio, este grande agronegócio brasileiro, responsável por um terço do PIB, um terço das exportações, um terço do emprego brasileiro. É um setor que será drasticamente atingido por essa crise, já está sendo atingido. Teremos talvez não uma redução de área plantada neste País, não queremos desestimular a produção, nós só aconselhamos responsabilidade; teremos talvez não uma redução de área plantada, mas teremos sim uma redução na aplicação de tecnologia. Já estão aí os números das vendedoras de fertilizantes e defensivos, apontando uma redução na venda, comparada ao período anterior de 2007, uma redução nas vendas de fertilizantes, de insumos em geral para a agricultura brasileira. E isso significa menos tecnologia aplicada, significa menos produtividade; menos produtividade significa menos renda; menos renda significa menos condições de pagar os seus compromissos com os bancos na próxima safra.

Sr. Presidente, meus colegas, falamos tantas vezes aqui, especialmente na época da CPMF, sobre a reforma e a reavaliação do pacto federativo, que apenas na Constituição Federal nós temos 12 funções sobrepostas dos entes federados, Municípios, Estados e a União. Isso tudo não teria nenhum problema se não trouxesse um exorbitante gasto e uma repetição de gastos e um desperdício de gastos pelos entes federados.

Demos exemplos na educação e na saúde, mostrando que esse pacto federativo deveria ser revisado, deveria ser otimizado dessa forma os gastos públicos, o dinheiro público arrecadado. Mas nada disso foi feito, Sr. Presidente. Infelizmente, no Brasil, pensa-se que

a oposição existe apenas para incomodar, e não para colaborar.

Nós aqui derrubamos a CPMF com a ajuda de toda esta Casa, do povo brasileiro, da imprensa nacional e nada aconteceu ao País, muito pelo contrário. No primeiro semestre deste ano, nós arrecadamos uma CPMF inteira do que tinha sido arrecadado em 2007. Não pode nos faltar coragem para fazer essas mudanças tão necessárias ao País. Agora, neste momento, reconheço que seja um pouco tarde para fazer as profundas mudanças e reformas de que o Brasil precisa. Não é na hora ruim, não é na hora da crise que a oposição vai cobrar essas posições do Governo. Nós temos que nos aliar ao Governo e ao Brasil e tentar superar da melhor forma possível essa crise que nós estamos enfrentando, achando soluções. Nós estamos aqui para contribuir. Esta Casa é composta de pessoas responsáveis. O Governo não pode querer resolver essa crise sozinho; não foi o Governo que criou essa crise sozinho, então mais um motivo para dividir essa responsabilidade com o Congresso Nacional, com os Deputados e Senadores.

Mas, colegas Senadores e Senadoras, quero aqui me referir a um outro tipo de crise. Preocupa-me a crise na construção civil, nos bancos, no meu agronegócio, no nosso agronegócio, mas me preocupa muitíssimo a crise que os nossos prefeitos e prefeitas do Brasil irão enfrentar no próximo ano.

Prefeitos e Prefeitas, muitos que se elegeram agora, com o peito cheio de esperança, de alegria, com vontade de trabalhar, com vontade de fazer, e vão, infelizmente, começar os seus mandatos diante, talvez, da maior dificuldade que as Prefeituras poderão passar. Algumas pessoas não estão se lembrando de que se o País, como prevíamos antes, não crescer 5,5% e crescer 3,5% ano que vem, como é a previsão dos economistas e do próprio Governo, teremos também uma diminuição na arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, que são os dois impostos responsáveis pelo abastecimento dos caixas das Prefeituras do Brasil. Se tivermos uma queda na arrecadação desses dois impostos, Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda, os Prefeitos terão dificuldades imensas de enfrentar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma lei que veio para contribuir, que é absolutamente bem-vinda e própria, mas que não prevê essas situações de crises e de diminuição da arrecadação do bolo que é dividido com os nossos Prefeitos de todo o Brasil.

A previsão, Sr. Presidente, de um crescimento de 5,5%, com a redução para 3,5% teremos uma arrecadação a menos pelas Prefeituras do Brasil, em quase R\$4 bilhões. Quatro bilhões de Reais a menos para as prefeituras, principalmente aquelas que não

têm a outra fonte de arrecadação como algumas que é também arrecadação de ICMS. Prefeituras que vivem apenas do FPM; Prefeituras do meu Estado do Tocantins, como a Cidade de Brejinho de Nazaré, Araguaçu, enfim, praticamente quase todas as prefeituras do meu Estado, que, quando recebem, Senadores, o FPM, no dia 10, ali na fonte, na boca do caixa, a Previdência desconta o parcelamento do passado, dos esqueletos que foram tirados do armário do Governo anterior, e mais o parcelamento atual, engolindo grande parte da arrecadação desse FPM.

Como se não bastassem as parcelas da Previdência, do INSS, que são descontadas na boca do caixa das nossas prefeituras, ainda temos uma dificuldade imensa, necessária, mas com ônus absoluto e total aos prefeitos do Brasil, que é o compromisso com o transporte escolar e com a educação, o que é importante.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, apenas para exemplificar, os repasses com transporte escolar que o Governo Federal e os Governos dos Estados fazem aos nossos prefeitos não chegam praticamente a 10% do custo do ônus que os prefeitos carregam sozinhos. O mesmo ocorre com relação à merenda escolar.

Senador Cristovam Buarque, o Estado, os Governos de Estado e a União não repassam para os prefeitos nem 10% do que custa a merenda escolar neste País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, juntando o que os prefeitos e prefeitas do Brasil vêm debitado nos dias 10, 20 e 30, quando entram as três parcelas do FPM, as parcelas da Previdência atual, as do passado, os gastos com a merenda escolar, os gastos com transporte escolar, que repito, são necessários e importantíssimos, portanto, deveriam ser melhor divididos com a União e com os Estados...

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Obrigada, Senadora Kátia Abreu. Parabenizo V. Ex^a, que traz à tribuna a discussão de questões de mais alta relevância para a vida do País, já alertando para as grandes dificuldades por que os novos prefeitos poderão passar, dificuldades que vão se somar a outras, Senadora. Pois, na realidade, os atuais prefeitos, os que ainda estão em exercício, também sofreram bastante com os poucos recursos que chegam às prefeituras para atender à demanda da sua população. A Constituição de 1988 – que festejamos neste ano –, a Constituição Cidadã, repassou muitas responsabilidades para os municípios, mas, infelizmente, o Governo Federal não

repassou também para os municípios os valores necessários a fim de que pudessem ter uma saúde melhor, uma educação melhor e atender a demandas como a que V. Ex^a está citando, do transporte escolar. Eu fui prefeita e sei que é assim. Na hora em que o Governo Estadual, ou o Governo Federal, repassa recursos para o transporte escolar, além de serem insuficientes, demoram a chegar. E quando o transporte pára, é na porta do prefeito que o aluno vai cobrar. Hoje, a prefeituras têm a responsabilidade do ensino fundamental, que em alguns Estados já é totalmente municipalizado, mas no meu ainda não é. Mesmo assim, os prefeitos assumem o transporte dos alunos que são da rede estadual. E o que acontece? Não é só do ensino fundamental, mas também do ensino médio...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – ...e do ensino superior. É impossível. Nós que somos do movimento municipalista, que há muito tempo, e sei que V. Ex^a também se soma a essa luta, lutamos para que os recursos desta Nação sejam melhor distribuídos, porque mais de 60% de tudo que é arrecadado fica com o Governo Federal. As contribuições – sabemos que são impostos também – não entram para a contabilidade, não entram para o rateio no Fundo de Participação. Os municípios estão ficando cada vez mais penalizados. Numa crise destas, quando, conseqüentemente, vamos ter redução de IPI e de Imposto de Renda, quem mais vai sofrer é quem mais precisa. Não fique pensando... O prefeito vai querer fazer, vai sofrer com isso, mas as conseqüências maiores serão para a população mais pobre, mais carente, que já precisa melhorar muito na educação. Sei que este foi um dos temas mais discutidos nas eleições municipais. A educação de qualidade, que é cobrada, as creches que não existem, o apoio do dia-a-dia nas cidades... Enfim, realmente, a V. Ex^a traz uma preocupação à qual temos de nos somar para, desde já, o Governo tomar as medidas preventivas necessárias a fim de que as cidades possam, com a força do seu povo, contribuir para o engrandecimento do País. Muito obrigada, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini. Conhecemos a sua administração em Mossoró. V. Ex^a, como uma das prefeitas mais competentes deste País, conhece essa realidade. O transporte escolar no Brasil, o cálculo para recebimento dos prefeitos, é apenas contabilizado pelo número de alunos, sem levar em consideração o território do município. Um município minúsculo em territorialidade...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Um município minúsculo em territorialidade recebe o mesmo valor que um município de uma extensão enorme, como é em todo o Brasil e no meu Estado. Isso é inadmissível e nós precisamos rever esses números.

Mas, Sr. Presidente, ainda hoje, quero reclamar da divisão de que falamos tantas vezes, como a Senadora Rosalba disse agora. De tudo que se arrecada no País, 58% fica para a União, 25% para os Estados, e para as prefeituras, para os municípios, onde mora o povo brasileiro, onde nasce, onde morre, onde trabalha e onde cria sua família, apenas 16% desses recursos. E mais, nesses municípios do Brasil é que se arrecadam os recursos que passam pelo Governo do estado, vêm passear até Brasília, para depois retornarem aos municípios, trazendo burocracia, e burocracia traz custo. Prefeitos que viajam constantemente...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permite V. Ex^a um aparte, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...às capitais do Brasil, levando certidões, levando documentos, reajustando projetos, e quando recebem...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – E quando recebem a emenda, principalmente se for uma emenda pequena, uma emenda de R\$100 mil, praticamente não compensa o gasto que o prefeito ou seus secretários tiveram para ter acesso a essa emenda.

Não vamos discutir, que não é hora, para reformular o bolo. No futuro, em momentos melhores, com certeza, vamos reavaliar essa posição. Cada prefeito deste País tem apenas um Deputado e três Senadores. É muito fácil de fazer a mobilização para fazermos justiça aos prefeitos. Essa divisão não é de agora, não é deste Governo, não quero criticar e apontar culpados e inocentes. Isso vem de muitos e muitos anos, essa divisão injusta para os prefeitos do País.

Sr. Presidente, para se ter uma idéia, ainda no dia 10 e no dia 20,... Eu trouxe exemplo de duas prefeituras que são modelo no meu Tocantins. Em Brejinho de Nazaré, a Prefeita Miyuki, é uma excelência em prefeita, foi eleita com percentual imenso de votação. Ela recebe R\$138 mil. Debitam-se, apenas de Previdência anterior e presente, quase R\$80 mil dos R\$138 mil, mais a dedução da saúde, mais a dedução do Fundeb, e ela fica com zero ao final do mês.

Quando encontro prefeitos passeando nestes corredores atrás de recursos para seus municípios, não é em vão, não é porque querem passear em Brasília. É porque, se não vierem a Brasília buscar qualquer tipo

de emenda, eles farão uma administração apenas de, mal e mal, pagarem suas contas. Não sobra dinheiro para as obras de que o cidadão precisa na cidade em que ele mora. E nós precisamos continuar indo aos Ministérios, tomando chá de cadeira, ouvindo “não”, principalmente se for da Oposição, e não conseguimos liberar os recursos, a não ser na base da pressão e da obstrução aqui dentro.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Para terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço à Senadora que conclua e aos Senadores que compreendam o cumprimento do horário.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Vou encerrar, Sr. Presidente, mas quero dar apenas um aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior, por favor.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senadora Kátia Abreu, felicito V. Ex^a pelo seu retorno para que continuemos as batalhas da Casa, particularmente neste momento de crise que abate todo o mundo e que não poderia deixar de atingir o Brasil também. Infelizmente, o Brasil perdeu quatro anos de bonança na economia internacional, quando poderíamos ter feito ajuste fiscal, reforma administrativa, enxugamento de gastos, e estar hoje blindados efetivamente contra crises. Na verdade, nós deixamos de fazer uma série de coisas que eram visíveis e que deveriam ter sido feitas no momento exatamente favorável, inclusive reforma tributária, etc. Perdemos esse tempo. O momento agora é de combater a crise. Não podemos mais tomar medidas, pensando no futuro. Agora, temos de correr atrás da crise. O Brasil, por três anos, teve superávit em conta corrente. Hoje, teremos um déficit de mais de 30 bilhões, neste e no ano que vem, se as **commodities** não caírem mais de preço, agravando inclusive as nossas contas externas. Então, temos riscos grandes. Portanto, não vamos também falhar neste momento; não vamos ser a favor da crise. Nós, Democratas, não seremos a favor da crise, porém teremos de tratar com seriedade as medidas provisórias que vêm aí para combater a crise. Quanto à MP nº 442, que se refere à questão da aquisição de carteiras de crédito, pelos bancos maiores, dos bancos menores, sabemos que não há grande problema, até mesmo porque o Banco Central soube fazer a regulamentação. Mas a MP nº 443 merecerá de nós alguns reparos, principalmente no que tange a permitir que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil criem subsidiárias e comprem participações acionárias de diversas empresas, principalmente construtoras. Nesse ponto deveremos ter um pouco

mais de cuidado, e já estou levantando o debate, para ser feito na semana que vem, nesta Casa.

Mas gostaria só de colocar que nós, Democratas, seremos responsáveis, porém não seremos omissos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senador, pelo conhecimento da causa e da situação da economia brasileira, V. Ex^a que é um especialista e um competente empresário.

Sr. Presidente, para encerrar as minhas palavras, quero, mais uma vez, reafirmar a minha preocupação com os mais de cinco mil Prefeitos deste Brasil, especialmente, com os 139 Prefeitos do meu Estado do Tocantins. Desejo, em primeiro lugar, boa sorte a todos e um belo mandato, independentemente de partido; que possam ter um mandato sereno, com muita responsabilidade, com muita cautela, porque os dias serão terríveis, e precisamos ter a compreensão da população. Precisamos colocar para a população este momento, porque com certeza deveremos falhar às expectativas da população brasileira diante dessa crise.

As nossas cidades melhoraram muito, no Brasil, nos últimos 10 ou 15 anos. As nossas cidades estão mais bonitas, mas o que precisaríamos, neste momento, Sr. Presidente, seria que, nesse próximo mandato, os Prefeitos do Brasil pudessem investir no ser humano, nas famílias, na qualidade de vida da sua gente, na saúde do seu povo, na educação de tempo integral, que é uma solução que não apenas traz conhecimento, mas que é a única solução para acabar com a fome das crianças e jovens deste País – a escola de tempo integral, que foi pregada em todos os palanques do Democratas no Tocantins, como uma bandeira nossa, nos nossos Municípios, onde elegemos os nossos Prefeitos, no meu Estado; a nossa bandeira de implementar a escola de tempo integral. É por intermédio da educação e do fim da fome que vamos poder fazer com que as nossas crianças e os nossos jovens aprendam de verdade e não apenas freqüentem a escola. Queremos crianças e jovens que tenham sucesso escolar.

Espero que os nossos Prefeitos possam superar as suas dificuldades, usar muita criatividade, o apoio desta Casa, do Senado Federal e da Câmara, para que, em dias melhores, possamos corrigir essas deturpações, essas divisões injustas, essas funções sobrepostas, esta coisa insana de vir a Brasília, para buscar o dinheiro que saiu de lá, da fonte, da base; de vir, andando quilômetros e quilômetros, de tantas cidades deste País, do Oiapoque ao Chuí, para buscar em Brasília os recursos, que são seus, que são da população brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar, realmente, cumprir o tempo.

Gostaria de tratar do motivo que me traz à tribuna para esta comunicação inadiável, que é a audiência pública que hoje foi realizada na Comissão de Assuntos Sociais sobre a questão dos aposentados, uma audiência pública da mais alta importância.

Foi um momento, na nossa Comissão, em que se discutiram os projetos apresentados pelo Senador Paulo Paim com relação à correção das injustiças que vêm acontecendo com os aposentados, principalmente a questão do fator previdenciário, dos reajustes, pois aqueles que ganham mais de um salário mínimo, um centavo a mais, já não têm o mesmo percentual que é dado aos que ganham apenas um salário mínimo. E também outras questões que vêm sendo debatidas desde 2003, Sr. Presidente. Desde 2003!

Senador Mário Couto – V. Ex^a estava presente à audiência, assim como o Senador Expedito Júnior, que é o Relator, o Senador Augusto Botelho e tantos outros Senadores –, nós tivemos a oportunidade hoje de ouvir as duas partes. Mas o que mais me entusiasmou – eu que presidi a audiência – é que pudemos sentir da parte de todos que ali estavam que essa é uma questão suprapartidária, que todos os partidos ali representados falavam a mesma voz, a voz da justiça, a voz de quem quer corrigir algo que vem acontecendo e vem transtornando a vida de milhares e milhares de brasileiros que, durante toda uma existência, com o suor do seu rosto, construíram esta Nação; mas que, na hora de terem tranquilidade e de descansarem um pouco de tanta trabalhadeira, vivem a hora da angústia maior, do sofrimento maior. Contribuíram para ter uma aposentadoria, e, logo que se aposentam, já têm o valor reduzido; o primeiro recebimento já vem reduzido. No decorrer dos anos, o valor vai sendo cada vez mais achatado, a ponto de já ter havido um prejuízo, Senador Mão Santa, de 40%!

Mas o que nos trouxe alegria é que, nessa audiência, em que contamos com a presença de representantes das entidades que defendem os aposentados, bem como de representante do Tesouro Nacional e de representante do Ministério da Previdência, Dr. Carlos Eduardo, que mostrou que existe realmente uma abertura – pela primeira vez, nós a estamos sentindo – para entender que chegou a hora da correção, que ela é necessária.

Aviso ao plenário que já marcamos para o dia 5 a próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais e que esse será o primeiro ponto da pauta. Quero convidar a todos, Senador Paulo Paim, e vamos começar a fazer desde já o convite, para que possamos contar com o maior número possível de Senadores presentes, porque o projeto vai ser apresentado para votação terminativa.

Então, quero contar com todos os Senadores presentes, porque esse assunto é muito importante para corrigir a injustiça com cidadãos e cidadãs brasileiros, que estão precisando desse apoio. É preciso entender que esses recursos não vão quebrar a Previdência, porque nunca o fizeram; é preciso entender que esses recursos são a reposição de contribuições que chegaram aos cofres; e eles vão circular, estimulando a economia, mas, principalmente, vão trazer mais dignidade a quem merece de todos nós todo o respeito e os aplausos: o trabalhador brasileiro que, hoje aposentado, contribuiu para fazer este País forte, para fazer este País brilhar, pela sua luta.

Gostaria também de comunicar que, após a audiência, tivemos um encontro importante com o Ministro Pimentel, nordestino, cearense, conhecedor também da luta dos trabalhadores. Qual era a nossa preocupação? Era aprovarmos o projeto no Senado e, depois, na Câmara, mais uma vez, como todos nós sabemos, por uma questão cujo mérito não adianta aqui analisarmos – sabemos que lá a maioria da base do Governo é grande –, possa acontecer um descuido e, mais uma vez os anos se passarem – porque estamos falando de anos, foi desde 2003 – e o projeto não ser aprovado. Mas também não era somente ser aprovado, porque já existe um acordo. Na Câmara, apesar das diferenças partidárias, existe esse sentimento circulando de união para aprovação desse projeto, sentimento de que essa é uma questão que não podemos de forma alguma analisar à luz de situação ou oposição. Essa é uma questão em que todos têm de dar as mãos. E já sentimos isso na Câmara.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Terminou já, Sr. Presidente.

Mas o que nos deixou ainda mais tranquilos – não foi, Senador Paim?, V. Ex^a, o Senador Mário Couto, o Senador Romeu Tuma, o Senador Expedito Júnior, Senador Alvaro Dias, Senador Flexa Ribeiro, o Senador Cícero Lucena e essa Comissão – foi ouvirmos do Ministro o pedido para que façamos um trabalho junto à Comissão de Orçamento para que, aprovado o projeto, em 2009 já tenhamos condição de começar a recomposição, que, na realidade, dentro do proje-

to, com muito equilíbrio, foi colocada para que possa acontecer nos próximos cinco anos.

Era isso que eu queria comunicar. E quero, mais uma vez, parabenizar o autor da proposta, Senador Paulo Paim, o seu Relator, Senador Expedito Júnior, e dizer a todos os Senadores que se somaram a esse projeto com suas idéias, com suas propostas, que esse é um projeto justo e que, com certeza, vamos fazer a vontade do povo do nosso País, que nos trouxe aqui para representá-lo e defender o que é mais justo e mais digno para a população brasileira.

Vou terminar, Sr. Presidente, porque comunicação inadiável é de apenas cinco minutos e eu passei, se não me engano, dois minutos.

Mas, para finalizar, quero parabenizar o Governador Arruda, que, no Dia do Funcionário Público, teve a sensibilidade de encaminhar, para ser analisada – tenho certeza de que será aprovada –, a licença-maternidade de seis meses para as funcionárias públicas do Distrito Federal. Que esse exemplo seja seguido por todos os governantes, para que possamos avançar, cada vez mais, nesse direito maior da mulher e, principalmente, das nossas crianças, que, assim, no início de suas vidas, estarão mais amparadas, mais protegidas e, com certeza, serão grandes homens e grandes mulheres no futuro do Brasil.

Obrigada, Senador Presidente, por sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Fiz

o possível, tentei ser o mais rápida possível. Espero que possamos estar juntos...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A causa justifica.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – A

causa é justa, são os aposentados e a licença-maternidade de seis meses.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Rosalba.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, como orador inscrito, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, falará o Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria, inicialmente, fazer dois registros. Neste fim de semana, tive o prazer de participar, na minha cidade natal, a cidade de Jequié, uma das mais importantes do Estado da Bahia, da comemoração dos 111 anos de

emancipação política daquele Município. É um Município próspero, com uma população próxima de 200 mil habitantes. Agora, vê renovadas suas esperanças no futuro pela eleição do novo Prefeito Luiz Amaral, que já foi Prefeito da cidade, que já foi Deputado estadual e que reúne as condições completas de conduzir Jequié para um destino rumo ao desenvolvimento, à melhoria da qualidade de vida do seu povo, da sua população. Ele sucede o Prefeito Reinaldo Pinheiro, que encerra com chave de ouro sua administração, entregando obras importantes para a cidade, como a Biblioteca Municipal, talvez a melhor de todo o interior do Estado; como a nova praça principal da cidade, a Praça Rui Barbosa, e outras obras importantes. Seu sucessor, o Prefeito Luiz Amaral, formou uma composição partidária ampla, envolvendo diversos Partidos, como o PMDB, o PR, o Democratas, o PSB, que se uniram para assegurar que Jequié tivesse um dirigente à altura do seu destino.

Comemorei junto com a população mais um ano de emancipação política com o desfile cívico, o que é normal acontecer nessas cidades. Então, são esperanças renovadas. E estarei no Senado Federal, junto com autoridades federais, procurando carrear recursos importantes, para ajudar a Prefeitura Municipal de Jequié, o Prefeito Luiz Amaral, no sentido de que possa fazer tudo de que Jequié necessita para avançar e construir seu futuro. Espero que o Governo do Estado também possa fazer muito pelo Estado. No passado, quando fui Governador do Estado, tive oportunidade de fazer muito por essa terra, bem como os ex-Governadores Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto, que fizeram muito por Jequié. Espero que o Governo do Estado possa também fazer tudo que essa terra merece.

Outro apontamento que faço neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o relato de uma visita que fiz ao Projeto Santa Rita, pertencente à Mineradora Mirabela, que está sendo implantado no Município baiano de Itagibá, na microrregião da própria cidade de Jequié, também vizinho à cidade de Ipiaú, para a exploração da maior jazida de níquel sulfetado da América Latina e uma das maiores do mundo. Lá fomos recebidos pelo diretor de implantação, Dr. Raphael Bloise. A previsão é otimista. Apesar da crise aí instalada, inclusive com a queda dos preços das **commodities**, esse investimento beira R\$400 milhões, o que poderá fazer com que haja o enriquecimento do minério a partir de abril do próximo ano. Atualmente, são mais de 3,6 mil homens trabalhando em diversos turnos no serviço de decapeamento da mina, em obras civis e na montagem eletro-mecânica para a operação do enriquecimento do minério. Pelo que vi, estão sendo implantadas todas essas obras com total participação

da comunidade, com total transparência, com responsabilidade social e ecológica, respeitando-se o meio ambiente e buscando-se integrar a comunidade em todas as iniciativas. No funcionamento pleno dessa mineração, é claro que se reduzirá um pouco o número de trabalhadores, mas serão em torno de mais de 1,6 mil trabalhadores diretos e indiretos nessa mineração. Isso vai beneficiar as cidades de Itajubá e de Ipiáu e outros dezessete Municípios que compõem essa microrregião do Estado da Bahia.

Portanto, temos de comemorar, porque a Bahia, assim, vai-se transformando numa grande província mineral. E isso não acontece por acaso e não vem de agora, vem de muitos anos passados, porque a Companhia Baiana de Pesquisas Minerais vem trabalhando arduamente nos diversos governos para identificar essas jazidas e colocá-los para exploração pela iniciativa privada, como está acontecendo agora com essa mineração de níquel, que vai produzir 147 mil toneladas por ano de concentrado de níquel, numa excelente situação de infra-estrutura. O minério tem apenas 0,61% de concentração na natureza, mas se vai passar por um processo de elevar essa concentração para 13%. É uma mineração que está próxima ao asfalto, que está próxima à água, disponível no rio das Contas, e próxima a um porto de exportação, o porto de Ilhéus. O valor da produção mineral é de mais de R\$1,644 bilhão. São estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Essa é a produção mineral do Estado da Bahia, à qual, agora, será acrescentada essa produção do níquel na ação do Projeto Santa Rita da Mineradora Mirabela do Brasil, em Itajubá.

Portanto, quero destacar isso e parabenizar todos que estão envolvidos nesse processo, porque, assim, a região vai-se desenvolvendo, vai-se gerando emprego e renda para a nossa população.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz aqui é a questão da crise. Já falei sobre esse tema na semana passada e o retorno agora.

Estamos vendo a Câmara aprovar a Medida Provisória nº 442, e a Medida Provisória nº 443 também já está em apreciação. A crise está sendo enfrentada. É claro que temos de lamentá-la, mas é preciso dizer que a crise não derivou do País, de erros praticados pelo Brasil em suas contas públicas. Esses efeitos malféficos que nos atingem advêm de uma crise gerada nos países desenvolvidos, nos Estados Unidos e na Europa. De qualquer forma, temos de trabalhar para que sejam minimizados internamente os efeitos da crise financeira sobre a economia brasileira.

A crise é sentida, principalmente, pela restrição de crédito. Entretanto, temos de dizer que o Governo

Federal tem tomado medidas para contornar os efeitos perversos dessa crise. A atuação do Banco Central tem sido destacada por todos aqui, de forma suprapartidária, tanto pela Oposição como pela Bancada governista. É louvável a atuação do Banco Central. A instituição tem atuado no âmbito de suas funções clássicas ao executar a política monetária de forma responsável, atentando para a necessidade de prover liquidez à economia sem perder de vista o imperativo fundamental de combater a inflação e a instabilidade de preços. Não podemos imaginar que será com a volta da inflação que vamos resolver os problemas da crise.

A redução do compulsório, a venda de dólares no mercado e o aumento das operações em redescontos são instrumentos tradicionais que, sem dúvida, devem nortear a atuação do Banco Central, e a estão nortecendo, sobretudo no momento atual. Sr. Presidente, faz-se necessária a irrigação do sistema econômico com capital de giro e com crédito, para garantir o funcionamento de todos os setores da economia, especialmente a construção civil, a agricultura e todos os setores exportadores, os setores dos pequenos e médios produtores brasileiros.

A Medida Provisória nº 422, que foi aprovada ontem na Câmara, vem atender esses requisitos, fortalecendo o Banco Central, para que este possa atuar melhor, mais livremente e mais rapidamente neste momento de crise. Essa Medida Provisória facilita o socorro a bancos de pequeno porte e autoriza o Banco Central a conceder crédito a exportadores.

O que não podemos aceitar é que o Governo permita um efeito dominó. O que observamos nos Estados Unidos foi o descuido do Governo Bush com relação ao Banco Lehman de Investimento – o Lehman Brothers –, o que desencadeou toda essa crise. Se o governo tivesse intervindo naquele momento, salvando aquela instituição financeira, nós, provavelmente, já estaríamos resolvendo pelo menos parte dessa crise.

Concedo um aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador César Borges, a preocupação de V. Ex^a com a crise e com as medidas de combate a ela são objeto de preocupação de todos nós. V. Ex^a mencionou duas dessas medidas, que aqui chegam sob a forma de medidas provisórias. A MP nº 442, sem dúvida, o Banco Central a vem gerindo a contento. A gestão é do Banco Central, o que muito nos tranquiliza, como V. Ex^a afirmou. Mas o que me preocupa é a Medida Provisória nº 443, porque dá carta branca ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica para investirem em empresas de diversos setores, inclusive com participação acionária. Atribuir poder dis-

cricionário à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil, que são órgãos recheados de sindicalistas, é politicamente perigoso e pode ser economicamente desastroso. Portanto, a Medida Provisória nº 443 merece ser reparada, merece ser ajustada, porque existe o perigo iminente de manipulação de dinheiro público. É importante que estejamos atentos quando essa Medida chegar aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Senador Antonio Carlos, agradeço-lhe o aparte. Talvez, o tempo de que disponho não permita que eu conclua meu discurso, mas adianto que sua segunda parte vinha exatamente ao encontro de seu pensamento.

A Medida Provisória nº 443 é extremamente necessária, é importante, vem para evitar exatamente o que eu disse: o efeito dominó. Entretanto, precisa ter salvaguardas, e acho que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado trabalham nesse sentido.

O Governo Federal está aberto. Ontem, li nos jornais que o Ministro Mantega estaria disposto, inclusive, a propor um prazo-limite de atuação. O Congresso Nacional deve acompanhar todas essas operações. Essa é uma obrigação nossa, e é um dever do Governo Federal dar notícia do que está acontecendo ao Congresso Nacional.

Se o Senador Antonio Carlos Valadares desejar, ficarei satisfeito em ouvir mais um Antonio Carlos da Casa!

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador César Borges. Gostaria de me reportar à referência que, mais uma vez, faz V. Ex^a à crise internacional, que, infelizmente, está chegando ao nosso País, aos países do Terceiro Mundo, àqueles que conhecemos como países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O Brasil não está sendo uma exceção. Algumas montadoras já estão dispensando seus empregados. Ficamos até desconfiados, porque as montadoras, como os bancos, ganharam muito dinheiro ao longo desse período de vacas gordas, mas, ao menor sinal de crise, de repente, o castigo recai sobre os mais fracos, que são os empregados.

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Na verdade, se fizemos uma fiscalização mais intensa sobre a aplicação do capital dessas empresas, garanto que veremos que esse capital estava rodando na especulação. Daí eles não suportarem qualquer crise. Sabemos, por exemplo, que a Volkswagen, que está dispensando empregados, hoje dispõe do maior volume de ações no mundo inteiro – hoje, já ultrapassa até a Ericsson em termos de valorização de suas ações. Quer dizer, é uma multinacional riquíssima, mas, agora, diante dessa crise, está

dispensando empregados ou está concedendo férias. Ficamos desconfiados de que estão atrás de algum benefício do Governo, de alguma facilidade. Isso não pode acontecer, V. Ex^a tem razão. Aliás, o Presidente da República já disse que não vai utilizar dinheiro público para beneficiar aqueles que especularam.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, vou encerrar, agradecendo ao Senador Antonio Carlos Valadares o aparte.

Não podemos penalizar os trabalhadores e a população de um modo geral, mas, para não penalizá-los, temos de apoiar as medidas que o Governo Federal está tomando com o Banco Central, com as medidas provisórias, para não permitir que a economia brasileira ande para trás, que haja uma recessão. O pior que pode acontecer para o trabalhador brasileiro, para o povo brasileiro, é uma recessão, que diminui o consumo, que diminui o número de trabalhadores nas fábricas, que faz com que toda a economia fique paralisada, e isso não é bom para ninguém.

Tenho de aplaudir, porque medidas estão sendo tomadas, e temos de avaliar essas questões de forma suprapartidária. Não é o momento de se avaliar medida provisória do Governo aqui partidariamente. É claro que queremos que as salvaguardas existam, que se tome cuidado na aplicação do dinheiro público, mas precisamos levar em consideração que as medidas são necessárias e urgentes para permitir que a economia brasileira continue funcionando, empregando e gerando renda para o povo brasileiro.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra, o Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria.

Regimentalmente, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece que hoje, enfim, tivemos um dia bom para os aposentados e pensionistas deste País.

Depois de muitos anos de luta, depois de dois anos aqui nesta Casa lutando para que, pelo menos, o Governo desse algum sinal de que se preocupa com a situação em que vivem os aposentados deste País, Senador Jefferson Praia, até que enfim tivemos um dia feliz. Nós pretendíamos obstruir a pauta a começar de ontem. Havia a consciência por parte da maioria dos Senadores de que haveria, a partir de ontem, a obstrução da pauta. Não seria bom para o Senado; não seria bom para a Nação; não seria bom para o Governo num

momento de crise como o que vivemos. Nós sabemos disso. Não somos irresponsáveis.

Fomos, então, até o Presidente deste Poder comunicar a nossa preocupação com os aposentados e pensionistas deste País, que não teriam mais condições, de forma alguma, de verem as suas vidas ficarem cada vez pior. Acredite, Senador Papaléo Paes, nos últimos quatro anos, a perda foi de 40%. Mais seis anos e eles receberiam apenas o salário mínimo ou o papel com zero, zero, zero, zero, zero de salário.

O Presidente desta Casa está, mais uma vez, de parabéns, Senador Alvaro Dias, pois teve a consciência de que também deveria participar das negociações – peça fundamental para que tudo pudesse dar certo. Foi, então, solicitada a presença do Ministro da Previdência, Deputado José Pimentel, pessoa simpática. E aqui não quero produzir nenhum sentimento de aborrecimento contra o Governo, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes, mas quando há a necessidade de se falar bem de alguém aqui, Senador Alvaro Dias, devemos também ter a consciência de fazê-lo. E o Ministro foi sensível. Parece-me que o Ministro está com vontade de resolver o problema dos aposentados deste País.

Depois de uma negociação ampla em que estiveram presentes vários Senadores, Senador Paulo Paim, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a – preocupado com a situação do Aeros, e já vou falar também sobre esse assunto e parabenizá-lo pela sua postura e pela maneira como V. Ex^a está encarando a realidade desses funcionários. Parabéns, Senador! –, os Senadores Romeu Tuma, Expedito Júnior, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Geraldo Mesquita Júnior, enfim, uma série de Senadores presentes, o Ministro então nos concedeu, Senador Papaléo Paes, a seguinte informação: “Senadores, não queremos mais sentir o prejuízo dos aposentados deste País”.

Senador Jarbas Vasconcelos, o Ministro se prontificou, na próxima terça-feira, a sentar com o Presidente desta Casa, com a Frente Parlamentar de Proteção aos Aposentados, com a Comissão de Orçamento e com o Relator do Orçamento, para colocar dinheiro para no início do ano de 2009, já termos implantados alguns desses projetos do Senador Paulo Paim. Quando há aumento do salário mínimo em 10%, o aposentado só recebe 4%. É o fator previdenciário. Quando o cidadão se aposenta com dez salários mínimos, só recebe cinco salários mínimos. Assim, que pelo menos alguns desses projetos tenham solução no ano de 2009.

A luz vem. Tomara que ela seja real! Nós, então, paralisamos as nossas ações. Vamos dar crédito ao Governo. Por enquanto, as nossas ações estão paralisadas, tais quais: obstrução da pauta, a vigília que

íamos fazer, a caminhada em direção ao Planalto; tudo isso vamos interromper por algum tempo.

Senador Jarbas Vasconcelos, tomara que tudo o que conversamos hoje neste dia feliz para os aposentados, Senador Mão Santa – V. Ex^a que faz parte deste grupo –, dê certo. Se tudo for real, se tudo for sério – e acredito que seja sério... Gostei da postura do Ministro: não criou dificuldades. Parece que o Ministro realmente está a par da condição miserável em que vivem os aposentados e pensionistas deste País, e ele me deixou com a sensação de que vai nos ajudar a resolver esse problema do Estado brasileiro, já que não é de partido nenhum, não pertence a qualquer partido. Lá estiveram vários partidos: Senadores que fazem oposição, como eu, e também Senadores que defendem o Governo nesta Casa, porque comungam com o mesmo sentimento de dar apoio a essa causa justa dos aposentados deste País.

Vou para a minha casa hoje com a sensação de que parte do meu dever foi cumprido. Quase todos os dias eu estou aqui nesta tribuna mostrando a situação do aposentado brasileiro, da aposentada brasileira e de cada pensionista deste País, que, às vezes, não têm a mínima condição. Há poucos dias, vi, pela televisão brasileira, Senador Papaléo Paes, a dura realidade de um aposentado brasileiro que buscava produtos podres na Ceasa para se alimentar e acabou morrendo miseravelmente. Essa é a situação dos aposentados brasileiros. Quem sabe a partir de hoje tenhamos uma solução definitiva para os aposentados brasileiros! Não acredito, em hipótese alguma, Presidente, que haja situação pior, neste mundo chamado Terra, do que aqui neste País chamado Brasil, Senador Jarbas Vasconcelos.

Pois não, Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto, quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a foi exatamente um dos primeiros aqui a levantar a voz a favor dos aposentados. É claro que temos um grupo de abnegados por essa causa, mas V. Ex^a foi até o extremo, com um posicionamento firme e determinado em prol dos aposentados. E hoje vemos que V. Ex^a está satisfeito pelo andamento dessa articulação que vem atender às necessidades dos aposentados, ou parte delas. Por isso, quero parabenizá-lo e aos demais Senadores. Refiro-me a V. Ex^a, porque é V. Ex^a que está na tribuna – é lógico que há outros Senadores participando dessa luta. Mas queremos lembrar que, há 30 ou 40 anos, os contribuintes pagavam até mais do que recebiam – maior percentual, maior proporcionalidade – para se aposentar com dez salários. Lamentavelmente, essa foi uma frustração na vida desses aposentados. Como diz V. Ex^a, hoje, dos dez salários, para alguns restam quatro ou três. Se, no futuro, não

tomarmos uma providência, poderá até ser menor do que isso. Então, parabéns a V. Ex^a e ao Senado Federal pela iniciativa do processo dos aposentados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado a V. Ex^a e ao Senador Mão Santa, que sempre estiveram presente nessa Frente Parlamentar.

Finalmente, Sr. Presidente, ao descer desta tribuna, quero dizer aos aposentados do Aeros que V. Ex^a está atento e já conseguiu, junto ao Ministro e ao Presidente desta Casa, trazer a Procuradoria-Geral da União para discutir esse fato.

Tenho certeza absoluta de que nós – V. Ex^a juntamente com todos os Senadores que compõem a Frente – iremos começar uma ação e, certamente, com a direção de V. Ex^a, os aposentados do Aeros poderão ter a certeza de que seus problemas serão solucionados.

Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Antes de V. Ex^a terminar o seu pronunciamento, eu gostaria de dizer que essa questão do Aeros realmente não é possível. Já existe uma decisão judicial; o Governo deve cumpri-la! São centenas de pessoas que têm direito a essa pensão e que estão sofrendo porque essa decisão não é cumprida. Então, tem que se cumprir a decisão judicial. O Senador Alvaro Dias fez um pronunciamento muito importante na semana passada. As reuniões que aconteceram ontem mostram a certeza desse caso. Então, era especificamente sobre a questão do Aeros que eu queria me pronunciar neste aparte a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A solução desse problema, Senador Eduardo Azeredo, deve começar pela Procuradoria-Geral da União. Por isso é que estamos chamando aqui, no Senado, a Procuradoria-Geral da União para sentar com a Frente Parlamentar de Proteção aos Aposentados – sendo essa parte do Aeros comandada pelo Senador Alvaro Dias –, com o Ministro, com o Presidente deste Poder e com Senadores.

Tenho certeza de que haveremos de resolver esse problema.

Ouçõ o Senador Mão Santa, para encerrar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, eu queria cumprimentá-lo e dizer que continuamos sendo liderados por V. Ex^a e pelo Senador Paulo Paim. E, em homenagem ao Senador Azeredo, que é mineiro, faço minhas as palavras de Juscelino Kubitschek, que disse que a velhice é triste, mas que ela desamparada é uma desgraça. Então, não podemos levar os nossos velhinhos aposentados a esse estado de desgraça, porque eles estão aí, agüentaram tudo. Nunca dantes – “nunca dantes” está na moda – os velhinhos se suicidaram tanto. Estou fazendo essa

pesquisa e constato isso, porque eles são honrados, são honestos, e não dá.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O País, que somos nós, fez um contrato com eles, que pagaram a vida toda com a esperança e com o sonho de receberem dez salários mínimos e estão recebendo cinco; os de cinco estão recebendo dois salários mínimos e ainda caíram naquela mazela do empréstimo consignado, que o mundo está a chorar. Então, V. Ex^a tem que levantar essa bandeira. Acho que os nossos velhinhos estão sofrendo muito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desço desta tribuna, então, Sr. Presidente, parabenizando o Senador Paulo Paim. Tenho certeza de que o Senador, assim como eu, está satisfeito com o dia de hoje, quando suspendemos as nossas ações. Esperamos, Senador Mão Santa, que, na próxima semana, possamos vir a esta tribuna dizer, definitivamente, que o problema dos aposentados deste País está resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Vou anunciar a concessão da palavra ao Senador Jefferson Praia, por dez minutos.

Peço ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência porque, depois do Senador Jefferson Praia, pretendo fazer uma comunicação inadiável.

O Senador Jefferson Praia falará por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve.

Quero me reportar, neste momento, Sr. Presidente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que institui o regime de tributação unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. É o projeto, Sr. Presidente, a que temos nos reportado como “projeto dos sacoleiros”.

Na minha avaliação, a iniciativa é louvável quanto ao aspecto de formalizar um mercado que há anos vem-se dando de maneira informal. Entretanto, Sr. Presidente, eu gostaria de externar algumas preocupações.

O centro da minha primeira preocupação é a pirataria. Eu gostaria de destacar essa questão. Não é possível competirmos com produtos piratas. Faz-se necessário, então, Sr. Presidente, termos a anuência prévia de órgãos fiscalizadores nessa questão.

O segundo ponto é a entrada de produtos importados, o que vai requerer responsabilidade das empresas brasileiras para proporcionar a assistência

técnica garantida pelo Código de Defesa do Consumidor, como sabemos.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, é que a competição em relação aos produtos importados via Paraguai, no contexto dos sacoleiros, poderá afetar diversos setores da economia nacional. Vejam bem: o terceiro ponto, repito, é que a competição em relação aos produtos importados via Paraguai, no contexto em que estamos tratando desse projeto, a que chamamos “projeto dos sacoleiros”, poderá afetar diversos setores da economia nacional. Destaco como exemplo os setores de calçados, de brinquedos, de vestuário, entre outros. Portanto, Sr. Presidente, não só produtos do Pólo Industrial de Manaus poderão sofrer com a aprovação desse projeto, mas todas as empresas brasileiras. Esse é um ponto para o qual temos de ter bastante atenção. Chamo atenção para esse aspecto, Sr. Presidente, pois, ao que parece, o impacto desse projeto seria somente nos produtos da Zona Franca de Manaus, mas, na minha avaliação, não é assim. O impacto poderá se dar em diversos setores da nossa economia. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), em todas as audiências públicas, manifestou-se contrária a esse projeto.

Portanto, para finalizar, quero aqui destacar que temos de analisar, refletir, discutir esse projeto, intitulado “projeto dos sacoleiros”, para que possamos aprovar o melhor para o Brasil.

É importante, sim, formalizar. Estou de pleno acordo quanto à questão da formalização, mas temos de ter atenção quanto às mercadorias que serão importadas, quanto à fiscalização que deverá ser feita naquela área, quanto aos órgãos que farão essa fiscalização, para que aí não estejamos competindo com produtos piratas. Aí não dá! Competindo com produtos piratas, faremos um gol contra as empresas brasileiras. Num momento como este de crise internacional, com reflexos na economia brasileira já sentidos, neste momento, temos de ter cautela. Concordo plenamente com a aprovação desse projeto, mas devemos ter cautela quanto aos aspectos mencionados, para protegermos as empresas nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação e com muita honra que anuncio a presença do Prefeito eleito de Batalha, cidade importante do Piauí, Dr. Amaro Melo, acompanhado de seu assessor, Dr. João Costa. A eles, os nossos

votos de prosperidade e felicidade na sua administração. Amaro Melo é de uma tradicional família política, e a esperança é uma certeza de progresso naquela importante cidade do Piauí.

Convidamos para usar da palavra o Senador da República, do PSDB do Estado do Paraná, Alvaro Dias.

Eu queria informar a V. Ex^a que nós, do Piauí, sem dúvida nenhuma, somos a melhor gente do Brasil. Está nas minhas mãos um livro sobre um piauiense, Dalton Paranaguá, de importante família do sul do Piauí, que teve um antecedente que chegou a ser Primeiro-Ministro no tempo da Guerra do Paraguai e governou três Estados brasileiros. E ele foi para Londrina. Realmente, foi um exemplo de médico, que muito se aproximou a Juscelino Kubitschek, cirurgião de Santa Casa, empreendedor e realizador. Foi ele quem construiu a Londrina moderna, mas, entre as obras deste piauiense, Dalton Paranaguá, a mais importante foi lançá-lo na vida política.

Lendo aqui, foi anunciado que V. Ex^a – e aqui diz – era radialista. Diz o autor: “Era um gostosão e foi eleito com grande votação em 1968”. Ainda hoje está jovem.

A árvore boa dá bons frutos. V. Ex^a brilha na política graças a um filho do Piauí, Dalton Paranaguá, extraordinário médico e um grande exemplo para todos nós, políticos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, em homenagem ao Dalton Paranaguá, V. Ex^a pode usar o tempo que achar conveniente na tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é sempre exemplo de generosidade. O Piauí, realmente, legou-nos um patrimônio da política do Paraná, que é Dalton Paranaguá, exemplo de homem público, de administrador competente e, sobretudo, de médico humano. Dalton Paranaguá honrou, realmente, a cidade que administrou, a cidade de Londrina, e V. Ex^a faz muito bem, como seu conterrâneo do Piauí, ao homenageá-lo da Presidência do Senado, quando preside esta sessão. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prossigo com o tema que já trouxe aqui vários Senadores.

Reunimo-nos com o Ministro da Previdência, para tratar de projetos que interessam aos aposentados. Já houve aqui, especialmente por parte do Senador Mário Couto, relatório sobre essa reunião e sobre as expectativas que ela gera, com o Ministro assumindo o compromisso de se reunir com integrantes da Comissão de

Orçamento para viabilizar recursos necessários, a fim de que os projetos que aguardam aprovação na Câmara dos Deputados possam ser definitivamente aprovados, e estabelecendo um mínimo de justiça do Poder Público brasileiro em relação aos aposentados deste País.

Particularmente, tratamos de outro momento da vida dos aposentados brasileiros, mais especificamente daqueles que trabalharam em três grandes empresas aéreas do Brasil – a Varig, a Transbrasil e a Vasp –, que aguardam por benefícios a que fazem jus e que até hoje não tiveram oportunidade de receber.

A ação judicial, consequência desse impasse, fez com que a Justiça determinasse ao Governo o pagamento desses benefícios devidos a aposentados e pensionistas vinculados a Aerus. Até agora o Governo não efetuou o pagamento.

Ontem, às 19 horas, houve ratificação da liminar concedida. Portanto, a Justiça está assegurando esse direito aos aposentados e pensionistas. Convoquei, por intermédio do Presidente Garibaldi Alves, o Ministro da Previdência, que esteve reunido conosco na sala da Presidência, inclusive com a presença de representantes desses aposentados e pensionistas. Ouvimos dele sugestão para que se convoque o Advogado-Geral da União. Isso está sendo feito, para que amanhã mesmo, possivelmente às 14 horas, ele possa se reunir aqui, no Senado, com Parlamentares, Senadores e representantes dos aposentados e pensionistas dessas empresas, para que possamos discutir as providências que o Governo deve adotar para atender a essa decisão judicial.

Nós já nos referimos a esse fato há duas semanas. Aliás, há um ano, já tratamos desse assunto, mas, há uma semana, abordamos a nota técnica da Advocacia-Geral da União como consequência da decisão judicial. A decisão da Justiça manda o Governo pagar; a nota técnica do Advogado-Geral da União recomenda que o Governo pague. Portanto, só resta a decisão.

Ainda há pouco, quando o Senador Suplicy nos informava que se dirigia ao aeroporto para viajar com o Presidente da República, solicitei dessa cadeira, Senador Mão Santa – onde está V. Ex^a –, que o Senador Suplicy levasse em nosso nome ao Presidente da República o apelo desses brasileiros. São cerca de 30 mil aposentados e pensionistas; cerca de 30 mil famílias, portanto, aguardando por justiça.

Todos os brasileiros conhecem a origem do Presidente da República. Todos sabem que, pela sua origem, pela sua história, deve ser sensível a essa causa. Por essa razão, pedi ao Senador Suplicy que fosse porta-voz de todos, nós junto ao Presidente da República, para que ele se interessasse pessoalmente por esse assunto e determinasse ao Ministério com-

petente o pagamento do que deve o Governo agora, em razão da decisão judicial, a esses aposentados e pensionistas. O Senador Suplicy nos prometeu, no dia de amanhã, trazer a resposta do Presidente da República, e vamos aguardar, certamente com a expectativa de que o Presidente ofereça sinal verde, a fim de que as esperanças sejam ressuscitadas, especialmente porque muitos, certamente, já desesperançados, não acreditam mais na possibilidade de receber, a curto prazo, esses benefícios como resultado do trabalho que realizaram durante muitos anos.

Concedo, com satisfação, aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Alvaro Dias, já pude falar aqui anteriormente, mas quero reiterar suas palavras, porque as informações que V. Ex^a está dando, na verdade, não são de centenas, são de milhares de pessoas que estão dependendo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mais de 30 mil.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Exatamente, mais de 30 mil. É importante que esse número seja colocado. O Governo, às vezes, é ágil para socorrer algumas empresas, para socorrer o setor financeiro e tem que ser ágil também nesse caso. É uma questão já decidida pela Justiça. A Graziella Baggio, que é Presidente do sindicato, que tem feito realmente um trabalho de peregrinação, buscando defender seus liderados, esteve comigo ainda ontem aqui, no Senado, e pudemos conversar e verificar todo o balizamento, todo o arrazoado técnico que existe. Ou seja, não se está fazendo nenhuma doação de recursos públicos, não é nada disso. É uma decisão que já está definida, já está registrada nos Anais.

Portanto, o que o Governo tem que fazer, neste momento, é ter coragem de pagar, porque é justo socialmente; pagar porque é o correto do ponto de vista da Justiça. Quero também, mais uma vez, lembrar que sua participação tem sido muito importante, porque, em termos mais comuns, comprou essa briga e está trazendo, com sua presença sempre muito brilhante no Senado, a luta pela defesa desses milhares de pensionistas do Aerus.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. V. Ex^a também se soma a esse pleito. V. Ex^a faz referência a mais de 30 mil pessoas, portanto, 30 mil famílias dependendo desses recursos.

Encaminhamos, inclusive, aos Ministros da Previdência, da Fazenda e do Planejamento ofício com base na nota técnica da Advocacia-Geral da União, indagando sobre as providências que estavam sendo adotadas.

O que é grave, Senador Eduardo Azeredo: a Justiça chegou a instituir multa de R\$120 mil por dia ao

Governo; estabeleceu prazo para o pagamento, que já está vencido. O Governo recorreu e conseguiu suspender a decisão judicial sobre a multa, mas não conseguiu suspender a decisão judicial sobre a obrigação de o Governo pagar, inclusive com substituição da magistrada que concedeu a liminar. Ontem, às 19 horas, houve ratificação da medida. Então, o Poder Judiciário, em mais uma oportunidade, ratifica a medida, determinando que, como o Governo deve, é obrigado a pagar.

Senador Mão Santa, nós aguardamos para amanhã a reunião com o Advogado-Geral da União. Aguardamos também a resposta do Presidente da República a esse pleito que será transmitido a ele pelo Senador Eduardo Suplicy, na viagem que, neste momento, está realizando. Discutiremos quais as medidas que deverão ser adotadas.

O Governo é rápido, como disse o Senador Eduardo Azeredo, para atender poderosos. Ainda ontem, a Câmara dos Deputados aprovou medida provisória que autoriza o Governo a oferecer recursos para salvar bancos brasileiros, pequenos bancos; portanto, para atender banqueiros do nosso País. Há pouco, o Governo liberou bilhões de reais – se não me falha a memória, cerca de R\$28 bilhões – para atender exportadores brasileiros; portanto, poderosos do nosso País, poderosos exportadores do nosso País.

Não estamos combatendo o Governo por adotar essas medidas, mas fica mal para o Governo adotar medidas que protegem poderosos e se negar a atender à decisão judicial que contempla os menos favorecidos, aqueles que são trabalhadores, aqueles que viveram a sua vida trabalhando duro, contribuindo para que este País se agigante. No momento de receber os benefícios decorrentes do trabalho que realizaram, acabam vivendo verdadeira saga, porque enfrentam todas as dificuldades para fazer valer os seus direitos.

Dessa forma, Sr. Presidente, deixo esta tribuna confiante de que poderá, sim, o Presidente da República determinar as providências necessárias para que justiça se faça.

Ao concluir, já que V. Ex^a foi generoso conosco, quero dizer que há uma insatisfação no mercado, há uma insatisfação no mundo empresarial. A economia do País está sofrendo de paralisia em razão da grave crise financeira internacional, e há desconfiança em relação à equipe econômica do Ministro Mantega. Além da descrença que há em relação a essa equipe econômica, que não está à altura do momento vivido pelo País e pelo mundo, com a tempestade que se abate sobre nós em razão da crise externa, é claro que essa descrença em relação à crise econômica, psicologicamente, promove uma paralisação ainda maior da nossa economia. De outro lado, fica visível a contradição que

há entre o posicionamento do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda.

Para concluir, Sr. Presidente, volto, desta tribuna, a insistir com uma tese em nome do Brasil e dos brasileiros, em nome do futuro do nosso País, com o objetivo de minimizar os efeitos dessa crise, com a esperança de produzirmos medidas administrativas mais competentes. Por que o Governo não cria o comitê de crise e nomeia, para integrá-lo, especialistas os mais credenciados do País, suprapartidariamente, para, criativamente, tomar providências e enfrentar com competência a crise que é grave e que o próprio Governo passa a admitir, depois das brincadeiras iniciais, tratar-se de crise sistêmica, duradoura e de gravidade inédita?

Creio, Sr. Presidente, que esta é uma sugestão elementar. Se há crise, que se constitua o comitê de crise e se convoquem à responsabilidade aqueles que possuem mais talento, mais preparo e mais competência para, evidentemente, adotar medidas que possam contribuir para preservar o cidadão brasileiro dos efeitos funestos dessa crise que se abate sobre nós como verdadeira hecatombe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento. Como eu tinha dito no início, o livro sobre Dalton Paranaçu, ilustre piauiense que passou a viver em Londrina e é responsável pelo desenvolvimento daquela cidade, foi escrito por José Antônio Pedriali. Ele diz o seguinte:

[...] um jovem bonitão e radialista de sucesso se elegeria vereador. Não obteve uma votação expressiva. Foram 991 votos, a quarta colocação entre os eleitos pelo MDB –, mas iniciava uma das carreiras mais longevas e brilhantes de um político paranaense. Alvaro Dias seria deputado estadual, federal, governador e exerce o terceiro mandato de Senador.

Foi em 1968. Então, V. Ex^a, segundo consta aqui no livro sobre Dalton Paranaçu, tem quarenta anos de vida pública e tem muitas perspectivas invejáveis.

Eu acho... Já teve algum paranaense Presidente da República? É capaz de V. Ex^a ser o primeiro.

Convidamos, para usar da palavra, o Senador Neuto de Conto. Ele é do PMDB do Estado de Santa Catarina.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu estou inscrito? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito, está aqui. Nós temos Neuto de Conto, passamos adiante e temos Romeu Tuma e, depois, Paulo Paim. Então, estão anunciados.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Fora do microfone.) – Eu vou falar antes porque quero homenagear Paim e Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto. Então, já está cedido, V. Ex^a merece toda consideração não só do Congresso, mas do Brasil.

Vou pedir permissão para uma burocracia aqui, trazida pela nossa Secretária Executiva Cláudia Lyra.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008

Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Público deve manter programa de diagnóstico e tratamento de estudantes da educação básica com dislexia.

Art. 2º O diagnóstico e o tratamento de que trata o art. 1º devem ocorrer por meio de equipe multidisciplinar, da qual participarão, entre outros, educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos.

Art. 3º As escolas de educação básica devem assegurar às crianças e adolescentes com dislexia o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 4º Os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica cursos sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia, de forma a facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar de que trata o art. 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no ano letivo subsequente ao da data de sua publicação.

Justificação

A dislexia é uma disfunção neurológica que afeta a aprendizagem na área da leitura e da escrita. Não é considerada doença, mas uma dificuldade no processamento da linguagem para reconhecer, reproduzir, associar e ordenar os sons e as letras, de modo a organizá-los corretamente. A pessoa com dislexia é, em maior ou menor grau, incapaz de compreender o que lê, apesar de possuir inteligência, audição e visão consideradas normais.

As causas da dislexia são ainda muito debatidas entre os especialistas. Fatores socioafetivos, neurológicos, fonológicos e até visuais e auditivos são apontados. No entanto, a descoberta de quatro genes ligados à dislexia levou, recentemente, à admissão do caráter hereditário da maioria dos casos. Embora os indivíduos com dislexia quase sempre nasçam com o

problema, ele pode, ainda, ser originado por acidente vascular cerebral (AVC).

A dislexia constitui questão de grande relevância no processo educativo infantil, pois as crianças com a disfunção apresentam, naturalmente, ritmo inadequado de aprendizagem. Uma vez que a linguagem está presente em todos os campos do conhecimento humano, a dislexia pode influenciar negativamente o desempenho em todos os componentes curriculares. Assim, por exemplo, deficiências no aprendizado de matemática podem ter origem na dificuldade de leitura dos enunciados das questões apresentadas ao estudante, e não na inabilidade de raciocínio lógico.

Além disso, a criança com dislexia, devido às suas dificuldades de acompanhar o processo de aprendizagem dos demais alunos, tende a sentir-se frustrada e, pelo menos uma parte delas, pode desenvolver problemas emocionais e comportamentos anti-sociais, como excessiva agressividade ou retraimento.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determina a integração preferencial dos estudantes com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, mas admite que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (art. 58).

A dislexia não preceitua atendimento em classes ou escolas específicas. Todavia, demanda serviços especializados, após um diagnóstico muitas vezes difícil e demorado.

Para que as crianças com dislexia tenham o devido apoio, este projeto de lei determina que o Poder Público mantenha programa de diagnóstico e de tratamento de estudantes da educação básica com essa disfunção.

O diagnóstico e o tratamento serão feitos por equipe multidisciplinar, com a participação de educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos, entre outros profissionais. O projeto também assegura às crianças com dislexia o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem. Por fim, estabelece que o Poder Público garanta aos professores da educação básica cursos sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia, de forma a facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar em questão.

Estamos convictos de que as normas ora sugeridas representarão a abertura de um novo horizonte para os jovens com dislexia, bem como para as suas famílias.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio parlamentar para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II
Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando

em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o

desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das insti-

tuições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 21-7-2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso Incluído pela Lei nº 10.287, de 20-9-2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I – as instituições de ensino mantidas pela União;

II – as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I – as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II – as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III – as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV – os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I – as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas. (Regulamento)

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento)

I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

~~II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005)

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

CAPÍTULO II

Da Educação Básica

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II – a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV – poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI – o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII – cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida

pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12-12-2001)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

V – VETADO (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

~~Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)~~

~~§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)~~

~~§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)~~

~~§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)~~

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Seção III

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~

~~II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do en-

sino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.”

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – ~~domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.~~ (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 2º ~~O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.~~ (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º ~~A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.~~ (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades

educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

Da Educação Profissional

Da Educação Profissional e Tecnológica

(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 39. ~~A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)~~

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)~~

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

CAPÍTULO IV

Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

~~I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007)

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento

das vagas constantes do respectivo edital. (Redação dada pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados

em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento)

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e,

quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – contratação e dispensa de professores;

VI – planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento)

§ 1º No exercício de sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I – propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II – elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e

aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV – elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V – adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI – realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII – efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V

Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: (Regulamento)

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério

na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desem-

penho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

TÍTULO VII

Dos Recursos Financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I – receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV – receita de incentivos fiscais;

V – outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I – recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II – recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III – recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I – remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II – aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV – levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V – realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI – concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII – amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I – pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III – formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V – obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI – pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II – apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV – prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (Revogado pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesesseis anos de idade.

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV – integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. (Regulamento)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às

normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Paulo Renato Souza**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 23-12-1996.

(Às Comissões de Assuntos Sociais, e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Senador Neuto de Conto, V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Srªs e Srs. Senadores, a palavra crise talvez seja a mais usada nos últimos trinta dias em todas as rodas, em todas as reuniões, em todos os parlamentos, em toda a imprensa escrita, falada, televisionada; ela está presente em todos os países. Acho que nunca houve uma palavra tão difundida como a chamada “crise”.

E tivemos muitas, meu caro Senador Romeu Tuma: crises governamentais, crises econômicas, crises financeiras, crises políticas, mas nenhuma com tanta gravidade e com tanta difusão quanto a atual, por se chamar “crise de credibilidade”. E esta crise é tão forte, tão profunda que mexe com toda a socieda-

de econômica do universo e nos atinge também com muita força.

Ela nasceu nos Estados Unidos. Há algum tempo, foi anunciada, mas há sessenta dias aconteceu e migrou para a Europa, foi à Ásia e hoje alcança o Brasil, cuja crise chega ao Brasil de uma forma muito perversa porque todos nós pensávamos que ela não atingiria a nossa pátria. E essa turbulência financeira, esse desequilíbrio econômico pode muito bem ser detectado pelo comportamento das próprias pessoas que têm recursos, pois os bancos, primeiro segmento atingido, ofereceram para a sociedade uma cesta de negócios.

As sociedades aplicaram a sua economia, aplicaram as suas poupanças, o seu capital e, muitos, o seu próprio patrimônio. Somaram-se ainda os recursos flutuantes que vêm de todas as partes do mundo para buscar ganhos.

Ora, esses bancos reaplicaram para o comércio, para a indústria, reaplicaram para a agricultura, para a construção civil e fizeram a sua máquina bancária girar.

Ora, na hora em que perderam a credibilidade, no momento em que houve pânico na sociedade, todos foram, no mesmo momento, à sua agência bancária, buscar seu dinheiro. Isso foi no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia. E, na busca dos seus recursos, simultaneamente, todos juntos, o banco não tinha os recursos nos cofres, pois foram emprestados para terceiros. Conseqüentemente, passou-se a multiplicar a falta de credibilidade, passou-se a multiplicar a busca pelos recursos, e o primeiro fator foi a queda das ações bancárias, a queda nas bolsas de valores, a queda das ações dessas instituições financeiras. Não só foi a queda; muitos já quebraram.

E o Brasil ainda se sustenta, mas, lamentavelmente, as notícias não são tão alvissareiras. Veja que o Governo – isso é a imprensa que está dizendo – liberou os empréstimos compulsórios para que os bancos pudessem ajudar a financiar os necessitados. E a imprensa de hoje e de ontem nos anuncia que esses recursos estão sendo aplicados, grande parte deles, para adquirir papéis do próprio Tesouro do País, e não sendo conduzidos para resolver o problema da economia.

Uma outra posição, segundo os grandes analistas do universo, do mundo, nessa economia globalizada, dizem-nos que os que tinham recursos e aplicaram, quer seja em ação, quer seja nos bancos, já perderam, nesses sessenta dias, US\$ 4 trilhões. Empobreceram em todo o mundo. São dados concretos muito bem levantados.

Também vejo com muita disposição. Encontro as pessoas com muita esperança de que a crise será passageira, pois, se o Brasil quiser, se a sociedade quiser e passarmos a produzir um discurso positivo de realizações, de soluções, certamente o fardo será mais leve, certamente a crise será mais curta, e certamente o Brasil irá melhor.

Tivemos hoje, na parte da manhã, na Comissão de Agricultura do Senado, a qual presidimos, uma audiência pública muito interessante com toda a cadeia produtiva de frango e de suínos, a cadeia produtiva que representa, principalmente no meu Estado de Santa Catarina, mas para o Sul do Brasil, uma potencialidade extraordinária. E eles nos dizem, com segurança, que o ano que vem será melhor do que este ano. E apontam todas as razões.

Poderíamos iniciar primeiramente com a falta de alimentos no mundo, que caiu, somente no início deste século, de 2001 a 2007, em 50%. A necessidade das pessoas de comerem mais, a oportunidade de se alimentarem melhor, principalmente na China e na Índia, somando-se ainda a capacidade que o nosso País tem de produzir e ampliar a produção de alimentos. Internamos as terras que estão sendo improdutivas, principalmente as ociosas e aquelas degradadas nas fazendas, internando a consorciamento. Consorciar as terras, fazendo a produção de alimentos nas próprias fazendas pecuárias e internando os 90 milhões de hectares que temos nos cerrados e no Nordeste. Sem agredir o meio ambiente e sem desmatar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, poderemos duplicar, triplicar a produção de alimentos do Brasil e poderemos ser o maior produtor e o maior exportador de alimentos do País.

Sem dúvida nenhuma, ainda hoje à tarde, lá na CNA, houve uma audiência onde foi criada a cadeia produtiva de soja, com autoridades de todo o Brasil lá presentes, também numa posição de ânimo, de determinação, de ação no trabalho. Eles sabem e acreditam que a crise será curta e que o Brasil terá oportunidade de sair neste momento. E eu disse lá, Sr. Presidente, que, como temos assuntos estratégicos, como é o caso do petróleo, do governo, da iniciativa privada, aqueles que têm e podem, temos que criar a estratégia da agricultura no Brasil, dando a oportunidade de que empresas possam produzir, principalmente os adubos, os fosfatos, os fósforos. Temos as jazidas, abundantes, mas estamos importando toda essa matéria-prima do exterior e somos dependentes para produzir alimentos de que tanto precisamos. Ainda precisamos, sim, que a agricultura seja estratégica para que ela possa – e ela pode – ser a maior produtora e a maior exportadora de alimentos do mundo. E vamos ser também o maior pro-

ductor e o maior exportador de bioenergia do mundo. Só usar a tecnologia, a terra, o clima, o homem e termos, com esse complexo, a oportunidade de desenvolver, trabalhar, produzir e dar à nossa sociedade um crescimento extraordinário e um bem-estar social.

Acredito, convoco, peço: vamos falar de coisas positivas! Vamos começar a dizer à sociedade que temos solução, sim: é pelo trabalho, pela organização, pelas definições. E vamos deixar na estrada aqueles que querem prejudicar nosso País.

Com isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, agradeço a oportunidade e o tempo, meu caro Presidente Mão Santa. Agradeço pela oportunidade que nos deu para esta manifestação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Neuto de Conto, do PMDB do Estado de Santa Catarina, é com muita honra que anunciamos a presença, em nosso Plenário, do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, com uma delegação composta de especialistas em Direito Ambiental de vários países do mundo para uma reunião no Superior Tribunal de Justiça. Apenas lembraríamos, para aqueles que se dedicam ao Direito Ambiental, que bastaria se inspirarem em Sófocles, que lá na Grécia disse: muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. E, quando se unem macho e fêmea pelo amor, perpetua-se a espécie. Sejam felizes nas suas ações.

Convidamos para usar da palavra o Senador Romeu Tuma, do Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas. Ele que representa duas grandezas: São Paulo, o Estado mais poderoso e rico, e também é o Parlamentar mais forte da história. Ele que, sem dúvida nenhuma, escreveu uma das páginas mais bonitas na transição. O Presidente Sarney conseguiu pacificamente a transição democrática neste País, mas o grande Cirineu foi Romeu Tuma: mais de dez mil greves na transição, e ele, pacificamente, mostrando que a autoridade é moral. Ele é, sem dúvida nenhuma, o símbolo maior da Polícia Federal de que todos nós nos orgulhamos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa. O senhor me encabula, eu quase deixo a tribuna aqui para ficar matutando sobre as palavras amorosas de V. Ex^a, sob a égide de Rui Barbosa, melhor ainda, e de Jesus Cristo também. Eu acredito na lisura permanente da palavra de V. Ex^a.

É sempre um honra para o Senado quando V. Ex^a assume esta Presidência. Quiçá um dia seja definitivo! Agradeço muito as palavras sábias de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já consegui um voto aqui, no lugar do PMDB, do Camata. Mas, se Deus... Eu talvez não fosse o melhor para o Partido dos Trabalhadores, para o Presidente Luiz Inácio, mas seria muito bom para democracia, para o equilíbrio entre os Poderes.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado. Primeiro quero saudar o Ministro do STJ, que vem com uma delegação do Direito Ambiental, tão discutido nos últimos tempos e que, talvez, seja mais importante até do que a crise, Senador Alvaro Dias. Compõe a crise a discussão sobre Direito Ambiental, até porque vários projetos em andamento sofrem com a fiscalização e com a visão do Direito Ambiental para serem aprovados ou não.

O Senador Jefferson Praia sabe o que isso pode significar para a região amazônica, que ele tão bem representa nesta Casa.

Em primeiro lugar, quero dizer que apresentei três projetos. Um para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional e para determinar que alunos da educação básica com menor rendimento escolar tenham atendimento educacional e psicológico especializado, gratuito e obrigatório.

O Senador Alvaro Dias é testemunha do debate que houve ontem sobre a violência, na Comissão de Educação. Hoje de manhã, inclusive, uma das primeiras notícias na TV foi, sem dúvida, a violência de uma professora contra um aluno e vice-versa.

Quero saudar o prefeito eleito Eduardo Paes, colega nosso aqui de tantas CPIs, que, brilhantemente, foi o vencedor, e o nosso Sérgio Cabral.

Sérgio, vou interromper o discurso, meu governador – não dá para continuar –, para saudar V. Ex^a e o prefeito. O prefeito sabe da minha admiração. O Presidente Sarney aqui acompanhando essa delegação tão bonita, assim como o Senador Paulo Duque e tantos outros que abrilhantam e dão dignidade a esta Casa.

Governador Sérgio Cabral, é uma alegria vê-lo aqui, uma satisfação enorme. O meu coração palpita diferentemente do que diariamente acontece quando a sua ausência é sentida. Acompanhei de perto a sua luta pela eleição do Paes e vi a força da sua integridade moral, da sua disposição em receber o apoio da população do Rio de Janeiro, hoje tão sofrida, tão amargurada pela rotulagem de ser um Estado onde a criminalidade prevalece sobre a justiça. V. Ex^a tem lutado para que isso se inverta. E tenho certeza de que o Paes fará uma prefeitura com dignidade e respeito, seguindo os seus passos, para que, realmente, o Rio de Janeiro receba o tratamento merecido por tudo aquilo que tem feito em benefício do Brasil.

É um orgulho para mim estar nessa hora vendo o Presidente Sarney, que sorri à minha pessoa. Peço licença para não continuar o discurso, Sr. Presidente, porque a emoção não deixa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quis Deus eu estar na Presidência para ver a emoção de Romeu Tuma, diante do Presidente Sarney – o estadista que, depois que Tancredo se imolou pelo nascer da redemocratização, teve a competência de fazer a transição pacífica –, que recebe o abraço de Romeu Tuma, que, sem dúvida nenhuma, foi o seu Cirineu nessa transição pacífica.

Aliás, saudade de Sérgio Cabral, ele que fora nosso companheiro aqui, lado a lado. Mas quero dizer que ele nos brindou com o seu suplente, essa extraordinária pessoa que simboliza a experiência. Como Shakespeare dizia. A experiência de Paulo Duque e a ousadia dos mais novos, tão bem representada pela força jovem na política de Sérgio Cabral e Eduardo Paes, dão-nos a convicção de que o nosso Partido continuará a garantir o aperfeiçoamento da democracia aqui neste Senado, no Rio de Janeiro, a eterna capital de todos nós, e no Brasil.

Sejam fortes, bravos e felizes.

O Rio de Janeiro continua a cidade maravilhosa. *(Palmas.)*

Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Neste momento, tenho o prazer de abraçar Sérgio Cabral, por quem tenho gratidão, porque escolhi Sérgio Cabral para prefaciar o meu primeiro livro no Senado da República, talvez na segunda edição ele prefacie como o próximo Presidente da República do Brasil, do PMDB.

Senador Romeu Tuma, se V. Ex^a quiser continuar... Porque foram aquelas emoções que só o Roberto Carlos sabia expressar. *(Pausa.)*

Então, vamos continuar a nossa sessão com esse extraordinário líder do Rio Grande do Sul, Paulo Paim. A exemplo dos Estados Unidos, onde nós vamos ter talvez o primeiro Presidente de cor negra, que tenhamos também no Brasil um próximo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É porque ele é meu amigo. Toda vez, ele fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Isso eu digo inspirado ainda naquele que viveu o Rio de Janeiro, o maior educador e o grande Senador Darcy Ribeiro, que disse que o Brasil, graças a essa mistura de raças – ao negro, que nos trouxe a alegria; ao índio, o amor à natureza; e ao branco, a organização democrática e cristã –, nós somos essa grande gente. Ele não pôde ver o que sonhava: um Brasil sem

analfabeto, um Brasil que liderasse o mundo, mas tinha toda a convicção de que, por essa junção de raças, nós seríamos esse grande país no futuro.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu queria cumprimentar o sempre Senador Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro, e dizer que considero V. Ex^a co-autor daquele que foi o projeto mais importante em que trabalhei na minha vida e que apresentei no Congresso Nacional: o Estatuto do Idoso. V. Ex^a tinha um projeto semelhante, mas cedeu, retirou-o, para ser co-autor do projeto deste Senador. Esse foi um gesto de grandeza que eu faço questão de reconhecer aqui da tribuna.

Eduardo Paes, deixe que eu me refira a você foi porque foi o relator – lembra-se? – na Câmara dos Deputados, daquela bela obra do projeto do salário mínimo. Sempre defendíamos, já naquela época, que era possível ultrapassar os US\$100. O seu relatório, ao longo dos tempos, foi questionado. Hoje, ele é a realidade: o salário mínimo ultrapassou os US\$200.

Parabéns pela vitória de ambos! Minhas palmas. (Palmas.)

Senador Mão Santa, quero rapidamente falar, aqui da tribuna, que tivemos hoje no Congresso duas reuniões que considero de fundamental importância para os idosos do nosso País. Tivemos um debate na Comissão de Assuntos Sociais, com a presença de representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério da Previdência. E, depois de um debate equilibrado, fraternal e solidário com todos, o resultado final foi o de que vamos trabalhar para construir uma proposta que garanta a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, espelhado no PL nº42 e também com uma outra que vai terminar com o fator previdenciário. Ainda na linha desses dois projetos, o PL nº58, que se refere ao número de salários mínimos que cada um recebia à época em que se aposentou.

À tarde, Senador Garibaldi, sob a coordenação de V. Ex^a, tivemos uma reunião com o Ministro Pimentel, na sua sala, e ajustamos lá que, na próxima terça-feira, vamos discutir estes três projetos: o PL da recuperação do valor das aposentadorias, do PL nº42, repito, que garante o mesmo percentual concedido ao mínimo e o fim do fator.

Teremos uma reunião, na sua sala, na próxima terça-feira, às 14 horas, com o Ministério da Previdência e com a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional – seu relator, Senador Delcídio Amaral, e seu Presidente, Deputado Mendes Ribeiro.

Qual é o objetivo? Apontar recursos na peça orçamentária para garantir um reajuste decente aos aposentados e pensionistas e o fim do fator previdenciário.

Entendo, Sr. Presidente, que o dia foi produtivo para os aposentados. Cumprimento o Senador Garibaldi. Tive a satisfação de estar com V. Ex^a no momento em que recebeu uma placa da Cobap, pela sua caminhada, pela sua história em defesa de todos que são discriminados, entre eles os aposentados e os pensionistas.

Por fim, Sr. Presidente, vou receber, neste momento, o Ministro da SEPPIR, que se encontra no meu gabinete e quero somente finalizar dizendo que o Ministro Pimentel foi muito feliz quando disse que, por parte do Governo, não há interesse em manter o fator previdenciário. É também favorável a que façamos o debate da idade mínima como existe na ampla maioria dos países do mundo. E o fator que só existe no Brasil, um instrumento perverso que atinge principalmente os mais pobres, possa ser, enfim, varrido do nosso País. E se for varrido do nosso País, será varrido do planeta.

Confesso que acabo de chegar de um outro evento lá no Petrônio Portella, promovido pela Anfip, onde usei a seguinte frase que eu vou usar aqui: “Ou o fator previdenciário acaba comigo até o fim do meu mandato ou eu acabo com o fator previdenciário.” É uma questão de vida ou morte: um dos dois vai morrer. Ou vai morrer o fator ou eu vou ser liquidado pelo fator.

Com certeza, eu não admito esse instrumento que reduz os vencimentos dos mais pobres em mais de 40% no ato da aposentadoria, enquanto que os altos salários não pegam o fator. Fator não é para ninguém.

Então, reafirmo o que eu disse lá, até o fim do meu mandato. Nós já liquidamos o fator aqui, havermos de liquidá-lo na Câmara. Ou nós o liquidamos, ou ele vai liquidar conosco nas ruas, porque o povo brasileiro tem claro o quanto o fator previdenciário é perverso. Se nós não derrubarmos o fator, não tivermos uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência, que são os mais pobres, os que têm carteira assinada, os celetistas, cuja aposentadoria hoje não passa, por causa do fator de R\$2 mil, ganharão a médio prazo somente um salário mínimo. E vai chegar o momento em que as pessoas vão dizer: “De que adianta eu contribuir sobre dez, se a tendência é que eu receba somente um salário mínimo?”

Reafirmo essa disposição. Cumprimento o Governo pela vontade do diálogo da negociação. Cumprimento, Senador Mão Santa, todos os Senadores

da Frente Parlamentar em defesa dos aposentados e dos pensionistas. E, por fim, cumprimento, Sr. Presidente, um técnico do IPEA que fez aqui no Congresso uma palestra, nesta semana – o Diretor do IPEA, João Sicsú –, que disse que um dos caminhos para combater a crise é exatamente aumentar os vencimentos dos mais pobres. O mais pobre, quando recebe dinheiro, compra no mercado; os que têm muito dinheiro ficam resguardando, preocupados com a situação, vendo qual o momento de efetivamente entrar no mercado. O pobre vai ter de comprar, com aquilo que recebe, o que é possível. Diz ele – quero usar as palavras dele –: “Este é o caminho: temos de investir nos programas sociais, como o Bolsa Família; todos os investimentos no campo social devem continuar; alavancar o salário mínimo; também caminhar rapidamente para a recuperação dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas”.

É exatamente disso que tratam o PL nº42, o PL do fim do fator e também o PL que quer garantir, Sr. Presidente, conforme o de nº58, um benefício decente para todos os aposentados e pensionistas.

Quando falo disso aqui, estou tratando da vida de cerca de 60 milhões de brasileiros: em torno de 40 milhões de brasileiros que são celetistas, que têm carteira assinada, e mais ou menos outros 20 milhões – chegam a 24 milhões – que são os aposentados e pensionistas do nosso País.

Cumprimento, mais uma vez, o Presidente Garibaldi, pela mediação que está fazendo. Cumprimento o Ministro Pimentel, pela boa vontade de estar, novamente, na terça-feira, com a Comissão de Orçamento e com os Senadores e Deputados, discutindo formas de valorizar os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Sr. Presidente, como não li o meu pronunciamento – só o comentei –, peço a V. Ex^a que considere como se eu o tivesse lido na íntegra.

Obrigado, Sr. Presidente.

Agora, vou receber, representando V. Ex^a, o Ministro Edson Santos, para falarmos sobre o Estatuto da Igualdade Racial e Social.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Projeto de Lei nº 58, de minha autoria, foi apresentado em 2003 e, desde então, tem sido travada uma luta incansável pela atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

O projeto prevê que as aposentadorias e pensões que vêm sendo pagas pela Previdência Social deverão ter seus valores atualizados de modo que seja restabelecido o poder aquisitivo, considerando-se o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão.

Essa medida reveste-se da maior importância, visto que tanto os benefícios contemplados com a revisão prevista no art. 58, do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), da Constituição Federal, quanto os concedidos após 1988 já sofreram tamanha deterioração em seus valores reais que se torna urgente que se tomem providências no sentido de recuperar seu poder de compra. Para tanto, o critério não poderia ser diferente daquele consagrado na Constituição Federal, ou seja, a equivalência em números de salários mínimos que as aposentadorias e pensões possuíam quando foram concedidas.

É uma medida justa e necessária pois a situação que essas pessoas têm vivido é lastimável. A perda até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já alcança 70%.

Aliás, isso não é novidade para ninguém. Como também não é novidade que eles esperam por uma solução há longos anos. Nada tem sido feito para alterar isso.

Dizer que a previdência é deficitária, não cola mais. Definitivamente ela não é deficitária!

Com a apresentação do PLS 58, do PL 3299/08, que acaba com o fator previdenciário e do PLC 42/07 que concede às aposentadorias o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo, busquei apresentar meios de alterar esse quadro que é uma verdadeira crueldade com aposentados e pensionistas.

Hoje, aconteceu uma audiência pública que teve como tema o PLS 58. Estiveram presentes várias entidades ligadas aos aposentados e mais uma vez eles mostraram que não vão desistir de lutar. Isso passou a ser uma questão de sobrevivência para eles.

Na audiência, conversei com o Secretário Executivo do Ministério da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, com a finalidade de buscarmos um grande entendimento que abarcará essas três propostas.

Estive reunido hoje também com o Ministro da Previdência, José Pimentel, para tratar desse entendimento e ficou acertado com o Ministro que, na próxima 3^a feira às 14:00 horas, haverá uma reunião onde estarão presentes o Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro Filho o Relator do Orçamento, Senador Delcídio Amaral, o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho, o Ministro da Previdência, José Pimentel e participantes da Frente

Parlamentar em Defesa dos Aposentados, que tem neste Senador o seu Coordenador.

O objetivo do encontro será achar uma saída para contemplar os três projetos, o PLS 58, o PL 3299/08 e o PLC 42/07, no sentido de garantir o reajuste dos aposentados acima da inflação, acabar com o fator previdenciário a partir da PEC 10, da idade mínima, de minha autoria.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para finalizar, quero dizer que o PLS 58 será votado no dia 5 de novembro, às 11 horas na Comissão de Assuntos Sociais.

É importante que os Parlamentares reflitam e se perguntem de onde os aposentados vão tirar o sustento? É justo que eles tenham contribuído sobre dez salários mínimos e de repente se vejam recebendo três? Que eles mal consigam pagar seu alimento?

Por acaso aposentar é deixar de viver? Aliás, não é quando deveríamos ter condições de aproveitar a vida com toda tranquilidade?

Recentemente o Diretor do IPEA, João Sicsú, foi questionado sobre se diante da crise mundial o governo deveria impulsionar os programas sociais, o salário mínimo e a aposentadoria para ativar a economia?

Ele respondeu então que *“este é o caminho, que os programas sociais, como o bolsa família devem continuar, todos os investimentos em programas sociais devem continuar para continuar ativando a economia*

Quanto ao salário mínimo, a política de aumento foi a grande responsável pelo aumento da carga tributária e pela recuperação da Previdência Social Quando aumentamos o salário do trabalhador em 100 reais, na verdade aumentamos em 60 reais, pois 40 reais. O aumento da aposentadoria é uma das maneiras de dar um impulso na economia”.

Sr. Presidente, os aposentados não estão pedindo um favor, eles querem a garantia de poder contar com aquilo que lhes foi prometido no momento da aposentadoria. E não só porque foi prometido, mas porque PRECISAM desse dinheiro.

Essa situação é vergonhosa e espero sinceramente que seja resolvida o quanto antes.

Finalizando, conclamo a todos que me escutam para nos unirmos pela aprovação desses projetos pois somente a mobilização e a pressão popular podem alcançar este objetivo.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Pela lista de oradores presentes ao plenário, consulto o Senador Efraim Morais se deseja usar da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, Presidente da Casa, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, aprendi no meu Piauí, Senador Efraim, que é bom aprendermos com o povo. Nunca vi a sabedoria popular errar. Aliás, há até na Bíblia os provérbios do povo. Então, aprendi que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade sempre vem.

O nosso Presidente da República desconhecia isto: a simples sabedoria do povo. Quis esconder a verdade. A verdade é que o nosso País não é essa ilha de tranquilidade e de felicidade. Essa é a verdade.

A globalização existe e é velha. Quando saímos da época medieval, foi porque nasceu o Renascimento com as grandes invenções – a bússola, a pólvora, a imprensa – e concretizou-se essa globalização. Ela existe e aprendemos, desde muito cedo, estudando política, Efraim.

Eu já li uns 50 livros de Abraham Lincoln, e ele ensinou uma verdade: não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado. Essa é a grande verdade.

Daqui saiu há pouco o Paim, o maior defensor das liberdades das minorias. Mas eu quero crer e dizer ao Paim que aquele problema dos negros o próprio Abraham Lincoln resolveu lá nos Estados Unidos, o Rui Barbosa fez a lei, jogaram flores no Senado e a Princesa Isabel resolveu aqui. Não. A escravidão já era. Mas existe a escravidão da vida moderna. Ô Jayme Campos, a escravidão da vida moderna é a dívida. Esse negócio da cor preta já era.

Darcy Ribeiro, talvez o mais sábio dos Senadores que por aqui passaram, disse: graças a essa mistura de raças, ao negro, que nos trouxe alegria; ao índio, que nos trouxe o amor à natureza; e ao branco, a formação cristã e a burocracia da administração que aqui chegou com D. João VI, em 1808. E ele disse, quando já moribundo, com câncer, quando fez suas melhores obras escritas, sendo uma delas **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Ele disse que tinha fracassado, porque ele sonhou acabar com os analfabetos. Ele também sonhou com a melhoria da educação, dando um ensino nos períodos contínuos para todos os brasileiros, com uma boa universidade,

e tinha fracassado. E tinha certeza de que este seria um grande País. Mas isso só acontecerá se enfrentarmos os problemas. E a gente aprende!

Efraim Morais, Fernando Henrique Cardoso deu esse grande ensinamento. Eu era Governador do Piauí, quando houve um tal de apagão. Geraldo Mesquita, o apagão. Fomos chamados aqui e fomos obrigados, lá no Piauí, onde o gasto de energia industrialmente era pequeno, a apagar as luzes de nossas avenidas, das praias e tudo. Criou-se uma Câmara de Gestão para resolver aquele problema. Ele buscou um homem muito capaz, um engenheiro, Pedro Parente. Todos os Ministros ficavam submissos a essa orientação. Foi chato, foi duro, mas o apagão terminou.

Também enfrentei outro problema. Ô Alvaro Dias, este País era uma zorra. Zorra! Ninguém sabia o que se devia. Inácio Arruda, ninguém sabia o que se devia. Nós devemos esta estabilidade à visão de futuro de Fernando Henrique Cardoso e a um homem, um dos mais honrados – acho que do jeito de Rui Barbosa que está ali no busto –, Pedro Malan.

Ninguém sabia quanto se devia, não. Eu fui prefeitinho e governei o Estado do Piauí. Isso era uma zorra. Tinha uma tal de ARO. Senador Alvaro Dias, ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. Vou dar o exemplo: agora acabamos de receber um Prefeito, o do Rio de Janeiro, mas são 5,564 mil prefeitos.

Dr^a Roseana Sarney, naquele instante, todos os prefeitos que perdiam iam aos bancos. Os banqueiros são esses que conhecemos. Eles iam e tiravam a ARO. Lá no seu Ceará, da Iracema dos lábios de mel, de José de Alencar, que primeiro libertou os escravos, tinha um tal de BIC (Banco Industrial e Comercial), e ele fazia era convidar... Então, tudo que era prefeitinho derrotado ia lá e tirava um dinheirão: ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. Era carta chegando, porque eu fui prefeito.

Ô Garibaldi, eu tirei a última ARO e disse para o Fernando Henrique: “Foi para fazer uma ponte, a Wall Ferraz, e a fiz em 87 dias”. Aí, ele disse: “Mas, Mão Santa, você ainda vem me dizer...” – e eu tomando uísque lá no Palácio. E ele anunciou para acabar. Então, fui lá no tal BIC: US\$ 5 milhões. Aí eu disse – balancei o copo de uísque: “Fernando Henrique, não sei se você crê em Deus, mas eu creio, e no filho Dele, Jesus. Você sabe por que seguimos Jesus?” Aí ele ficou atento – ele é um *gentleman*, é educado: “Não, Mão Santa”. Eu disse: “Olha, não foi por conversa e por discurso, não. Ele discursa bem: ‘Bem-aventurado aquele que tem fome e sede...’”. O Pai-Nosso é um discurso bonito. Mas não foi por isso, não. Foi porque

ele fez obras. Porque esse Jesus fez cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir, tirou o demônio dos endemoniados, limpou os leprosos, multiplicou pão, peixe, vinho. Ele fez obra. E se eu não fizer obra, ninguém vai acreditar em mim no Piauí. Então, estou aqui, vim avisá-lo”. Porque, quando ele decretou lá, fui ao Ceará e tirei. E fiz aquela ponte Wall Ferraz em 87 dias, com um engenheiro do Piauí Lourival Parente, construtora do Piauí, operários do Piauí, e dinheiro esse. Chamei o Fernando Henrique para ir lá inaugurar e colocar o nome Wall Ferraz, que era do PSDB e havia morrido. Então, eu fiz isso. Mas imaginem que há 5,562 mil tirando a ARO.

Ninguém sabia quanto devia, não. Foi duro. O Garibaldi está ali. Mas foi duro. Nós vimos Divaldo Suruagy, o mais preparado, mais votado e mais experimentado, naufragar nessas dívidas. Estou contando a história. Isso acabou-se, mas eles enfrentaram. Então, Inácio Arruda, isso tem que ser enfrentado com clareza no Brasil.

Aprendi com Franklin Delano Roosevelt! Quatro vezes Presidente dos Estados Unidos, enfrentou uma recessão, recessão depois de guerra, em 1919, e depois ele enfrentou a Grande Guerra Mundial. Eu nasci no meio dela, pois sou de 42 e você é mais novo. O conselho que Franklin Delano Roosevelt disse eu dou ao Presidente Luiz Inácio: tem que ter humildade. O Garibaldi não foi lá dizer para acabar com essa medicina provisória? Rapaz, foi bonito! Todo mundo gostou! Eu não posso ir lá, porque ele não convidou, digo daqui. Esta é a tribuna e é para isso.

Foi assim que ouvimos Teotônio Vilela. Ô Demóstenes! Moribundo de câncer! É necessário resistir falando e falar resistindo. E aqui eu digo: Franklin Delano Roosevelt disse: “Toda pessoa que vejo é superior a mim em determinado assunto e procuro aprender”. Fui prefeitinho, Luiz Inácio não foi; fui Governador, ele não foi. Que ele tem esse montão de votos, ele tem; mas, Inácio Arruda, some os votos daqui. Já somei. Então, somos filho do voto e da democracia, como Luiz Inácio. Somos o povo! Esse é o equilíbrio. Franklin Delano Roosevelt disse numa recessão: “Americano, trabalhe. Se der certo, continue; se não der certo, procure outro. Vou colocar um pique de luz em cada fazenda e que tenha uma galinha numa panela, e este Estado será rico”. Disse mais: “As cidades podem ser destruídas, elas ressurgirão do campo, mas, se o campo for destruído, as cidades perecerão”. E ensinou ao povo trabalho e produção. Está aí rico, queiramos ou não.

Está aqui o Pastore, e é superior a mim, que tenho estudado muito. Senador Garibaldi, sei economia,

fiquei seis anos na CAE. É um curso de Medicina. Tenho aprendido muito aqui. Raupp, esse Pastore para mim é o leitor do artigo dele. Conheço-o superficialmente, mas o artigo... É aquilo, quando vejo alguém superior a mim, procuro aprender. Senador Garibaldi, olhe o que ele diz: *“Dólar ficará mais caro e demanda mais fraca”, diz o ex-Presidente do Banco Central que defende pausa... Para Pastore, crise força ajuste maior nas contas externas.”*

E quero lhe dizer, Inácio Arruda, aqui eu disse. *Reinventando o governo*, com Ted Gaebler e David Osborne. Bill Clinton, aquele bonitão, gostosão dos Estados Unidos, foi quatro vezes governador do Arkansas. Quatro vezes, Luiz Inácio! Ele viu que não era mole. Não é mole, Luiz Inácio! Quatro vezes governador do Arkansas...

Ô Romero, com humildade, ele buscou os maiores técnicos. Então, Ted Gaebler e David Osborne escreveram um livro: **Reinventando o Governo**. Sintetizando, eles disseram que o governo não pode ser grande demais porque, assim como o *Titanic*, afunda. Este governo foi grande demais, e eu adverti aqui. Olha, quem entrou pela porta larga da vadiagem, da malandragem e sem concurso: quase cinco mil pessoas. Alguns deles, Inácio Arruda, ganham R\$10.148,00; é o DAS-6. Ô Garibaldi, nós só assinamos DAS-4, Governador de Estado. Mas aqui tem DAS-6, R\$10.148,00! Só com uma assinaturazinha entraram pela porta larga. Ministros: todos os outros grandes extraordinários presidentes e estadistas governaram este País com 16; hoje temos quase 40. Eu não sei o nome de 10. Essa é a verdade. Passamos a gastar muito! Muito! E aqui, o que diz o Pastore? Não sou eu não, Inácio! Eu tenho aprendido muito com V. Ex^a: essa coragem e aquele comunista que enterrou aquela filosofia do passado. Olha o que diz o Pastore! Só isso o que eu queria lembrar, Luiz Inácio. Para ele, a melhor resposta seria o corte das despesas do Governo. Tem que cortar! Estamos endividados, essa dívida é velha!

Quando D. João VI chegou, com medo do Napoleão, ele veio para cá e pediu aos ingleses. Foram os ingleses que trouxeram, que deram proteção, que montaram esta máquina em 200 anos. Aí, quando o filho... “Independência ou morte.” Está certo, mas só se pagar os ingleses. Transferiu a dívida para os ingleses. Então ela é velha, nós devemos. É muito. Veio a II Guerra Mundial, e a Europa caiu, tombou, sofreu! Os ingleses passaram a dívida para os americanos, e nós estamos devendo. E essa... Se pagamos a dívida externa, teve outra mais grave que é a dívida interna.

Era o Paim chorando aqui, o Paim, que é do Governo, o Paim, que é do PT, o Paim, que é puro, o Paim, que pode ser o nosso Obama! A dívida com os velhinhos aposentados. Isso é dívida, isso é imoralidade, isso é indecência. Nós fizemos um contrato, nós! A Pátria somos nós. Trabalharam 30, 35 anos, para ganhar dez salários mínimos, estão ganhando cinco; trabalharam 30, 35 anos, para ganhar cinco salários mínimos, estão ganhando dois.

Luiz Inácio, eu digo, eu sei que foi lá nos Camões: “mares nunca dantes navegados”. E o nosso Presidente repete. É bonito isso, mostra amor a nossas origens, amor à literatura. Mas eu digo, nunca dantes tantos velhinhos se suicidaram neste País. Mas é muito, estou fazendo uma pesquisa porque os velhinhos são honrados, honestos e planejaram sua vida. Planejaram com aposentadoria de cinco a dez salários e estão vivendo com dois. O que disse o nosso Pastore? V. Ex^a teve mais coragem porque V. Ex^a, Garibaldi, foi lá e disse na casa do homem. Eu estou dizendo na nossa Casa, na Casa do povo. Para ele a melhor resposta seria o corte de despesas do Governo. *“Se você cortar o gasto público, ajusta a absorção, o que faz cair menos o investimento, subir menos os juros e depreciar menos o câmbio”, diz Pastore, enfatizando porém não acreditar que o Governo seguirá esta trilha. “Com isso, o ajuste terá de recair sobre o consumo das famílias e os investimentos”, acredita ele.* Senador Garibaldi, peço que esse texto seja transcrito e que as Lideranças do PT, a Líder do Governo, Roseana Sarney, o Líder do PMDB, o sábio Romero Jucá, peguem o artigo que, por coincidência, o bravo Líder das oposições Arthur Virgílio, no início desta sessão, tinha analisado. Inácio Arruda, V. Ex^a, que representa a firmeza, que tem sabedoria e coragem para mudar o que se pode mudar, serenidade para aceitar o que não se pode mudar e sabedoria para diferir uma coisa da outra, leve este trabalho do Pastore. É uma entrevista bem feita. Darei a minha revista porque nela estão assinaladas as partes mais fortes.

Este é o presente que quero dar ao Presidente da República para que, como no passado o apagão, como no passado a inflação, possamos dizer que isso passou, e que o povo do Brasil caminhe para a felicidade, para a prosperidade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: Dólar ficará mais caro e demanda mais fraca, diz ex-BC, que defende pausa na alta dos juros

Para Pastore, crise força ajuste maior nas contas externas

Sergio Lamucci

De São Paulo

A extensão e a profundidade da crise global exigem do Brasil um ajuste do déficit em conta corrente, o que requer uma desvalorização real do câmbio e uma redução do ritmo de crescimento da demanda doméstica, avalia o ex-presidente do Banco Central (BC) Afonso Celso Pastore. Para ele, o grave problema de solvência que atingiu o sistema financeiro dos Estados Unidos e da Europa provocou uma "parada brusca do fluxo de capitais", afetando "todos os mercados emergentes que, direta ou indiretamente", dependem desses recursos, como o Brasil. Essa parada explica a alta do dólar, diz.

Para ele, o déficit em conta corrente (as transações de bens, serviços e rendas com o exterior), na ca-

sa de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no acumulado no ano, seria "perfeitamente financiável" em condições normais. A questão é que a situação mudou completamente. Segundo ele, os investimentos estrangeiros diretos vão diminuir, o fluxo externo para a bolsa será menor e haverá menos recursos externos para financiar projetos de investimento das empresas. "Essa redução nos fluxos de capitais produz uma depreciação do câmbio real, independentemente de onde ficarem os preços de commodities [os principais produtos exportados pelo país]."

Se as condições externas permitirem um pequeno déficit em conta corrente, ele acredita que um dólar na casa de R\$ 1,90 a R\$ 2 pode ser suficiente para promover o ajuste, dependendo do nível em

que se estabilizarem as commodities. No entanto, se o país tiver que obter um superávit, não descarta a necessidade de um dólar acima de R\$ 2,30, talvez em R\$ 2,50, embora ressalte a dificuldade de fazer esse tipo de previsão neste momento.

Pastore diz que o Brasil terá de reduzir o ritmo de expansão da absorção doméstica, composta pelo consumo das famílias, o consumo do governo e a formação bruta de capital fixo (FBCF, que mede o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos). Para ele, a melhor resposta seria o corte das despesas do governo. "Se você cortar o gasto público, ajusta a absorção, o que faz cair menos o investimento, subir menos os juros e depreciar menos o câmbio", diz Pastore, enfatizando, porém, não acreditar que o governo seguirá es-

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo aos Senadores para que compareçam ao plenário porque haverá votação nominal, votação de indicação de autoridades.

Encareço às Lideranças partidárias que convoquem os seus liderados, para que possamos ter aqui o *quorum* necessário para as votações nominais.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito este momento para conclamar os nossos Senadores do PMDB a virem ao plenário porque haverá votações nominais. Votaremos indicação de autoridades daqui a pouco.

Quero também, Sr. Presidente, dar as boas vindas à equipe das Faculdades Associadas de Ariquemes (Faar), em Rondônia, liderada aqui pelo professor David Alves Moreira, coordenador da Faar, e professor Bernardo Augusto Galindo Coutinho, que estão trazendo 28 alunos do curso de Direito para visitar os tribunais

superiores de Brasília, bem como o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Estão todos aqui na galeria. Quero dar-lhes boas vindas e que se sintam à vontade aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar às palavras do Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, na saudação que fez aos professores e alunos dessa importante instituição de ensino.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que convoco os Senadores do PSDB a comparecerem ao plenário para votação de indicação de autoridades – pelo que estou informado, serão três as autoridades a serem votadas hoje; peço, portanto, a todos os Senadores do PSDB que compareçam, para colaborarmos com o *quorum*, já que precisamos de maioria de 41 votos a favor, sob pena de as

autoridades não serem aprovadas –, agradeço à Casa pela aprovação de dois projetos de minha autoria: um criando a Escola Técnica Federal Naval no Município de Itacoatiara, no Amazonas, e outro criando o Centro Federal de Educação Tecnológica no Município de Manacapuru, também no Amazonas.

Aprovada na Comissão em caráter terminativo e vencido o prazo de recurso para a votação em plenário, sem que houvesse qualquer manifestação em sentido contrário, a matéria seguiu para a Câmara. Tenho certeza de que a Câmara haverá de ser célere, como célere foi o Senado, levando em conta que isso significa nós levarmos a possibilidade do conhecimento para Municípios progressistas do meu Estado, que merecem esse investimento em educação.

Portanto, eu parabeno os Municípios de Itacoatiara e Manacapuru, e agradeço aos meus Pares pela solidariedade demonstrada ao longo de toda a tramitação desses dois relevantes processos. Repito: trata-se da aprovação de um Centro Federal de Educação Tecnológica para Manacapuru, no Amazonas, e de uma Escola Técnica Federal Naval para o Município de Itacoatiara, também no meu Estado.

E torno a convocar os Senadores do PSDB para que compareçam a plenário com o objetivo de colaborarmos para o **quorum** efetivo e votarmos, para aprovar ou não – vamos ver o que a maioria quer – a indicação das autoridades que acabou de ser aprovada na Comissão de Infra-Estrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e faço novamente o apelo para que os Senadores compareçam ao plenário, a fim de que se realize a votação nominal para a escolha de autoridades.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, como Líder de Bancada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Convidados que nos acompanham, Prefeitos, estudantes que visitam o Senado Federal, quero reavivar e sublinhar aqui um aspecto muito importante da vida política brasileira.

Nós acabamos de realizar o segundo turno das eleições em nosso País, o que tem forte significado no processo político brasileiro. Nós consolidamos a democracia e estamos fincando estacas mais profundas no processo democrático no Brasil. Esse processo tem permitido ao nosso País esses tempos bons de democracia; tem permitido ao nosso País vislumbrar o progresso, o desenvolvimento.

Nós elegemos, no Estado do Ceará, pelo PCdoB, cinco prefeitos. Tínhamos um, depois elegemos mais

quatro vice-prefeitos e fizemos alianças com mais de 70 prefeitos que foram eleitos nas legendas do PMDB, do PT, do PSB, do PRB, do PDT, com os quais nos aliamos e saímos, digamos assim, vitoriosos.

Todos têm um anseio. Conversei com um número razoável dos prefeitos que foram eleitos. Todos estão ansiosos com a situação que vive o mundo, a crise profunda do sistema capitalista, repito, não mais em uma cidade ou um Estado periféricos, em uma economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento. Não! O epicentro da crise é a nação mais poderosa do mundo, a economia mais forte do planeta! O estranho seria... E fico imaginando porque os jornais, os analistas do rádio e da televisão ficam examinando a crise como se existisse uma proteção, alguma bolha mágica que pudesse proteger alguma economia do planeta, quando há um desastre exatamente no centro do sistema econômico em vigor no mundo.

Qual economia vai escapar da crise? Sinceramente, nenhuma economia poderá escapar dos abalos de muitos graus nas escalas que medem os desastres econômicos.

Ninguém poderá escapar.

Qual país, qual nação tem condições de, abalada pela crise, não só suportá-la, mas examinar na crise também o potencial para se desenvolver? Essa é a grande saída que os países em desenvolvimento podem enxergar. Não ver a crise que se desenvolve no país central do sistema capitalista como uma crise econômica que abalam todos e que não há saída para ninguém. Não. Nós temos que enxergá-la com ousadia. Como é que nós, uma nação forte, uma nação com potencial – há pouco, discutíamos, na Comissão de Meio Ambiente, o problema do clima que atinge o mundo inteiro –, que tem grandes alternativas, vamos sair da crise? Será que nós vamos sair mais fortalecidos ou se vamos sair mais fragilizados?

Sr. Presidente, eu vou compreendendo que nós, no Brasil, temos todas as condições de sair da crise, se acertamos bem o passo, que vem sendo acertado. Podem criticar quanto quiserem a atuação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas não podem dizer que o passo do Brasil não foi acertado. Nós acertamos o passo do País.

E nesta hora da crise mais profunda, eu vejo exatamente os analistas, os mais sábios, os catedráticos da economia boquiabertos com o que está sendo feito nos países centrais. Boquiabertos, porque jamais imaginaram crise de tal monta e jamais imaginaram que, numa crise de tal monta, eles fossem pegar o neoliberalismo e colocar na lata de lixo. Jamais eles imaginaram que pudesse acontecer algo dessa natureza, como o que está ocorrendo.

Veja como o Primeiro-Ministro da Inglaterra, Sr. Presidente, buscou enquadrar a União Européia, que queria uma saída de gosto mais liberal, mais inglês, chegou para os colegas liberais e disse: “Não há outra saída para as nossas nações que não seja se socorrerem do Estado”, não o Estado Mínimo, não o Estado aniquilado, não o Estado empobrecido, mas o Estado fortalecido para sair da crise, e buscar enquadrar o próprio Presidente americano, que foi ao local, ao espaço definido na Casa Branca para os pronunciamentos a rádio e a televisão – lá o rádio e a televisão não ficam dentro do Palácio, ficam fora – lá o Bush e disse, envergonhado: “Eu não queria estar dizendo isso. Eu não queria falar isso. Mas eu tenho que dizer ao povo americano que não há saída para os Estados Unidos, senão se socorrerem do Estado.”

Nós temos que nos socorrer do Estado. Nós temos que comprar as ações dos bancos para o Estado. Temos que fazer o inverso do que o neoliberalismo fez no mundo inteiro, que pregava para nós que tinha de se desmontar a economia toda, que tinha de se socorrer a economia, entregando dinheiro para os banqueiros e não com o Estado se fortalecendo para enfrentar as crises que tivemos de enfrentar há pouco tempo. Há dez, doze anos, enfrentamos crises terríveis na nossa Nação, Sr. Presidente.

Por isso, considero que agora há uma oportunidade. É uma crise profunda, mas há também oportunidade. É acertarmos o passo.

Assisti a uma entrevista do Presidente Lula, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: “Nós vamos manter os nossos investimentos, nós não vamos desistir dos investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento”.

Eu tenho a opinião de que deveríamos buscar um fortalecimento, um trabalho político forte de todos nós; as bancadas que mais têm responsabilidade com o Governo e também a Oposição, numa hora dessas, é chamada, sim. É verdade. O Presidente tem de convocar a Oposição, convidá-la para dialogar, porque o que está em causa é uma oportunidade de sairmos da crise fortalecidos, com o Brasil fortalecido. Quem ganha é o povo brasileiro, não é o Governo nem a Oposição. Essa é uma oportunidade.

Nós temos um largo espaço pela frente, Sr. Presidente. Muitos problemas que já foram resolvidos lá na América do Norte, no Canadá, na Europa inteira, não foram resolvidos aqui. Às vezes, ainda falta na casa do nosso povo, que recebeu, Senador Mão Santa, o bico de luz, que está espalhado pelo Brasil afora, como fez lá o Franklin Delano Roosevelt. Na crise do *crash* que desmontou a economia americana, a saída também foi pelo Estado, pelo povo, pela Nação. Foi a convocação

do trabalho, mas o Estado garantindo ao povo que havia condições para trabalhar. Foi a infra-estrutura.

Muitos de nós, lá no interior, nesses rincões do Brasil, receberam o bico de luz, mas ainda falta a geladeira, ainda falta o fogão, ainda falta a máquina de lavar, ainda falta a infra-estrutura para tratar dos esgotos, da água, do transporte público. Então, o potencial nosso é gigantesco de nos financiarmos não em dólar, nem em euro, mas em reais. Então, o espaço é extraordinário, meu caro Senador João Pedro, que tem debatido aqui com profundidade, um debate bom, um debate elevado. V. Ex^a sabe o potencial da região mais cobiçada do Brasil, que é a região amazônica.

Concedo um aparte a V. Ex^a neste momento, porque sei da qualidade de sempre da intervenção de V. Ex^a, meu caro Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a faz um discurso, uma reflexão acerca da crise internacional e fala do Brasil. Quero parabenizá-lo pela lógica, pela construção da análise, pelo olhar que tem. Quero dizer da justeza do pronunciamento de V. Ex^a e ressaltar um aspecto na condução que o Presidente Lula, que o Governo vem dando, principalmente do ponto de vista interno, às políticas, às ações e à construção que deve ter o Banco Central, a equipe econômica brasileira e a participação do Brasil em nível internacional, suscitando que o G-20 possa discutir, refletir e criar novos parâmetros e um novo paradigma, porque esse ruiu. Esta é uma crise sobre a qual o capitalismo tem de refletir e não vir com essa conversa, tentando minimizar a crise, dizendo que é cíclica e que nas entranhas do capitalismo vem a crise. Não! Nós precisamos punir os gestores do sistema financeiro que mentiram e foram irresponsáveis. Precisamos criar um novo paradigma em nível internacional, e o Brasil tem uma posição importante no sentido de fazer essa construção no âmbito do G-20 e dos países que compõem o BRIC. Quero dizer que não é só o Presidente Lula, setores importantes da economia nacional deram ao Brasil essa liderança e essa condição de enfrentar a crise internacional. Parabéns pela reflexão que V. Ex^a faz.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu é que agradeço, meu caro Senador João Pedro. Agradeço também a paciência do Sr. Presidente, mas acho que esse é um tema que vai merecer muitos debates dos Srs. Senadores. Estamos dispostos a fazer com que ele seja o centro da discussão no Senado da República.

Quero concluir, porque temos muitas matérias na mesa. Outras novas já estão com V. Ex^a e todos estão imbuídos nesse espírito de votar juntos neste momento.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.081, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera os arts. 52 e 243 da Constituição Federal para dispor sobre a aprovação pelo Senado Federal nas operações de compra e arrendamento nas terras rurais localizadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.

Relator: Senador **Marco Antonio Costa**

I – Relatório

Vem a exame nesta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2008, cujo objeto é inserir entre as competências privativas do Senado Federal a de aprovar, por maioria absoluta, as operações de compra e arrendamento, por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal.

Além disso, a proposição em exame determina alterações ao art. 243 da Carta da República, determinando a desapropriação confiscatória de glebas na Amazônia Legal onde se verifique desmatamento ilegal.

Na justificação sustenta-se a necessidade de imposição de restrições às operações de alienação de terras rurais na região referida, à vista de notícias relativas a grandes aquisições por dinheiro estrangeiro.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Análise

Apesar dos seus elevados propósitos, temos para nós a necessidade de rejeição da proposição nesta Comissão.

A primeira razão que elencamos é a absoluta desnecessidade da referida providência legislativa. A Constituição Federal, à altura do art. 190, determina que a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

As preocupações e objetivos da proposta de Emenda à Constituição que temos sob análise já foram, portanto, percorridas pela preocupação e pelas

providências da Assembléia Nacional Constituinte. A lei em questão – necessariamente lei ordinária federal, à luz do art. 22, I, da Carta Federal – deverá indicar os limites à aquisição de terras pelo capital estrangeiro e, igualmente, os casos nos quais essas operações dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Cuida-se, então, não da necessidade de ação reformadora do Congresso Nacional, mas, ao contrário, de providência legislativa ordinária, à míngua da qual ter-se-á de proceder a análise da compatibilidade constitucional do direito pré-constitucional.

Na Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, se encontra o regulamento infraconstitucional da aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

Quanto à aquisição de terra por pessoa física estrangeira, a limitação fundamental estatuída pela mencionada Lei é a constante do seu art. 3º, estabelece que a aquisição de imóvel não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida em área contínua ou descontínua, ou seja, até 5.000 hectares, dependendo do tamanho do referido módulo em cada município, que varia de 5 a 100 hectares.

O arrendamento ou compra de terras por pessoas jurídicas estrangeiras é limitada a até 100 (cem) módulos de exploração indefinida, conforme estabelece a Lei nº 5.709, de 1971, combinada com o art. 23 da Lei nº 8.629, de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. O referido teto corresponde a 500 a 10.000 hectares, dependendo do tamanho do citado módulo do município.

Já o art. 23, § 2º, da Lei nº 8.629, de 1993, traz as hipótese de autorização do Congresso Nacional para a aquisição ou arrendamento de imóveis rurais quando: **a)** a pessoa física pleitear área superior a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida; e **b)** pessoa jurídica requerer área superior a 100 (cem) módulos de exploração indefinida.

O tecido normativo existente é, parece-nos, suficiente para o tratamento adequado da matéria, no ponto, dispensando a intervenção do poder constituinte reformador.

De forma complementar, e para argumentar, deve-se registrar a estranheza que causa a referência a pessoa jurídica brasileira de capital estrangeiro, figura estranha ao nosso Direito Constitucional e infraconstitucional e de suporte jurídico extremamente discutível sob a vigente Carta da República.

Quanto à providência de desapropriação confiscatória, prevista no art. 2º da proposição da qual ora nos

ocupamos, parece-nos frontalmente lesiva de limitação material expressa (CF, art. 60, § 4º, IV) determinação de desapropriação não indenizável de glebas de terras nas quais ocorra desmatamento ilegal.

É cediço que a atuação do poder constituinte reformador está sujeito a restrições bem claras, entre as quais avultam as cláusulas pétreas da atual ordem constitucional. E ali se protege rigorosamente os direitos e garantias individuais contra abolição por Emenda à Constituição.

O que se tem no citado dispositivo da proposição em tela é exatamente a abolição do direito de propriedade mediante providência violenta do Poder Público, qual seja a desapropriação por confisco.

Não se há de confundir a ordem expropriatória, sem indenização, de terras em que se plantem psicotrópicos, indicada no art. 243 da vigente Constituição

Federal. Ainda que discutível quanto ao mérito, essa providência foi lastreada pelo poder constituinte originário, ilimitado na sua essência e na atividade de elaboração de nova Constituição Nacional. O poder de alterar a Constituição, poder constituinte reformador, ao contrário, não é plenipotenciário, e encontra na previsão do art. 60, § 4º, da Carta Magna, invencível obstáculo.

Esses argumentos mostram, a toda evidência, a desnecessidade da medida imposta pelo art. 1º da proposição, e a gritante inconstitucionalidade material do que se determina em seu art. 2º.

III – Voto

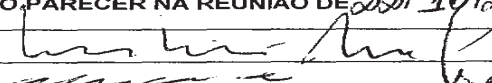

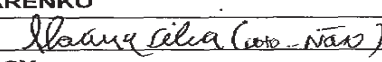
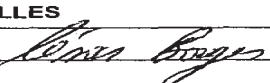

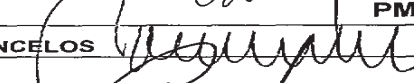

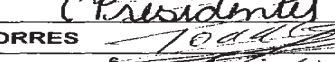

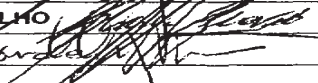
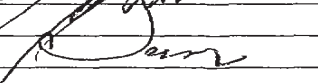
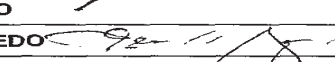

Em face de todo o exposto, somos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2008.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 23 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Sen. Marco Antônio Costa	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA  (ato não)	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹  (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES  (Relator)	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA  (Relator)	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO 
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO 
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

.....

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

LEI Nº 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971.

Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista nesta Lei.

§ 1º - Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta Lei a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no Exterior.

~~§ 2º - As restrições estabelecidas nesta lei não se aplicam aos casos de transmissão causa mortis~~

§ 2º - As restrições estabelecidas nesta Lei não se aplicam aos casos de sucessão legítima, ressalvado o disposto no art. 7º. (Redação dada pela Lei nº 6.572, de 30/09/78)

~~Art. 2º - Ao estrangeiro, que pretenda imigrar para o Brasil, é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromisso de compra e venda de imóvel rural, desde que, dentro de 3 (três) anos, contados da data do contrato, venha fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel. (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).~~

~~§ 1º - Se o compromissário comprador descumprir qualquer das condições estabelecidas neste artigo, reputar-se-á absolutamente ineficaz o compromisso de compra e venda, sendo-lhe defeso adquirir, por qualquer modo, a propriedade do imóvel. (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).~~

~~§ 2º - No caso previsto no parágrafo antecedente, caberá ao promitente vendedor propor a ação para declarar a ineficácia do compromisso, estando desobrigado de restituir as importâncias que receber de compromissário comprador. (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).~~

~~§ 3º - O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado, ouvido o setor competente do Ministério da Agricultura, caso o promitente comprador já tenha utilizado o imóvel na implantação de projeto de culturas permanentes. (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).~~

~~§ 4º - As disposições deste artigo constarão, obrigatoriamente, dos compromissos de compra e venda nele referidos, sob pena de nulidade dos respectivos contratos. (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).~~

Art. 3º - A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

§ 1º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

§ 2º - O Poder Executivo baixará normas para a aquisição de área compreendida entre 3 (três) e 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida. (Vide Lei nº 8.629, de 1993)

§ 3º - O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo.

Art. 4º - Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total serão feitas obrigatoriamente por brasileiros.

Art. 5º - As pessoas jurídicas estrangeiras referidas no art. 1º desta Lei só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatutários.

§ 1º - Os projetos de que trata este artigo deverão ser aprovados pelo Ministério da Agricultura, ouvido o órgão federal competente de desenvolvimento regional na respectiva área.

§ 2º - Sobre os projetos de caráter industrial será ouvido o Ministério da Indústria e Comércio.

Art. 6º - Adotarão obrigatoriamente a forma nominativa as ações de sociedades anônimas:

I - que se dediquem a loteamento rural;

II - que explorem diretamente áreas rurais; e

III - que sejam proprietárias de imóveis rurais não vinculados a suas atividades estatutárias.

Parágrafo único. A norma deste artigo não se aplica às entidades mencionadas no art. 4º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 7º - A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 8º - Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.

Art. 9º - Da escritura relativa à aquisição de área rural por pessoas físicas estrangeiras constará, obrigatoriamente:

I - menção do documento de identidade do adquirente;

II - prova de residência no território nacional; e

III - quando for o caso, autorização do órgão competente ou assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Tratando-se de pessoa jurídica estrangeira, constará da escritura a transcrição do ato que concedeu autorização para a aquisição da área rural, bem como dos documentos comprobatórios de sua constituição e de licença para seu funcionamento no Brasil.

Art. 10 - Os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial, em livro auxiliar, das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, físicas e jurídicas, no qual deverá constar:

I - menção do documento de identidade das partes contratantes ou dos respectivos atos de constituição, se pessoas jurídicas;

II - memorial descritivo do imóvel, com área, características, limites e confrontações; e

III - transcrição da autorização do órgão competente, quando for o caso.

Art. 11 - Trimestralmente, os Cartórios de Registros de Imóveis remeterão, sob pena de perda do cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que estiverem subordinados e ao Ministério da Agricultura, relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados enumerados no artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, a relação mencionada neste artigo deverá ser remetida também à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 12 - A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o art. 10.

§ 1º - As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste artigo.

§ 2º - Ficam excluídas das restrições deste artigo as aquisições de áreas rurais:

I - inferiores a 3 (três) módulos;

II - que tiverem sido objeto de compra e venda, de promessa de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, mediante escritura pública ou instrumento particular devidamente protocolado no Registro competente, e que tiverem sido cadastradas no INCRA em nome do promitente comprador, antes de 10 de março de 1969;

III - quando o adquirente tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.

§ 3º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, autorizar a aquisição além dos limites fixados neste artigo, quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do País.

Art. 13 - O art. 60 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60. Para os efeitos desta Lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programa de valorização de área ou distribuição de terras".

Art. 14 - Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais, onde se estabeleçam em lotes rurais, como agricultores, estrangeiros imigrantes, é vedada, a qualquer título, a doação de terras da União ou dos Estados a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas.

Art. 15 - A aquisição de imóvel rural, que viole as prescrições desta Lei, é nula de pleno direito. O tabelião que lavrar a escritura e o oficial de registro que a transcrever responderão civilmente pelos danos que causarem aos contratantes, sem prejuízo da responsabilidade criminal por prevaricação ou falsidade ideológica. O alienante está obrigado a restituir ao adquirente o preço do imóvel.

Art. 16 - As sociedades anônimas, compreendidas em quaisquer dos incisos do caput do art. 6º, que já estiverem constituídas à data do início da vigência desta Lei, comunicarão, no prazo de 6 (seis) meses, ao Ministério da Agricultura a relação das áreas rurais de sua propriedade ou exploração.

§ 1º - As sociedades anônimas, indicadas neste artigo, que não converterem em nominativas suas ações ao portador, no prazo de 1 (um) ano do início da vigência desta Lei, reputar-se-ão irregulares, ficando sujeitas à dissolução, na forma da lei, por iniciativa do Ministério Público.

§ 2º - No caso de empresas concessionárias de serviço público, que possuam imóveis rurais não vinculados aos fins da concessão, o prazo de conversão das ações será de 3 (três) anos.

§ 3º - As empresas concessionárias de serviço público não estão obrigadas a converter em nominativas as ações ao portador, se dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da vigência desta Lei, alienarem os imóveis rurais não vinculados aos fins da concessão.

Art. 17 - As pessoas jurídicas brasileiras que, até 30 de janeiro de 1969, tiverem projetos de colonização aprovados nos termos do art. 61 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão, mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Agricultura, concluí-los e outorgar escrituras definitivas, desde que o façam dentro de 3 (três) anos e que a área não exceda, para cada adquirente, 3 (três) módulos de exploração indefinida.

Art. 18 - São mantidas em vigor as autorizações concedidas, com base nos Decretos-leis nºs 494, de 10 de março de 1969, e 924, de 10 de outubro de 1969, em estudos e processos já concluídos, cujos projetos tenham sido aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 19 - O Poder Executivo baixará, dentro de 90 (noventa) dias, o regulamento para execução desta Lei.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Revogam-se os Decretos-leis nº 494, de 10 de março de 1969, e 924, de 10 de outubro de 1969, e demais disposições em contrário.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

L. F. Cirne Lima

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 11.10.1971

.....

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.**Mensagem de veto**

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 23. O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil só poderão arrendar imóvel rural na forma da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.

§ 1º Aplicam-se ao arrendamento todos os limites, restrições e condições aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, constantes da lei referida no caput deste artigo.

§ 2º Compete ao Congresso Nacional autorizar tanto a aquisição ou o arrendamento além dos limites de área e percentual fixados na Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, como a aquisição ou arrendamento, por pessoa jurídica estrangeira, de área superior a 100 (cem) módulos de exploração indefinida.

.....

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

PARECER Nº 1.082, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/04, naquela Casa), de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I — Relatório

Na sessão de 23 de junho de 2004, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 54, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho.

A proposta introduzia novo parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (CP), para definir de forma mais clara o chamado “seqüestro relâmpago”, caracterizando-o como crime cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, sendo essa condição necessária para a obtenção da vantagem econômica pelo agente.

Desta feita, examina-se a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) ao PLS nº 54, de 2004.

II – Análise

A proposição aprovada pelo Senado Federal propunha a seguinte redação para o art. 158 do Código Penal:

“Art. 158.

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente. (NR)”

Cabe observar que as penas estabelecidas no art. 159 do CP, a que remete o PLS, são de reclusão de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos, no caso de lesão corporal de natureza grave (§ 2º), e de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos, no caso de morte (§ 3º).

Remetido à Câmara dos Deputados, a Casa Revisora aprovou emenda ao PLS, para conferir ao art. 158 do CP a seguinte redação:

“Art. 158.

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima:

Pena — reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa.

§ 4º Se do crime resulta lesão corporal grave:

Pena — reclusão, de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos.

§ 5º Se do crime resulta morte:

Pena — reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos. (NR)”

Uma análise apressada da ECD leva à equivocada conclusão de que não houve alteração substancial do texto aprovado no Senado Federal. O § 3º do art. 158, na forma do PLS nº 54, de 2004, teria sido simplesmente desmembrado em três parágrafos, para dispensar a referência que fazia às penas do art. 159, §§ 2º e 3º.

Ocorre que os §§ 4º e 5º propostos pela Câmara estão vinculados ao **caput** do art. 158 do CP, que descreve a extorsão praticada mediante violência ou grave ameaça. Haveria, então, conflito entre os dispositivos propostos pela ECD e o § 2º do art. 158 em vigor, que, por sua vez remete ao § 3º do art. 157. Vejamos o que diz aquele dispositivo:

“Art. 158.

§ 2º Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior.”

A referência é ao art. 157, § 3º, do CP, que prescreve:

“Art. 157.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta, morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.”

Ao que parece, a intenção da Emenda aprovada pela Câmara dos Deputados era de que os §§ 4º e 5º propostos para o art. 158 estivessem vinculados à hipótese do “seqüestro relâmpago” (delito descrito no § 3º), e não à extorsão (crime definido no **caput**). Para isso, seria necessário que a redação tanto do § 4º quanto do § 5º, se iniciasse com a frase “No caso do § 3º deste artigo, ...”.

Essa idéia, contudo não se materializou no texto da ECD, que, da forma como está, além de não contemplar a agraviação da pena do “seqüestro relâmpago” que resulta em lesão corporal grave ou morte, gera contradição entre dispositivos penais.

III — Voto

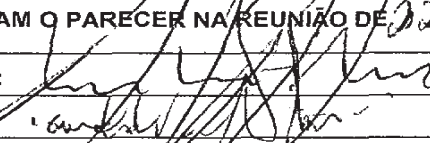
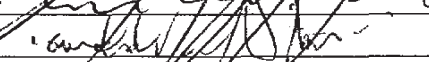
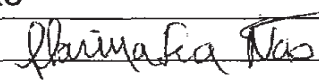
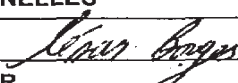
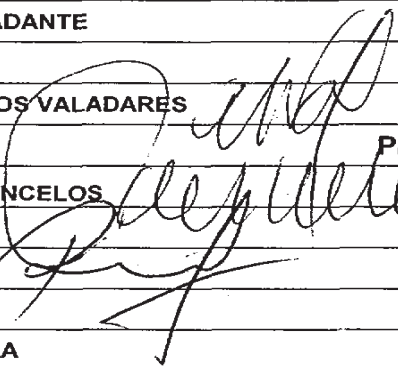

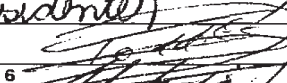
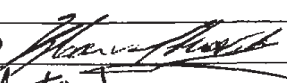
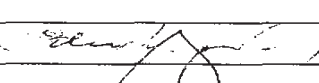
Pelo exposto, somos pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: ECD Nº 54 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Sen. Flexa Ribeiro	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESSARENKO	1.INACIO ARRUDA
MARINA SILVA 	2.FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3.CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE	4.EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6.JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA 	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3.JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶	4.ÁLVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO 
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO (Relator)
EDUARDO AZEREDO 	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1.MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1.CRISTOVAM BUARQUE

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Vide texto compilado**Código Penal.****Do Roubo e da Extorsão****Roubo**

Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25-7-90

Art. 159. Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: Vide Lei nº 8.072 de 25-7-90

Pena – reclusão, de oito a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

§ 2º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Vide Lei nº 8.072, de 25-7-90

Pena – reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

§ 3º Se resulta a morte: Vide Lei nº 8.072, de 25-7-90

Pena – reclusão, de vinte e quatro a trinta anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

PARECER Nº 1.083, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 201, de 2008 (nº 764/2008, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, na votação secreta realizada em 29 de outubro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador João Tenório sobre a Mensagem do Senado Federal nº 201, de 2008, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, por 21 (vinte e um) votos “sim”, 1 (um) voto “não” e nenhuma “abstenção”, totalizando vinte e dois votos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **João Tenório**, Relator.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Mensagem do Senado Federal, nº 201, de 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/10/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo	
RELATOR: Senador João Tenório	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESSARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PR	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
IDELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - Bloco da Maioria PMDB	Suplentes - Bloco da Maioria PMDB
ROMERO JUCÁ	1- LOBÃO FILHO
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- (vago)
GILVAM BORGES	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)
GILBERTO GOELLNER - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- ADELMIR SANTANA - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PTB	Suplentes - PTB
GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

RELATÓRIO Nº , DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 201, de 2008, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Allan Kardec Dualibe Barros Filho para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Relator: Senador **João Tenório**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Allan Kardec Dualibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O **currículum vitae** do Senhor Allan Kardec Dualibe Barros Filho, anexado à Mensagem Presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Senhor Allan Kardec Dualibe Barros Filho cursou a Universidade Federal do Maranhão e formou-se engenheiro eletricista em 1991. Subseqüentemente, concluiu o curso de mestrado em engenharia de informação, na *Toyohashi University of Technology*, e o doutorado em Engenharia de Informação, na Universidade de Nagoya. Tem pós-doutorado pelo RIKEN (The Institute of Physical and Chemical Engineering) do Japão.

Sua experiência profissional é muito ampla. Desde sua graduação, tem se dedicado ao ensino. Foi professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET/MA), e, até o momento, é professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem também forte atuação no campo de pesquisa. Já atuou como pesquisador no *Institute of Physical and Chemical Engineering* do Japão, na própria UFMA,

e participa de vários projetos de pesquisa em andamento. Suas pesquisas concentram-se nas áreas de engenharia biomédica, processamento de sinais de voz e computação neural.

É também autor de inúmeros artigos para periódicos especializados, livros, e trabalhos publicados em anais de congressos. Atualmente, exerce a função de editor associado da *Signal Processing* e editor-chefe da *International Journal of Computational Intelligence and Applications*.

Sua longa experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, estão comprovadas no **currículum vitae** do indicado. Fica, assim, a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Allan

Cardec Dualibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Sala da Comissão, – Senador **João Tenório**.

PARECER Nº 1.084, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 202, de 2008, (nº 751/08, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - CI, na votação secreta, realizada em 29 de outubro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 202, de 2008, opinou pela aprovação da indicação do nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, por 22 votos “SIM”, votos “NÃO” e “ABSTENÇÃO”, totalizando vinte e dois votos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2008. _
Presidente: Senador **Marconi Perillo** – Relator: Senador **Sérgio Guerra**.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Mensagem do Senado Federal, nº 202, de 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/10/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo	
RELATOR: Senador Sérgio Guerra	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo
(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESSARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCEÍDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
IDELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - Bloco da Maioria	Suplentes - Bloco da Maioria
PMDB	PMDB
ROMERO JUCÁ	1- LOBÃO FILHO
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- (vago)
GILVAM BORGES	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria	Suplentes - Bloco da Minoria
(DEM / PSDB)	(DEM / PSDB)
GILBERTO GOELLNER - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- ADELMIR SANTANA - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PTB	Suplentes - PTB
GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

RELATÓRIO Nº, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 202, de 2008 (nº 751, de 2-10-2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

A Mensagem nº 202, de 2008, encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, insta o Senado Federal a se manifestar sobre a indicação da Senhora Magda Maria Regina Chambriard para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Carta Magna atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Portanto, a iniciativa do Chefe do Poder Executivo atende ao disposto no art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, cominado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Ademais, o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também do RISF.

Anexo a presente Mensagem, consta o **curriculum vitae** da indicada, em atendimento à prescrição regimental do art. 383, I, e que passamos a descrever.

A Senhora Magda Maria de Regina Chambriard nasceu em 30 de junho de 1957. Sua formação acadêmica inclui o curso de graduação em engenharia civil e o mestrado em engenharia química, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente em 1979 e 1989. Especializou-se também em engenharia de reservatórios e avaliação de formações pela Universidade Corporativa da Petrobras.

O currículo da indicada relata ainda vários cursos de aperfeiçoamento profissional, entre 1980

e 2001, dentre os quais destacamos: “Geologia de Petróleo para Engenheiros”, “Engenharia de Poços Horizontais”, “Negociação de Contratos de Exploração e Produção”, “Programa de Capacitação em Negociação da Indústria do Petróleo”, “Contabilidade” e “Análise de Portfólio de Investimentos em Projetos de E&P”.

A experiência profissional da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard no setor de petróleo e gás natural é reconhecidamente muito vasta. Trabalhou como especialista na Petrobras entre 1980 e 2002, onde atuou nas áreas de engenharia de reservatórios, engenharia de produção e na área de novos negócios de exploração e produção. De 2002 ao corrente ano de 2008, tem desenvolvido intensa atuação profissional na Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP), onde assume inicialmente a posição de assessora de Diretor, para depois acumular o exercício da Superintendência de Exploração e da Superintendência de Definição de Blocos. A Drª Magda vem também atuando como instrutora de cursos de formação de especialistas em petróleo e gás natural, bem como palestrante internacional nos mais importantes encontros mundiais do setor.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores, integrantes desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, dispõem de informações consistentes quanto à sólida formação e destacada experiência da Drª Magda para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão, _ Senador **Sérgio Guerra**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 397, de 2008**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38, de 2008–CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009” (PLOA/2009).

O expediente lido vai à publicação.

É o seguinte o Ofício recebido:

Of. Pres. n. 397 /2008/CMO**Brasília, 29 de outubro de 2008.**

À publicação
Em <u>29</u> de <u>outubro</u> de 2008

Assunto: alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de **tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38/2008-CN (PLOA/2009)**, tendo em vista a não aprovação do Relatório Preliminar, conforme quadro abaixo:

PLN	ITEM COM PRAZO MODIFICADO	PRAZO ANTERIOR	PRAZO SOLICITADO
38/2008-CN (PLOA/2009)	Votação do Relatório Preliminar e suas emendas	28/10/2008	05/11/2008
	Apresentação de emendas ao Projeto de Lei	29/10 a 07/11/2008	06 a 14/11/2008
	Publicação e distribuição de avulsos das emendas	12/11/2008	19/11/2008
	Apresentação, Publicação, Distribuição e Votação dos Relatórios Setoriais	02/12/2008	03/12/2008
	Apresentação, Publicação, Distribuição e Votação do Relatório do Relator-Geral	12/12/2008	12/12/2008
	Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN	15/12/2008	17/12/2008

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Presidente

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ALTERADO-2

ORÇAMENTO PARA 2009

PROJETO DE LEI Nº 38/2008-CN**MENSAGEM Nº 113/2008-CN****(Nº 635/2008, NA ORIGEM)****Presidente: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB/RS)****Relator-Geral: Senador DELCÍDIO AMARAL (PT/MS)****Relator da Receita: Deputado JORGE KHOURY (DEM/BA)****29 de outubro de 2008**

01. Leitura em sessão do Senado Federal 27/08/2008
02. Publicação e distribuição de avulsos até 1/09/2008
03. Realização de audiências públicas até 8/10/2008
04. Apresentação de emendas à receita e de renúncia de
receitas ao Projeto. de 2 a 16/09/2008
05. Publicação e distribuição de avulsos das emendas
à receita e de renúncia de receitas até 19/09/2008
06. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita até 6/10/2008
07. Votação do Relatório da Receita e suas emendas até 9/10/2008
08. Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar até 21/10/2008
09. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar de 22 a 24/10/2008
10. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas até 5/11/2008
11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei de 06/11 a 14/11/2008
12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas * até 19/11/2008
13. Apresentação, publicação, distribuição e votação
dos Relatórios Setoriais
 - 13.1. Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas
(CAE) sobre as emendas individuais e coletivas apresentadas:
 - Entrega, à Secretaria da CMO, para publicação e
distribuição 19/11/2008
 - Votação no Plenário da Comissão 20/11/2008
 - 13.2. Entrega das definições para elaboração dos Relatórios
Setoriais aos Consultores da COFF/CD e da CONORF/SF,
pelos Relatores Setoriais:
 - Áreas Temáticas (AT) VI a X 24/11/2008
 - Áreas Temáticas (AT) I a V 25/11/2008



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13.3. Relatórios Setoriais e Relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) quanto às emendas de Relator

- Entrega, à Secretaria da CMO, dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) VI a X.....**25/11/2008**
- Entrega, à Secretaria da CMO, do Relatório do CAE referente às Áreas Temáticas (AT) VI a X.....**26/11/2008**
- Entrega, à Secretaria da CMO, dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) I a V.....**27/11/2008**
- Entrega, à Secretaria da CMO, do Relatório do CAE referente às Áreas Temáticas (AT) I a V.....**28/11/2008**
- Votação, no Plenário da CMO, do Relatório do CAE e dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) VI a X.....**02/12/2008**
- Votação, no Plenário da CMO, do Relatório do CAE e dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas (AT) I a V.....**03/12/2008**

14. Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório Final do Relator-Geral**12/12/2008**

15. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN..... **até 17/12/2008**

16. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de Autógrafos **até 22/12/2008**

(*) *Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal*

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/95
Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109
Consultoria de Orçamentos (SF) - 3311-3318

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 208, DE 2008

(Nº 830/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 2008, em visitas oficiais a El Salvador, dia 29 de outubro, e Cuba, de 30 de outubro a 1º de novembro.

Brasília, 28 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 972 – Casa Civil

Em 28 de outubro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: **Viagem presidencial**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 2008, em visitas oficiais a El Salvador, dia 29 de outubro, e Cuba, de 30 de outubro a 1º de novembro. Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muita honra que eu registro a presença, neste plenário, da Prefeita eleita de Natal, a Srª Micarla de Sousa, que enfrentou uma luta muito bonita e que foi muito prestigiada pela presença de líderes de todas as procedências, inclusive – e isso foi honroso para ela – a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no palanque da sua adversária. Mas isso não diminui

o mérito. Não diminui, ao contrário, aumenta o mérito dela, mas não diminui o do Presidente, que mostrou que é um homem que tem lado, enfim.

E eu volto a fazer aqui agradecimentos, porque sou informado de que o Presidente se derramou em elogios a este velho companheiro de lutas dele, de lutas por liberdade, e eu tão comovido fiquei que hoje apoiei o Senador Romero Jucá, que falou com realismo sobre a crise quando outros dizem que é marolinha, que não é tsunami, quando outros dizem que é meramente psicológico o efeito da crise. E eu disse: não, o Senador Romero está falando não com olhares panglossianos, mas com olhares realistas sobre a crise. Eu vou apoiar a retirada do projeto meritório do Senador Paim, neste momento, da pauta, em função da crise, mas é o meu coração mole, o meu coração sentimental que o faz.

As pessoas me ganham pelo coração. Elogiou-me de maneira tão sensível que me prendeu. E, por isso, lembro sua passagem naquela eleição e saúdo a presença da prefeita eleita, da candidata que se elegeu prefeita de Natal, essa jovem que é filha do ex-Senador e ex-Deputado Carlos Alberto, que foi meu colega de Câmara e de Congresso, e que, tenho certeza, vai fazer, muito bem apoiada pela Senadora Rosalba, pelo Senador José Agripino, e – não tenho nenhuma dúvida – por V. Exª também, vai realizar um grande governo em Natal, porque vai colocar a casa em ordem, vai fazer um governo de mãos limpas e vai fazer um governo dinâmico. Juventude ela tem, tradição política ela tem e apoio político certamente terá, até mesmo concordando que os três brilhantes Senadores aceitem mais um modesto Senador para trabalhar por Natal, que é este próprio aqui que se apresenta a V. Exª, este modestíssimo orador que vos fala e que estará sempre às ordens dos bons projetos para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Eu gostaria apenas de dizer que estamos aqui muito felizes com a presença da nossa Prefeita eleita Micarla. E eu, como mulher, não poderia deixar de fazer uma referência especial, porque é mais uma mulher que mostra a sua garra e determinação e que chega, vitoriosa, com a força do povo de Natal, como a candidata realmente escolhida pelo povo para administrar a cidade.

Relembro que sua presença aqui é a presença também da filha do saudoso Senador Carlos Alberto,

que nesta Casa prestou grande serviço ao Rio Grande do Norte. Nele aqui ela se inspira para prestar grande serviço à cidade de Natal. Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, que também já se coloca à disposição para ajudar Natal, ajudar o Rio Grande do Norte. Estamos aqui imbuídos desta determinação: ajudar a Prefeita Micarla a fazer uma grande administração, porque ganha o povo do Rio Grande do Norte, ganha a nossa capital Natal, querida capital do Rio Grande do Norte; querida pelo senhor que já a administrou, que dela foi prefeito e cujo trabalho lá deixou marcas; pelo Senador Agripino, que também foi um grande Prefeito. Agora, é a vez dessa mulher jovem, dinâmica, que o povo chama de “Borboleta”. Aqui quero dizer que desejo à “Borboleta” que nunca lhe falte a coragem e a garra para seguir em frente, superando os obstáculos e vencendo os desafios.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas secundando a manifestação feita pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e pela Senadora Rosalba, quero fazer o registro, com muita alegria para nós potiguares, entre os quais incluo V. Ex^a, da presença neste plenário da filha de um saudoso Senador, Carlos Alberto – que conviveu com V. Ex^a e comigo – que se elege Prefeita de Natal e que está vindo a Brasília para se reunir com Parlamentares em busca do apoio, que não lhe será negado, daqueles que têm compromisso com o Estado, entre os quais incluo V. Ex^a, para as emendas parlamentares para que ela possa atender às expectativas do povo do Rio Grande do Norte.

A Prefeita eleita Micarla me pede que eu solicite de V. Ex^a – o que acho que terá, com certeza, a plena aquiescência – uma audiência, porque ela pretende fazer uma visita ao Presidente do Congresso e pede que V. Ex^a a receba. Ela pretende visitá-lo, conversar e estabelecer um clima de cordialidade política, muito embora as divergências da última e recente contenda, que foi levada a efeito com muita civilidade política tanto é que ela vem a Brasília e vai visitar a contendora, Deputada Fátima Bezerra, vai ao gabinete dela lhe fazer uma visita. A Prefeita eleita Micarla pede a V. Ex^a uma audiência, para que ela possa também visitá-lo e pedir o apoio – que, sei, não será negado – por V. Ex^a, por mim, por Rosalba, os três Senadores que têm compromisso fundamentalmente com a capital do nosso Estado e com os Municípios do nosso Estado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me associar às palavras do ilustre Senador José Agripino, Líder dos Democratas, da Senadora Rosalba, do Senador Arthur Virgílio, Líder do meu Partido, o PSDB, para também expressar nossos cumprimentos e nossa alegria por essa vitória que nos comoveu, emocionou e nos deixou a todos eufóricos. Nós todos acompanhamos o processo eleitoral, estivemos sempre solidários ao Senador Agripino, à Senadora Rosalba. Acompanhamos, inclusive, alguns momentos delicados por que passaram nessa campanha, mas o fato é que a nossa Prefeita eleita de Natal, Micarla, tem tradição política, tem preparo, tem competência, tem conteúdo, será uma grande Prefeita e terá de nossa parte todo o apoio.

Tive o privilégio de conviver com o pai dela, o Senador Carlos Alberto, então Deputado Federal, na Câmara dos Deputados, e pude verificar o espírito público, a verve política, o compromisso com a democracia, que sempre presidiram todos os seus atos.

De maneira, Sr. Presidente, que eu gostaria de saudar a Prefeita eleita de Natal e aproveitar a oportunidade para saudar o Prefeito eleito de Imperatriz do Maranhão, nosso querido Deputado Sebastião Madeira, que acaba de se eleger Prefeito de Imperatriz, em uma belíssima eleição, com uma belíssima vitória. Ele também é uma pessoa muito qualificada e certamente será um grande Prefeito da cidade de Imperatriz. Aos dois, portanto, os nossos cumprimentos e os nossos votos de uma feliz e eficaz administração. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar às manifestações do Senador José Agripino, da Senadora Rosalba, do Senador Marconi Perillo e dizer da minha satisfação em receber aqui no plenário a futura Prefeita, a Prefeita eleita, Micarla de Sousa. Com relação a tudo aquilo que se disse sobre eleição, eu concordo inteiramente com uma eleição de alto nível, com um debate elevado e para isso concorreu a candidata hoje Prefeita de Natal.

Então, a ela, que é minha amiga, independentemente do problema político-partidário e das divergências, quero dizer que ela vai ter o total apoio de todos nós que compomos a Bancada de Senadores do Rio Grande do Norte.

Estou vendo que a Prefeita está conquistando outros apoios, de Senadores de outros Estados, como aconteceu há pouco com a manifestação do Senador

Arthur Virgílio. Vou dar apenas início à Ordem do Dia e aí vou receber a Prefeita no nosso Gabinete, no Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Peço apenas um pouquinho de paciência para que eu inicie aqui a Ordem do Dia. São apenas alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 1.083, DE 2008

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.083, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador João Tenório, sobre a Mensagem nº 201, de 2008 (nº 746/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do *Sr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Vamos abrir o painel para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam votar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tive a honra de presidir a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que sabatinou os dois indicados: Diretora e Diretor da Agência Nacional de Petróleo. Nós acabamos de realizar as sabinas agora há pouco. Foram cerca de três horas de sabatina. Gostaria de dizer a todos que Dr^a Magda obteve unanimidade na Comissão de Infra-Estrutura pela sua qualificação técnica, e o Sr. Allan Kardec obteve 21 dos 22 votos favoráveis a sua indicação. Gostaria de dizer que a Comissão de Infra-Estrutura tem debatido a questão da qualificação técnica dos indicados para as agências reguladoras. Temos tido postura crítica quando se trata de indicações políticas, mas as indicações técnicas

têm merecido toda atenção, todo respeito por parte da Comissão de Infra-Estrutura. E, hoje, nós tivemos uma sabatina de alto nível, dada a qualificação técnica dos indicados.

Era isso o que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu, igualmente, gostaria de saudar a indicação do Sr. Allan Kardec. Tem um currículo técnico e acadêmico bastante consistente, apesar de sua juventude. Vai exercer a função em uma instituição fundamental para a sociedade brasileira, para nossa economia, que é a Agência Nacional de Petróleo. Eu disse, na oportunidade da votação, com a presença de nosso Presidente Haroldo Lima, da ANP; também Nelson Narciso, Diretor da ANP, da importância que tem hoje a economia do petróleo. Fatura US\$1.650 trilhão no mundo. É o principal setor da economia mundial. Das 10 maiores empresas da economia mundial, seis são do setor de petróleo.

O petróleo ainda representa 62% do PIB mundial, 43% da matriz energética do Brasil. E precisamos de uma agência de regulação especialmente diante das descobertas do Pré-Sal, pois o Brasil caminha para se transformar numa grande potência exportadora petrolífera. Temos que fazer ajustes no marco regulatório e priorizar uma parceria estratégica com a Petrobras, manter espaço para a iniciativa privada. E o Congresso terá oportunidade de debater essa matéria com bastante profundidade.

Hoje temos duas excelentes indicações. A Dr^a Magda, o Dr. Allan Kardec tenho certeza de que serão acolhidos por este Plenário, fortalecendo a Agência Nacional de Petróleo.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente,

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Rosalba Ciarlini, em seguida, o Senador Casagrande.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria aqui só de colocar as indicações para Agência Nacional de Petróleo, conforme colocou o Senador Marconi Perillo, o debate que aconteceu na Comissão mostrou o preparo técnico de todos eles. É muito importante que a Agência Nacional de Petróleo realmente tenha esse perfil técnico e que seja ágil porque os municípios que produzem petróleo e gás muitas vezes estão tendo prejuízo, precisando ser feita uma reavaliação, de se poder, por meio da Agência Nacional do Petróleo, dar ajuda aos municípios para que possam acompanhar os valores de *royalties* porque é difícil a Petrobras informar de acordo com a produção, para que todos os municípios possam saber o que acontece realmente, quando de repente em um mês esses valores caem e muitas vezes a gente a gente fica a ver navios. Fui Prefeita e tive essas dificuldades. Quando foi feito um reexame, um levantamento, estávamos perdendo mais de 200 mil ao mês, o que, para um município, representa muito. Então, a Agência Nacional de Petróleo é reguladora e fiscalizadora e tem de proteger os municípios, principalmente aqueles que estão em lugares mais distantes. Muitas vezes produzem pouco, mas o somatório dentro da produção nacional é importante. Queremos mostrar aqui a força que têm. Pode ser o petróleo da terra ou o petróleo do mar, mas é importante que os municípios sejam bem protegidos pela Agência Nacional de Petróleo naquilo que lhes é de direito, porque, se estão tirando as riquezas do subsolo ou da costa daqueles municípios, o município tem o direito de receber as compensações, que são os *royalties*. Muito mais esses municípios estão perdendo, porque sua riqueza não é renovável.

Faço essa observação e esse pedido aos que estão chegando. Na realidade, achamos que eles merecem ser conduzidos, porque estão preparados para a função.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra o Senador Renato Casagrande, do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o Presidente da ANP, Haroldo Lima, que está presente, e manifesto também o meu voto favorável à indicação do Sr. Allan Kardec para a diretoria da ANP. De fato, é uma agência que ganha cada vez mais importância no cenário nacional pela perspectiva, por aquilo que já produzimos de petróleo e pelo que poderemos produzir, ainda no decorrer dos próximos anos, pela posição estratégica de um combustível fóssil, que depende muito de regulação, de uma mudança no marco regulatório e de um debate, pelo menos, sobre esse tema.

Fizemos uma proposta e o Senado a acatou. O Senador Garibaldi Alves acatou uma proposta de realizar um grande debate no início de dezembro sobre o pré-sal, a fronteira do pré-sal, marco regulatório, distribuição de *royalties*. Vamos fazer um grande debate no início de dezembro, dentro do Senado, sobre esse tema.

O Estado do Espírito Santo adotou uma medida adequada de distribuição de *royalties* para municípios que não produzem petróleo. Quanto à parte que cabe ao Estado, o governador mandou um projeto de lei à assembléia, para que houvesse uma distribuição para os municípios que não recebem *royalties*, porque não produzem petróleo nem gás.

O Governo Federal pode fazer a mesma coisa. Parte do que o Governo Federal recebe pode ser distribuído também para os outros municípios, para que possamos, daquilo que o Governo Federal recebe também, atender a outros municípios.

Então, o meu apoio ao Sr. Allan Kardec e a minha manifestação de importância dessa agência para o nosso País, e do profissionalismo que devemos ter à frente dessa agência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Romero Jucá. Em seguida, o Senador Dornelles.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dar um aviso a toda a Casa: teremos uma outra votação nominal. Teremos duas votações nominais na tarde de hoje. Portanto, logo após o Dr. Allan Kardec, teremos outra votação nominal de autoridade da ANP.

Portanto, eu gostaria que as Sr^{as} e os Srs. Senadoras não se retirassem do plenário e que os demais viessem dos seus gabinetes para que pudéssemos concluir, rapidamente, a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fazemos nossas as palavras e a reivindicação do Senador Romero: permaneçam na Casa porque teremos outra votação nominal e é necessária a presença de 41 presentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois do Francisco Dornelles, pela ordem o Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, eu queria cumprimentar a Agência Nacional de Petróleo pela designação da Dr^a Magna Chambriad e de Allan Kardec para o seu quadro de diretores. Aqui, como Senador do Rio de Janeiro, eu trago a todos os dois o cumprimento do Governador do Estado. Estou certo de que eles têm profundas ligações com o Estado do Rio de Janeiro e vão fazer um trabalho da maior importância na Agência Nacional do Petróleo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB; em seguida, Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu registro a presença, na tribuna de honra desta Casa, do Prefeito do Município dos Autazes, ex-Prefeito e Prefeito eleito, Wanderlan Sampaio; do seu vice-Prefeito, Tadeu Cabral e do Vereador eleito Cecílio Correa.

É uma grande alegria contar com figuras tão ilustres, conterrâneos tão representativos do Município dos Autazes, nesta sessão no dia de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aproveito para também anunciar a nossa honra de estar presente um grande Líder, Adão Moura, de Guadalupe, de Boa Esperança. Ele vem reivindicar que o Governo Federal termine as eclusas e o tabuleiro de Guadalupe.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias, PSDB, Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas aproveito o ensejo para cobrar do Governo a valorização das Agências Reguladoras. O Governo abandonou esse instrumento importante no processo do desenvolvimento econômico do País, descaracterizou as Agências, permitindo a utilização indevida, com nomeações de natureza política – não é este o caso –, e esvaziou as Agências Reguladoras em todas as áreas da Administração Federal.

Nós esperamos que o Governo mude o caminho que trilhou até aqui, mudando o seu enfoque em relação a essas Agências, dando a elas a necessária importância, considerando-as fundamentais, inclusive para oferecer segurança aos investidores, tanto investidores do nosso País, como investidores estrangeiros, pois, sem o marco regulatório competente, sem as Agências capazes de oferecer a normatização e a fiscalização necessária às várias atividades econômicas, eles não sentem a segurança oficial suficiente para investimentos mais significativos.

Portanto, Sr. Presidente, uma das falhas apontadas sempre pela Oposição nesta Casa, um dos equívocos históricos cometidos pelo atual Governo foi este: o

equivoco de não considerar, não valorizar e não prestigiar devidamente as Agências Reguladoras.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra o Senador Tião Viana, Vice-Presidente da Casa e Líder do PT do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, quero apenas externar a minha admiração distinta pelo Dr. Allan Kardec e à Dr^a Magda Chambriad, que representam os nomes da Agência Nacional do Petróleo. Eles foram devidamente sabatinados, cumprindo todos os ritos e exigências constitucionais da Casa para a indicação de autoridades para a função de representantes de uma agência estatal, a Agência Nacional do Petróleo, tão bem e honrosamente dirigida pelo Presidente Haroldo Lima.

Quero dizer a V. Ex^a que entendo que, atualmente, a Agência Nacional do Petróleo é um ponto de integração entre o presente e o futuro do Brasil, nas perspectivas estratégicas do País: na área de política energética, na área de petróleo e gás. O Brasil tem um universo e um potencial extraordinário a ser explorado na área do gás e também do petróleo. Isso pode significar uma nova realidade econômica e social para o País. Todos os atos da Petrobras são ligados à Agência Nacional do Petróleo; outras empresas de exploração de petróleo e gás apontam para um horizonte excepcional de confiança, prosperidade e vigor da economia brasileira, com inclusão social; e temos um momento de extraordinário debate com a sociedade sobre essa matéria.

Quero dizer que a escolha do nome dos dois técnicos cujas indicações estamos votando hoje é uma homenagem à competência, à responsabilidade e à seriedade que a ANP tem nos seus desafios de conduzir o Brasil em direção ao futuro nessa atividade de petróleo e gás.

Eu gostaria de deixar registrada uma homenagem ainda ao Dr. Nilton Monteiro, ex-Diretor da Agência Nacional do Petróleo, que saiu em razão de impedimentos formais para a sua recondução.

A Agência Nacional do Petróleo é merecedora do mais elevado respeito de todos os brasileiros e, em especial, do Senado Federal, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a votação. Vou proclamar o resultado.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a poderá votar no próximo item. A votação já foi encerrada.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 1083, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIODIESEL - ANP

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 29/10/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 29/10/2008 17:59:13
Encerramento: 29/10/2008 18:14:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos NÃO : 09
Votos ABST. : 02
Total : 50

Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 39

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO, 9.

Houve 2 abstenções.

Total: 50 votos.

Aprovado.

Nossos cumprimentos a Allan Kardec Dualibe Barros Filho.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– **Item extrapauta:**

PARECER Nº 1.084, DE 2008

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.084, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 202, de 2008 (nº 751/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação da *Sr^a Magda Maria de Regina Chambriard* para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, c/c art. 291, inciso I, alínea e, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Renato Casagrande, do PSB do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, gostaria de manifestar meu voto favorável à Sr^a Magda Maria, que já esteve conversando conosco, é da área, tem formação, merece meu apoio, merece nosso apoio e nossa aprovação para compor a ANP.

Mas quero aproveitar também, Sr. Presidente, o ensejo para fazer um registro: o Banco Central americano reduziu para 1% a sua taxa básica de juros. O Copom está reunido para tomar uma decisão. Todos nós sabemos da dificuldade de tomar uma decisão numa hora como esta. A gente sabe disso, mas sabemos também que a crise econômica já causou muitos efeitos de redução de consumo, de dificuldade maior de crédito. Então, acho

que o Copom pode, de fato, interromper a escalada da Taxa Selic. Acho que essa é a nossa expectativa. Se não saiu, deve estar saindo a decisão do Copom.

Amanhã, teremos aqui a visita do Ministro Guido Mantega e a visita do Presidente do Banco Central.

A crise está se prolongando mais do que muita gente esperava, e o Brasil tem as condições mais adequadas de enfrentamento dessa crise, que tem uma proporção gigantesca. É lógico que temos aqui reservas internacionais, reservas internas com os compulsórios, temos instituições financeiras públicas que dão segurança aos correntistas, mas nós sabemos também que as medidas tomadas pelo Governo nos últimos dias são adequadas.

Ontem, a Câmara aprovou uma medida provisória e está discutindo a outra medida provisória. O Ministro Guido Mantega esteve aqui, discutindo com o Senado e com a Câmara. Acho que esta decisão do Governo de dialogar com o Congresso Nacional é o que faltava para que pudéssemos contribuir no debate com relação a essa crise que estamos vivenciando. Este é o momento de o Congresso aprofundar o debate, para dar a sua contribuição com relação ao que estamos vivendo e para ajudar o Brasil a fazer essa passagem com menor prejuízo, com manutenção da atividade econômica. Sabemos que já temos redução da atividade econômica, da economia real, das empresas privadas e que deveremos ter redução da arrecadação de tributos, mas temos de ultrapassar isso, com menor dificuldade, porque o Brasil hoje está muito mais preparado do que estava no passado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero firmar a nossa posição em relação à indicação dos nomes para Agência Nacional do Petróleo.

Os dois candidatos foram sabatinados e demonstraram grande conhecimento da área. São duas indicações técnicas do Presidente da República; são dois técnicos muito preparados. Não quer dizer que não sejam políticos. Sempre há essa hipocrisia no Brasil de dizer que os técnicos não são políticos. São políticos, sim. As pessoas são políticas, têm as suas opiniões, têm as suas posições. São respeitados profissionais, não só tecnicamente qualificados, mas provados em suas áreas. Acho que são duas indicações muito ajustadas, que foram muito bem acolhidas na Comissão de

Infra-Estrutura do Senado. Agora, partimos para a sua aprovação aqui no plenário do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para destacar a presença, em nosso plenário, de três Prefeitos eleitos pela legenda do nosso Partido, o PCdoB, no Estado do Ceará, que nos acompanham neste momento. O Prefeito de Crateús, Carlos Felipe, que aqui está conosco, representa uma importante cidade. Eu sempre brinco com o Senador Mão Santa, porque o Mão Santa nos cedeu Crateús, Carlos Felipe, porque ele sabia que era uma área muito difícil e precisava de um cearense para governá-la. E nós, em contrapartida, cedemos o Delta do Parnaíba para ele. Carlos Felipe é médico, um humanista que trabalha com áreas muito sensíveis da Medicina e que, agora, tem a responsabilidade de governar essa importante cidade do interior cearense. A Prefeita de Graça, Dr^a Augusta Brito, que aqui está conosco, também está ligada à área de saúde. Enfermeira, uma profissional de saúde, que foi reconduzida pelo povo de Graça para o seu segundo mandato naquele importante Município do sertão do Estado do Ceará. E está aqui o nosso Prefeito de Maranguape, a terra de Capistrano de Abreu, Chico Anysio e Fernando César Mesquita, nosso colega, que nos tem acompanhado no Senado por tantos anos, brilhando com seu desempenho profissional. Então, George Valentim vai governar essa cidade da região metropolitana de Fortaleza.

Considero importante fazer esse destaque no Senado Federal, porque o nosso Partido é pequeno, mas de grande responsabilidade com o País, com o nosso Estado do Ceará e com as nossas cidades, com os nossos Municípios. Ele agora passa a ter e a assumir essa responsabilidade. Antes, queríamos fazer a nossa política no Parlamento, eleger Parlamentares. Mas consideramos que, na atual quadra e nestes momentos mais difíceis do Brasil, temos de assumir, sim, a responsabilidade de governar.

Por isso, quero fazer este registro, Carlos Felipe, George Valentim e Augusta, dizendo que desejamos todo o êxito do mundo não só a vocês, mas a todos os Prefeitos que foram eleitos e vão assumir, no dia primeiro, numa situação mais difícil para o mundo e evidentemente para o Brasil. Temos de demonstrar nossa capacidade de eficiência administrativa quando há aperto. Quando as coisas estão fáceis, parece que fica fácil para todos. Na hora difícil, é que se tem de testar. A responsabilidade está nas mãos de vocês.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Romero Jucá, do PMDB, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro. Tínhamos o entendimento de votar as duas autoridades, que votamos, e, pelo acordo, encerraríamos a Ordem do Dia.

Então, faremos agora, na Liderança do Governo, uma reunião sobre o chamado projeto dos sacoleiros, que trata da questão da comercialização dos produtos do Paraguai, do ingresso desses produtos no Brasil. Estamos convidando todas as Senadoras e Senadores interessados. Há uma reunião com a equipe técnica do Senado e da Receita Federal agora na Liderança do Governo. Já estamos nos dirigindo para lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a lidera com sabedoria o Governo nesta Casa. Vamos continuar a reunião, porque há alguns oradores inscritos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Mercadante, do PT do Estado de São Paulo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que a Dr^a Magda, que foi hoje sabatinada na Comissão de Infra-Estrutura, tem 25 anos de experiência profissional no setor de economia do petróleo, tem formação acadêmica, experiência técnica e maturidade para desempenhar a função.

Hoje ela foi aprovada por unanimidade na Comissão de Infra-Estrutura, com o voto de todos os Senadores de todos os partidos presentes, e tenho certeza de que ela será referendada nas mesmas condições no plenário, porque tem todos os atributos indispensáveis para exercer esta relevante função, que é a de diretora da Agência Nacional do Petróleo, que, como eu disse, é o setor mais importante da economia mundial no último século.

O Brasil caminha para ser uma grande potência exportadora de petróleo com as descobertas do pré-sal, e essa agência precisa ser fortalecida e terá uma importância estratégica no debate econômico e energético do Brasil.

Portanto, peço o apoio de todos os Senadores e Senadoras.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir a permissão de V. Ex^a para saudar três jovens Prefeitos do Estado do Ceará que

estão aqui nos visitando, de Crateús, Maranguape e Graça, três Municípios muito importantes do nosso Estado, que vão começar os seus mandatos agora.

São jovens, carregam o idealismo da juventude, carregam o idealismo do primeiro mandato e têm todas as condições para representar esta nova geração de Prefeitos que vem aí pelo Brasil inteiro, especificamente no meu Estado do Ceará.

Então, gostaria de fazer a saudação, que sejam muito bem-vindos, que tenham muito sucesso e, com certeza, terão o nosso apoio e o desta Casa em seus mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos dizer aos Prefeitos do Estado do Ceará que este Estado tem aqui uma das melhores representações da história deste Parlamento: Tasso Jereissati, do PSDB; Inácio Arruda, do PCdoB; e a Senadora Patrícia Saboya, do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois da abertura do painel pelo Presidente Garibaldi Alves, vou anunciar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 1084, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 29/10/2008

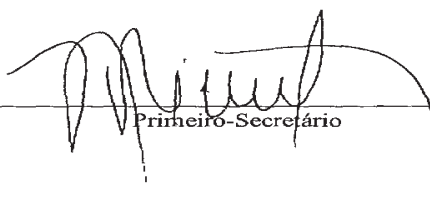
Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 29/10/2008 18:16:12
Encerramento: 29/10/2008 18:27:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	Votou
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CICERO LUCENA	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 13
Votos ABST. : 01

Total : 54


Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Emissão: 29/10/2008 18:27:43

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e, NÃO, 13.

Houve uma abstenção.

Total: 54 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República, com os nossos cumprimentos à Sr^a Magda Maria de Regina Chambriard.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
É com muita honra que anunciamos a presença do Dr. Haroldo Lima, Presidente da Agência Nacional do Petróleo. A ele os nossos cumprimentos.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 435, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 435, de 2008, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.8.2008)

Prazo final prorrogado: 7.11.2008

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 25, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008, que altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre Produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e a Medida Provisória nº 2.158-

35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.8.2008)

Prazo final prorrogado: 7.11.2008

3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 26, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras (proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.9.2008)

Prazo final prorrogado: 1º.12.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 439, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 439, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga a Medida provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da

composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação

de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob n°s 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda n° 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob n°s 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda n° 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob n°s 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda n° 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob n° 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob n° 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição n° 20, de 1999, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta pará-*

grafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII*

do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral,

que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta*

parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE)* (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à*

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

41

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

42

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozaildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

45

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Volta-se à lista de oradores.

Está inscrito para usar da palavra o Senador Gilberto Goellner, do Estado do Mato Grosso.

V. Exª poderá usar da tribuna pelo tempo que achar necessário, Senador.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar a Srª Magda Maria de Regina Chambriard por sua indicação para a ANP e dizer que tenho certeza de que ela fará um brilhante trabalho.

Quero também registrar meu voto. Mesmo secreteiro, quero registrar, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, que já se encontra na tribuna.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje aqui...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Senador?

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pois não, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com aquiescência do orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Gilberto Goellner, que é um companheiro de primeira linha.

Quero citar, com muita honra para mim, a presença neste plenário do Deputado Congressista e hoje Presidente do Clube de Regatas Flamengo, Dr. Márcio Braga.

Falo aqui como colega dele, como amigo, como quase conterrâneo e como flamenguista principalmente.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que nos traz hoje aqui visa esclarecer que o agravamento da crise agrícola porque passa este País está cada vez maior, em especial no Estado de Mato Grosso.

A crise do sistema financeiro americano atingiu em cheio o agronegócio brasileiro e, de maneira certa, o Estado de Mato Grosso, cuja economia se assenta primordialmente nessa atividade, uma vez que aquele Estado é responsável por mais de um terço da produção agrícola nacional.

A repentina elevação na cotação do dólar em relação ao nosso real, com a conseqüente desvalorização das **commodities** agrícolas, mais o estancamento do crédito internacional criaram um clima de incerteza e de inquietude entre os produtores rurais.

As medidas de apoio ao setor anunciadas pelo Governo Federal, como o aumento da dotação de recursos para financiar a próxima safra, até o momento não se concretizaram e os recursos não chegaram ainda às mãos dos produtores rurais de Mato Grosso.

Sr. Presidente, a liberação do crédito rural está completamente paralisada. Os custos de produção para a safra de agora estão muito mais elevados do que os

da safra anterior, da ordem de 50%, e, o que é pior, não há recursos disponíveis nem nos bancos nem nas **tradings** que normalmente financiavam o custeio das lavouras, e os produtores, por causa de dívidas acumuladas de safras anteriores, estão descapitalizados e demasiadamente endividados.

Esses produtores, desesperados para diminuir o mais que pudessem os custos de suas lavouras, resolveram fazê-lo justamente baixando o nível da excelente tecnologia que sempre aplicaram às suas plantações, reduzindo assim a quantidade de adubos, defensivos e outros insumos necessários à proteção e ao desenvolvimento da cultura agrícola.

Uma decisão tomada pela falta de opção que inclusive poderá colocar toda a lavoura sob um grande risco, tanto de queda de qualidade na qualidade de produção, quanto, conseqüentemente, no seu resultado financeiro.

Os produtores, nos dias de hoje, não têm nem noção de quanto poderá ser sua margem de lucro ou se terão prejuízo com os novos plantios.

Os estudos realizados pelo Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola, o IMEA, mostram que, nos últimos doze meses, os custos de produção tiveram uma elevação média de 40% a 50% e o valor das *commodities* recuou, somente no período de janeiro a setembro deste ano, quase 50%. Então, temos os custos aumentando na ordem de 50% e as *commodities* também sendo reduzidas em 50%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para se ter uma idéia, na atual safra agrícola, só para o plantio de soja, milho e algodão, serão necessários R\$12,2 bilhões para o Estado de Mato Grosso, enquanto na safra anterior foram necessários R\$8,5 bilhões.

Em Mato Grosso, a composição de capital para formar as lavouras de milho, soja e algodão é de R\$7,4 bilhões, oriundos de empresas privadas, como *tradings* e vendedoras de insumos; R\$900 milhões de crédito oficial; e R\$3,9 milhões de recursos próprios dos produtores.

Assim, representada essa composição em percentuais, vemos que as empresas privadas financiam 61% da safra; os produtores participam com 32% de seus recursos próprios e o crédito oficial, especialmente do Banco do Brasil, com apenas 7% desses recursos.

Em 2008, os produtores mato-grossenses com estoque de dívidas a pagar da ordem de R\$1,2 bilhão tiveram reduzida sua capacidade de participação no custeio da safra. A opção de muitos produtores foi: ou pagar a dívida ou sair da atividade agrícola, ou não pagar e ficar inadimplente e tentar tocar a nova safra.

Em razão disso, Srs. Senadores, a nova safra em Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilberto Goellner, eu peço sua permissão só para prorrogar por mais uma hora esta sessão, de acordo com o Regimento, para ouvirmos os oradores que ainda estão escritos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Em razão dessa situação, Srs. Senadores, a nova safra em Mato Grosso será de altíssimo risco. Pelos levantamentos feitos sobre as intenções de plantio em Mato Grosso, já concluídos, haveria uma significativa redução da área plantada naquele Estado, antes mesmo desta crise internacional deflagrada pelos Estados Unidos. O milho de segunda safra deverá ter um decréscimo de aproximadamente 60% na área a ser plantada em relação à safra anterior, e o algodão, em 40%. Quanto à soja, as previsões são também de diminuição da área plantada da ordem de 5%, e do menor uso de fertilizantes e defensivos. A diminuição, em função de se haver optado por usar baixa tecnologia na lavoura de soja, será em torno de 2 milhões de toneladas.

Essa tendência traz preocupação porque Mato Grosso participa com 52% da produção nacional de algodão, 40% da produção de milho de segunda safra e 30% da produção de soja.

Mas, Sr. Presidente, o que é ainda mais grave e apreensivo, tanto para o produtor quanto para o Governo, é a insegurança da produtividade desta safra e de seus preços no momento da colheita no próximo ano.

Numa primeira estimativa, o sinal é de que, com essa redução da área plantada nos níveis identificados até então, haverá uma queda de receita direta para o Estado e para os produtores de cerca de R\$ 2,2 bilhões somente em Mato Grosso; e, em número de receita que não vai girar, podemos multiplicar por três, perfazendo R\$6,6 bilhões de falta de giro na economia do Estado do Mato Grosso.

O que preocupa é que uma redução de receita num montante tão elevado levará a um agravamento da crise nos demais segmentos da economia e no nível de emprego em Mato Grosso.

Estudos, análises já mostram, em função da diminuição da área com a cultura do algodão da ordem de 180 mil hectares, que poderá haver um desemprego de mais ou menos seis mil pessoas, só com a cultura do algodão.

Semana passada, vimos manchetes em jornais do Estado de São Paulo que falavam que uma empresa automobilística reduziria quinhentos empregos e que outra empresa poderia reduzir pouco mais de dois mil empregos. Só no Estado do Mato Grosso a redução de uma cultura poderá desempregar seis mil pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, estou retomando mais uma vez esse assunto, para alertar o Governo Federal e o Presidente Lula sobre a grave situação por que passa o Estado do Mato Grosso na área agrícola, carro-chefe da economia daquele Estado.

Em Mato Grosso, neste momento, há um clima de grande ansiedade. Os produtores rurais e os trabalhadores aguardam a manifestação do Governo Federal e o anúncio de medidas que possam reduzir essa insegurança e essa intranquilidade. Os recursos de crédito anunciados pelo Governo Federal precisam urgentemente chegar às mãos dos produtores rurais.

Na semana passada, tive a oportunidade de acompanhar pessoalmente o Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, e dirigentes de entidades representativas do setor agrícola do Estado, que estiveram aqui em Brasília, com autoridades dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e o Meio Ambiente. Nesses encontros foi exposta a situação da crise por que passa a agricultura daquele Estado, alertando o Governo Federal sobre o agravamento das consequências que essa crise acarretará para a economia e para a sociedade do Estado do Mato Grosso.

Dando seqüência a esses entendimentos, técnicos do Governo Federal estiveram em Mato Grosso, onde puderam constatar *in loco*, em visita a diversas regiões e diversas propriedades rurais, a grave situação que tem gerado essa intranquilidade por que passam aquele Estado e aqueles produtores. São técnicos do Ministério da Agricultura que foram enviados pelo Ministro Reinhold Stephanes para averiguar a complexidade da crise no Estado.

Os produtores estão ansiosos porque sabem que o calendário agrícola exige urgência, uma vez que já estamos praticamente no início do mês de novembro, período em que os agricultores precisam dar seqüência às atividades de plantio, aproveitarem as chuvas para não ficarem fora do calendário agrícola nem correrem, assim, maiores riscos de terem frustração de safra. O calendário agrícola é baseado nos ciclos biológicos das culturas e precisa ser rigorosamente cumprido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que esta situação não é única em Mato Grosso. Outros Estados também enfrentam essas dificuldades.

Por isso, conclamo meus pares do Senado Federal, que representam Estados que estejam vivendo situação semelhante a nos unirmos para podermos pleitear às autoridades do Governo Federal e ao Presidente Lula urgência na viabilização de medidas que venham a diminuir os efeitos desta crise para os produtores rurais e dêem a eles condições efetivas para plantar e colher as suas lavouras. Afinal, sabemos que uma frustração de safra terá efeito imprevisível não somente para os

produtores rurais como também para toda a população e a economia brasileiras. A gravidade da atual situação no campo demanda esse esforço. É a crise internacional que se abate sobre a agricultura brasileira.

Nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho, orador inscrito, do PT do Estado de Roraima.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da palavra do Senador Augusto Botelho, quero dizer que é com muita tristeza que nós recebemos um comunicado com a informação do falecimento de um velho companheiro nosso do Democratas de Mato Grosso: o empresário Geraldo Quirino.

Mineiro de Uberaba, radicado em Mato Grosso há mais de 30 anos, um homem a quem Mato Grosso deve muito, tendo em vista que foi pioneiro no setor de transporte interestadual naquele Estado, e ajudou a implantar, com certeza, uma civilização moderna na região do Araguaia.

De tal forma que eu quero aqui render as minhas homenagens ao velho e saudoso Geraldo Quirino. Certamente, hoje, a cidade de Barra do Garças e toda a região do Araguaia estão em comoção pelo seu falecimento.

Todavia, eu entendo que o legado que ele deixa na região, sobretudo para as futuras gerações, é um legado de trabalho, de honestidade; um exemplo de pai de família que foi e, acima de tudo, de brasileiro que contribuiu muito para a região do Planalto Central deste Brasil. Foi ele também, certamente, aquele visionário que acreditou nos cerrados das terras férteis da região mato-grossense.

De tal forma que eu deixo aqui o meu pesar à sua viúva, Dona Zélia Maria dos Santos Souza, e também a seus filhos e netos que moram na cidade de Barra do Garça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa ao pesar emitido por V. Ex^a

Peço permissão apenas para ler um documento que chega à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 1.171, de 2008**, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no dia 25 de novembro, às 10 horas, de sessão especial destinada a

comemorar os dez anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários, CONAJE.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho. Ele é Senador do Estado de Roraima pelo Partido dos Trabalhadores. V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano, o Sistema Único de Saúde comemora vinte anos. Tenho a honra de dizer que participei dos grupos de trabalho que culminaram com a criação do SUS – Sistema Único de Saúde.

Sou médico e presenciei muito sofrimento de paciente que não tinha Carteira de Trabalho assinada e, por isso, não podia ser atendido pelo antigo Inamps. Antigamente, era assim. Falo agora para os mais novos. Para você ter acesso aos serviços de saúde públicos – e não eram quaisquer serviços, eram os serviços públicos, os hospitais do governo – você precisava ter uma carteirinha de Inamps. Se você não tivesse a carteirinha e houvesse leito vago na indigência, você era internado lá. Não havendo leito, você era entregue a Deus ou às Santas Casas também. Essa é uma grande mudança que pesa.

Outra mudança: lá no meu Estado, se uma pessoa doente de câncer não tivesse a carteira do Inamps e não podia ser tratado lá, não se conseguia passagem para ela pelo sistema de saúde; não se conseguia a vaga porque a pessoa não tinha direito. Era preciso pedir ao serviço social ou ele era mandado para outra cidade, entregue à própria sorte. Era um grande sofrimento! Por isso eu valorizo o SUS e sei que ele melhorou a vida dos brasileiros. Temos deficiências, mas podemos melhorar. É um sistema digno e de qualidade. O brasileiro merece isso.

Na semana passada, recebi em meu gabinete uma carta de mobilização, pedindo que lutemos pela maior qualificação e eficiência do SUS, quando ele completa vinte anos de existência.

Faço questão de reproduzir aqui a íntegra da carta:

O Sistema Único de Saúde (SUS) – maior política de inclusão social do Brasil – nasceu com a redemocratização do País e comemora, no ano de 2008, vinte anos de importantes conquistas para a população. Nesse momento, gestores, trabalhadores, usu-

ários, conselheiros, prestadores de serviços, entidades e movimentos sociais unem esforços diante da missão de fazer cada brasileiro reconhecer a força de um sistema universal que tem o desafio de atendê-lo de forma integral e equânime em todas as suas necessidades de saúde.

A Constituição Federal de 1988 trouxe cidadania à população ao estabelecer o direito universal à saúde como um dever do Estado, permitindo que mais de 70 milhões de brasileiros que naquela época não tinham emprego formal e carteira assinada ou sem condições de pagar por serviços privados, passassem a ter acesso aos cuidados à saúde, pois estavam restritos à caridade e à filantropia, por falta de atendimento e assistência adequados.

O Brasil partiu de um sistema centralizado, privatizado e focado na atenção médico-hospitalar, para o Sistema Único de Saúde, um sistema universal, descentralizado, participativo, com controle social, baseado em um conceito ampliado de saúde, que propõe tratar da qualidade de vida com promoção, prevenção e atenção (e não somente da doença) e que atende a todos os brasileiros sem distinção.

Temos, hoje, um modelo construído coletivamente, com responsabilidade nas três esferas de Governo: federal, estadual e municipal e com a participação dos diversos setores da sociedade representados pelos conselhos de saúde municipais e estaduais e nacional. O SUS modificou o paradigma da inclusão social, agregando em seu arcabouço os atributos de qualificação e humanização; iniciou uma profunda reforma do Estado brasileiro e é referência para outras políticas públicas.

Os indicadores de saúde atuais, sob qualquer ponto de vista, demonstram avanços significativos. O SUS está presente em todo o território nacional. Temos mais de 27 mil equipes de Saúde da Família acompanhando quase 100 milhões de brasileiros. A taxa de mortalidade infantil caiu para 21,1 por mil nascidos vivos em 2005: uma redução de 60% desde 1990. [Quantas crianças foram salvas com isso?] A expectativa de vida cresceu de 69,7 anos, em 1998, para 72,3 anos, em 2006. O SUS tem uma rede de mais de 63 mil unidades ambulatoriais e cerca de 6 mil unidades

hospitalares, com mais de 440 mil leitos (próprios e conveniados). Por ano, são realizados cerca de 2 milhões de partos; 12 milhões de internações hospitalares; 132 milhões de atendimentos de alta complexidade; e 150 milhões de consultas médicas.

O Brasil ocupa posição de liderança em financiamento público de transplantes de órgãos (14 mil transplantes por ano). É reconhecido internacionalmente pela excelência de seus programas de imunização – que distribui anualmente 130 milhões de doses de vacinas – e de DST/Aids, que atende a 184 mil pacientes soropositivos com distribuição de medicamentos sem custos, medicamentos grátis aos pacientes – diga-se que são medicamentos de custos elevadíssimos. O SUS atua intensamente com ações de vigilância sanitária, de promoção e educação em saúde e de regulação de um complexo sistema de saúde complementar.

Contudo, vinte anos de avanços não escondem que o SUS precisa ser ainda mais qualificado e eficiente. Superar o problema do subfinanciamento é um importante desafio a ser enfrentando, que envolve a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e a participação adequada e estável da receita pública no financiamento da saúde. Além disso, diminuir a dependência que tem do setor privado contratado por meio do fortalecimento da rede pública e estatal, profissionalizar a gestão e gerência de serviços a partir dos seus próprios quadros, estabelecer uma política de valorização dos trabalhadores com reais perspectivas de carreira e investir fortemente na estruturação e valorização da atenção primária e multiprofissional, fortalecendo-se concomitantemente a participação social, que tem sido a sustentação do SUS, são mudanças que exigem a atuação efetiva de cada segmento envolvido no sistema e um intenso controle social. Mudanças que estão na agenda de quem ajudou a criar o Sistema Único de Saúde e de quem tem lutado por ele nesses vinte anos.

Destaca-se, nesse contexto, o Pacto pela Saúde, em suas três dimensões – Pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão –, por trazer marcos históricos na gestão do SUS, dentre os quais vale ressaltar: a regionalização solidária e cooperativa como eixo do processo de descentralização e a integração das várias

formas de repasse dos recursos da saúde com o estabelecimento de metas e resultados, com a conseqüente superação da lógica de pagamentos por procedimentos. [Essa é uma conquista para a qual estamos caminhando, e precisamos evoluir nesse sentido].

Diante dessa trajetória, convidamos todos para que participem dessa história de justiça social e se unam à celebração de valorização do SUS. Façam solenidades e debates em seus Municípios e Estados. Toda a programação estará no sítio do SUS 20 anos, <<http://sus20anos.saude.gov.br>>, um espaço de convergência e integração desse movimento.

Este é o momento de contribuir para o crescimento do SUS e para a plenitude do direito à saúde. O comprometimento e o apoio de toda a sociedade são fundamentais para assegurar a superação dos desafios e para garantir o êxito deste que é o sistema de saúde de todos os brasileiros”.

Sr. Presidente Mão Santa, que é médico, era o que eu tinha a dizer a respeito do SUS.

Muito obrigado pelo tempo e pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.298, DE 2008

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no **Fórum Internacional por ocasião do 75º aniversário do Holodomor dos anos 1932-1933**, que realizar-se-á no dia 22 de novembro próximo em Kyiv, requeiro, nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 20 a 26 de novembro de 2008.

Comunico, outrossim, que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 1.299, DE 2008

Tendo sido designada por Vossa Excelência para participar, na qualidade de observadora parlamentar, da 63ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, que se realizará em Nova York, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os

dias 7 a 15 de novembro de 2008 para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senadora **Roseana Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008), e conforme o disposto no § 2º do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes Órgãos:

- Governo Federal (Mensagem nº 180/2008 – CN – nº 738/2008, na origem);
- Tribunal de Contas da União (Aviso nº 41/2008 – CN nº 1121 – GP/TCU/2008 na origem);
- Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 33/2008 – CN – nº PGR/GAB/1666/2008, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008;
- Câmara dos Deputados (Ofício nº 34/2008 – CN – nº GP 2249/2008, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008;
- Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 35/2008-CN – Mensagem nº 66/2008, na origem)
- Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 36/2008-CN – nº 341/2008/TST/GDGSET/GP, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008;
- Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 37/2008-CN – nº 6.005/2008, na origem);
- Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 38/2008-CN – Ofício nº 687/GP-STJ/2008, na origem); e
- Senado Federal (Ofício nº 39/2008-CN – Ato do Presidente do Senado Federal nº 27/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de setembro de 2007 a agosto de 2008.

Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 224/2008

Brasília, 29 de outubro de 2008

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Raul Jungmann/PPS–PE, como titular, em substituição ao Deputado Cezar Silvestri – PPS/PR, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 443/2008, que “Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências”.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2008

Institui o Grupo de Trabalho Permanente de Avaliação de Livros Didáticos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criado, no Senado Federal, o Grupo de Trabalho Permanente de Avaliação dos Livros Didáticos, integrado por sete membros indicados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, dentre cidadãos de notável conhecimento na área de educação.

Art. 2º O Grupo de Trabalho Permanente de Avaliação dos Livros Didáticos promoverá análise do conteúdo dos livros didáticos colocados à disposição dos estudantes da rede pública de ensino nos níveis fundamental e médio, objetivando verificar sua adequação em face dos conteúdos curriculares mínimos.

Art. 3º As conclusões do Grupo de trabalho constituirão parecer a ser encaminhado anualmente ao Ministério da Educação, em caráter de apoio e colaboração aos seus trabalhos.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição tem o objetivo de criar, no Senado Federal, uma estrutura que proporcione maior

efetividade à atribuição fiscalizatória do Legislativo sobre a atuação do Poder Executivo na educação, área que seguramente representa o fator fundamental na construção de um país melhor e mais justo.

A definição do conteúdo dos livros didáticos é, indiscutivelmente, essencial para se assegurar um ensino de qualidade. Nesse sentido, o Senado Federal não pode se furtar a prestar sua contribuição para a análise da adequação dos livros didáticos utilizados pelos estudantes da rede pública de ensino aos conteúdos curriculares mínimos exigidos.

Certos da relevância da matéria para o futuro do País, solicitamos o apoio de nossos Pares a esta proposição.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas nos termos do art. 401, § 1º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.300, DE 2008

Requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izolina Gonzaga, no dia 10 deste mês de outubro de 2008, em Parintins, AM.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de VOTO DE PESAR pelo falecimento da Sra. Izolina Gonzaga, no dia 10 deste mês de outubro de 2008.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares.

Justificação

A Sra. Izolina Gonzaga já deixa saudades em Parintins e no Amazonas. Ela era viúva do Sr. Luiz Gonzaga, um dos fundadores do Boi-Bumbá Caprichoso, de notável destaque no Festival Internacional de Folclore de Parintins. Trabalhadora e muito dedicada, era ela quem costurava as fantasias da Marujada de Guerra e organizava o terreiro da casa para os ensaios. Sempre lutou ao lado do marido, que era pescador, sempre se revelando zelosa mãe de 16 filhos.

Além de me associar à dor sentida pela família, estou propondo que o Senado aprove este Voto de Pesar em homenagem à memória dessa brava amazonense, Sra. Izolina Gonzaga.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.301, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Márcia Santa Cruz, no dia 6 deste mês de outubro de 2008, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Márcia Santa Cruz, no dia 6 deste mês de outubro de 2008.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares, por intermédio do esposo, Sr. José Eudes Freitas.

Justificação

A Sra. Márcia Santa Cruz era Socióloga, trabalhou a maior parte da vida na Prefeitura do Rio de Janeiro, em projetos sociais e urbanísticos, principalmente nas periferias e em favelas.

Além de me associar à dor sentida pela família, estou propondo que o Senado aprove este Voto de Pesar em homenagem à memória da Sra. Márcia Santa Cruz.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2008

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Katsuhiro Nagai, no dia 18 deste mês de outubro de 2008, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Katsuhiro Nagai, no dia 18 deste mês de outubro de 2008.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares, por intermédio de sua esposa, Sra. Kei Nagai.

Justificação

Japonês de nascimento, Katsuhiro Nagai escolheu o Estado do Amazonas para morar e trabalhar e ali sempre esteve ligado a atividades rurais, no Município de Iranduba. Casado com Kei Nagai, era pai de três filhas: Tânia, Sandra e Andréia Nagai.

Além de me associar à dor sentida pela família, estou propondo que o Senado aprove este Voto de Pesar em homenagem à memória desse amazonense, Sr. Katsuhiro Nagai.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2008

Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, para substituir a exigência de maioria de capital nacional às empresas constituídas sob leis brasileiras por outras que visem ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração em faixa de fronteira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea **a** do inciso IV do art. 2º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

IV –

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles submetidos à Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.

..... (NR)”

Art. 2º Acrescentem-se ao art. 2º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, os §§ 4º e 5º, com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 4º Tratando-se de atividade descrita na alínea **a** do inciso IV do **caput** deste artigo, o assentimento prévio será necessário para as outorgas de autorização de pesquisa e de concessão de lavra, para as averbações de cessão de direitos minerários e de instituição de gravames sobre títulos minerários, bem como na hipótese de arquivamento de atos constitutivos, alteração do contrato ou estatuto social perante a Junta Comercial competente.

§ 5º Os procedimentos para o exercício das atividades previstas na alínea **a** do inciso IV do **caput** deste artigo serão disciplinados pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. (NR)”

Art. 3º O **caput**, os incisos II e III e o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Na Faixa de Fronteira, as sociedades que se dedicarem às atividades previstas nos incisos III e IV, alínea **b**, do art. 2º, deve-

rão, obrigatoriamente, satisfazer às seguintes condições:

.....
II – possuir no mínimo dois terços de brasileiros em seu quadro de trabalhadores ou de prestadores de serviços diretos ou indiretos; e

III – serem os órgãos de administração da sociedade integrados por maioria de brasileiros, residentes no País, assegurados a estes o poder de controle.

Parágrafo único. No caso de empresário individual, só o brasileiro será permitido o estabelecimento ou exploração das indústrias ou das atividades referidas neste artigo. (NR)”

Art. 4º O Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III-A:

CAPÍTULO III-A

Das Atividades Minerais na Faixa de Fronteira

Art. 58-A. A pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em faixa de fronteira dependem de assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, mediante requerimento ao DNPM.

Art. 58-B. As sociedades que se dedicarem à pesquisa, à lavra, à exploração e ao aproveitamento de recursos minerais na faixa de fronteira deverão, na hipótese da alínea **a** do inciso IV do art. 2º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, obrigatoriamente, satisfazer às seguintes condições:

I – ser constituídas sob as leis brasileiras e ter sua sede e administração no País;

II – serem os órgãos de administração da sociedade integrados por maioria de brasileiros, residentes no País, assegurados a estes o poder de controle.

III possuir no mínimo dois terços de brasileiros em seu quadro de trabalhadores ou de prestadores de serviços diretos ou indiretos; e

§ 1º A sociedade constituída sob a forma de sociedade anônima deverá instruir seu requerimento com relação nominal dos seus acionistas controladores, conforme definidos na legislação aplicável, bem como de eventual acordo de acionistas, com indicação daqueles que exercem o poder de controle.

§ 2º O acionista residente ou domiciliado no exterior, deverá manter, no País, representante com poderes de representação plena.

§ 3º É facultado ao Conselho de Defesa Nacional, para conceder o ato de assentimento prévio, estabelecer condições convenientes à defesa dos interesses nacionais, conforme previstas em ato normativo específico.

§ 4º Excetuam-se do disposto neste artigo as substâncias previstas na Lei nº 6.567, de 4 de setembro de 1978, cujo regime especial para exploração e aproveitamento aplicar-se-á também na faixa de fronteira.

Art. 58-C. Ao requerimento para a execução das atividades previstas no caput do art. 58-B desta Lei, deverão ser anexados os seguintes documentos:

I – comprovante de disponibilidade de recursos financeiros a serem destinados às operações no território nacional, compatíveis com o empreendimento, observado o cronograma de desembolso constante do plano de pesquisa ou do plano de aproveitamento econômico apresentado ao DNPM; e

II – o último balanço patrimonial.

§ 1º Tratando-se de sociedade constituída no mesmo exercício financeiro em que foi requerido o assentimento prévio, fica dispensada a comprovação referida no inciso II deste artigo, salvo no caso de subsidiária ou filial.

§ 2º Quando se tratar de requerimento de assentimento prévio para fins de outorga de concessão de lavra, o plano de aproveitamento econômico conterá, além dos requisitos legais, projetos que contemplem a agregação de valor ao minério.

§ 3º A agregação prevista no § 2º deste artigo deverá conter, no mínimo, transformação mineral com a obtenção de bens semimanufaturados, total ou parcialmente, ou a integração da produção mineral na região, devidamente comprovada, ainda que realizada por terceiro, não podendo a implantação deste projeto exceder ao prazo de 02 anos, devendo o aproveitamento atingir até no mínimo 60% da produção num prazo de até 05 anos, podendo o mesmo ser revisto em função de condições de mercado.

§ 4º Cabe ao DNPM a análise dos projetos a que se refere o § 2º deste artigo, com o auxílio técnico, se necessário, de outros órgãos e entidades governamentais.

§ 5º O Diretor-Geral do DNPM editará portaria relacionando as substâncias minerais que, por sua natureza ou por razões de mercado, não exigirão a apresentação dos projetos a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 6º A forma de comprovação da condição prevista no inciso I do caput deste artigo e os elementos mínimos que deverão constar dos projetos referidos no § 2º deste artigo serão objeto de portaria do Diretor-Geral do DNPM.

Art. 58-D. A documentação comprobatória das condições listadas nos arts. 58-B e 58-C, bem como os demais documentos exigidos por lei, deverão ser apresentados ao DNPM, que, após examiná-los, emitirá parecer técnico, circunstanciado e conclusivo, e encaminhará os autos ao Conselho de Defesa Nacional, para fins de assentimento prévio.

Art. 58-E. O DNPM poderá, a seu critério, solicitar informações ou documentos essenciais ou complementares ao requerimento de assentimento prévio, mediante formulação de exigência, a ser atendida em sessenta dias, sob pena de indeferimento e, se aplicável, de desoneração da área nos termos do art. 26 deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. O prazo fixado no caput deste artigo poderá ser prorrogado mediante requerimento devidamente justificado, apresentado ao DNPM até o termo final para cumprimento da exigência.

Art. 58-F. O titular da autorização de pesquisa fica obrigado a apresentar ao DNPM, anualmente, relatório circunstanciado dos trabalhos de pesquisa, evidenciando o cumprimento do cronograma de atividades contido no plano de pesquisa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 58-G. O descumprimento de qualquer das condições ou das obrigações previstas nos arts. 58-B a 58-F acarretará a imposição de multa, após lavratura de auto de infração pelo DNPM.

§ 1º Havendo reincidência ou persistência do descumprimento por prazo superior a sessenta dias contados da data da aplicação da multa, poderá ser instaurado procedimento administrativo com vistas à declaração de caducidade do título minerário.

§ 2º O Diretor-Geral do DNPM promoverá a intimação do titular, mediante ofício ou por edital, na hipótese de estar em lugar incerto e ignorado, para apresentar defesa, dentro de sessenta dias, contra os motivos que deram causa à instauração do procedimento administrativo.

§ 3º Findo o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, o processo será submetido à apreciação do Diretor-Geral do DNPM, no caso de autorização de pesquisa, ou do Ministro de

Minas e Energia, no caso de requerimento de lavra ou concessão de lavra.

§ 4º Caberá, no prazo de quinze dias, recurso administrativo, com pedido de reconsideração, à autoridade imediatamente superior à que tiver prolatado a decisão recorrida.

Art. 58-H. Em área situada na faixa de fronteira, a progressividade da taxa anual, por hectare, a que se refere o inciso II do art. 20 deste Decreto-Lei, poderá ser de até cinco vezes o valor máximo fixado no referido dispositivo legal, conforme portaria do Ministro de Minas e Energia.

Art. 58-I. A sociedade não pode iniciar sua atividade antes de inscrita no registro próprio do lugar em que se deva estabelecer, após a obtenção do ato de assentimento prévio.

Art. 5º Os titulares de direitos minerários cujas áreas se situem na faixa de fronteira deverão se ajustar aos termos dos arts. 58-B, 58-C e 58-F do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta lei, sob pena das sanções previstas no Art. 58-G

§ 1º No caso de requerimento de lavra ou concessão de lavra, o titular deverá, no prazo fixado no **caput** deste artigo, apresentar Plano de Aproveitamento Econômico atualizado, contemplando os projetos referidos no § 2º do art. 58-C Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2º Na hipótese de autorização de pesquisa com relatório final positivo aprovado há mais de seis meses, o requerimento de lavra deverá ser instruído com Plano de Aproveitamento Econômico que contemple os projetos referidos no § 2º do art. 58-C do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 176 da Constituição Federal prevê que a pesquisa e a lavra de recursos minerais em faixa de fronteira obedecerão a condições específicas previstas em lei. Em razão dessa previsão, o dispositivo constitucional não é auto-aplicável.

A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, dispõe sobre a faixa de fronteira e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, no que tange à exploração mineral, ela é silente nos aspectos fundamentais de operacionalização dos procedimentos visando à obtenção dos títulos minerários.

Como, ainda hoje, não há legislação disciplinando claramente essa questão, há um evidente óbice regulatório aos investimentos na indústria da mineração em

faixa de fronteira. Isso tem prejudicado sobremaneira o desenvolvimento econômico e social das Unidades Federativas que confrontam com países vizinhos.

Urge, portanto, dotar o País de instrumento legal para que, à luz dos critérios e condições de utilização estabelecidos pelo Conselho de Defesa Nacional, sejam viabilizadas a pesquisa e a lavra das riquezas minerais localizadas na faixa de fronteira, o que propiciará a criação de empregos e a melhoria das condições de vida das populações fronteiriças, através do aumento da arrecadação tributária e das receitas patrimoniais advindas das compensações financeiras pela exploração de recursos minerais (CFEM).

Em razão do exposto, peço o apoio dos Excelentíssimos Parlamentares para a aprovação desta Proposição.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Delcídio Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979

Regulamento

Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Art. 2º Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na Faixa de Fronteira, a prática dos atos referentes a:

(...)

IV – instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;

b) colonização e loteamento rurais;

V – transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;

VI – participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural;

§ 1º O assentimento prévio, a modificação ou a cassação das concessões ou autorizações serão for-

malizados em ato da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, em cada caso.

§ 2º Se o ato da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional for denegatório ou implicar modificação ou cassação de atos anteriores, da decisão caberá recurso ao Presidente da República.

§ 3º Os pedidos de assentimento prévio serão instituídos com o parecer do órgão federal controlador da atividade, observada a legislação pertinente em cada caso.

Art. 3º Na faixa de Fronteira, as empresas que se dedicarem às indústrias ou atividades previstas nos itens III e IV do artigo 2º deverão, obrigatoriamente, satisfazer às seguintes condições:

I – pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital pertencer a brasileiros;

II – pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores serem brasileiros; e

III – caber a administração ou gerência a maioria de brasileiros, assegurados a estes os poderes predominantes.

Parágrafo único. No caso de pessoa física ou empresa individual, só a brasileiro será permitido o estabelecendo ou exploração das indústrias ou das atividades referidas neste artigo.

.....

DECRETO-LEI Nº 227,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967)

(...)

Será acrescido o Capítulo III-A ¿ Das Atividades Minerais na Faixa de Fronteira

Artigos 58-A, 58-B, 58-C, 58-D, 58-E, 58-F, 58-G
(...)

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República. – **H. CASTELLO BRANCO – Octavio Bulhões, Mauro Thibau – Edmar de Souza.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 28-2-1967.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2008

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para prever o crime de trote vexatório.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 146 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 146.
.....

Trote vexatório

§ 4º Constranger calouro de universidade, faculdade ou outro estabelecimento de ensino a praticar, sob coação física ou moral, ato vexatório ou contrário aos bons costumes:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (NR)”

Art. 2º O art. 222 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 222.
.....

Trote vexatório

§ 4º Constranger calouro de academia ou estabelecimento de ensino ou treinamento militar, inclusive quartéis, a praticar, sob coação física ou moral, ato vexatório ou contrário aos bons costumes:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O “trote” feito por veteranos a calouros em estabelecimentos de ensino é uma modalidade do crime de constrangimento ilegal, com causa de aumento de pena em razão do concurso de mais de três pessoas (art. 146, § 1º do Código Penal). Todavia, por se tratar de tradição no meio acadêmico, o princípio da ofensividade do direito penal normalmente não incentiva os órgãos do sistema penal a se mobilizarem para a sua punição. Nos últimos anos, esse quadro tem mudado. Trotes cada vez mais vexatórios e violentos vêm sendo praticados nos estabelecimentos de ensino do Brasil, transpondo os limites do razoável. Essa é a razão da apresentação do presente

Projeto, que cria tipo penal específico para o trote vexatório, sem prejuízo das penas correspondentes à violência.

O Estado do Mato Grosso do Sul, em resposta a casos crônicos, editou a Lei nº 2.929, de 2004, em que torna o trote ilícito de natureza administrativa, a ser reprimido pelos diretores dos estabelecimentos de ensino e pelas autoridades dos órgãos de segurança pública.

Trotes violentos e vexatórios vêm sendo, nos últimos meses, fartamente denunciados em Campinas/SP, em São Paulo/SP, em Curitiba/PR, São Caetano do Sul/SP, entre outras cidades. O Brasil ainda registra casos históricos que chocaram a sociedade: as mortes dos calouros Carlos Alberto de Souza (Mogi das Cruzes/SP), em 1980, George Araguaia Parreira Mattos (Rio Verde/GO), em 1990, Júlio César de Oliveira (Osasco/SP), em 1991, Edison Hsueh (São Paulo/SP), em 1999; e as lesões corporais graves sofridas pelos calouros Alexandre Spencer Vasconcelos (Campinas/SP), em 1992, Ugo Luís Boattini Jr. (Guaratinguetá/SP), em 1993, e Rodrigo Favoretto Cañas Peccini (Sorocaba/SP), em 1998.

O trote objeto deste PLS é precisamente aquele que cruza a fronteira do moralmente aceitável. A expressão “bons costumes”, constante do novo tipo, é recorrente na jurisprudência e se refere à moralidade pública. O Código Civil brasileiro identifica o ato ilícito como aquele que, entre outras condições, “excede os limites dos bons costumes” (art. 187). É nessa direção que o Projeto identifica a ofensividade da conduta, e, assim, a justificação de sua punição pelo sistema penal. A pena proposta é coerente com a pena prevista para o já referido crime de constrangimento ilegal com concurso de pessoas.

O mesmo tratamento propomos, ainda, para as academias e instituições militares, onde os trotes são igualmente comuns.

Julgamos tratar-se de medida legislativa importante para pôr fim aos trotes ofensivos que em nada valoram e engrandecem o ingresso na academia brasileira.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....
.....

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

Dos Crimes Contra a Pessoa

CAPÍTULO VI

Dos Crimes Contra a Liberdade Individual

Seção I

Dos Crimes Contra a Liberdade Pessoal**Constrangimento ilegal.**

Art. 146. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 1º As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º Não se compreendem na disposição deste artigo:

I – a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II – a coação exercida para impedir suicídio.

DECRETO-LEI Nº 1.001,
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código Penal Militar.

TÍTULO IV

Dos Crimes Contra a Pessoa

CAPÍTULO VI

Dos Crimes Contra a Liberdade

Seção I

Dos Crimes Contra a Liberdade Individual**Constrangimento ilegal**

Art. 222. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência,

a não fazer o que a lei permite, ou a fazer ou a tolerar que se faça, o que ela não manda:

Pena – detenção, até um ano, se o fato não constituiu crime mais grave.

Aumento de pena

§ 1º A pena aplica-se em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de arma, ou quando o constrangimento é exercido com abuso de autoridade, para obter de alguém confissão de autoria de crime ou declaração como testemunha.

§ 2º Além da pena cominada, aplica-se a correspondente à violência.

Exclusão de crime

§ 3º Não constitui crime:

I – Salvo o caso de transplante de órgãos, a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada para conjurar iminente perigo de vida ou de grave dano ao corpo ou à saúde;

II – a coação exercida para impedir suicídio.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

TÍTULO III

Dos Atos Ilícitos

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Um instante.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMIENTO N° 1.303. DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2008 que, “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o uso de aparelhos de comunicação, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade)”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, Senador **Wellington Salgado**.

REQUERIMIENTO N° 1.304, DE 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiró, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, combinado com o art. 101 do Regimento Interno, a remessa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2007-Complementar, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para incluir entre as instituições financeiras as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e débito”.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. _ Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 2, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMIENTO N°1.305, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em homenagem a criação do Estado do Amapá através da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Justificação

Diz a Constituição Federal, no artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que “os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos”.

Sendo assim, o Território Federal do Amapá foi transformado em Estado Federado com a promulgação da Constituição de 1988, porém instalado com a posse do Governador eleito em 1990. Dessa forma o dia 5 de outubro representa para os amapaenses, uma data muito importante, porque, há 20 anos, realizou-se

o sonho de várias gerações de pioneiros que lutaram para que tal ato fosse finalmente concretizado.

O Amapá deixava de ter a dependência de receber governadores nomeados pelo Governo Federal e ganhava a tão almejada autonomia político-administrativa, passando a ter a condição democrática de escolher os seus representantes, os seus governantes. Passava, também, a ter uma representatividade mais efetiva na Câmara dos Deputados. Eram apenas dois Deputados Federais e passavam a ser oito. O Novo Estado passou a ser representado também aqui, no Senado Federal, na mesma proporção dos demais. O povo passou a conviver com a verdadeira democracia.

Esta deve ser a oportunidade para o Senado Federal homenagear todos aqueles que lutaram de forma direta ou indireta para a criação do Estado do Amapá transformando essa luta em um ideal popular. Pessoas como o ex-governador Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Território Federal do Amapá, nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, um homem inteligente, empreendedor e de grande visão do futuro.

Assim sendo, proponho a realização de uma Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, para juntos celebrarmos a importância da criação de uma das mais novas Unidades Federativas do Brasil.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2009. _ Senador **Papaléo Paes**.

Nome do Parlamentar	Assinatura
Alfredo	Alfredo
W. B.	W. B.
Luiz	Luiz
Mário Couto	Mário Couto
W. B.	W. B.
W. B.	W. B.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2008

Cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA), subordinado ao Ministério da Justiça, no qual será inscrito o nome dos devedores de prestações alimentícias em atraso com suas obrigações, a partir de 03 (três) prestações atrasadas, sucessivas ou não, estabelecidas por concessão liminar, sentença ou homologação de acordo judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único. O limite de 03 (três) prestações em atraso, constantes do **caput** deste artigo, será considerado para a primeira inscrição do devedor de prestações alimentícias no CPCOA. Uma vez realizada a inscrição do devedor, a próxima anotação no Cadastro poderá ser feita a partir de qualquer número de prestações inadimplidas.

Art. 2º Compete ao órgão administrador do CPCOA, **empresa pública ou privada**:

a) criar um banco de dados, em âmbito nacional, para o cadastramento dos devedores de alimentos inadimplentes com suas obrigações, de acordo com o **caput** do art. 1º desta Lei;

b) expedir, a pedido do cadastrado, do credor e dos órgãos públicos, o “Certificado de Anotação”.

§ 1º Do Certificado de Anotação constará a qualificação do devedor de prestações alimentícias, consoante o disposto no art. 3º, o(s) valor(es), a(s) data(s) e o número de parcelas inadimplidas, e o(s) órgão(s) jurisdicional(is) que expediu(ram) a(s) respectiva(s) decisão(ões) e/ou quitação(ões) da dívida.

§ 2º As anotações constantes do Certificado de Anotação refletirão toda e qualquer decisão e/ou quitação, na devida ordem cronológica.

Art. 3º O órgão administrador do CPCOA fará constar do Cadastro, em relação ao devedor de alimentos inadimplente:

a) nome, RG, CPF e domicílio atualizado, constante do último processo judicial;

b) valor(es), data(s), número de parcelas inadimplidas e órgão(s) jurisdicional(is) que expediu(ram) a(s) decisão(ões) e/ou quitação(ões) da dívida.

c) decreto(s) de prisão e eventual(is) revogação(ões) ou prazo de cumprimento da obrigação.

Art. 4º O órgão jurisdicional, com o uso de certificado digital, deverá encaminhar ao CPCOA o teor da decisão que reconheceu ou declarou o débito, para anotação no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data da respectiva publicação.

Parágrafo único. Deste procedimento não caberá recurso,

Art. 5º A certidão visando cancelar a anotação no CPCOA deverá ser expedida pelo órgão jurisdicional que solicitou a anotação e deverá ser acompanhada de prova evidente da quitação integral do débito, certificada pelo órgão, devendo o cancelamento ocorrer no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar do protocolo do requerimento.

§ 1º O órgão administrador comunicará o teor das inscrições no CPCOA e o seu cancelamento aos órgãos integrantes do Sistema de Proteção ao Crédito, aos fundos de pensão, públicos ou particulares e às delegacias notariais, mediante requerimento.

§ 2º A retirada do nome do devedor de obrigações alimentícias do CPCOA somente será efetuada se comprovada a quitação integral da dívida.

Art. 6º O acesso às informações constantes do CPCOA, ao cadastrado, ao credor e às demais entidades mencionadas no Parágrafo Único do artigo 5º, será livre, gratuito e não preservado pelo segredo de justiça. As informações serão atualizadas em tempo real, em página da **Web**.

Art. 7º Quaisquer entidades ou empresas, públicas ou privadas, bem como os respectivos servidores, empregados, administradores ou prepostos obedecerão à legislação pátria e poderão ser responsabilizados, em conformidade com a Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e com o Código Penal, por atos que impeçam, dificultem ou atrasem a comunicação e/ou o cancelamento das inscrições de que trata esta lei, ou ainda que omitam informações acerca do cadastro do devedor.

Art. 8º O Ministério da Justiça promoverá a ampla divulgação dos termos e do alcance desta Lei.

Art. 9º O devedor de obrigações alimentícias inscrito no CPCOA, enquanto não prover os meios necessários para o cancelamento de sua anotação, fica proibido de ser nomeado a cargo público, participar de

licitações promovidas pela Administração Direta e Indireta, contratar com o Poder Público ou dele receber qualquer tipo de benefício.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Justificação

A aprovação do projeto acima apresentado tem por objetivo extinguir um longo impasse vivido na esfera jurídica nacional e solucionar o problema de muitas famílias que dependem da renda advinda do pagamento de prestações alimentícias para sobreviverem.

Exponencialmente cresce o número de cidadãos que vêm se utilizando da falta de um cadastro único e nacional acerca do pagamento de prestações alimentícias, além dos já conhecidos expedientes processuais para deixarem suas famílias e, principalmente, seus filhos desamparados. Muitas vezes os devedores possuem condições de prover os alimentos, mas não o fazem visando desestimular o amparado ou obrigá-lo a recorrer rotineiramente ao poder judiciário.

Tais procedimentos vêm acarretando um número exacerbado de processos judiciais, bem como promovendo a insatisfação e necessidade dos credores, os quais perdem a fonte de renda que, muitas vezes, é a única que possuem. Desnecessário salientar o impacto que tais processos produzirão em um Poder Judiciário já sobrecarregado.

Há que se esclarecer que tal cadastro de devedores não visa a punir indiscriminadamente ou promover humilhações ao devedor de alimentos, mas sim busca possibilitar que as famílias que dependem dos valores devidos não venham a ficar à míngua.

Neste contexto e buscando, primordialmente, proteger aos hipossuficientes que dependem da ajuda financeira dos devedores e de um sistema legal mais eficiente é que ora apresentamos o projeto de criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Alimentos.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO)

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de

quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXVII – não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 433/2008-GSRT

Brasília, 29 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que mesmo tendo participado e votado nas Comissões desta Casa e, registrado minha presença na Sessão Deliberativa de hoje, dia 29 de outubro, necessitei me ausentar do Plenário antes do término da Sessão para fins de cumprir audiência, já anteriormente marcada, no Ministério, motivo que me impossibilitou de estar presente no momento da votação nominal.

Assim, lamentado a ocorrência do fato, solicito relevar e justificar a minha involuntária ausência.

Respeitosamente, _ Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, do PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava em uma reunião externa, na condição de Pre-

sidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores, e eu queria registrar minha intenção de voto nas votações nominais que ocorreram.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Jayme Campos, do Democratas do Estado de Mato Grosso. (Pausa.)

O Senador Jayme Campos agradece a concessão da palavra.

Senador Wellington Salgado, deseja usar da palavra? (Pausa.)

Com a palavra o Senador de Minas Gerais, do PMDB, Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, Sr. Presidente, estou aqui simplesmente vendo V. Ex^a conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos.

Para encerrar, quero apresentar minha satisfação por ter recebido o livro do piauiense nascido em Corrente e que resolveu se fixar em Londrina, no Paraná, Dalton Paranaguá – **Dalton Paranaguá e a Construção do Futuro** –, escrito por José Antonio Pedriali, com a seguinte dedicatória: “Meu ilustre e amigo Senador Mão Santa, com respeito e admiração de Dalton Paranaguá.”

Eu queria dizer da minha satisfação.

Senador Wellington Salgado, nós do Piauí somos orgulhosos de sermos 2,5 milhões vivendo felizes no nosso Estado, 500 mil que andam pelo Brasil afora, inclusive nesta capital, 300 mil, mostrando a grandeza de nossa gente. Entre eles, destacamos o médico, Secretário de Saúde do Paraná e Prefeito de Londrina, que enxergou e agiu muito à frente de seu tempo. Esse médico é orgulho de todos nós. Aos 12 anos, deu adeus para o Piauí – mas está encravado o Piauí no seu coração – e resolveu constituir família e se fixar na cidade de Londrina.

Atentai bem! Candidato a prefeito em 1968, em pleno regime ditatorial, foi eleito pelo MDB e fez nascer o grande líder que hoje é o nosso companheiro Alvaro Dias, que foi vereador na chapa dele, em Londrina, e há 40 anos exerce com brilho a política.

Dalton Paranaguá é tão atual, Senador Wellington Salgado – no livro dele está escrito que ele enfrentou epidemias de febre amarela, de malária –, que ele disse a seguinte frase naquela época: “O mosquito não é federal, nem estadual nem municipal. O mosquito é de todos.” No comando da saúde do Estado do Paraná, ele se inspirou no trabalho de Oswaldo Cruz. Como médico, foi um dos mais humanitários. Fez da ciência

médica a mais humana das ciências. Como benfeitor da humanidade, ele não sabia cobrar e não cobrava mesmo, em especial daqueles que não tinham nada para pagar.

O ex-Governador Pimenta observa: “O piauiense constitui um modelo para aqueles que desejam ser bem-sucedidos na vida”.

Ele escrevia quando Secretário de Saúde do Paraná em cada unidade de saúde – e isto é repetido a cada instante: “A saúde do povo é a suprema lei”.

Candidato a prefeito, ele inovou lá com a seguinte estratégia: ele ia de casa em casa dizendo “Eu sou o Paranaguá e sou candidato a prefeito. Vim pedir o seu voto (ou o voto de vocês). Se merecer o seu voto, fico antecipadamente grato. Mas caso você tiver outro candidato, meu respeito”.

Então, nós, piauienses, somos orgulhosos desse filho ilustre, que cresceu, constituiu família exemplar em Londrina e que é um exemplo na política brasileira.

“Aos companheiros, minha gratidão. Aos adversários, meu respeito.” – assim termina o livro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A blindagem de Romênio”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 17 de setembro do corrente.

A matéria destaca que um procedimento administrativo foi aberto nos últimos dias na Polícia Federal, em Minas Gerais, para apurar as possíveis irregularidades cometidas na Operação João-de-barro, esquema criminoso que desviou mais de R\$700 milhões dos cofres do Orçamento da União, incluindo verbas do PAC. A alta cúpula da polícia quer saber se houve negligência ou desvio de conduta de agentes durante a investigação. O problema que bate às portas da PF é dar uma resposta convincente ao Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou escutas telefônicas de Romênio Pereira, Secretário Nacional do PT, pedidas pelo Ministério Público, mas não realizadas pela polícia, conforme revelou **IstoÉ** na edição 2025. Nos relatórios, os investigadores justificaram que tecnicamente os grampos não puderam ser instalados na sede do PT porque a escuta acabaria bisbilhotando as conversas de mais de 200 pessoas.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A blindagem de Romênio

A PF não avança nas investigações sobre o ex-secretário nacional do PT acusado de participar de um esquema que desviou R\$ 700 milhões

Rudolfo Lago

Um procedimento administrativo foi aberto nos últimos dias na Polícia Federal, em Minas Gerais, para apurar as possíveis irregularidades cometidas na Operação João-de-Barro, esquema criminoso que desviou mais de R\$ 700 milhões dos cofres do Orçamento da União, incluindo verbas do PAC. A alta cúpula da polícia quer saber se houve negligência ou desvio de conduta de agentes durante a investigação. O problema que bate às portas da PF é dar uma resposta convincente ao Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou escutas telefônicas de Romênio Pereira, secretário nacional do PT, pedidas pelo Ministério Público mas não realizadas pela polícia, conforme revelou ISTOÉ na edição 2025. Nos relatórios, os investigadores justificaram

**INQUÉRITO
A PF abriu um
procedimento
para saber
por que seus
agentes não
cumpriram
determinação
judicial de
grampear
o ex-dirigente
Romênio
Pereira**

que tecnicamente os grampos não puderam ser instalados na sede do PT porque a escuta acabaria bisbilhotando as conversas de mais de 200 pessoas. O argumento, a princípio, não colou. Há quem diga que o que ocorreu na PF foi, de fato, um esquema de blindagem do petista. Oficialmente, a PF não comenta o caso e, laconicamente, diz que a operação está sob sigilo.

Enquanto a PF investiga a PF, o ex-chefe petista leva uma vida quase "clandestina" no mundo partidário. Sem aparecer em público desde que as denúncias o catapultaram da cadeira de secretário nacional do partido, Romênio tem dedicado boa parte de seu tempo à procura dos desafetos que o teriam defenestrado. E aos poucos que frequenta ele garante que vai voltar e vingar-se deles. >>

SUSPEITA Romênio Pereira acredita que seu apoio à aliança do PT com os tucanos na eleição municipal de Belo Horizonte tenha sido o motivo que levou adversários no partido a derrubá-lo da direção

>> Mas sua situação não é tão boa como ele tem apregoado. Na última semana, Romênio anunciou que iria participar de uma caminhada ao lado do candidato Márcio Lacerda (PSB) pelas ruas de Belo Horizonte. Foi discretamente barrado. "Não dá para o candidato com chance de vitória no primeiro turno aparecer ao lado dele", disse um dos coordenadores da campanha de Lacerda. Em sua avaliação, ele caiu justamente por apoiar a candidatura de Lacerda – uma articulação do prefeito petista Fernando Pimentel com o governador tucano Aécio Neves. **De acordo com petistas ouvidos por ISTOÉ, Romênio atribui o vazamento da investigação a integrantes da corrente de esquerda Democracia Socialista e ao grupo da tendência moderada Articulação, do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, radicalmente contrários ao apoio dos tucanos.**

O presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini, diz que a iniciativa de retornar ou não à direção nacional do partido cabe unicamente ao próprio Romênio Pereira. "Ele pediu uma licença; quando quiser retornar, retorna", disse Berzoini. "Não há elemento que o incrimine", diz Berzoini. O presidente do PT rechaça a possibilidade de proteção política a Romênio. "Não acredito nisso. Não há nenhuma intervenção política da nossa parte, nem poderia haver. As investigações são autônomas. Não poderia haver qualquer intervenção

indevida de nossa parte sem que isso não provocasse uma reação imediata de pessoas que estão conduzindo a investigação, na PF ou no Ministério Público", argumenta ele.

Na quinta-feira 11, a Polícia Federal alegou oficialmente que o suposto erro cometido na investigação poderá ser sanado porque a Operação João-de-Barro entrará agora numa segunda fase. Na primeira fase, diz a PF, buscou-se saber quem seriam os integrantes diretos da quadrilha. Agora, irá verificar quem se relacionava com ele e qual a dimensão desse relacionamento. Nesse sentido, Romênio voltaria a ser investigado. Em Minas Gerais, terra de Romênio e onde se centralizam as investigações, essa desculpa tem nome: "Conversa pra boi dormir". Afinal, agora Romênio sabe que está sendo investigado e, claro, não dirá ao telefone algo que o comprometa.

Procuradas por ISTOÉ, as autoridades envolvidas no caso evitaram comentários sobre a possibilidade de proteção política ao PT na Operação João-de-Barro. O ministro Cezar Peluso, que autorizou a escuta, informou que não se pronuncia a respeito de processos de sua responsabilidade, especialmente se correm em segredo de Justiça. Da mesma maneira se pronunciou o procurador Zilmar Antonio Drummond, do MPF, que pediu a es-

cuta. De Genebra, na Suíça, o ministro da Justiça, Tarso Genro, a quem a PF é subordinada, disse que não tem "mais nada a dizer" sobre o caso, uma vez que a PF já se manifestou e a PF é um órgão do Ministério da Justiça.

A verdade, porém, é que, quando se trata de investigar petistas, a rapidez e o aqodamento da Polícia Federal verificados na Operação Satiagraha dão lugar a omissões inexplicáveis. Romênio não é o único petista que pode escapar por conta de supostos erros na investigação João-de-Barro. O prefeito licenciado de Palmas, Raul Filho, que disputa a reeleição, também foi poupado do grampo telefônico. Documentos obtidos por ISTOÉ mostram como o prefeito teria agido para direcionar a licitação de uma obra de drenagem e pavimentação asfáltica na periferia de Palmas em favor do consórcio Prefisan/Compav. A obra, orçada em R\$ 55 milhões, recebe recursos do PAC. Em troca do favor ao esquema, Raul Filho teria ganho de presente um aparelho de ginástica, no valor de R\$ 9 mil, do mesmo esquema que supostamente estaria ligado a Romênio. Em um conversa interceptada pela polícia, fala-se também num pagamento de R\$ 200 mil. Mas, embora os documentos apontem para a ação de Raul Filho em favor do consórcio, a polícia não colocou o nome do prefeito na lista das escutas solicitadas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “‘Lista suja’ da AMB ignora 7 processos contra Marta”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 15 de agosto de 2008.

A matéria destaca que a AMB, Associação dos Magistrados Brasileiros, não incluiu na lista de candidatos que respondem a processos na Justiça pelo menos sete ações por improbidade administrativa movidas contra Marta Suplicy (PT), que disputa a Prefeitura de São Paulo. O critério adotado pela Associação inclui na lista candidatos que respondem a “ações penais, de improbidade administrativa e eleitoral”, haja ou não

condenação. Em relação a Marta – que governou a cidade de São Paulo entre 2001 e 2004 –, é listada apenas uma ação penal que ela responde sob acusação de dispensa irregular de licitação.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Lista suja’ da AMB ignora 7 processos contra Marta

Ações são por improbidade; petista foi condenada em dois casos, mas cabe recurso

Associação diz que, em tese, processos deveriam estar em lista e analisará caso a caso; para defesa de Marta, ações são questões menores

FERNANDO BARROS DE MELLO
DA REPORTAGEM LOCAL
RANIER BRAGON
EM SÃO PAULO

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) não incluiu na lista de candidatos que respondem a processos na Justiça pelo menos sete ações por improbidade administrativa movidas contra Marta Suplicy (PT), que disputa a Prefeitura de São Paulo.

Divulgada em 22 de julho, a “lista suja” da AMB tem, segundo a entidade, objetivo apenas informativo. O critério adotado pela associação inclui na lista candidatos que respondem a “ações penais, de improbidade administrativa e eleitoral”, haja ou não condenação.

Em relação a Marta – que governou a cidade de São Paulo entre 2001 e 2004 –, é listada apenas uma ação penal que ela responde sob acusação de dispensa irregular de licitação.

A **Folha** localizou, entretanto, sete processos em que ela é

acusada pela Promotoria de Justiça da Cidadania de São Paulo de improbidade administrativa durante sua gestão. Em algumas, ex-secretários de Marta figuram como co-réus.

Em duas ações, Marta já sofreu condenação, mas cabe recurso. O primeiro caso se refere à acusação de que ela não pagou precatórios alimentares. A condenação é de maio deste ano. No segundo caso, Marta e o ex-secretário de Comunicação Valdemir Garreta foram condenados em outubro de 2007, sob a acusação de que fizeram propaganda da prefeitura que remeteria à estrela vermelha, símbolo do PT.

Todas as ações estão em tramitação em diferentes varas da Fazenda Pública de São Paulo.

O advogado de Marta, Pedro Serrano, afirmou que os processos se referem a questões menores. Na ocasião da divulgação da lista, a coligação de Marta classificou a atitude da AMB de “leviana”, “arbitrária” e com “motivação política”.

Procurada ontem, a associação confirmou que, em tese, os processos localizados pela **Folha** se enquadram em seus critérios, mas afirmou que analisará caso a caso.

A associação já teve que retificar a sua lista – disponível no site www.amb.com.br – e incluir o nome do prefeito Gilberto Kassab (DEM), candidato à reeleição. Kassab é co-réu em ação civil pública que o acusa de improbidade administrativa, já que o Ministério Público recorreu de sua absolvição pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A AMB argumentou que não havia detectado, no site do TJ-SP, que a ação tratava de improbidade administrativa.

Em relação aos candidatos a prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PP) também figura na lista da AMB com quatro ações penais e três de improbidade administrativa.

Geraldo Alckmin (PSDB) não aparece na lista. Ele governou o Estado por seis anos (2001-2006). Na área cível, a atribuição para investigar o governador é do procurador-geral de Justiça do Estado, indicado pelo próprio governador.

A lista da AMB se concentrou nos 350 candidatos a prefeito e vice das 26 capitais. Foram incluídos 15. A entidade sofreu críticas, entre elas a de que estaria “sujando” o nome de pessoas contra as quais há suspeitas, não condenações.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 20 anos, Roraima deixava o *status* de Território para se tornar um dos Estados da Federação brasileira.

De lá para cá, Sr. Presidente, muita coisa mudou, mas Roraima permanece ainda dependente economicamente da União. A maior parte de seu PIB ainda gira em torno de verbas públicas, especialmente de verbas federais. Mas quero crer que essa situação está prestes a se modificar drasticamente, com nosso Estado ganhando progressivamente, nos próximos anos, a independência econômica que virá coroar a emancipação política alcançada há 20 anos.

Essa revolução, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, virá graças aos investimentos que se anunciam na produção de biocombustível a partir da cana-de-açúcar, projeto que já está em andamento e deve concretizar-se até 2011 com a inauguração de uma usina de produção de etanol em Bonfim, na fronteira com a Guiana.

A idéia é que até 2015 sejam plantados mais de 70 mil hectares de cana em todo o Estado, o que tornará possível a produção de 550 milhões de litros de álcool por ano em Bonfim. Isso será suficiente para abastecer quase todo o mercado atual da Região Norte, que hoje está condenada a pagar mais caro por um produto que vem do Sul e do Centro-Oeste e chega a custar, nos postos de combustíveis, quase o dobro do que pagam os consumidores paulistas, por exemplo.

Mais do que isso, Sr. Presidente, a implantação dessa usina em Bonfim tonificará a economia da região com uma intensidade inédita até hoje, nestes 20 anos de história do Estado de Roraima. Imediatamente, prevê-se a criação de mil empregos diretos. Quando o projeto estiver plenamente implantado, esse número poderá chegar a 5 mil empregos nos setores agrícola e industrial – o que representará, sem dúvida, um impacto social cuja importância é desnecessário destacar.

Hoje já vemos os primeiros sucessos da empreitada. A cultura da cana está sendo introduzida no Estado, onde já existe um grande viveiro de mudas adaptadas para o solo e o clima da região. Segundo o Sr. Álvaro Callegari, que assumiu a vanguarda da produção de cana em Roraima, as oito variedades de cana plantadas experimentalmente em sua fazenda, oriundas do Mato Grosso do Sul, já deram mostra de excelente produtividade, demonstrando a viabilidade do empreendimento. Agora é transformar os 700 hectares da plantação pioneira do Sr. Callegari nos

projetados 70 mil hectares que alimentarão a futura usina de Bonfim.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, todos acreditamos que um dos objetivos básicos que devemos perseguir é o do desenvolvimento econômico e social harmônico, ou seja, um desenvolvimento que equilibre a satisfação das necessidades econômicas da população com o atendimento de metas e de objetivos sociais de bem-estar, incluindo aí o respeito ao meio ambiente, o que é especialmente delicado e importante na região amazônica. Harmônico também no sentido de que deve estar bem distribuído pelo território nacional, de modo a que as desigualdades regionais não acabem se transformando em um peso inaceitável para toda a Federação ou partes dela.

Estou convencido de que o projeto de implantar essa usina de biocombustível em Bonfim, na fronteira norte de nosso País, contribuirá, em todos os sentidos, para atingirmos aqueles ideais de equilíbrio e harmonia. No que se refere especificamente ao meio ambiente, tanto o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) estão prontos, realizados pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – Femact, divulgados e discutidos em audiências públicas. Recentemente, o Ministério Público Federal em Roraima protocolou uma ação civil pública, contestando a competência da Femact para elaborar o Rima/EIA neste caso, dada a abrangência do projeto, e alegando a necessidade de que o licenciamento seja concedido pelo Ibama. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o trabalho realizado pela Femact foi competente e rigoroso, e que o Ibama, com sua reconhecida competência técnica, caso seja efetivamente necessária sua participação no processo, certamente vai referendar o trabalho já realizado. Torço apenas para que não percamos nossas oportunidades por conta de questões de jurisdição – o que importa, afinal, é que o respeito ao meio ambiente seja garantido no processo, venha isso da esfera estadual ou federal.

Enfim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, espero que, ao longo dos próximos anos, possamos vir a esta tribuna celebrar a conquista da independência econômica de Roraima, o que colocará nosso Estado no lugar que merece, por suas potencialidades, no contexto de nossa Federação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e

aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 435, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 435, de 2008, que altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.8.2008)

Prazo final prorrogado: 7.11.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2008, que altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre Produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 436, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.8.2008)

Prazo final prorrogado: 7.11.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras (proveniente da Medida Provisória nº 438, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.9.2008)

Prazo final prorrogado: 1º.12.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 439, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 439, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga a Medida provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Ju-

ridica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre*

a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007,

tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos

Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99,

na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o*

cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontrem em tramitação na Casa.*

41

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora

Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

42

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

43

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondên-*

cia por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

45

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL****SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO****29-10-2008****Quarta-feira****9:00 Abertura Oficial da Conferência de Honra da ECO2008**

Tema: importante papel do Senado Federal no contexto ambiental brasileiro. Convite do Governador Arruda

Local: Museu Nacional da República

11:00 Visita do Ministro dos Esportes, Orlando Silva

Gabinete da Presidência do Senado

11:30 Visita da União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana

de Santa Catarina com uma comitiva de 50 vereadores.

Gabinete da Presidência do Senado Federal

14:00 3º Encontro Nacional da Indústria - 3º ENAI - CM

Convite: Dr. Armando Monteiro Neto

Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília

15:30 Visita do Governador Sérgio Cabral e o Prefeito Eduardo Paes Rio de Janeiro

Gabinete da Presidência do Senado Federal

16:00 Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado

Plenário do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443**, ADOTADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2008 E PUBLICADA NO DIA 22 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "AUTORIZA O BANCO DO BRASIL S.A. E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL A CONSTITUÍREM SUBSIDIÁRIAS E A ADQUIRIREM PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SEDIADAS NO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Senador ADELMI R SANTANA	072.
Senador ALVARO DIAS	007, 035, 037.
Deputado ANTONIO CARLOS M. THAME	005, 014, 022, 058, 078, 106, 108, 109.
Deputado ARNALDO MADEIRA	052, 059, 079, 081, 083.
Senador ARTHUR VIRGÍLIO	001, 003, 019, 025, 034, 048.
Deputado AYRTON XEREZ	018, 066.
Deputado BRUNO ARAÚJO	064, 080, 086.
Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA	038.
Deputado DR. NECHAR	097, 098, 099.
Deputado FERNANDO CHUCRE	057, 107.
Deputado FERNANDO CORUJA	002, 006, 047, 054.
Senador FLÁVIO ARNS	008.
Senador FLEXA RIBEIRO	037.
Deputada GORETE PEREIRA	020.

Deputado GUILHERME CAMPOS	011, 012, 013, 015, 016, 017, 076, 100.
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES	096.
Deputado IVAN VALENTE	021, 030, 031, 032, 101, 103.
Deputado JOSÉ ANIBAL	026, 029, 042, 043, 045, 065, 074, 084.
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	010, 023, 024, 036, 050, 061, 063, 073, 093, 094, 110.
Senador JOSÉ NERY	027, 051, 102.
Deputado JUVENIL	041.
Deputado LUIZ CARREIRA	104.
Deputado LUIZ SÉRGIO	095.
Deputado MANATO	038.
Deputado ODAIR CUNHA	105.
Deputado OTAVIO LEITE	028.
Deputado PAULO BORNHAUSEN	053.
Senador PAULO DUQUE	070.
Deputado PAULO RENATO SOUZA	063, 056, 111.
Deputado POMPEO DE MATTOS	044.
Deputado RAUL JUNGSMANN	085, 087, 088.
Senador RENATO CASAGRANDE	049.
Deputado RODRIGO ROLLEMBERG	040, 060, 062.
Deputado ROGERIO LISBOA	069.
Deputado SANDRO MABEL	089, 090.
Deputado SIMÃO SESSIM	071.
Senador TASSO JEREISSATI	004, 046, 055, 075, 077, 082.
Deputado WILLIAM WOO	009, 039.
Deputado WILSON SANTIADO	091, 092.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 111

MPV - 443**EMENDA Nº - PLEN**
(à MPV nº 443, de 2008)**00001**

Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008.

JUSTIFICAÇÃO


O art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008, pretende conceder autorização ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para constituição de subsidiárias integrais ou sociedades controladas. Esse dispositivo afronta diretamente os incisos XIX e XX do art. 37 da Constituição Federal, que regulam a criação de entidades da administração indireta.

O inciso XIX condiciona a instituição de empresas públicas e sociedades de economia mista a autorização em lei específica. O inciso XX, por sua vez, determina que *depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior*. Vê-se que o constituinte firmou a exigência de edição de lei para autorizar, individualmente, cada ato de criação de uma subsidiária de empresa pública ou sociedade de economia mista.

A autorização irrestrita que se pretende conceder ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para que criem subsidiárias, sem que tais atos sejam avaliados e permitidos pelo Poder Legislativo, constitui não apenas uma violação de um comando constitucional expresso, mas também uma grave ameaça ao equilíbrio e harmonia entre os Poderes estabelecidos. Não se pode admitir que, sob o pretexto de responder a momentos de crise na economia, preceitos constitucionais sensíveis sejam desprezados, sob pena de colocarmos em risco a própria democracia.

Por essas razões, contamos com o apoio de nossos Pares a esta emenda à Medida Provisória nº 443, de 2008.

Sala das Sessões,


ARTHUR VIRGÍLIO

MPV - 443

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
28/10/2008proposição
Medida Provisória nº 443 de 2008Autor
Dep. Fernando Coruja

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º da Medida Provisória nº 443/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1 O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados a constituir uma subsidiária, integral ou controlada, cada um, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal é clara quando estabelece limites para a criação de subsidiárias de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e de fundações determinando que ela seja feita por Lei específica e dependente de autorização legislativa, caso a caso. Os incisos XIX e XX do Art. 37 tratam do tema de forma cristalina, vejamos:

“Art. 37.....

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.”

Nosso entendimento é de que há a necessidade de autorização legislativa para cada autorização de criação de subsidiárias. Nesse sentido, a presente medida provisória só poderá autorizar a criação de uma subsidiária para cada instituição. Caso o governo entenda que existe a necessidade de criação de outras subsidiárias ele deverá enviar ao Congresso outras leis que tratem do tema separadamente. O que nós não podemos é atropelar a Constituição e assinar um cheque em branco para que o Banco do Brasil e a Caixa criem quantas subsidiárias desejarem sem análise específica do Congresso Nacional. O Poder Legislativo não pode abrir mão de suas prerrogativas e de seus deveres constitucionais e não se furtará de autorizar todas as criações de subsidiárias que sejam de interesse da nação.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.



Deputado Fernando Coruja
(PPS/SC)

MPV - 443**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443, de 21/10/2008			
Autor Senador ARTHUR VIRGÍLIO	nº do prontuário			
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 1º, da Medida Provisória 443, a seguinte redação:

“Art. 1º Ao Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam permitidas a constituição de subsidiárias integrais ou controladas, mediante autorização legislativa, em cada caso, nos termos do inciso XX do art. 37 e do art. 173 da Constituição Federal, com vistas ao estrito cumprimento de atividades de seu objeto social.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo sanear o vício de inconstitucionalidade presente no art. 1º, da Medida Provisória 443. A Constituição Federal em seu inciso XX, do art. 37, assim dispõe:

“Art. 37 (..)

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX - depende de autorização legislativa, **em cada caso**, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;"

Neste sentido, é expressamente vedada a autorização legislativa **em caráter geral** para a criação de subsidiárias ou a participação em empresa privada, por parte das empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme preconizava o artigo original da referida MP.

Diante de todo o exposto, sugiro a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

MPV - 443

00004

EMENDA Nº

(À Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008)

Dê-se ao art. 1º, da MP 443 de 06 de outubro de 2008, a seguinte redação e acrescente-se um parágrafo único ao art. 1º:

“Art.1º. O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados, em caráter excepcional, pelo prazo de seis meses, a contar da data da edição desta Medida, a constituir subsidiárias integrais ou controladas, em caráter temporário, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social, nos termos dispostos nesta Medida Provisória (NR)”.

Parágrafo Único. O prazo previsto no “caput” poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por decreto do Presidente da República, que deverá conter, em seu corpo, a justificativa circunstanciada da necessidade de tal prorrogação de prazo.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda procura estabelecer um prazo de validade para que o Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) possam participar das operações de aquisição de participações em instituições financeiras e/ou constituição de subsidiárias de que trata essa Medida Provisória. Não faz sentido tornar a CEF e o BB, permanentemente, como braços do governo em processo de estatização de instituições financeiras ou não financeiras. Essa permissão deve ser temporária e utilizada em circunstâncias muito especiais em caso de necessidade de reduzir a possibilidade de risco sistêmico decorrente do possível fechamento de instituições financeiras.

Sala da Comissão,


Senador TASSO JEREISSATI

MPV - 443

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
28/10/2008Proposição
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, 21 de outubro de 2008Autor
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAMENº do prontuário
3321 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dêem-se aos art. 1º e 2º da Medida Provisória 443, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º. O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados a constituir como subsidiárias integrais ou controladas sociedades de propósito específico, para atender a necessidades conjunturais urgentes decorrente de ausência de liquidez momentânea de empresas cujo controle acionário seja exclusivamente de brasileiros.

Art. 2º. O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de subsidiárias constituídas segundo a autorização desta Lei, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória no. 443, de 2008, tem exclusiva inspiração – conforme admitido pelos Ministros responsáveis da área econômica – na prevenção de restrições de liquidez que hoje ocorrem, devido às repercussões sobre os mercados financeiros brasileiros da crise mundial que vem atingindo as principais economias industriais e seus mercados e agentes financeiros privados.

As alterações aqui propostas coadunam-se, portanto, às feições conjunturais das intervenções que o Governo propõe no bojo da MP em discussão no Congresso Nacional e com as declarações de intenções e princípios e fundamentos exhaustivamente expostos e defendidos por aquelas autoridades, como sendo a real condições da economia de nosso País e da higidez de seus mercados bancário, financeiro e institucional.

Também faz-se expressa remissão à causa por que se está conferindo autorização excepcional para criação de subsidiárias, sob forma de sociedades de propósito específico, de modo a atender à exigência constitucional, descurada pelo Executivo em sua proposição, de autorização legislativa, caso a caso, para criação de subsidiárias de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme a previsão do artigo 37, XIX, constitucional.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 de 2008			
Autor Dep. Fernando Coruja	nº do prontuário			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime-se o § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 443/08, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.666/93, bem como as leis nº 8.893/94 e nº 10.520/02 estabelecem normas para licitações e contratos da Administração Pública. A legislação estabelece que sejam garantidas a observância do princípio constitucional da isonomia e que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração. Esta análise deverá ser realizada em observância aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A possibilidade de contratação de empresas avaliadoras especializadas mediante procedimento de consulta simplificada não garante que os princípios que devem nortear a administração pública sejam observados. Nossa preocupação é de que tal instrumento possa dar margem a contratações mal realizadas e que possam por em risco a idoneidade da avaliação, bem como trazer algum prejuízo ao erário e aos acionistas das empresas envolvidas. Para coibir possíveis abusos acreditamos que a supressão do referido parágrafo é essencial para resguardar o interesse da administração pública e da idoneidade das operações que vierem a ser realizadas.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.

Deputado Fernando Coruja
(PPS/SC)

MPV - 443

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443, de 22/10/2008
------	--

autor SENADOR ALVARO DIAS	nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Substitua-se no Art. 2º, da Medida Provisória Nº. 443, de 21 de outubro de 2008, a palavra "empresas" pela palavra "instituições", passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

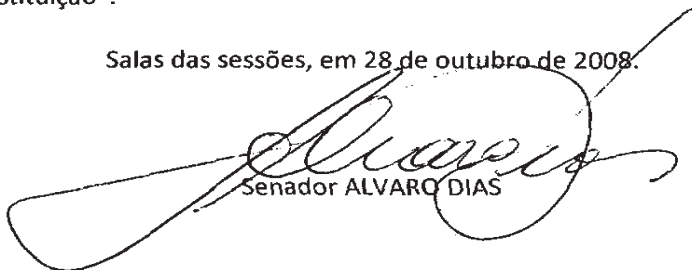
Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo instituições dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei (NR).

JUSTIFICAÇÃO

Visando prestar auxílio aos agentes da economia nacional, a presente medida provisória representa apoio aos empreendedores do setor, que foram efetivamente prejudicados pelas oscilações de estabilidade na economia internacional, com sérios impactos na economia brasileira.

Considero que a oportunidade de apoio prestada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal deva ir além do apoio às empresas atuantes no setor, abrangendo também as instituições sem fins lucrativos, com importante participação na economia brasileira, e que também estejam na situação de necessitar desse apoio, motivo pelo qual proponho a substituição do termo "empresa" pela expressão "instituição".

Salas das sessões, em 28 de outubro de 2008.


Senador ALVARO DIAS



PARLAMENTAR

EMENDA Nº DE 2008

(À Medida Provisória Nº. 443, de 22 de outubro de 2008)

Substitua-se no Art. 2º, da Medida Provisória Nº. 443, de 21 de outubro de 2008, a palavra “empresas” pela palavra “instituições”, passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo instituições dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei (NR).

MPV -- 443

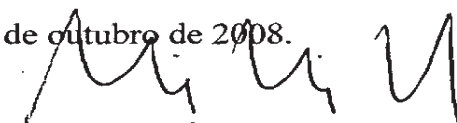
JUSTIFICAÇÃO

00008

Visando prestar auxílio aos agentes da economia nacional, a presente medida provisória representa apoio aos empreendedores do setor, que foram efetivamente prejudicados pelas oscilações de estabilidade na economia internacional, com sérios impactos na economia brasileira.

Considero que a oportunidade de apoio prestada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal deva ir além do apoio às empresas atuantes no setor, abrangendo também as instituições sem fins lucrativos, com importante participação na economia brasileira, e que também estejam na situação de necessitar desse apoio, motivo pelo qual proponho a substituição do termo “empresa” pela expressão “instituição”.

Salas das sessões, em 28 de outubro de 2008.



Senador FLÁVIO ARNS

MPV - 443

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008.			
Autor Dep. William Woo	N.º do prontuário			
1. Supressiva 2. <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se o §1º do artigo 2º da presente Medida Provisória, conferindo-lhe a seguinte redação:

"Art. 2º

§1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado e o princípio da economicidade."

JUSTIFICAÇÃO

A presente Medida Provisória autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, como meio a salvaguardar a economia brasileira do caos que assola o planeta em razão da crise de crédito norte-americana.

No entanto, a presente Medida Provisória permite, pelo disposto no §1º do artigo 2º, que o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal procedam à aquisição de instituições financeiras e assemelhadas sem que seja observado, necessariamente, o princípio da economicidade, um dos norteadores do Direito Administrativo, restando ainda facultada a contratação de empresas avaliadoras especializadas, quando esta deveria ser obrigatória.

Razões estas que justificam a presente emenda, na medida em que, obrigatórios o respeito ao princípio da economicidade e a contratação de empresas avaliadoras especializadas, resguardadas ficam a economia brasileira e a saúde dessas instituições bancárias.

Assim, espera-se contar com o apoio e com a receptividade dos Nobres Pares.

Deputado WILLIAM WOO
PSDB/SP

MPV - 443

00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
------	---

Deputado <i>Jose Carlos Almeida</i>	Autor	Nº do prontuário
-------------------------------------	-------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao *caput* do art. 2º da MP nº 443, de 2008, a seguinte redação e acrescente-se o § 3º ao referido art. 2º:

"Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 3º A autorização estabelecida no caput não se aplica às instituições do setor previdenciário e aos fundos de investimento."

JUSTIFICAÇÃO

As instituições do setor previdenciário, como os fundos de previdência complementar, assim como os fundos de investimento, sejam eles de renda fixa, variável ou multimercado, não operam alavancados e, portanto, não representam qualquer risco ao sistema financeiro. Por esta razão, não cabem os respectivos resgates à custa de recursos públicos.

PARLAMENTAR

C. M.

MPV - 443

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Deputado	Autor SÉRGIO CARVALHO			Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao *caput* e aos §§ 1º e 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Tesouro Nacional autorizado a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para fins desta lei, não são consideradas instituições financeiras, as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§2º Excluem-se da autorização a que se refere o *caput* as aquisições de fundos previdenciários complementares.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda autoriza o Tesouro Nacional a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro,

com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

Em boa verdade, a alteração aqui proposta milita em favor da transparência que deve permear toda e qualquer ação relativa à aplicação de recursos públicos. Assim, ao autorizar o Tesouro Nacional a adquirir tais ativos, o substitutivo termina por também permitir que o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União possam cumprir com suas atribuições constitucionais, fiscalizando a gestão da *res publica*.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Deputado	Autor <i>WILHERME (FACIL)</i>			Nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao *caput* e aos §§ 1º e 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008, a seguinte redação e inclua-se o seguinte § 3º:

“Art. 1º Fica o Tesouro Nacional autorizado a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para fins desta lei, não são consideradas instituições financeiras, as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§2º Excluem-se da autorização a que se refere o *caput* as aquisições de fundos previdenciários complementares.

§ 3º As transações referidas no *caput* deverão ser registradas em conta gráfica no Tesouro Nacional, para fins de acompanhamento e fiscalização.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda autoriza o Tesouro Nacional a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

Em boa verdade, a alteração aqui proposta milita em favor da transparência que deve permear toda e qualquer ação relativa à aplicação de recursos públicos. Assim, ao autorizar o Tesouro Nacional a adquirir tais ativos, o substitutivo termina por também permitir que o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União possam cumprir com suas atribuições constitucionais, fiscalizando a gestão da *res publica*.



PARLAMENTAR

MPV - 443

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
Deputado Autor A. Lins de Barros (PMDB)	Nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	
Inciso	
Alínea	
TEXTO / JUSTIFICACAO	

<p>Deputado <u>Antônio Carlos</u></p>	<p>Nº do prontuário</p>
--	--------------------------------

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
		TEXTO / JUSTIFICACAO		

Dê-se ao *caput* e aos §§ 1º e 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Tesouro Nacional autorizado a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para fins desta lei, não são consideradas instituições financeiras, as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§2º Excluem-se da autorização a que se refere o *caput* as aquisições de fundos previdenciários complementares.”

Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 443, de 2008:

“Art. Os recursos necessários para a aquisição prevista no caput do art. 1º deverão constar do orçamento anual da União.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda autoriza o Tesouro Nacional a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

Em boa verdade, a alteração aqui proposta milita em favor da transparência que deve permear toda e qualquer ação relativa à aplicação de recursos públicos. Assim, ao autorizar o Tesouro Nacional a adquirir tais ativos, o substitutivo termina por também permitir que o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União possam cumprir com suas atribuições constitucionais, fiscalizando a gestão da *res publica*.



PARLAMENTAR

MPV - 443

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/10/2008

proposição

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 443, de 21 de outubro de 2008

autor

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

n.º do prontuário

332

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo
1º.

Parágrafos

Inciso
I

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso I do artigo 1º. da Medida Provisória n.º 443, 21 de outubro de 2008, a seguinte redação:

“I - estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira, preferencialmente para as operações denominadas Antecipação de Contratos de Câmbio (ACC) com empresas brasileiras exportadoras e para crédito agrícola; e (NR) “.

JUSTIFICAÇÃO

A atual crise de liquidez que se evidencia nos mercados brasileiros está colocando em risco a continuidade do crescimento das exportações, que costumam financiarem-se por meio das Antecipações de Contrato de Câmbio (ACC), operações bastante comuns no âmbito das instituições bancárias de grande e médio porte brasileiras. Por outro lado, a pauta de nossas exportações apresenta particular pujança a partir do agro-negócio, que não apenas está representado pelo complexo soja, mas que também envolve carnes in natura e processada.

A presente emenda modificativa propõe que as operações autorizadas ao Banco Central do Brasil tenham prioridade para as ACC e o crédito agrícola, justificando-se por oferecer maior liquidez para o setor exportador e o setor do agro-negócio brasileiros, responsáveis pelo superávit na balança comercial brasileira, nos últimos dois anos, e que sofrerão os efeitos da retração econômica dos principais mercados internacionais para nossas exportações.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Deputado	Autor			Nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se o seguinte § 3º ao art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008:

“§ 3º A autorização de que trata o caput restringe-se a instituições e/ou empresas:

I – do setor financeiro, desde que, justificadamente, as dificuldades de liquidez e de solvência possam ameaçar a estabilidade dos sistemas financeiro e econômico;

II – do setor real, desde que, justificadamente, as dificuldades financeiras e econômicas possam acarretar impactos recessivos à economia brasileira.”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa minimizar os riscos ao sistema financeiro nacional, fixando critérios objetivos que, se atendidos, justificam a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Deputado	Autor	Nº do prontuário		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008:

“§ As instituições e/ou empresas que se encontrem em situações econômica e financeira semelhantes não poderão ter tratamento diferenciado, observada a relevância econômica de cada uma delas para a economia brasileira.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda prevê que, observada a sua relevância para a estabilidade do setor financeiro, as empresas com situação econômica e financeira equivalentes, devem ter o mesmo tratamento do Poder Público. Trata-se, pois, de alteração que homenageia o princípio isonômico, sabido que:

“CF/88 - Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.”

PARLAMENTAR

MPV - 443

00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Deputado	Autor <i>Antonio Carlos Gomes</i>			Nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Incluem-se os seguintes §§ ao art. 1º da Medida Provisória nº 443, de 2008:

“§ Para a aquisição prevista no *caput*, o Tesouro Nacional deverá contratar duas empresas de avaliação que não sejam coligadas e cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas sujeitas à avaliação, observada a Lei 8.666, de 1993, não podendo os resultados dessas avaliações discreparem além de 10% (dez por cento), caso em que será contratada uma terceira empresa, nas mesmas condições das duas iniciais.

§ Nas situações justificadamente urgentes, as avaliações de que trata o parágrafo anterior poderão ser realizadas posteriormente à aquisição referida no *caput*, devendo os valores efetivamente pagos na aquisição ser ajustados à conclusão das avaliações.”

JUSTIFICAÇÃO

Para bem da transparência, da credibilidade dos procedimentos e em respeito aos recursos da sociedade, as avaliadoras devem, obrigatoriamente, fazer parte do processo, em condições idênticas àquelas empregadas quando se iniciou o processo de privatização.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposição

Medida Provisória nº 443/2008

Autor

Deputado Ayrton Xerez

Nº do prontuário

1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☒ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se no art. 2º da Medida Provisória nº, 443, de 21 de outubro de 2008, a palavra "empresas" pela palavra "instituições", passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo instituições dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observando o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei (NR)."

JUSTIFICAÇÃO

Visando prestar auxílio aos agentes da economia nacional, a presente medida provisória representa apoio aos empreendedores do setor, que foram efetivamente prejudicados pelas oscilações de estabilidade na economia internacional, com sérios impactos na economia brasileira.

Considero que a oportunidade de apoio prestada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal deva ir além do apoio às empresas atuantes no setor, abrangendo também as instituições sem fins lucrativos, com importante participação na economia brasileira, e que também estejam na situação de necessitar desse apoio. motivo pelo qual proponho a substituição do termo "empresa" pela expressão "instituição".

PARLAMENTAR

MPV - 443**00019****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443, de 21/10/2008			
Autor Senador ARTHUR VIRGÍLIO	nº do prontuário			
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 2º, da Medida Provisória 443, a seguinte redação:

“Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, nos termos do art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, observado o disposto no art. 10, inciso X, da mesma Lei.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo delimitar, com melhor propriedade, o alcance do poder do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na participação ou aquisição de instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil.

O texto original da Medida Provisória incluía outras empresas como as de capitalização, e as dos setores previdenciário e securitário. A Constituição Federal veda essa participação indiscriminada da exploração direta de atividade econômica pelo Estado, principalmente em setores com

características específicas e extremamente peculiares da atividade privada, conforme dispõe o seu art. 173:

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

Neste sentido, por não existir qualquer situação que justifique a indispensável e urgente participação do Estado no extenso rol de atividades incluídas no texto original da Medida Provisória 443, adequamos o seu art. 2º para permitir a participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, na compra de instituições exclusivamente financeiras, em vista da atual crise do sistema bancário internacional.

Diante de todo o exposto, sugiro a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

MPV - 443

00020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
23 / 10 / 2008Proposição
Medida Provisória nº 443 de 2008Autor
Deputada Gorete Pereiranº do prontuário
1001. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global☐ Página ☒ Artigo ☐ Parágrafo ☐ Inciso ☐ alínea

TEXTO

O artigo 2º da MP 443 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições de saúde bem como instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme divulgado na imprensa, a crise financeira internacional também afeta o setor de saúde brasileiro. Em razão do elevado aumento do dólar, diversos produtos médico-hospitalares foram reajustados em mais de 100% e já se fala em desabastecimento de vários insumos básicos.

Como a maioria dos produtos é importada e os estoques estão baixos, os fornecedores não estão liberando a mercadoria com receio de terem que arcar com a diferença no preço ocasionada com a variação do dólar. A opção tem sido permanecer com a mercadoria nas alfândegas. Por outro lado, comerciantes suspenderam novas aquisições para não terem produtos encalhados em estoque. A indústria de seringas e luvas de procedimentos, por exemplo, tem demorado até 3 meses para entregar os produtos. No campo da reabilitação física, a situação não é diferente. O aumento no preço de cadeiras de rodas foi tão elevado que os empresários decidiram não estocar o produto na esperança de uma queda da moeda americana.

Empresários do setor de saúde dão conta de que determinado medicamento hospitalar pedido por R\$ 62,49 em 10 de setembro foi entregue por R\$ 199, o que significa um aumento absurdo de 218,15%. Esse quadro reflete a preocupação da população que utiliza produtos médico-hospitalares, dos empresários e dos profissionais de saúde que já sentem que o aumento no preço dos produtos influenciam diretamente no custo dos serviços, inclusive na tabela dos planos de saúde.

Por essas razões, entendemos ser importante estabelecer medidas que contemplem também a saúde, segmento já tão penalizado com a escassez de recursos, notadamente as entidades filantrópicas que atuam em parceria com o Sistema Único de Saúde – SUS. Sabemos que essas entidades passam por dificuldades financeiras e preocupa-nos que a crise venha inviabilizar o trabalho dessas instituições, que realmente fazem o social no país, prejudicando o cidadão brasileiro, principalmente o menos assistido.

PARLAMENTAR



Deputada Gorete Pereira

MPV - 443

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/10/2008Proposição
Medida Provisória nº 443 / 2008autor
Ivan Valente - PSOL/SP

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Artigo 2º da Medida Provisória nº 443 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º

§ 2º Na hipótese de aquisição de instituições financeiras com Patrimônio Líquido negativo, ou no caso da descoberta posterior de eventuais passivos contingentes não identificados, tais passivos serão devidos pelos ex-controladores e administradores da instituição financeira adquirida.

§ 3º Na hipótese de aquisição de Entidade de Previdência Complementar que não tenha capacidade financeira para pagar os benefícios previstos, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal serão responsáveis por estes benefícios, hipótese na qual os administradores, controladores e membros de conselhos estatutários das entidades de previdência complementar ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

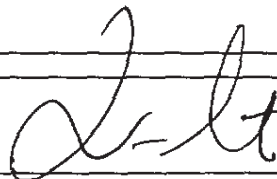
JUSTIFICATIVA

A presente emenda prevê que os passivos das instituições financeiras em dificuldades fiquem a cargo dos ex-controladores e administradores. A Emenda também exige que, no caso da aquisição de Fundos de Pensão em dificuldades, o Estado puna os responsáveis, bloqueie seus bens e garanta o pagamento das aposentadorias, pensões e demais benefícios.

Há uma grande possibilidade de que esta Medida Provisória esteja sendo editada para que o BB e a CEF adquiram – ou melhor, salvem - os Fundos de Pensão, principalmente a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que teve fortes perdas com a queda das bolsas. A Previ aplicava 65% de seu capital em ações de empresas como a Vale do Rio Doce, cujas ações caíram mais de 50% desde o início da crise financeira. A Previ também possui participação em outras empresas que tiveram sérias perdas com derivativos cambiais, como a Sadia. Importante ressaltar que nesta semana a Argentina estatizou os fundos de pensão, devido às grandes perdas do mercado financeiro.

Caso esta possibilidade se concretize, é importante que o Estado puna os responsáveis pela má gestão dos fundos de pensão no país, assuma o pagamento das aposentadorias dos beneficiários dos fundos de pensão, e reverta o processo de privatização da Previdência no país.

PARLAMENTAR



MPV - 443**00022****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

28/10/2008

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008

autor

Deputado Antônio Carlos Mendes Thame

n.º do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafos****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, a seguinte redação:

“ Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei, **e das empresas nacionais do setor exportador.**

.....
§ 3º No caso de empresas nacionais do setor exportador, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.”

JUSTIFICAÇÃO

Para garantir a manutenção da função social das empresas bem como a garantia dos postos de trabalho, a presente emenda faculta que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a aquisição de participação de empresas nacionais do setor exportador, valendo-se para essa finalidade, inclusive de recursos do BNDES.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Deputado <i>in re ARS</i>	Autor <i>ARS</i>	Nº do prontuário		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê nova redação ao § 1º do art. 2º, da MP nº 443, de 2008:

"Art 2º

§ 1º Para a aquisição prevista no *caput*, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado."

JUSTIFICAÇÃO

A MP admite a possibilidade de o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal virem a contratar avaliadores. De fato, para bem da transparência, da credibilidade dos procedimentos e em respeito aos recursos da sociedade, há que se tratar de uma obrigação e não de uma faculdade do ente adquirente.

PARLAMENTAR

EU

MPV - 443

00024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
------	--

Deputado	Autor Jose Carlos Aleixo	Nº do prontuário
----------	------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê nova redação ao § 1º do art. 2º, da MP nº 443, de 2008:

"Art 2º

§ 1º Para a aquisição prevista no *caput*, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão contratar duas empresas de avaliação que não sejam coligadas e cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas sujeitas à avaliação, observados os respectivos regulamentos previstos no art. 119 da Lei 8.666, de 1993, não podendo os resultados dessas avaliações discreparem além de 10% (dez por cento), caso em que será contratada uma terceira empresa, nas mesmas condições das duas iniciais."

JUSTIFICAÇÃO

A MP admite a possibilidade de o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal virem a contratar avaliadores. De fato, para bem da transparência, da credibilidade dos procedimentos e em respeito aos recursos da sociedade, as avaliadoras devem, obrigatoriamente, fazer parte do processo, em condições idênticas àquelas empregadas quando se iniciou o processo de privatização.

PARLAMENTAR

6.00

MPV - 443**00025****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443, de 21/10/2008
Autor Senador ARTHUR VIRGILIO	nº do prontuário
1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Dê-se ao § 1º, do art. 2º, da Medida Provisória 443, a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento licitatório, observado sempre a compatibilidade de preços com o mercado.”

JUSTIFICATIVA

O texto da Medida Provisória n.º 443 pretende dispensar de licitação a contratação de empresas avaliadoras especializadas, que analisariam a compra de instituições financeiras por parte do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

Tendo em vista o restrito mercado de empresas com capacidades técnicas dessa natureza, não se encontraria qualquer dificuldade de se fazer um procedimento licitatório no intuito de selecionar a melhor e mais adequada proposta, usando para esse fim, qualquer das diversas modalidades de

licitação previstas em lei. Diante da extensão das operações que possam envolver o dinheiro público é imperiosa a máxima transparência na escolha dessas empresas especializadas.

Diante de todo o exposto, sugiro a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

MPV - 443

00026

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se o art. 2º da Medida Provisória nº443, de 21 de outubro de 2008, a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil SA e a Caixa Econômica Federal deverão contratar empresas avaliadoras especializadas, podendo utilizar na contratação procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços praticados no mercado.

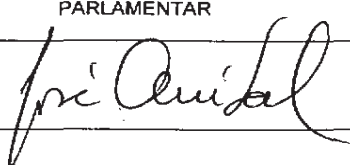
.....

§ 3º O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal deverão proceder à venda, por meio de oferta pública, da totalidade das ações e demais ativos incorporados ao seu patrimônio em decorrência das aquisições previstas neste artigo, no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da realização da operação de compra.”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem por objetivo deixar clara a obrigatoriedade de se contratar empresas avaliadoras especializadas, podendo para tal adotar procedimento simplificado de licitação. Além disso, concede no máximo 2 anos para a venda dos ativos adquiridos, como forma de prevenir eventuais tentativas de estatização do setor financeiro.

PARLAMENTAR



MPV - 443**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00027**

data 27/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 / 2008
---------------------------	--

autor Senador José Nery Azevedo	nº do prontuário
---	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Artigo 2º da Medida Provisória nº 443 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º.....

§ 2º Na hipótese de aquisição de instituições financeiras com Patrimônio Líquido negativo, ou no caso da descoberta posterior de eventuais passivos contingentes não identificados, tais passivos serão devidos pelos ex-controladores e administradores da instituição financeira adquirida.

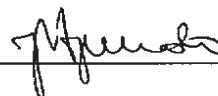
§ 3º Na hipótese de aquisição de Entidade de Previdência Complementar que não tenha capacidade financeira para pagar os benefícios previstos, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal serão responsáveis por estes benefícios, hipótese na qual os administradores, controladores e membros de conselhos estatutários das entidades de previdência complementar ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda prevê que os passivos das instituições financeiras em dificuldades fariam a cargo dos ex-controladores e administradores. A Emenda também exige que, no caso da aquisição de Fundos de Pensão em dificuldades, o Estado puna os responsáveis, bloqueie seus bens e garanta o pagamento das aposentadorias, pensões e demais benefícios.

Há uma grande possibilidade de que esta Medida Provisória esteja sendo editada para que o BB e a CEF adquiram – ou melhor, salvem - os Fundos de Pensão, principalmente a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que teve fortes perdas com a queda das bolsas. A Previ aplicava 65% de seu capital em ações de empresas como a Vale do Rio Doce, cujas ações caíram mais de 50% desde o início da crise financeira. A Previ também possui participação em outras empresas que tiveram sérias perdas com derivativos cambiais, como a Sadia. Importante ressaltar que nesta semana a Argentina estatizou os fundos de pensão, devido às grandes perdas do mercado financeiro.

Caso esta possibilidade se concretize, é importante que o Estado puna os responsáveis pela má gestão dos fundos de pensão no país, assuma o pagamento das aposentadorias dos beneficiários dos fundos de pensão, e reverta o processo de privatização da Previdência no país.

PARLAMENTAR


MPV - 443**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443
(do Poder Executivo)****00028**

Autoriza o Banco do Brasil S.A. E a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a MP nº 443, de 21 de outubro de 2008, em seu Art. 2º, parágrafo 1º o texto, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º ...

Parágrafo 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal obrigatoriamente contratarão empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado, e a divulgação pública dos valores aferidos.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de uma proposta para estabelecer mais controle e transparência ao processo.

Portanto, creio poder obter o apoio dos meus pares aprovando-a.



Deputado **Otávio Leite.**

MPV - 443

00029

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se o art. 2º da Medida Provisória nº443, de 21 de outubro de 2008, a seguinte redação:

" Art. 2º

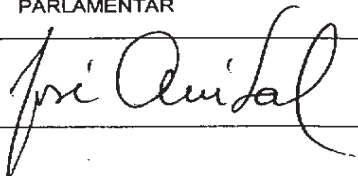
§ 2º Na hipótese prevista no caput, o Conselho Monetário Nacional deverá fixar percentual mínimo do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária, que deverá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil SA ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 3º Os dirigentes do Banco do Brasil SA e da Caixa Econômica Federal responderão civil e criminalmente, na hipótese de detecção de passivos não identificados em valor excedente ao percentual a que se refere o parágrafo anterior.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda prevê a competência do Conselho Monetário Nacional para fixar o percentual mínimo do preço a ser desembolsado, para fazer face a passivos contingentes não identificados. Além disso, responsabiliza os dirigentes do Banco do Brasil e da Caixa caso, de forma irresponsável, concordem com a fixação de percentuais em valor inferior ao necessário para não impor prejuízos a toda a sociedade brasileira.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
27/10/2008Proposição
Medida Provisória nº 443 / 2008autor
Ivan Valente – PSOL/SP

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 2º da Medida Provisória nº 443 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º

§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante licitação, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado.

JUSTIFICATIVA

A MP, na forma proposta pelo governo, prevê “consulta simplificada de preços” para a escolha da empresa avaliadora, ou seja: abre-se a possibilidade de que as aquisições sejam feitas com excessivo ônus para o Estado.

Portanto, apresentamos a presente emenda, que veda esta possibilidade.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 / 2008
--------------------	---

autor Ivan Valente – PSOL/SP	nº do prontuário
---------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Artigo 2º da Medida Provisória nº 443 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º.....

§ 1º A aquisição prevista no caput ocorrerá sem ônus financeiro para o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal.

§ 2º Na hipótese de aquisição de instituições financeiras com Patrimônio Líquido negativo, ou no caso da descoberta posterior de eventuais passivos contingentes não identificados, tais passivos serão devidos pelos ex-controladores e administradores da instituição financeira adquirida.

§ 3º Na hipótese de aquisição de Entidade de Previdência Complementar que não tenha capacidade financeira para pagar os benefícios previstos, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal serão responsáveis por estes benefícios, hipótese na qual os administradores, controladores e membros de conselhos estatutários das entidades de previdência complementar ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

JUSTIFICATIVA

Com a crise financeira global, os próprios governos dos países mais capitalistas e conservadores do mundo estão adquirindo as ações dos bancos privados em crise, ainda que, em muitos casos, não assumam o controle acionário destes bancos.

Os recursos dos depositantes do país não podem ficar nas mãos de um monopólio de alguns grandes bancos, que cobram juros de mais de 100% ao ano para empréstimos pessoais e de mais de 60% ao ano para empresas. O sistema financeiro nacional deve estar sob controle do Estado, de modo a priorizar-se os investimentos mais relevantes, direcionando os recursos dos depositantes do país para atividades que gerem mais empregos e distribuição de renda (pequenas empresas, projetos de economia solidária, reforma agrária, cooperativas), e a juros bem mais baixos que os atuais.

Atualmente, o sistema bancário nacional prefere destinar os recursos dos depositantes brasileiros para a compra de títulos da dívida interna, e nestes tempos de crise, representantes dos bancos privados chegam a até assumir abertamente que não querem financiar o setor produtivo, pois não confiam que tais empréstimos possam ser quitados.

Atualmente, até mesmo os bancos públicos (como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil) também seguem esta mesma política, cobrando altos juros e tarifas, pois têm de cumprir com as

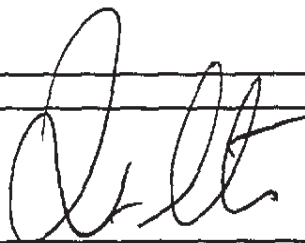
metas de superávit primário. Os altos lucros destas instituições, quando distribuídos na forma de dividendos ao seu respectivo controlador acionário (ou seja, o Estado) devem ser destinados, por lei, à amortização da dívida pública.

Portanto, a presente emenda propõe que a aquisição de instituições financeiras privadas pelos bancos públicos não constitua ônus para estes últimos, ou seja, a estatização ocorra sem indenização. Importante ressaltar que a MP, na forma proposta pelo governo, prevê "consulta simplificada de preços", sendo que, no caso de aquisição de instituição financeira pública, fica dispensada a licitação. Ou seja: abre-se a possibilidade de que as aquisições sejam feitas com excessivo ônus para o Estado. Isto também é eliminado pela presente emenda.

Por fim, cabe ressaltar a possibilidade de que esta Medida Provisória esteja sendo editada para que o BB e a CEF adquiram – ou melhor, salvem - os Fundos de Pensão, principalmente a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que teve fortes perdas com a queda das bolsas. A Previ aplicava 65% de seu capital em ações de empresas como a Vale do Rio Doce, cujas ações caíram mais de 50% desde o início da crise financeira. A Previ também possui participação em outras empresas que tiveram sérias perdas com derivativos cambiais, como a Sadia. Importante ressaltar que nesta semana a Argentina estatizou os fundos de pensão, devido às grandes perdas do mercado financeiro.

Caso esta possibilidade se concretize, é importante que o Estado puna os responsáveis pela má gestão dos fundos de pensão no país, assuma o pagamento das aposentadorias dos beneficiários dos fundos de pensão, e reverta o processo de privatização da Previdência no país.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00032

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 / 2008
--------------------	---

autor Ivan Valente - PSOL/SP	nº do prontuário
---------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Artigo 2º da Medida Provisória nº 443 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º

§ 4º Uma vez ocorrida a aquisição prevista no Art. 2º, é vedado ao Banco do Brasil S.A e à Caixa Econômica Federal permitir que tais ações ou participações societárias sejam novamente adquiridas pelo setor privado.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda veda a possibilidade de que o setor público, após adquirir ativos de risco, devolvam-nos à iniciativa privada quando estes se tornarem sólidos. Esta emenda reflete um grande questionamento que tem sido feito à intervenção dos governos dos países mais ricos do mundo, que ao adquirirem instituições quebradas, prevêem sua devolução ao setor privado após a turbulência financeira, o que representa grande privilégio às instituições financeiras privadas.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00033

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/10/08	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
----------	---

autor Deputado Paulo Renato Souza	n.º do prontuário 375
---	---------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

O Art. 2º da MP 443, de 21 de outubro de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

§ Os montantes das aquisições realizadas pelo Banco do Brasil S.A e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, ao amparo deste artigo, não poderão ultrapassar a 30% (trinta por cento) de seus respectivos capitais sociais.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem por objetivo estabelecer um limite prudencial para as aquisições de ativos por parte da Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, de modo a induzir uma maior priorização nas aquisições, reduzir os riscos das operações e também evitar uma excessiva ampliação da participação das duas instituições públicas no mercado financeiro..

PARLAMENTAR

Em, 28 de outubro de 2008


Deputado Paulo Renato Souza
PSDB/SP

MPV - 443

00034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 de 21/10/2008			
Autor Senador ARTHUR VIRGILIO	nº do prontuário			
1 Supressiva	2 substitutiva	3 modificativa	4 aditiva	5 Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo ao artigo 2º da MP 443, de 2008:

“§ O montante das aquisições realizadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o disposto no caput, fica limitado a até 20% (vinte por cento) do capital social da respectiva instituição financeira.”

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente emenda é garantir que as aquisições do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal não sejam feitas sem o estabelecimento de um limite.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

MPV - 443

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 de 21/10/2008			
Autor Senador ALVARO DIAS	nº do prontuário			
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no artigo 2º da MP 443 o seguinte parágrafo:

“§ O Banco do Brasil S. A. e a Caixa Econômica Federal ficam obrigados a revender as ações adquiridas na forma do caput deste artigo no prazo máximo de 24 meses a contar da data de aquisição dessas ações, ou a partir do momento em que o preço de venda dessas ações se equipare ao preço da compra, com as devidas correções”.

JUSTIFICATIVA

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal já detêm, atualmente, aproximadamente 25% do sistema financeiro nacional. Assim, o objetivo da presente emenda é minimizar os prejuízos que essa concentração bancária poderia trazer para os consumidores.

Além disso, é importante deixar explicitado o caráter temporário desta medida, evitando uma provável “onda de estatização” no nosso sistema financeiro.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

MPV - 443

00036

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Autor Deputado <i>Paulo Roberto Costa</i>			Nº do prontuário	
1. <input checked="" type="checkbox"/> supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> substitutivo global				
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso I	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 2º da Medida Provisória nº 443/2008, renumerando-se os demais parágrafos:</p> <p><i>§1º As aquisições de participação em instituições privadas a que se refere o caput dependerão, em cada caso, de aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional.</i></p>				
JUSTIFICAÇÃO				
<p>A emenda visa sanar flagrante vício de inconstitucionalidade observado no caput do art. 2º da MP 443/2008, em vista do que dispõe o art. 37, XX, da Constituição Federal: <i>“depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada”</i> (grifos nossos).</p> <p>Como as medidas provisórias possuem caráter de lei a partir de sua edição, não se verifica o cumprimento da “autorização legislativa” prévia determinada pela Carta Magna, o que torna a MP inconstitucional.</p> <p>Com efeito, a emenda proposta - ao estabelecer a necessidade de autorização legislativa, via projeto de lei, para cada caso de aquisição de participações em instituições privadas - busca sanar a inconstitucionalidade do art. 2º da MP, tornando-o consonante com o inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MPV - 443**00037****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 de 21/10/2008			
Autor Senador ALVARO DIAS	nº do prontuário			
1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICACAO				

Inclua-se no artigo 2º da MP 443, de 2008, o seguinte parágrafo 3º:

“§ 3º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, bem como suas subsidiárias, deverão instituir mecanismos de proteção aos titulares de contas junto às instituições financeiras beneficiadas pelo disposto no caput deste artigo”.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o propósito de resguardar os interesses e direitos dos correntistas das instituições financeiras que serão beneficiadas pela MP 443.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

MPV - 443

00038

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/10/2008	Proposição: Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008			
Autor: Deputado MANATO	Nº do Prontuário			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
Artigos: 2º	Parágrafo: 3º	Inciso:	Alínea:	Pág. 1

EMENDA

Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 2º da Medida Provisória nº 443:

“Art. 2º

.....
§ 3º Nos casos previstos no caput deste artigo, em que o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal venham a possuir participação majoritária, é obrigatória a realização de concurso público para preenchimento de todos os cargos, mesmo que temporário.”

JUSTIFICATIVA

Manter os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, conforme exige o art. 37 da Constituição Federal. Destaque-se que, ao se tornarem sócios majoritários de qualquer outra instituição financeira, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, entidades da administração indireta, devem seguir, também nesses quadros, os princípios constitucionais que regem o seu funcionamento.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.


DEPUTADO MANATO
PDT/ES

MPV - 443

00039

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008.			
Autor Dep. William Woo	N.º do prontuário			
1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao artigo 2º da presente Medida Provisória o seguinte parágrafo, conferindo-lhe a seguinte redação:

"Art. 2º

§3º Anteriormente à celebração do negócio jurídico, deverá ser amplamente divulgada nos meios de comunicação a intenção de constituição ou aquisição de instituição financeira, bem como o resultado da análise realizada pela empresa avaliadora."

JUSTIFICAÇÃO

A presente Medida Provisória autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, como meio a salvaguardar a economia brasileira do caos que assola o planeta em razão da crise de crédito norte-americana.

No entanto, a presente Medida Provisória não torna explícito o respeito ao princípio da publicidade, visto que deixa de dispor sobre a necessidade de tornar pública a intenção de compra de instituição financeira, assim como mantém oculto o resultado da análise realizada pela empresa avaliadora.

Razões estas que justificam a presente emenda, em respeito aos princípios do Direito Administrativo e à transparência nas operações que envolvam os recursos financeiros de toda a nação. Sob a fiscalização da sociedade brasileira, haverá maior respeito pelo patrimônio público, inibindo que se tomem medidas aventureiras que comprometam a economia nacional.

Assim, espera-se contar com o apoio e com a receptividade dos Nobres Pares.

Deputado WILLIAM WOO
PSDB/SP

MPV - 443

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00040

Data: 28/10/2008

Proposição: MP 443/2008

Autor: Dep. RODRIGO ROLLEMBERG

Nº Prontuário: 416

☐

Supressiva

☐

Substitutiva

☐

Modificativa

☒

Aditiva

☐

Substitutiva/Global

Página: 01

Artigo: 2

Parágrafo: 3

Inciso:

Alínea:

EMENDA ADITIVA Nº.

O artigo 2º da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar acrescido do § 3º com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 2º

“§ 3º. Os servidores públicos efetivos das instituições financeiras públicas que sofrerem o processo de aquisição de participação da ordem de mais de 50 % (cinquenta por cento) por parte do Banco do Brasil S.A ou Caixa Econômica Federal, serão incorporados ao quadro de servidores efetivos da Instituição Pública adquirente devendo ser aproveitados ocupando, preferencialmente, posição funcional equivalente à da instituição financeira de origem, não podendo ser exonerados, exceto pelo cometimento de ilícito ou irregularidade grave, pelo período de 24 meses a partir da data da aquisição.”

JUSTIFICAÇÃO

É uma questão de justiça para o servidor público efetivo de instituição financeira pública que teve a investidura em cargo ou emprego público mediante aprovação prévia em concurso público, conforme o disposto no art. 37, II da Constituição Federal, sua incorporação ao quadro de servidores da Instituição Pública adquirente – no caso o Banco do Brasil S.A ou Caixa Econômica Federal, gozando dos direitos, deveres e obrigações do regime jurídico da nova instituição. A garantia da não exoneração, por 24 meses, para os servidores efetivos das instituições adquiridas objetiva conceder estabilidade para que os mesmos possam mostrar conhecimento e competência no exercício das funções da nova instituição financeira.

Por fim, os servidores de carreira não devem ser descartados também pelo fato de possuírem experiência profissional valiosa na área de atuação da Instituição Pública adquirente.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da Emenda em comento.

Assinatura



EMENDA ADITIVA Nº , DE 2008 (Do Sr. Juvenil)

à MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008

MPV - 443

00041

Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.

Acrescente-se ao art. 2º da MP 443/2008 o seguinte parágrafo:

Art. 2º

§ 1º

§ 2º

§ 3º Ficam excluídas do alcance do caput deste artigo as empresas do setor da construção civil que operem com capital societário aberto no mercado mobiliário.

JUSTIFICAÇÃO

Há alguns meses preocupado com o risco que as empresas do setor da construção civil podem gerar para o mercado mobiliário brasileiro, tenho dedicado tempo para o estudo do assunto, principalmente após a criação, pela BM&F BOVESPA, do chamado NOVO MERCADO.

Em discurso pronunciado nesta Casa em 10 de julho passado, comentei sobre o tema, mais particularmente sobre as empresas que integram o referido setor e que, após a abertura de capital, imediatamente obtiveram recursos em números gigantescos, o que demonstra, no mínimo, ativos supervalorizados.

É receio desse parlamentar que, por tratar-se de setor com margens de lucros muito apertadas e que vive de sazonalidade e, principalmente, pela criação de ativos contábeis compatíveis com a imensa arrecadação de investimentos, tais empresas tenham se utilizados de valorizações, até contabilmente aceitas, mas que não representam garantia para os investidores.

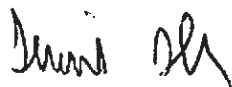
Em agosto passado, tomei o cuidado de contatar a CVM, a BM&F BOVESPA e todas as empresas do ramo para que fornecessem informações pormenorizadas sobre a recente abertura de capital. Surpreendentemente, as empresas se mostraram silentes, desprezando nossas indagações.

No discurso, abordei, como mero exemplo, o caso concreto da *joint-venture* entre a Construtora Líder de Belo Horizonte e a Cyrela de São Paulo. A primeira, bastante combalida por dividas conhecidas e reconhecidas, e a segunda, voraz captadora na Bolsa de Valores. Também convidadas a prestar melhores informações, quedaram-se silentes como madrugada de deserto.

Também no mês de agosto, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados unanimemente aprovou Requerimento de autoria deste Parlamentar para a realização de audiência pública com a presença da CVM, BM&F BOVESPA e também as empresas do setor que abriram o capital na bolsa de valores. O evento, embora ainda sem data marcada, será de grande valia para o esclarecimento de questões tão relevantes para o cenário econômico brasileiro. Será também o momento adequado para que os atores envolvidos mostrem e demonstrem a formação de seus ativos, valores captados, bem como a expectativa de retorno aos investidores, através de demonstrações contábeis e jurídicas satisfatórias.

A presente emenda, pois, objetiva retirar tais empresas do rol abarcado pela Lei 4.595/64 e pela Medida Provisória 433/2008, frente ao gigantesco risco de o Governo Federal "tampar buracos" ardilosamente abertos pelas empresas do setor da construção civil.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.



Deputado Federal JUVENIL
Líder do PRTB

MPV - 443

00042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se o um § 3º ao art. 2º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, com a seguinte redação:

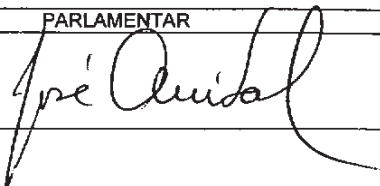
"Art. 2º

§ 3º O Banco Central do Brasil deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente, relatório mensal pormenorizado sobre as operações realizadas pelo Banco do Brasil SA e pela Caixa Econômica Federal amparadas pelo previsto no caput deste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem por objetivo permitir a prestação de contas pelo Banco Central, supervisor do sistema financeiro nacional, das operações realizadas por cada uma das entidades – Banco do Brasil SA e Caixa Econômica Federal. Essa prestação de contas possibilitará maior transparência à sociedade brasileira no tocante à gestão da economia e utilização dos recursos públicos.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00043

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/10/2008

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008

autor

Deputado José Anibal

n.º do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o § 3º ao art. 2º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, como se segue:

“ Art. 2º
.....

§ 3º Na hipótese prevista no caput, aplica-se aos sócios ou acionistas das sociedades por ações as disposições do art. 270 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. ”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar aos sócios ou acionistas dissidentes o reembolso de suas ações ou quotas nas mesmas condições propostas pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal em caso de aquisição de participação de instituições com capital aberto.


PARLAMENTAR

MPV - 443

00044

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 443 DE 2008

Autoriza o Banco do Brasil S.A e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil.

EMENDA ADITIVA N.º

Acrescente-se § 3º ao art. 2º da Medida Provisória n.º 443, de 2008, com a seguinte redação:

“Art. 2º.

§ 3º Que qualquer decisão de aquisição de ativos de instituições seja precedida de rigorosa avaliação técnica das áreas competentes, referendada pelas respectivas unidades de auditoria interna das instituições públicas envolvidas, as quais deverão ser devidamente estruturadas para o adequado desempenho dessas novas atribuições.”

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2008


Deputado POMPEO DE MATTOS
PDT/RS

MPV - 443

00045

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 2º da MP 443, de 21 de outubro de 2008, os §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

” Art. 2º -

§ 3º. Na hipótese prevista no *caput*, as aquisições de participações em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, deverão ser mantidas em poder do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, e ser aprovadas por um Comitê Gestor constituído pelos Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que responderão solidariamente por eventuais prejuízos ao erário público derivados das operações realizadas.

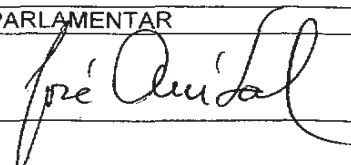
§ 4º. Cada operação aprovada deverá ser acompanhada de Ata do Comitê mencionado no parágrafo anterior, publicada no Diário Oficial da União, na qual estejam indicadas as razões pormenorizadas para adoção da decisão “

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda proposta não impede a aquisição de participações em instituições financeiras pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal. Tratando-se, no entanto, de medida que só se justifica em caráter emergencial, com o objetivo precípuo de enfrentar eventuais problemas de liquidez ou solvência provocados pelos efeitos da crise econômica global, e não como meio de ampliar a participação de bancos estatais no mercado de crédito ou a concentração bancária, julgamos essencial fixar um prazo máximo para que essas participações fiquem em poder dos bancos públicos.

Além disto, considerando-se a necessidade de uma ação concertada e balizada por interesses maiores de política pública, não se justifica deixar exclusivamente a critério das duas instituições financeiras mencionadas a decisão de fazer as referidas aquisições. Por isto, estamos propondo que essas decisões de compra sejam aprovadas por Comitê Gestor formado pelos Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que, em conjunto, têm melhores condições de avaliar a relevância das ações para o enfrentamento da crise, passando também a responder solidariamente pelas decisões tomadas.

PARLAMENTAR



MPV - 443**00046****EMENDA Nº****(À Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008,**

Acrescentem-se o §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 2º com as seguintes redações:

“Art. 2º

§ 1º

§ 2º

§ 3º Na hipótese prevista no *caput*, quando houver alienação do controle acionário, pelo menos 20% (vinte por cento) do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária deverá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 4º - É vedada a aquisição de participação acionária em instituições financeiras cujo valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, seja inferior ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de que trata a Resolução CMN no 3.490/07.

§ 5º A realização dos negócios jurídicos mencionados no *caput*, quando resultar em alienação de controle acionário da instituição adquirida será condicionado à aprovação prévia do legislativo de acordo com os incisos XIX e XX, do Art. 37, da Constituição Federal.

§ 6º - Sempre que houver alienação de controle acionário na aquisição prevista no *caput*, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão contratar empresas avaliadoras especializadas e submeter o resultado final das avaliações ao Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, que enviarão os respectivos pareceres técnicos ao Senado Federal para apreciação da Comissão pertinente (NR)”.
.....

JUSTIFICATIVA

O acréscimo do § 3º procura diminuir a possibilidade de perda para os acionistas do Banco do Brasil bem como para o Tesouro Nacional e, portanto, para o erário. Um dos problemas da aquisição de participação societária em épocas de crise é, justamente, auferir o valor real dos ativos da instituição que está sendo comprada. Assim, sempre que houver aquisição de participação acionária, exige-se que uma parcela de pelo menos 20% seja depositado em uma conta separada para fazer frente a eventuais passivos contingentes.

O acréscimo do § 4º evita que o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal adquiram instituições financeiras cujo Patrimônio de Referência (PR) não seja suficiente para cobrir o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), evitando que o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa econômica Federal adquiram bancos com insuficiência patrimonial frente aos riscos de suas operações, inclusive riscos cambiais.

Os § 5º e § 6º procuram aumentar o controle dos órgãos de estado nos casos em que houver a estatização de instituições financeiras. Nesses casos, exige-se que, obrigatoriamente, empresas avaliadoras especializadas sejam contratadas, o resultado dessas avaliações apresentados aos órgãos de controle de estado que elaborarão pareceres para subsidiar a análise do legislativo.

Sala da Comissão,



Senador TASSO JEREISSATI

MPV - 443

00047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 de 2008
Autor Dep. Fernando Coruja	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. X Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 443/08 os seguintes parágrafos:

“Art.2º.....
.....

§ 3º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão exigir que os acionistas controladores da instituição financeira da qual adquirirem participação societária ofereçam garantias suficientes para o caso de o valor apartado para fazer frente aos passivos contingentes não identificados, a que se refere o § 2º, não cobrirem o valor total desses passivos.

§ 4º Caberá ao Banco Central do Brasil autorizar ou não a aquisição de que trata o caput, com base em análise das condições de solvência da instituição financeira adquirida, na análise das garantias oferecidas bem como na aprovação do valor da operação apurado nos termos do § 1º.

§ 5º Caso a aquisição de que trata o caput seja autorizada pelo Banco Central, nos termos do parágrafo anterior, o Congresso Nacional deverá ratificar tal decisão em até 60 dias. Caso o Congresso não se manifeste neste prazo a operação fica autorizada nos termos definidos pelo do Banco Central.

§ 6º Até que o Congresso Nacional autorize as operações de aquisição estas deverão ser tratadas como uma oferta firme pendente.”

JUSTIFICATIVA

Ao analisar a MP 443/08 surgiram duas preocupações centrais e que merecem ser consideradas para que o resultado da aprovação da referida Medida não seja prejudicial aos acionistas das empresas adquirentes, bem como à

sociedade brasileira, já que tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica são patrimônios de nosso povo.

A primeira preocupação refere-se a necessidade de que os controladores da instituição adquirida apresentem garantias reais de forma a dirimir os riscos envolvidos na operação e, por conseguinte, resguardar os interesses dos sócios das empresas adquirentes. Nesse sentido, acreditamos que a necessidade da apresentação de garantias reais seja suficiente para fazer frente a nossa preocupação.

A outra preocupação diz respeito a necessidade de ampliarmos a transparência das operações e aprofundarmos as garantias de que o negócio será realizado levando-se em consideração as questões técnicas mais relevantes. É nesse sentido que acreditamos que haja a necessidade de incluirmos o Banco Central na análise das operações facultando-lhe a prerrogativa de autorizar a realização do negócio. O Banco Central com todo o seu quadro de funcionários altamente especializados tem plena capacidade de desempenhar esta função.

No mesmo sentido, a participação do Congresso é essencial como forma de dar maior transparência e ampliar o debate a todo o processo. Diante da importância de tais operações e, principalmente, do envolvimento de recursos públicos em proporções bastante volumosas, a participação do Poder Legislativo torna-se imperiosa.

Outra sugestão é de que a aquisição seja tratada como oferta firme pendente, ou seja, a instituição financeira adquirente coloca os fundos em uma conta e só paga depois de verificar que os ativos da instituição que está sendo adquirida sejam da qualidade prometida. Com isso ampliamos as garantias da operação sem, contudo, inviabilizá-las.

Acreditamos que tais medidas não impedirão que a concretização das operações sejam realizadas em tempo hábil e, ao mesmo tempo, temos convicção de que elas trarão maior segurança, transparência e legitimidade a todo o processo beneficiando a todos os envolvidos nas operações.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.


Deputado Fernando Coruja
(PPS/SC)

MPV - 443**00048****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 de 21/10/2008			
Autor Senador ARTHUR VIRGÍLIO	nº do prontuário			
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se os Arts. 3º e 4º da MP 443, de 2008.

JUSTIFICATIVA

O artigo 3º da MP 443, de 2008, permite qualquer forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei, ou seja, não há qualquer limite para a realização de negócios jurídicos.

Já o artigo 4º da MP estabelece a criação de uma subsidiária da Caixa Econômica Federal que poderá comprar ações de construtoras do setor habitacional, segundo admitiu o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O setor imobiliário é um dos pólos mais dinâmicos da atual economia brasileira. No entanto, há uma enorme diferença entre estimular as atividades do setor e socorrer empresas com dificuldades em função, por exemplo, da compra de terrenos supervalorizados.

Representantes do setor já se manifestaram contrários à medida, esclarecendo que as entidades ligadas à construção civil precisam, na verdade, não de uma "salvação", mas de medidas no sentido da liberação de créditos a juros mais baixos, como uma linha especial para capital de giro, para que se viabilizem investimentos nas empresas ou até mesmo fusões de

companhias.

A supressão do artigo 4º da MP, conforme proposto nesta emenda, visa, então, a evitar a repetição do que ocorreu com o antigo BNH, extinto em 1986 em meio à crise econômica dos anos 80, e cujas atribuições foram assumidas pela própria Caixa Econômica Federal.

Além do mais, a subsidiária criada pela Caixa Econômica Federal seria semelhante ao BNDESPar, do BNDES, que já reúne as condições necessárias para, eventualmente, socorrer empresas da construção civil com dificuldades de caixa. Portanto, faz-se desnecessária a criação desta nova pessoa jurídica.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

MPV - 443**00049****EMENDA Nº**

(à MP nº 443, de 2008)

Inclua-se o seguinte art. 3º à Medida Provisória nº 443, de 2008, renumerando-se os demais:

Art. 3º Regulamento determinará critérios específicos e prazos na realização dos negócios jurídicos de que tratam os arts. 1º e 2º, assegurando a observância aos princípios de legalidade, impessoalidade e eficiência da administração pública direta e indireta.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanhou a Medida Provisória nº 443, de 2008, bem como as declarações das autoridades monetárias, o objetivo de autorizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participações societárias em instituições financeiras é o de injetar mais recursos no sistema financeiro, em um momento de retração no crédito de curto prazo e elevação de seu custo podendo ocasionar dificuldades a instituições de menor porte. Naturalmente, considerando o cenário de crise e em face da autorização contida na MP, sem o estabelecimento de critérios e limites, essas prerrogativas provocam a desconfiança de que ativos chamados “podres” ou que envolvam operações de maior risco possam ser adquiridos por instituições estatais, comprometendo sua saúde financeira.

Por isso, propõe-se a previsão de regulamento que inclua critérios, limites e prazos que condicionem a autorização prevista.

Sendo assim, contamos com o apoio dos ilustres pares para essa emenda.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.



Senador RENATO CASAGRANDE

MPV - 443

00050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 08/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443/2008
--------------------	--

Deputado	Autor	Nº do prontuário
----------	-------	------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> substitutivo global
---	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso I	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Incluir o artigo 3º na Medida Provisória nº 443/2008, renumerando o artigo alterado e os posteriores.

Artigo 3º Fica criado o Conselho Deliberativo, a quem competirá aprovar ou rejeitar as aquisições dispostas no artigo 2º, e será composto por:

I – 2 membros indicados pelo líder da minoria da CÂMARA DOS DEPUTADOS;

II – 2 membros indicados pelo líder da maioria da CÂMARA DOS DEPUTADOS;

III – 2 membros indicados pelo líder da minoria do Senado Federal;

IV – 2 membros indicados pelo líder da maioria do Senado Federal;

V – 1 membro indicado pelo Presidente da República, que assumirá a Presidência do Conselho Deliberativo;

VII – 1 membro indicado pelo Tribunal de Contas da União; e

VII – 1 membro indicado pelo Ministério Público da Federal

§ 1º O membro do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal devem estar presentes em todas as reuniões deliberativas do Conselho, tendo direito a voz, mas não a voto.

JUSTIFICAÇÃO

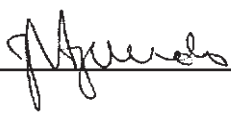
O objetivo da emenda é minorar o risco de prejuízos financeiros da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A e de suas subsidiárias nas aquisições previstas na MP nº 443/2008, além de dar legitimidade a essas operações.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 / 2008			
autor Senador José Nery Azevedo	nº do prontuário			
1 Supressiva	2 Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 Aditiva	5 Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>O artigo 2º da Medida Provisória nº 443 passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art 2º.....</p> <p>§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante licitação, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado.</p> <p>.....</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A MP, na forma proposta pelo governo, prevê "consulta simplificada de preços" para a escolha da empresa avaliadora, ou seja: abre-se a possibilidade de que as aquisições sejam feitas com excessivo ônus para o Estado.</p> <p>Portanto, apresentamos a presente emenda, que veda esta possibilidade.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MPV - 443

00052

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008
autor Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	nº do prontuário
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Art. Parágrafo Inciso Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o mundo viu quebrar um dos maiores bancos norte-americanos, o Lehman Brothers, e, ainda, assistiu à estatização da seguradora AIG, também uma das mais sólidas do mercado globalizado. Apesar do alerta que o fato acionou internacionalmente, o Brasil, como primeira reação, optou por adotar uma postura contemplativa, como se a crise passasse ao longe e não fosse jamais afetar o mercado nacional. O próprio presidente da República declarou, publicamente, que o Brasil não sofreria um arranhão sequer em razão da crise que, então, eclodia no epicentro financeiro dos Estados Unidos. Em tom de chacota, perguntado por jornalistas se o Brasil estaria pronto para enfrentar a crise, debochou: “Crise? Que crise? Vá perguntar para o Bush”.

Pouco tempo depois, o País sentiu os efeitos da crise, o que levou o atual Governo a rever sua prepotente postura e adotar medidas emergenciais para salvar o mercado nacional, como a edição da MP 442, de 2008 – algo como um Proer envergonhado -, e desta MP 443. Uma das propostas desta MP é criar a Caixa Banco de Investimentos para atuar em outros mercados de que hoje a Caixa não participa, como, por exemplo, câmbio e derivativos. Segundo o ministro Guido Mantega, a intenção é ajudar o setor de habitação, um dos mais afetados pela crise, permitindo que a “CaixaPar” compre participações de empresas de construção civil. Ocorre que essa medida, além de poder conduzir a uma onda de estatização do mercado, não foi adotada ouvindo-se previamente o setor de construção civil, que repudiou publicamente a edição da MP.

O Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SindusCon-SP), através de seu presidente, Sérgio Watanabe, declarou que esta proposta não corresponde às necessidades das 100 mil construtoras pequenas, médias e grandes de todo o país. Segundo ele, “a construção civil não deseja ter o Estado como sócio, apenas necessita de linhas de crédito para enfrentar a crise momentânea de liquidez que atinge toda a economia brasileira.”

Demais disso, no texto da proposta, não há nenhum limite para que a “CaixaPar” atue em outros ramos e setores econômicos do mercado nacional, o que se revela temerário, afinal, trata-se da concessão de poderes extraordinários à CEF e ao Banco do Brasil – medida essa sem prazo certo para cessar.

Em vista disso, por julgar não ser a solução mais adequada à crise, além de temer pelo uso da máquina pública e de recursos de contribuintes para fins desvirtuosos, é que proponho esta emenda, visando retroceder na decisão de criar a “CaixaPar”, já que o momento não é propício à criação de mais uma empresa estatal, e, sim, de rediscussão dos gastos públicos e criação de novas linhas de crédito aos setores que venham a delas necessitar.

Espero, para tanto, ter o apoio dos nobres pares à emenda ora apresentada.

PARLAMENTAR



MPV -- 443

00053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008			
Autor Deputado PAULO BORNHAUSEN	Nº do prontuário			
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

O referido artigo visa a atender, primordialmente, o setor imobiliário e a indústria da construção.

Ocorre que o próprio setor é taxativo quanto ao que necessita, que são medidas de liberação de crédito a um juros mais baixo, o que vai permitir o investimento nas empresas e/ou fusões de companhias. A declarada intenção do Governo de comprar empresas ou ações com problemas de liquidez também é contraditada, desta vez por especialistas e colunistas econômicos. O risco aqui é explicitado pela jornalista Miriam Leitão: [O artigo 4º. da MP 443] "*coloca em risco a Caixa Econômica Federal com a criação da nova empresa, que vai comprar ações de empresas imobiliárias que estão com problemas de recursos porque fizeram maus investimentos. Só está com problema quem alavancou e comprou terrenos ruins ou iniciou projetos que tem dificuldade de financiamento.*"

Assim, justifica-se a supressão do referido artigo, renegado tanto pelo setor a que se dirige, como pela própria situação gerada pela crise.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 de 2008			
Autor Dep. Fernando Coruja	nº do prontuário			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime-se art. 4º da Medida Provisória nº 443/08.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal em seu Art. 37, incisos XIX e XX estabeleceu limites para a criação de subsidiárias de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e de fundações. Ficou determinado que esse tipo de operação deveria ser realizada por Lei específica e, consequentemente, dependente de autorização legislativa. Além disso, estabeleceu que tal autorização seja realizada caso a caso. Vejamos o teor dos incisos:

“Art. 37.....

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.”

A partir da leitura dos incisos supracitados fica evidente que a criação da Caixa – Banco de Investimentos, proposta no art. 4º, deverá ser realizada mediante a apresentação de uma lei específica e não no corpo desta medida provisória que trata de diversos assuntos. O Congresso Nacional deverá analisar esta solicitação isoladamente de forma a cumprir o que está estabelecido na Constituição. Neste momento não entraremos no mérito da criação de tal instituição mas devemos nos ater ao aspecto jurídico que, a nosso ver, impede que autorizemos a criação da Caixa – Banco de Investimento nesta lei.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.

Deputado Fernando Coruja
(PPS/SC)

MPV - 443

EMENDA Nº

00055

(À Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008)

Suprima-se o art. 4º, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

O país já conta com um BNDES que, por meio do BNDES-PAR, atua como banco de investimento, participações e demais operações previstas em lei. Além disso, representantes do setor de construção civil declararam que este dispositivo, que possibilita a participação da Caixa Econômica Federal em construtoras, é completamente desnecessário, já que o melhor para o setor seria o aumento de crédito.

Sala da Comissão,



Senador TASSO JEREISSATI

MPV - 443

00056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/10/08

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008

autor

Deputado Paulo Renato Souza

n.º do prontuário

375

1. ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008 autoriza a criação da empresa "CAIXA-Banco de Investimentos SA, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participação e demais operações. Segundo declarações de autoridades da área econômica, a proposta visa ao apoio ao setor de construção civil, com a aquisição de ações e eventualmente até do controle acionário. É de se notar que sequer as entidades representativas do setor estariam apoiando a medida, que deverá beneficiar um número reduzido de empresas, configurando desvantagens de competição com as demais que não forem abrangidas pela medida. Ademais, se não se pretende aportar recursos fiscais para a criação da empresa, deverá significar a utilização dos recursos da Caixa para socorrer empresas que eventualmente tenham realizados maus negócios, em lugar de destiná-los às finalidades mais nobres que nortearam a criação daquela instituição.

PARLAMENTAR

Em, 28 de outubro de 2008


Deputado Paulo Renato Souza
PSDB/SP

MPV - 443**00057****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****28.10.2008**

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008

autor

Dep. Fernando Chucre

n.º do prontuário

1 ☒ X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafos****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008 autoriza a criação da empresa "CAIXA-Banco de Investimentos SA, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participação e demais operações. Segundo declarações de autoridades da área econômica, a proposta visa ao apoio ao setor de construção civil, com a aquisição de ações e eventualmente até do controle acionário. É de se notar que sequer as entidades representativas do setor estariam apoiando a medida, que deverá beneficiar um número reduzido de empresas, configurando desvantagens de competição com as demais que não forem abrangidas pela medida. Ademais, se não se pretende aportar recursos fiscais para a criação da empresa, deverá significar a utilização dos recursos da Caixa para socorrer empresas que eventualmente tenham realizados maus negócios, em lugar de destiná-los às finalidades mais nobres que nortearam a criação daquela instituição.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00058

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/10/2008	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, 21 de outubro de 2008			
Autor DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME	Nº do prontuário 332			
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se os artigos 4º e 5º, da Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008:

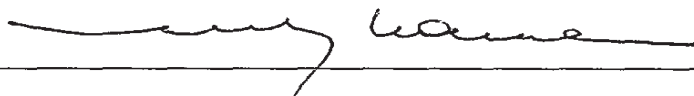
JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória no. 443, de 2008, tem exclusiva inspiração – conforme admitido pelos Ministros responsáveis da área econômica – na prevenção de restrições de liquidez que hoje ocorrem, devido às repercussões sobre os mercados financeiros brasileiros da crise mundial que vem atingindo as principais economias industriais e seus mercados e agentes financeiros privados.

As alterações aqui propostas coadunam-se, portanto, às feições conjunturais das intervenções que o Governo propõe no bojo da MP em discussão no Congresso Nacional e com as declarações de intenções e princípios e fundamentos exaustivamente expostos e defendidos por aquelas autoridades, como sendo a real condições da economia de nosso País e da higidez de seus mercados bancário, financeiro e institucional.

Também faz-se expressa remissão à causa por que se está conferindo autorização excepcional para criação de subsidiárias, sob forma de sociedades de propósito específico, de modo a atender à exigência constitucional, descurada pelo Executivo em sua proposição, de autorização legislativa, caso a caso, para criação de subsidiárias de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme a previsão do artigo 37, XIX, constitucional.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00059

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008			
autor Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 4º Fica autorizada a criação da empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável, **exclusivamente no setor de habitação nacional.**” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o mundo viu quebrar um dos maiores bancos norte-americanos, o Lehman Brothers, e, ainda, assistiu à estatização da seguradora AIG, também uma das mais sólidas do mercado globalizado. Apesar do alerta que o fato acionou internacionalmente, o Governo brasileiro, como primeira reação, optou por adotar uma postura contemplativa, como se a crise passasse ao longe e não fosse jamais afetar o mercado nacional. O próprio presidente da República declarou, publicamente, que o Brasil não sofreria um arranhão sequer em razão da crise que, então, eclodia no epicentro financeiro dos Estados Unidos. Em tom de chacota, perguntado por jornalistas se o Brasil estaria pronto para enfrentar a crise, debochou: “Crise? Que crise? Vá perguntar para o Bush”.

Pouco tempo depois, o País sentiu os efeitos da crise, o que levou o atual Governo a rever sua prepotente postura e adotar medidas emergenciais para salvar o mercado nacional, como a edição da MP 442, de 2008 – algo como um Proer envergonhado –, e desta MP 443. Uma das propostas desta MP é criar a Caixa Banco de Investimentos para atuar em outros mercados de que hoje a Caixa não participa, como, por exemplo, câmbio e derivativos. Segundo o ministro Guido Mantega, a intenção é ajudar o setor de habitação, um dos mais afetados pela crise, permitindo que a “CaixaPar” compre participações de empresas de construção civil. Ocorre que essa medida, além de poder conduzir a uma onda de estatização do mercado, não foi adotada ouvindo-se previamente o

setor de construção civil, que repudiou publicamente a edição da MP.

O Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SindusCon-SP), através de seu presidente, Sérgio Watanabe, declarou que esta proposta não corresponde às necessidades das 100 mil construtoras pequenas, médias e grandes de todo o país. Segundo ele, “a construção civil não deseja ter o Estado como sócio, apenas necessita de linhas de crédito para enfrentar a crise momentânea de liquidez que atinge toda a economia brasileira.” Demais disso, no texto da proposta, não há nenhum limite para que a “CaixaPar” atue em outros ramos e setores econômicos do mercado nacional, o que se revela temerário, pois, afinal, trata-se da outorga de poderes extraordinários à CEF e ao Banco do Brasil – medida essa sem prazo certo para cessar.

Em vista disso, por julgar não ser a solução mais adequada à crise, além de temer pelo uso da máquina pública e de recursos de contribuintes para fins desvirtuosos, é que proponho esta emenda, visando limitar a atuação da “CaixaPar” ao setor de construção civil, a fim de evitar, também, um futuro conflito de interesse entre a divisão de participações e a divisão própria do banco, já que a Caixa possui a maior carteira de crédito do País para o setor.

Espero, para tanto, ter o apoio dos nobres pares à emenda ora apresentada.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00060

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/10/2008

Proposição: MP 443/2008

Autor: Dep. RODRIGO ROLLEMBERG

Nº Prontuário: 416

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☒ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva/Global

Página: 01

Artigo: 2

Parágrafo: 3

Inciso:

Alínea:

EMENDA MODIFICATIVA Nº.

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória em epígrafe a seguinte redação:

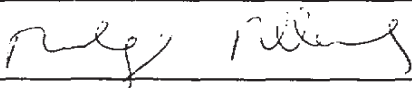
Art. 4º. Fica autorizada a criação da empresa CAIXA – Banco de Investimentos S.A, sociedade por ações, *com recursos da Caixa Econômica Federal, exceto aqueles oriundos dos depósitos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos do FGTS são depósitos dos trabalhadores brasileiros e, portanto, não devem ser utilizados para fins estranhos àqueles definidos quando de sua criação.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da Emenda em comento.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00061data
27/10/2008Proposição
Medida Provisória nº 443/2008

Deputado

Autor

Nº do prontuário

1. ☒ supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso I

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o art. 4º da Medida Provisória nº 443/2008:

Art. 4º Projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso Nacional poderá autorizar a criação da empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa sanar flagrante vício de inconstitucionalidade observado no caput do art. 2º da MP 443/2008, em vista do que dispõe o art. 37, XX, da Constituição Federal: “*depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior. assim como a participação de qualquer delas em empresa privada*” (grifos nossos).

Como as medidas provisórias possuem caráter de lei a partir de sua edição, não se verifica o cumprimento da “autorização legislativa” prévia determinada pela Carta Magna, o que torna a MP inconstitucional.

Com efeito, a emenda proposta – ao estabelecer a necessidade de autorização legislativa, via projeto de lei, para a criação da CAIXA Banco de Investimentos S.A., subsidiária integral da Caixa Econômica Federal - busca sanar a inconstitucionalidade do art. 2º da MP, tomando-o consonante com o inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV -- 443
00062****Data: 28/10/2008****Proposição: MP 443/2008****Autor: Dep. RODRIGO ROLLEMBERG****Nº Prontuário: 416**☐

Supressiva

☐

Substitutiva

☐

Modificativa

Aditiva

☐

Substitutiva/Global

Página: 01**Artigo: 2****Parágrafo: 3****Inciso:****Alínea:****EMENDA ADITIVA Nº.**

O artigo 4º da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar acrescido do Parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 4º

Parágrafo único. A CAIXA – Banco de Investimentos S.A, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal poderão requerer, judicialmente, a penhora e a execução de bens particulares dos acionistas controladores das instituições financeiras e empresas buscando recuperar possíveis perdas ocasionadas pelas operações celebradas com base no presente estatuto legal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda possibilita a recuperação, por parte do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, de possíveis perdas acionando o patrimônio pessoal dos acionistas controladores de instituições e empresas.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da Emenda em comento.

Assinatura

MPV - 443
00063**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
------	--

Deputado Iman Soares Almeida	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insira-se o seguinte art. 4º à MP nº 443, de 2008, renumerando-se os demais dispositivos:

"Art. 4º Em caso de aquisição de participação, como previsto no *caput* do art. 2º, devem ser aplicados os dispositivos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, no que couber, de forma a tornar indisponíveis os bens pessoais dos dirigentes e membros do Conselho de Administração da instituição adquirida, como garantia para a cobertura de eventuais perdas ao adquirente, até que seja concluído o inquérito instituído pelo Banco Central do Brasil para apurar as causas e responsabilidades do deperecimento do patrimônio da instituição cujo capital, ou parte dele, tenha sido adquirido."

JUSTIFICAÇÃO

É um princípio da governança corporativa exigir responsabilidade dos dirigentes empresariais. No presente caso, a utilização de recursos públicos justifica a responsabilização do corpo diretor da instituição capitalizada, uma vez que a sociedade merece uma satisfação a respeito da utilização dos recursos públicos, bem como medidas que desestimulem novas ocorrências onerosas.

PARLAMENTAR



MPV - 443
00064**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

28/10/2008	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
------------	---

autor Deputado Bruno Araújo	n.º do prontuário
---------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
---------------	---------------	-------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

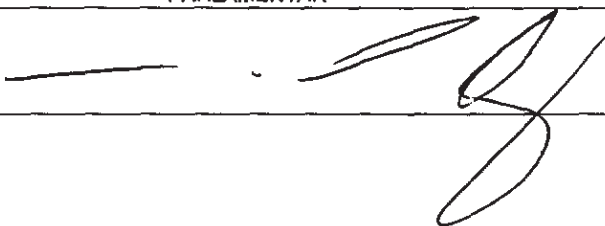
Acrescente-se um parágrafo ao art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, com a seguinte redação:

“ Art. 4º

Parágrafo único. Na integralização do capital da CAIXA- Banco de Investimentos S/A não poderão ser utilizados recursos ordinários do Tesouro Nacional ou de emissão de títulos públicos, nem do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ou de reservas, fundos e provisões de planos de previdência privada.”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, autoriza a criação da CAIXA- Banco de Investimentos SA, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal. Segundo autoridades da área econômica, a já denominada CAIXA-PAR deverá apoiar empresas do setor de construção civil que estão enfrentando problemas de liquidez. Além disso, alegam que não deverão ser utilizados para a capitalização da CAIXA-PAR recursos do Tesouro Nacional. É nosso entendimento que a criação de mais um banco de investimentos estatal mostra-se inoportuna, razão pela qual propomos que, a prevalecer a criação da empresa. para a integralização do seu capital não poderão ser utilizados recursos ordinários do Tesouro Nacional, nem de emissão de títulos, tampouco do FGTS ou do FAT ou entidades de reservas, fundos e provisões de planos de previdência privada.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00065

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

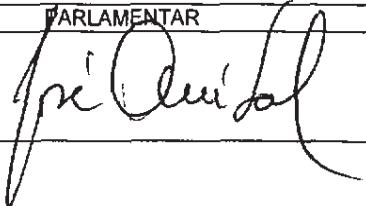
Acrescente-se um parágrafo ao art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, com a seguinte redação:

" Art. 4º

Parágrafo único. Na integralização do capital da CAIXA- Banco de Investimentos SA não poderão ser utilizados recursos ordinários do Tesouro Nacional ou de emissão de títulos públicos, nem do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, autoriza a criação da CAIXA- Banco de Investimentos SA, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal. Segundo autoridades da área econômica, a já denominada CAIXA-PAR deverá apoiar empresas do setor de construção civil que estão enfrentando problemas de liquidez. Além disso, alegam que não deverão ser utilizados para a capitalização da CAIXA-PAR recursos do Tesouro Nacional. É nosso entendimento que a criação de mais um banco de investimentos estatal mostra-se inoportuna, razão pela qual propomos que, a prevalecer a criação da empresa. para a integralização do seu capital não poderão ser utilizados recursos ordinários do Tesouro Nacional, nem de emissão de títulos, tampouco do FGTS ou do FAT.

PARLAMENTAR 
--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00066

Data 28/10/08	proposição Medida Provisória nº 443/08
------------------	--

autor Deputado Ayrton Xerez	Nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	-----------------	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao art.4º a seguinte parágrafo único:

Art.4º

Parágrafo único. Aos financiamentos e à comercialização das incorporações imobiliárias, especialmente com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aplicar-se-á o regime da segregação patrimonial regulamentada pelos arts.31 A e 31F da lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Justificativa

As medidas de proteção da nossa economia contra os efeitos da crise global, especialmente as que autorizam a Caixa Econômica Federal a injetar recursos nas incorporações imobiliárias, podem efetivamente contribuir para a estabilidade da economia, mas não previram com clareza os mecanismos de segurança jurídica próprios para os negócios da produção imobiliária.

Com efeitos, o clima de incerteza generalizada reclama garantias eficazes para os recursos que vierem a ser aportados nas empresas de construção, e o mais moderno mecanismo de garantia é a segregação patrimonial, regulamentada pelos arts 31 a e 31 f da lei nº 4.591/64, que protege a instituição financiadora, os trabalhadores e adquirentes de imóveis na planta, além dos demais credores vinculados diretamente à obra.

O patrimônio de afetação é averbado no Registro de Imóveis, na matrícula do imóvel objeto do empreendimento, e vincula todos os créditos oriundos do financiamento e da venda das unidades ao pagamento dos credores do próprios empreendimentos, com exclusão das demais credores, aos quais é vedado penhorar bens ou direitos vinculados à incorporação financiada.


PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00067

Data 28/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443 de 21/10/2008			
Autor Senador FLEXA RIBEIRO	nº do prontuário			
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no artigo 4º da MP 443, de 2008, os seguintes parágrafos:

“Art. 4º

§ 1º - É vedada à subsidiária autorizada no *caput* adquirir participação em empresas de capital fechado ou aberto que tenham empreendimentos imobiliários, não concluídos, financiados pela Caixa Econômica Federal ou que já contem com a participação direta ou indireta do Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal (FUNCEF).

§ 2º - É vedada à subsidiária autorizada no *caput* adquirir participação em empresas financeiras ou não financeiras que resultem na alienação de controle acionário (NR)”.

JUSTIFICATIVA

Essa emenda procurar evitar que o Banco de Investimento da Caixa Econômica Federal compre participações em empresas que possuam empreendimentos imobiliários financiados pela CEF ou pelo fundo de pensão dos seus funcionários. Sem esse controle, corre-se o risco da CEF financiar a construção de imóveis e, ao mesmo tempo, ser co-proprietária desses imóveis pela participação que tem nas construtoras. Adicionalmente, o § 2º veda a possibilidade de estatização de empresas pelo Banco de investimentos da Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2008.



Senador FLEXA RIBEIRO

CONGRESSO NACIONAL**MPV - 443****00068****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008.****EMENDA ADITIVA**

Adite-se na Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, um artigo quarto, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 4º- Alternativamente ao que dispõe o art. 3º desta Lei, a Caixa Econômica Federal - CEF deverá instituir na sua política de crédito, por sua conta e risco, uma linha emergencial de financiamento a longo prazo para a concessão de apoio às empresas construtoras nacionais com atuação no mercado imobiliário e com empreendimentos comercializados nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

§ 1º - A CEF deverá alocar, direta ou indiretamente, para a linha de financiamento de que trata o caput deste artigo um valor total não inferior a R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) para os exercícios financeiros de 2008 e 2009.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se por financiamento de longo prazo o empréstimo ou mútuo com prazo de vencimento maior ou igual a trinta e seis meses.

§ 3º - O financiamento não poderá exceder a vinte e cinco por cento do valor dos empreendimentos comercializados, total ou parcialmente, pela empresa beneficiada nos exercícios de 2007 e 2008. ”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda prevê que a CEF, na qualidade de empresa pública, possa, com vistas ao cumprimento de seu objeto social, instituir uma linha de financiamento emergencial direta às empresas construtoras do setor imobiliário que não dispõem de ações em mercado (a grande maioria), proporcionando a segurança da entrega do imóvel ao adquirente e a manutenção dos níveis de emprego na fase aguda da atual crise.

A crise de desconfiança não pode ser propagada no país. Os agentes econômicos agiram de forma correta e confiaram no crescimento sustentável do país que efetivamente vinha ocorrendo. A crise teve razões exógenas e trouxe uma cruel crise de crédito acompanhada da certeza que o crescimento econômico no ano de 2009 não deverá ocorrer nos níveis esperados. Em dias, a situação do crédito fácil, acessível e barato criada em anos de trabalho ruiu e as empresas imobiliárias que têm que cobrir um giro de até vinte e cinco por cento do valor do empreendimento até a geração da cédula ou assunção da dívida pelo mutuário não sabem o que fazer para honrar os seus contratos de forma tempestiva. Com a atual crise de crédito a tarefa é impossível e cabe ao governo que incentivou o aquecimento do setor imobiliário criar as condições para um desaquecimento seguro e paulatino e, principalmente, as condições para que os imóveis fiquem prontos e sejam regular e tempestivamente entregues aos compradores. Não se trata de manter o crescimento, mas proporcionar meios para que os contratos sejam cumpridos.

Esta emenda destina-se a empresas imobiliárias que não estão no mercado de capitais e que não podem ter participações vendidas em operações estruturadas por Banco de Investimentos, mesmo que empresa subsidiária integral da CEF, na área de aquisições e fusões.

Brasília, 28 de outubro de 2008.


CÂNDIDO VACCAREZZA
Deputado Federal

Gabinete do Deputado Federal **ROGERIO LISBOA**

**Medida Provisória nº 443, de
22 de outubro de 2008.**

EMENDA ADITIVA

MPV - 443

00069

Acrescente-se ao art. 4º um parágrafo, com a seguinte redação:

§ 4º Para concessão de financiamento das incorporações imobiliárias, pelas instituições financeiras, em geral, especialmente com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e comercialização das unidades, deverá ser adotado o regime da segregação patrimonial regulamentada pelos arts. 31A a 31F da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

JUSTIFICAÇÃO

As autoridades vêm agindo com presteza para blindar nossa economia contra os efeitos da crise global e agora quer autorizar a Caixa Econômica a criar empresa de participação para comprar ações de empresas, inclusive de incorporação imobiliária, visando injetar recursos para manter o ritmo da produção.

A medida pode contribuir para a estabilidade da economia, mas não oferece a segurança jurídica necessária ao financiamento das incorporações imobiliárias.

Com efeito, a grave algumas empresas do mercado das incorporações imobiliárias investiram muitos recursos na compra de terrenos, estão com grande estoque e precisam de financiamento para execução das obras.

Dado o clima de incerteza gerado pela crise financeira generalizada, os financiamentos destinados à execução de incorporações devem cercar-se das mais eficazes garantias, e para este caso o mecanismo mais eficaz é a segregação patrimonial, regulamentada pelos arts. 31A a 31F da Lei 4.591/64, que protege a instituição financiadora, os trabalhadores e adquirentes de imóveis na planta, além dos demais credores vinculados diretamente à obra.

Se não for adotado esse regime, a instituição financiadora sujeitar-se-á a todo o risco patrimonial da empresa incorporadora, risco esse que deve ser peremptoriamente afastado nesse momento de crise e incerteza quanto aos resultados das empresas em geral.

É necessário, portanto, que, o empreendimento a ser financiado fique imunizado contra os riscos da empresa, e a única maneira se efetivar tal imunização é a criação de um patrimônio de afetação para cada empreendimento financiado.

O patrimônio de afetação é averbado no Registro de Imóveis, na matrícula do imóvel objeto do empreendimento, e vincula todos os créditos oriundos da venda ao pagamento exclusivo dos credores que aportaram recursos à obra. É um regime de vinculação de receitas, que impede o desvio de recursos para outras obras ou para outras finalidades. No patrimônio de afetação, o empreendimento financiado responde pelas suas próprias dívidas e só responde por elas, não correndo risco de ser penhorado por dívidas não-vinculadas a esse negócio específico.

A prática do mercado de colocar o empreendimento numa sociedade de propósito específico (SPE) não produz o mesmo efeito, pois a SPE é uma sociedade empresária como outra qualquer e, assim sendo, se houver desequilíbrio econômico-financeiro dessa empresa, poderá ser decretada sua falência, o que não ocorre com o patrimônio de afetação.

Efetivamente, enquanto os problemas de desequilíbrio de uma SPE precisam ser submetidos, necessariamente, ao Poder Judiciário, os problemas do patrimônio de afetação são resolvidos extrajudicialmente.

É que, no patrimônio de afetação, se houver falência ou recuperação de empresa da incorporadora, a obra é assumida por uma comissão de representantes dos adquirentes, que promove a alienação das unidades da incorporadora, mediante leilão extrajudicial, e prossegue a obra livre dos efeitos da falência, sem nenhuma interferência do Juízo da falência, só tendo que arrecadar à massa falida o saldo que resultar do empreendimento, e isso só depois de concluída a obra, averbada a construção e outorgadas as escrituras aos adquirentes.

E, ressalte-se, a outorga das escrituras é feita diretamente pela comissão de representantes, independente de requerimento de altera ao juiz da falência.

Nesse caso, o art. 31F da Lei 4.591/64 estabelece expressamente que, uma vez verificada a falência e dando-se prosseguimento à obra, os adquirentes ficam sub-rogados nos direitos e obrigações relativos ao contrato de financiamento da construção, ou seja, independente de qualquer formalidade, os adquirentes passam a receber as parcelas do financiamento, para aplicar na obra, e tornam-se responsáveis pelo pagamento do financiamento, mas cada um na proporção do coeficiente de construção da unidade imobiliária que adquiriu.

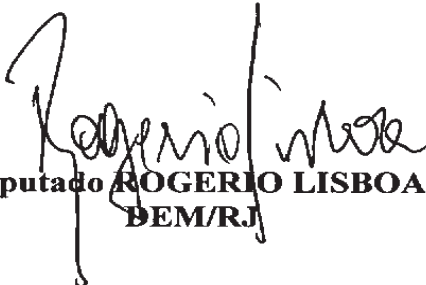
Neste momento de grave crise, não podemos desprezar a lição de passado tão recente, em que a falência da Encol deixou à míngua mais de quarenta mil famílias em todo o país.

É indispensável que, neste momento, passemos a adotar regularmente o patrimônio de afetação.

Trata-se de mecanismo que vem sendo adotado em todo o mundo para que o risco do investidor fique limitado ao negócio específico, sem possibilidade de contaminação com riscos decorrentes de outros negócios.

Nas incorporações imobiliárias a afetação é mecanismo indispensável, pois aí está em jogo não só o dinheiro do FGTS e das instituições financeiras, como, principalmente, a economia popular, pois os adquirentes pagam grande parte do preço ainda durante a construção, sem receber suas unidades.

Brasília, 28 de outubro de 2008



Deputado **ROGERIO LISBOA**
DEM/RJ

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443**
00070**Data:** 28/10/2008**Proposição:** MP 443/2008**Autor:** Senador Paulo Duque**Nº Prontuário:**

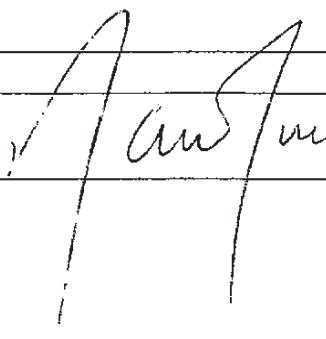
1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO**

Suprima-se o art. 5º da MPV 443, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca restaurar a previsão constitucional contida nos artigos 37, XXI e 173, § 1º, III, que assegura igualdade de condições entre os licitantes. A despeito da conjuntura econômica mundial, não existe qualquer justificativa para dispensa de procedimento licitatório na venda para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas, visto que tal medida abriria precedente negativo que conduziria à dispensa de licitação em situações diversas à regulada pela presente Medida Provisória.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443**
00071**Data: 28/10/2008****Proposição: MP 443/2008****Autor: Deputado Simão Sessim****Nº Prontuário:**

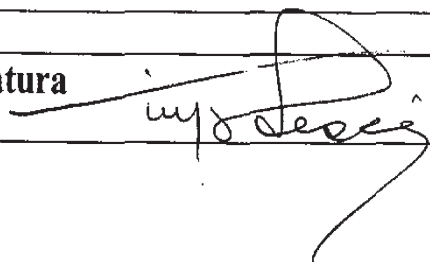
1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO**

Suprima-se o art. 5º da MPV 443, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca restaurar a previsão constitucional contida nos artigos 37, XXI e 173, § 1º, III, que assegura igualdade de condições entre os licitantes. A despeito da conjuntura econômica mundial, não existe qualquer justificativa para dispensa de procedimento licitatório na venda para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas, visto que tal medida abriria precedente negativo que conduziria à dispensa de licitação em situações diversas à regulada pela presente Medida Provisória.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443**
00072**Data:** 28/10/2008**Proposição:** MP 443/2008**Autor:** Senador Adelmir Santana**Nº Prontuário:**

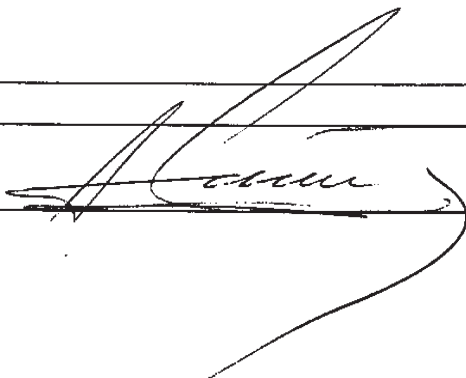
1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:****TEXTO**

Suprima-se o art. 5º da MPV 443, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca restaurar a previsão constitucional contida nos artigos 37, XXI e 173, § 1º, III, que assegura igualdade de condições entre os licitantes. A despeito da conjuntura econômica mundial, não existe qualquer justificativa para dispensa de procedimento licitatório na venda para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas, visto que tal medida abriria precedente negativo que conduziria à dispensa de licitação em situações diversas à regulada pela presente Medida Provisória.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00073

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
Deputado <i>Felipe Azeiteiro</i> Autor	Nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Insira-se o seguinte art. 5º à MP nº 443, de 2008, renumerando-se os demais dispositivos:

"Art. 5º As aquisições especificadas no art. 2º devem dar origem a auditorias contábeis independentes sobre as instituições adquiridas, cujos relatórios, enumerando as causas que conduziram à necessidade de capitalização, devem ser entregues ao Banco Central do Brasil, que os remeterá ao Senado Federal, assim que disponíveis, e os apresentará à Comissão de Assuntos Econômicos daquela Casa, nos meses de abril, agosto e novembro."

JUSTIFICAÇÃO

O respeito à sociedade impõe que as operações criadas por esta medida provisória, em meio a uma crise financeira internacional, sejam apropriadamente explicadas e justificadas, por envolver recursos públicos. Não menos importante, os relatórios da posição financeira evitam que ilícitos, não associados à presente conjuntura da crise, venham ser diluídos e encobertos sob o argumento de se evitar a crise sistêmica no sistema financeiro.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00074

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº443, de 21 de outubro de 2008, um parágrafo com a seguinte redação:

" Art. 5º

Parágrafo único. O Banco do Brasil SA e Caixa Econômica Federal deverão encaminhar mensalmente ao Congresso Nacional relatório contendo informações sobre todas as operações realizadas com as instituições financeiras públicas.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 5º da Medida Provisória nº443, de 2008, fica dispensado o procedimento licitatório nas vendas de participação acionária de instituições financeiras públicas para o Banco do Brasil e para a Caixa. O parágrafo único tem por objetivo uma prestação de contas mensal pelas entidades adquirentes de todas as operações realizadas com entidades financeiras públicas.

PARLAMENTAR



EMENDA Nº**MPV - 443
00075**

(À Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008)

Acrescente-se os §§ 1º e 2º ao art. 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º:

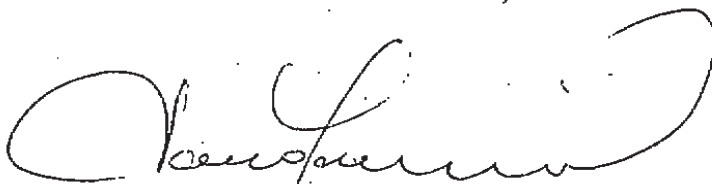
§ 1º - É vedada a aquisição de participação acionária em instituições financeiras públicas cujo valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, seja inferior ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de que trata a Resolução CMN nº 3.490/07.

§ 2º - Sempre que houver alienação de controle acionário na aquisição prevista no *caput*, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão contratar empresas avaliadoras especializadas e submeter o resultado final das avaliações ao Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, que enviarão os respectivos pareceres técnicos ao Senado Federal para apreciação da Comissão pertinente (NR)".

JUSTIFICATIVA

Esta emenda procura evitar que o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal comprem instituições públicas que não estejam enquadradas nas regras do acordo de Basileia referente à exigência mínima de patrimônio ponderado pelo risco. Adicionalmente, exige-se que sejam prestadas informações quanto ao valor das aquisições ao TCU, CGU e comissões do Senado Federal.

Sala da Comissão,



Senador TASSO JEREISSATI

MPV - 443

00076

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
------	--

Deputado	Autor <i>Antonio Carlos</i>	Nº do prontuário
----------	--------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 443, de 2008:

"Art. 5º Esta Lei vigorará por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por igual período."

JUSTIFICAÇÃO

Tratando-se de medida emergencial, concebida, portanto, para vigorar durante um período de crise, é inteiramente razoável determinar o prazo de vigência do ato normativo. Ademais, tem toda a sua pertinência, se se considerar que, à luz da Constituição Federal, a exploração da atividade econômica pelo Estado é exceção, não regra.

MPV - 443
00077

EMENDA Nº
(À Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008)

Acrescente-se um art. 6º à MP 443, renumerando-se o atual art.6º e os demais com a seguinte redação:

“Art. 6º – No caso das operações de aquisição de ativos de instituições financeiras, de que trata essa Medida Provisória, resultarem na alienação do controle acionário das empresas para o Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, o Ministério da Fazenda dará ampla divulgação das informações econômicas e financeiras da operação a ser publicada no Diário Oficial da União e em jornais de notória circulação nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) justificativa da estatização, indicando o percentual do capital social da empresa adquirida;
- b) passivo de curto e de longo prazo da empresa adquirida;
- c) situação econômico-financeira da empresa adquirida, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;
- d) sumário dos estudos de avaliação;
- e) critério de fixação do valor de compra, com base nos estudos de avaliação;
- f) parecer técnico do Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e do Ministério Público Federal (NR)”.

JUSTIFICATIVA

Essa emenda baseia-se no art.11 da Lei 9.491, de 9 setembro de 1997, que trata do programa de desestatização. Da mesma forma que esse programa exigia uma série de informações para o público nos casos de alienação de empresas públicas, o mesmo cuidado deveria ser exigido no processo inverso, estatização de instituições financeiras, já que o risco de prejuízos para o erário é o mesmo. Esse artigo daria mais transparência às operações autorizadas por esta MP.

Sala da Comissão,



Senador TASSO JEREISSATI

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00078Data
28/10/2008Proposição
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, 21 de outubro de 2008Autor
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAMENº do prontuário
3321 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo
Art. 6º

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 6º da Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de **outros países autorizados por Decreto Presidencial, atendidos limites e condições aprovados, por unanimidade, pelo Conselho Monetário Nacional.**

Parágrafo Único. O Banco Central do Brasil publicará na imprensa oficial, até o final do mês seguinte, um demonstrativo de cada operação realizada no mesmo mês, informando valor, data e contraparte, bem assim divulgará o saldo acumulado ao final do mês e os vencimentos previstos".

JUSTIFICAÇÃO

As alterações propostas nessa emenda visam oferecer maior transparência a todos os processos futuros para as aquisições das instituições financeiras e de demais empresas que atuam nos ramos securitário, previdenciário e de capitalização, encontrando-se momentaneamente em dificuldades financeiras por falta de liquidez.

Por esses motivos, faz-se necessário a aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV -- 443
00079**

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008			
autor Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

“Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência por um ano, prorrogável, uma única vez, por igual período, mediante prévia e fundamentada comunicação ao Congresso Nacional.

§ 1º Findo o prazo do caput deste artigo, as autorizações e permissividades para realização dos negócios jurídicos mencionados nos arts. 1º e 2º deverão cessar, definitivamente, assim como deverá ser extinta a empresa criada por força do disposto no art. 4º.

§ 2º As participações e os ativos adquiridos pela empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A. até findo o prazo do caput deste artigo deverão ser renegociados e resolvidas no mercado, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o mundo viu quebrar um dos maiores bancos norte-americanos, o Lehman Brothers, e, ainda, assistiu à estatização da seguradora AIG, também uma das mais sólidas do mercado globalizado. Apesar do alerta que o fato acionou internacionalmente, o Brasil, como primeira reação, optou por adotar uma postura contemplativa, como se a crise passasse ao longe e não fosse jamais afetar o mercado nacional. O próprio presidente da República declarou, publicamente, que o Brasil não sofreria um arranhão sequer em razão da crise que, então, eclodia no epicentro financeiro dos Estados Unidos. Em tom de chacota, perguntado por jornalistas se o Brasil estaria pronto para enfrentar a crise, debochou: “Crise? Que crise? Vá perguntar para o Bush”.

Pouco tempo depois, o País sentiu os efeitos da crise, o que levou o atual Governo a rever sua prepotente postura e adotar medidas emergenciais para salvar o mercado nacional, como a edição da MP 442, de 2008 – algo como um Proer envergonhado -, e desta MP 443. Uma das propostas desta MP é criar a

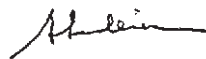
Caixa Banco de Investimentos para atuar em outros mercados de que hoje a Caixa não participa, como, por exemplo, câmbio e derivativos. Segundo o ministro Guido Mantega, a intenção é ajudar o setor de habitação, um dos mais afetados pela crise, permitindo que a “CaixaPar” compre participações de empresas de construção civil. Ocorre que essa medida, além de poder conduzir a uma onda de estatização do mercado, não foi adotada ouvindo-se previamente o setor de construção civil, que repudiou publicamente a edição da MP.

O Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SindusCon-SP), através de seu presidente, Sérgio Watanabe, declarou que esta proposta não corresponde às necessidades das 100 mil construtoras pequenas, médias e grandes de todo o país. Segundo ele, “a construção civil não deseja ter o Estado como sócio, apenas necessita de linhas de crédito para enfrentar a crise momentânea de liquidez que atinge toda a economia brasileira.” Demais disso, no texto da proposta, não há nenhum limite para que a “CaixaPar” atue em outros ramos e setores econômicos do mercado nacional, o que se revela temerário, afinal, trata-se da outorga de poderes extraordinários à CEF e ao Banco do Brasil – medida essa sem prazo certo para cessar.

Em vista disso, por julgar não ser a solução mais adequada à crise, além de temer pelo uso da máquina pública e de recursos de contribuintes para fins desvirtuosos, é que proponho esta emenda, visando limitar, no tempo, a eficácia desta medida provisória, uma vez que, cessados os efeitos da crise, não substituirá razão para manter o poder que ora se atribui ao BB e à CEF.

Espero, para tanto, ter o apoio dos nobres pares à emenda ora apresentada.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443

00080

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

Autor Deputado Bruno Araújo	n.º do prontuário
---------------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Xmodificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 7º da Medida Provisória nº443, de 21 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

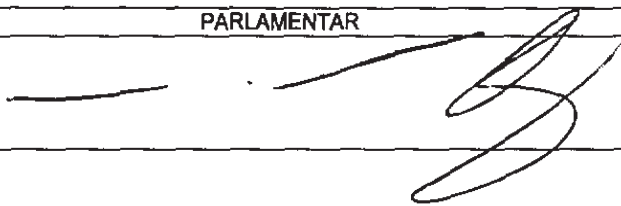
“ Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado até 31 de dezembro de 2010, com base em justificativa do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda objetiva corrigir uma lacuna da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, que é a de tornar permanentes iniciativas adotadas para enfrentar situações emergenciais provocadas pela crise econômica global, que poderão provavelmente ser superadas até o final do próximo ano. Em função disto, a Emenda fixa um prazo máximo de vigência dos dispositivos da Medida Provisória, com possibilidade de prorrogação, caso adequadamente justificado pelo Poder Executivo.

PARLAMENTAR


--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443
00081**

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008			
autor Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Art.	Parágrafo	Inclso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 7º para 8º:

“Art. 7º O Conselho Monetário Nacional regulamentará as hipóteses e os limites de atuação da empresa prevista no art. 4º desta Medida Provisória.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o mundo viu quebrar um dos maiores bancos norte-americanos, o Lehman Brothers, e, ainda, assistiu à estatização da seguradora AIG, também uma das mais sólidas do mercado globalizado. Apesar do alerta que o fato acionou internacionalmente, o Governo brasileiro, como primeira reação, optou por adotar uma postura contemplativa, como se a crise passasse ao longe e não fosse jamais afetar o mercado nacional. O próprio presidente da República declarou, publicamente, que o Brasil não sofreria um arranhão sequer em razão da crise que, então, eclodia no epicentro financeiro dos Estados Unidos. Em tom de chacota, perguntado por jornalistas se o Brasil estaria pronto para enfrentar a crise, debochou: “Crise? Que crise? Vá perguntar para o Bush”.

Pouco tempo depois, o País sentiu os efeitos da crise, o que levou o atual Governo a rever sua prepotente postura e adotar medidas emergenciais para salvar o mercado nacional, como a edição da MP 442, de 2008 – algo como um Proer envergonhado –, e desta MP 443. Uma das propostas desta MP é criar a Caixa Banco de Investimentos para atuar em outros mercados de que hoje a Caixa não participa, como, por exemplo, câmbio e derivativos. Segundo o ministro Guido Mantega, a intenção é ajudar o setor de habitação, um dos mais afetados pela crise, permitindo que a “CaixaPar” compre participações de empresas de construção civil. Ocorre que essa medida, além de poder conduzir a uma onda de estatização do mercado, não foi adotada ouvindo-se previamente o setor de construção civil, que repudiou publicamente a edição da MP.

O Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SindusCon-SP), através de seu presidente, Sérgio Watanabe, declarou

que esta proposta não corresponde às necessidades das 100 mil construtoras pequenas, médias e grandes de todo o país. Segundo ele, “a construção civil não deseja ter o Estado como sócio, apenas necessita de linhas de crédito para enfrentar a crise momentânea de liquidez que atinge toda a economia brasileira.” Demais disso, no texto da proposta, não há nenhum limite para que a “CaixaPar” atue em outros ramos e setores econômicos do mercado nacional, o que se revela temerário, pois, afinal, trata-se da outorga de poderes extraordinários à CEF e ao Banco do Brasil – medida essa sem prazo certo para cessar.

Em vista disso, por julgar não ser a solução mais adequada à crise, além de temer pelo uso da máquina pública e de recursos de contribuintes para fins desvirtuosos, é que proponho esta emenda, visando dar maior transparência à atuação da “CaixaPar”, uma vez que, por ser totalmente controlada pelo Governo, não está sujeita à fiscalização de acionistas, nem de órgãos como a Comissão de Valores Mobiliários, tal como ocorre com o Banco do Brasil nas operações societárias e de compra e venda de ativos a que se submete.

Espero, para tanto, ter o apoio dos nobres pares à emenda ora apresentada.

PARLAMENTAR



MPV - 443
00082

EMENDA Nº
(À Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2006)

Acrescente-se um art. 7º a MP 443, renumerando-se o atual art.7º, com a seguinte redação:

“Art. 7º – No caso das operações de que trata esta Lei, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal deverão apresentar relatório bimestral ao Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e comissão pertinente do Senado Federal, com informações detalhadas, entre as quais as seguintes:

- a) volume total desembolsados para aquisição de participação em instituições financeiras e não financeiras;
- b) lucros e perdas financeiras decorrente dessas aquisições;
- c) volume de aplicação por setor econômico;
- d) valor total das aplicações que resultaram na alienação de controle acionário;
- e) valorização dos ativos, avaliados pelo valor de mercado, das participações acionárias adquiridas no âmbito desta lei (NR)”.

JUSTIFICATIVA

Essa emenda baseia-se no art.11 da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que trata do programa de desestatização. Da mesma forma que esse programa exigia uma série de informações para o público nos casos de alienação de empresas públicas, o mesmo cuidado deveria ser exigido com a autorização especial de aquisição de participação em empresas permitidas por essa lei.

Sala da Comissão,


Senador TASSO JEREISSATI

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV -- 443
00083**

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008			
autor Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o seguinte art. 7º, renumerando o atual art. 7º para art. 8º:

“Art. 7º As operações e os negócios jurídicos de que trata esta Medida Provisória deverão ser prévia e ostensivamente submetidos ao Banco Central do Brasil, que deliberará sobre sua concretização, observadas a urgência, a relevância e a eficácia da medida.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o mundo viu quebrar um dos maiores bancos norte-americanos, o Lehman Brothers, e, ainda, assistiu à estatização da seguradora AIG, também uma das mais sólidas do mercado globalizado. Apesar do alerta que o fato acionou internacionalmente, o Brasil, como primeira reação, optou por adotar uma postura contemplativa, como se a crise passasse ao longe e não fosse jamais afetar o mercado nacional. O próprio presidente da República declarou, publicamente, que o Brasil não sofreria um arranhão sequer em razão da crise que, então, eclodia no epicentro financeiro dos Estados Unidos. Em tom de chacota, perguntado por jornalistas se o Brasil estaria pronto para enfrentar a crise, debochou: “Crise? Que crise? Vá perguntar para o Bush”.

Pouco tempo depois, o País sentiu os efeitos da crise, o que levou o atual Governo a rever sua prepotente postura e adotar medidas emergenciais para salvar o mercado nacional, como a edição da MP 442, de 2008 – algo como um Proer envergonhado –, e desta MP 443. Uma das propostas desta MP é criar a Caixa Banco de Investimentos para atuar em outros mercados de que hoje a Caixa não participa, como, por exemplo, câmbio e derivativos. Segundo o ministro Guido Mantega, a intenção é ajudar o setor de habitação, um dos mais afetados pela crise, permitindo que a “CaixaPar” compre participações de empresas de construção civil. Ocorre que essa medida, além de poder conduzir a uma onda de estatização do mercado, não foi adotada ouvindo-se previamente o setor de construção civil, que repudiou publicamente a edição da MP.

Além disso, outro ponto preocupante é a enorme autonomia conferida a

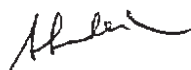
bancos públicos, que, tradicionalmente, não sofrem a mesma exigência de publicidade e transparência que empresas privadas (em relação aos seus acionistas) e que órgãos vinculados à administração pública direta (que devem submeter-se às normas de controle sobre do orçamento público).

Segundo destaca a mídia nacional, a Caixa não está sujeita à transparência exigida pelo mercado porque é integralmente controlada pelo governo, o que não ocorre com o Banco do Brasil, que possui acionistas, aos quais deve comunicar sobre qualquer operação que esteja negociando. Além disso, embora seja o governo o “dono” do BB e da Caixa, essas instituições têm contas separadas do Tesouro Nacional e não estão sujeitas a restrições do Orçamento da União, que precisa ser aprovado no Congresso.

Portanto, por julgar não ser a solução mais adequada à crise, além de temer pelo uso da máquina pública e de recursos de contribuintes para fins desvirtuosos, é que proponho esta emenda, visando conferir maior publicidade e transparência das negociações financeiras da CEF e do BB.

Espero, para tanto, ter o apoio dos nobres pares à emenda ora apresentada.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00084

	proposição Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008
--	---

Autor Deputado José Anibal	n.º do prontuário
--------------------------------------	-------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se novo art. 7º à Medida Provisória nº443, de 21 de outubro de 2008, renumerando-se o atual para art. 8º.

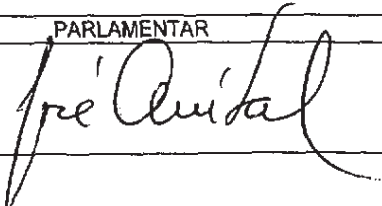
Art. 7º - As aquisições a que se refere o art. 2º poderão ser realizadas até 31 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. O período previsto neste artigo poderá ser prorrogado até 31 de dezembro de 2010, desde que os indicadores de liquidez da economia não tenham apresentado melhoria significativo em relação aos vigentes na data de publicação desta lei.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem por objetivo possibilitar instrumentos emergenciais para o enfrentamento da crise de liquidez que afeta a economia brasileira e mundial. Espera-se que as condições de normalidade tenham sido restabelecidas no período de um ano. Contudo, a autorização para operações pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil SA poderá ser prorrogada até 31 de dezembro de 2010, se as condições de liquidez não forem restabelecidas de forma satisfatória.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00085

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 de 2008			
Autor Dep. Raul Jungmann	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se à MP o seguinte artigo:

Art. 8 ° Esta Lei terá prazo de vigência de dois anos com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que aprovada pelo Congresso Nacional nos termos da Lei.

JUSTIFICATIVA

Na exposição de motivos que acompanhou esta Medida Provisória, o governo alega que os principais bancos públicos do país, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, enfrentam limitações à sua atuação num eventual processo de consolidação do sistema financeiro. Tal restrição traria duas conseqüências indesejáveis: menos concorrência entre os potenciais investidores, reduzindo o valor dos ativos negociados, e a eventual perda de oportunidade de expansão das instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil. A medida provisória viria para autorizar os bancos públicos a adquirir participação em instituições financeiras públicas ou privadas, dando continuidade às ações do governo para o enfrentamento da crise econômica.

No entanto, julgamos que algumas iniciativas propostas, embora meritórias, devam ser tratadas e aceitas diante da excepcionalidade do momento. A possibilidade de criação de subsidiárias, a participação da Caixa e do Banco do Brasil em outras empresas e a questão das empresas avaliadoras são exemplos de assuntos que merecem ser tratados com maior cuidado em tempos normais. É por isso que acredito que as presentes liberalidades propostas devam ser tratadas como uma concessão diante do momento delicado em que vivemos, e que não devem se prolongar indefinidamente.

Esperamos que o período de dois anos seja suficiente para ultrapassarmos esse momento de crise ou, caso isso não aconteça, o Poder Legislativo deve rever todas essas questões para decidir se diante da nova realidade os atuais instrumentos propostos ainda são necessários.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.

Deputado Raul Jungmann
(PPS/PE)

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV -- 443
00086

28/10/2008

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008

autor

Deputado Bruno Araújo

n.º do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, o seguinte artigo:

"Art. Na superação da crise financeira para permitir a preservação da empresa, sua função social e os postos de trabalho serão adotadas as seguintes medidas de incentivo tributário:

I - a instituição a ser incorporada deverá contabilizar como perdas os valores dos créditos de difícil recuperação, observadas, para esse fim, normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

II - as instituições incorporadoras poderão registrar como ágio, na aquisição do investimento, a diferença entre o valor de aquisição e o valor patrimonial da participação societária adquirida;

III - as perdas de que trata o inciso I deverão ser adicionadas ao lucro líquido da instituição a ser incorporada, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

IV - após a incorporação, o ágio a que se refere o inciso II, registrado contabilmente, poderá ser amortizado, observado o disposto no inciso seguinte;

V - para efeitos de determinação do lucro real, a soma do ágio amortizado com o valor compensado dos prejuízos fiscais de períodos-base anteriores não poderá exceder, em cada período-base, a trinta por cento do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação aplicável;

VI - o valor do ágio amortizado deverá ser adicionado ao lucro líquido, para efeito de determinar a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a inclusão de medidas adicionais de incentivo tributário para a garantia efetiva da recuperação das empresas de modo a garantir tanto o retorno de recursos públicos quanto a manutenção dos postos de trabalho e de sua função social.

PARLAMENTAR

MPV - 443
00087**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 de 2008			
Autor Dep. Raul Jungmann	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 443/08:

“Art. No caso de aquisições de ativos ou incorporações de empresas classificadas como de risco elevado a critério de norma emitida pelo Conselho Monetário Nacional, deverá ser aberto procedimento administrativo em relação às empresas adquiridas objetivando investigar a existência de prática de gestão temerária por parte dos administradores dessas.

§ 1º A comprovação de prática de gestão temerária por parte dos gestores das empresas adquiridas ensejará punição de seus administradores, devendo a Comissão Valores Mobiliários impedir a atuação desses na administração de empresas por ela regulada pelo prazo mínimo de 2 anos.

§ 2º A mesma regra deverá ser aplicada aos gestores da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, quando ficar configurada a prática de leniência e/ou temeridade quando da aquisição e avaliação das carteiras ou valores objetos dessa lei.”

JUSTIFICATIVA

O Conselho Monetário Nacional aprovou recentemente uma série de resoluções que aprimoram a regulamentação vigente acerca do registro das provisões, contingências passivas e contingências ativas por parte das instituições do Sistema Financeiro Nacional. As medidas representam mais um passo no sentido de adequar os processos de regulação e fiscalização do sistema

financeiro brasileiro aos melhores padrões e práticas adotadas internacionalmente. As medidas aumentam o grau de transparência, exigindo que as instituições financeiras divulguem um conjunto de informações complementares de cunho quantitativo e qualitativo, a exemplo da natureza da obrigação, seu saldo inicial, saldo utilizado, o cronograma esperado de desembolsos, entre outras.

Medidas relativas ao controle de empresas, de sua atuação no Mercado Financeiro, e da atuação de seus gestores são atitudes mandatórias quando da utilização de recursos públicos, principalmente em momentos de crise, onde o potencial de má utilização desses recursos é enorme.

As alterações ora propostas objetivam a responsabilização dos dirigentes das empresas, tanto do lado privado quanto do público, na eventualidade de práticas lesivas ao interesse público, elevando a segurança das operações cobertas pela MP.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.

Deputado Raul Jungmann
(PPS/PE)

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00088

data 28/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 de 2008
--------------------	---

Autor Dep. Raul Jungmann	nº do prontuário
------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. X Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 443/08:

“Art. Fica vedado à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil adquirir carteira de ativos ou valores mobiliários de instituições financeiras e não financeiras, privadas, sem registro na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único. A compra de ativos ou participações só poderá ocorrer após o procedimento de marcação a mercado dos títulos, carteiras e/ou valores mobiliários em questão e apurados os respectivos riscos de mercado e crédito.”

JUSTIFICATIVA

Duas preocupações que tivemos em relação a esta Medida Provisória foram quanto à questão da transparência dos atos e processos e à segurança dos acionistas e do funcionamento ao sistema. Objetivando ampliar as garantias e a transparência, propomos que fique vedado à Caixa e ao Banco do Brasil adquirir carteiras sem registro na Comissão de Valores Mobiliários. Isto porque, segundo a Lei que a criou a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ela tem como atribuições, entre outras:

- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;
- proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários;
- evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar

condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado;

- assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido;
- assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
- estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;
- promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

Ou seja, a CVM tem o dever e o corpo técnico adequado para regular e fiscalizar as atividades das empresas que são objeto da presente MP. Sendo assim, faz-se necessário que proibamos a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil adquirir ativos ou valores mobiliários de instituições financeiras e não financeiras que não sejam reguladas ou fiscalizadas pela CVM.

Com o mesmo intuito de aumentar a segurança nas operações, acreditamos que o procedimento de marcação a mercado de títulos é um importante instrumento para dar mais segurança às operações. De forma simplificada, o conceito de marcação a mercado de títulos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação de tal forma que sua reposição permita ao adquirente os mesmos resultados de uma nova operação com fluxos de caixa e prazos remanescentes, iguais aos da operação original. Com isso tem-se mais segurança na avaliação e, portanto, mais certeza para a tomada de decisão em adquirir ou não carteira de ativos ou valores mobiliários.

São estas as razões pelas quais apresento esta emenda, esperando o apoio e a aprovação de meus pares.

Sala das sessões, 28 de outubro de 2008.

Deputado Raul Jungmann
(PPS/PE)

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV ~~443~~
00089

DATA 28/10/2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443/2008			
AUTOR DEP. SANDRO MABEL			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Incluem-se na Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, onde couber os seguintes artigos:

Art. 1º As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007 e por esta lei, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários com base na competência conferida pelos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007.

Art. 2º Na ocorrência de disposições da lei tributaria que conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes daqueles determinados pela Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações da Lei nº 11.638, de 2007, e pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários com base na competência conferida pelos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, a pessoa jurídica deverá realizar o seguinte procedimento:

I - utilizar os métodos e critérios definidos pela Lei nº 6.404, de 1976, para apurar o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda, referido no inciso V do art. 187 dessa Lei, deduzido das participações de que trata o inciso VI do mesmo artigo, com o emprego:

- a) dos métodos e critérios introduzidos pela Lei nº 11.638, de 2007, e
- b) das determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de companhias abertas e outras que optem pela sua observância;

II - realizar ajustes específicos ao lucro líquido do período, apurado nos termos do inciso 1, no Livro de Apuração do Lucro Real, que revertam o efeito da utilização de métodos e critérios contábeis diferentes daqueles da legislação tributaria, inclusive em observância ao disposto no § 2º; e

III - realizar os demais ajustes, no Livro de Apuração do Lucro Real, de adição, exclusão e compensação, prescritos ou autorizados pela legislação tributária, para apuração da base de cálculo do imposto.

Art. 3º Para fins de aplicação do disposto nos arts. 1º e 2º, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, e as doações, feitas pelo Poder Público, a que se refere o art. 38 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a pessoa jurídica deverá:

I - reconhecer o valor da doação ou subvenção em conta do resultado do exercício pelo regime de competência e de acordo com as determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

II - excluir, no Livro de Apuração do Lucro Real, o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, para fins de apuração do lucro real;

III - manter o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente da doação ou subvenção na reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 1976; e

IV - adicionar, no Livro de Apuração do Lucro Real, para fins de apuração do lucro real, o valor referido no inciso II do **caput**, no momento em que ele tiver destinação diversa daquela referida no inciso III do **caput**.

Parágrafo único. As doações e subvenções de que trata o **caput** serão tributadas caso seja dada destinação diversa da prevista neste artigo, inclusive nas hipóteses de:

I - capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social;

II - restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos 5 (cinco) anos anteriores a data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção; ou

III - integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Art. 4º aplica-se ao prêmio na emissão de debêntures de que trata o inciso III do art. 38 do Decreto-lei nº. 1.598, de 1977, o mesmo tratamento previsto no artigo anterior, devendo a pessoa jurídica:

I - reconhecer o valor do prêmio em conta do resultado do exercício pelo regime de competência e de acordo com as determinações constantes das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

II - excluir, no Livro de Apuração do Lucro Real, a parcela do lucro líquido do exercício que corresponder ao valor de que trata o inciso I, para fins de apuração do lucro real;

III - manter o valor do prêmio, excluído na forma do inciso II, em reserva de lucros específica; e

IV - adicionar, no Livro de Apuração do Lucro Real, para fins de apuração do lucro real, o valor referido no inciso II, no momento em que ele tiver destinação diversa daquela referida no inciso III;

§ 1º A reserva de lucros específica a que se refere o inciso III do **caput**, para fins do limite de que trata o art. 199 da Lei nº 6.404, de 1976, terá o mesmo tratamento dado a reserva de lucros prevista no art. 195-A da referida Lei.

§2º Os incentivos de que trata o **caput** serão tributados caso seja dada destinação diversa da que está prevista neste artigo, inclusive nas hipóteses de capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social;

Art. 5º Para fins de cálculo dos juros sobre o capital a que se refere o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não se incluem entre as contas do patrimônio líquido sobre as quais os juros devem ser calculados, os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o §3º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 6º Os ajuste previstos no art. 1º desta lei, quando realizados por pessoa jurídica submetida à tributação com base no lucro presumido, não terão efeitos para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido

Art. 7º Os ajuste de que tratam os arts. 1º e 4º não integram a base de cálculo do PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

JUTIFICATIVA

Proponho a presente redação de modo a evitar que os ajustes inseridos pela Lei nº 11.638, de 2007 possam ocasionar aumento da carga tributária.

Conforme ficou exaustivamente debatido por ocasião de sua aprovação, os ajustes aprovados tinham por finalidade precípua tornar as demonstrações financeiras das empresas brasileiras condizentes com os padrões internacionais, sem, contudo, promover aumento de tributos.

No entanto, passados pouco mais de nove meses, inverte-se o debate ao propor dois anos de neutralidade fiscal da mencionada lei, oficializando-se elevação da carga tributária sob pretexto de conceder ao contribuinte benefícios fiscais temporários (regime tributário de transição).

Ora, o que a sugestão deve contemplar são os ajuste necessários no âmbito fiscal a fim de que as demonstrações financeiras atendam aos seus usuários, isentas dos ajustes fiscais, tal como ocorreu em 1977, por meio do Decreto-lei nº 1.598/77, art. 8º, inciso I. Sugerimos distinção entre as demonstrações financeiras exigidas pela legislação contábil e os resultados (lucros) fiscais.

ASSINATURA

08,10,08



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443**
00090

DATA 29/10/2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443/2008
--------------------	---

AUTOR DEP. SANDRO MABEL	Nº PRONTUÁRIO
----------------------------	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	-	-	-	-

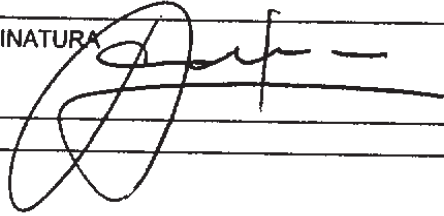
Acrescente-se à Medida Provisória
443 de 21 de outubro de 2008, onde couber, o seguinte artigo:

Art. A. Ficam prorrogados para 31 de dezembro de 2009, os prazos de que tratam o § 3º do artigo 5º e o artigo 30, ambos da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

JUSTIFICATIVA

A prorrogação do prazo de um ano para a realização do recadastramento efetuada pela MP 417/08, mostrou-se insuficiente, pois na prática, o procedimento não foi viabilizado por falta de regulamentação. Embora a MP tenha sido publicada em janeiro e em meados de junho tenha sido convertida na Lei 11.706/08, a regulamentação até a presente data não ocorreu.

Assim, tendo em vista essa demora, nada mais justo do que restabelecer o prazo original de um ano, conforme o espírito da MP 417/08.

ASSINATURA


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443
00091

data 27.10.2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008		
autor Deputado WILSON SANTIAGO	nº do prontuário 137		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global			
Página	Parágrafo	Inciso	alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Adite-se onde couberem na Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, os seguintes dispositivos:

"Art.(...) Fica autorizada a criação da empresa BNB – Banco de Investimentos S.A. sociedade por ações, subsidiária integral do BNB, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações, estruturação de valores mobiliários e demais operações previstas na legislação aplicável.

Art.(...) Até 31 de dezembro de 2009, o BNB utilizará, diretamente ou por intermédio da empresa a que se refere o artigo anterior, cinquenta por cento dos recursos provenientes do Fundo Constitucional para adquirir participações, recebíveis ou valores mobiliários de empresas com atuação no mercado imobiliário na Região Nordeste com empreendimentos comercializados nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

Parágrafo único - A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE deverá opinar na viabilidade e na prioridade das operações previstas no caput deste artigo "

JUSTIFICATIVA

A crise de desconfiança não pode ser propagada no país. Os agentes econômicos agiram de forma correta e confiaram no crescimento sustentável do país que efetivamente vinha ocorrendo. A crise teve razões exógenas e trouxe uma cruel crise de crédito acompanhada da certeza que o crescimento econômico no ano de 2009 não deverá ocorrer nos níveis esperados. Em dias, a situação do crédito fácil, acessível e barato criada em anos de trabalho ruiu e as empresas imobiliárias, que têm que cobrir um giro de até vinte e cinco por cento do valor do empreendimento até a geração da cédula ou assunção da dívida pelo mutuário, não sabem o que fazer para honrar os seus contratos de forma tempestiva. Com a atual crise de crédito a tarefa é impossível e cabe ao governo que incentivou o aquecimento do setor imobiliário criar as condições para um desaquecimento seguro e paulatino e, principalmente, as condições para que os imóveis fiquem prontos e sejam regular e tempestivamente entregues aos compradores. Não se trata de manter o crescimento, mas proporcionar meios para que os contratos sejam cumpridos.

Os agentes financeiros oficiais de fomento e desenvolvimento regional não podem ficar fora deste esforço, mormente o Banco do Nordeste que recebe recursos constitucionais. Observa-se que muitos empreendimentos imobiliários realizados no Nordeste do Brasil têm como adquirentes estrangeiros – principalmente da Comunidade Européia – e a inadimplência da empresa imobiliária irá impactar diretamente na confiança externa no país. O Nordeste pela fragilidade da sua economia deverá ficar mais protegido e nada mais justo do que utilizar o seu banco de fomento e parte dos recursos do fundo constitucional para a Região.

Esta emenda destina-se a todas as empresas imobiliárias do Nordeste, independentemente da sua estrutura societária.

PARLAMENTAR



MPV - 443

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00092

data 27.10.2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008
autor Deputado WILSON SANTIAGO	nº do prontuário 137

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			

EMENDA ADITIVA

Adite-se onde couber na Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, o seguinte dispositivo:

"Art. (...) O Banco do Nordeste do Brasil - BNB deverá instituir na sua política de crédito, por sua conta e risco, uma linha emergencial de financiamento a longo prazo para a concessão de apoio às empresas construtoras nacionais com atuação no mercado imobiliário e que tenham na Região Nordeste empreendimentos comercializados nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

§ 1º - O BNB deverá alocar, direta ou indiretamente, para a linha de financiamento de que trata o caput deste artigo um valor total não inferior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para os exercícios financeiros de 2008 e 2009.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se por financiamento de longo prazo o empréstimo ou mútuo com prazo de vencimento maior ou igual a trinta e seis meses.

§ 3º - O financiamento não poderá exceder a vinte e cinco por cento do valor dos empreendimentos comercializados, total ou parcialmente, pela empresa beneficiada nos exercícios de 2007 e 2008.

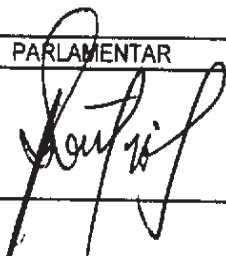
§ 4º - A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE deverá opinar na prioridade de concessão dos financiamentos "

JUSTIFICATIVA

A crise de desconfiança não pode ser propagada no país. Os agentes econômicos agiram de forma correta e confiaram no crescimento sustentável do país que efetivamente vinha ocorrendo. A crise teve razões exógenas e trouxe uma cruel crise de crédito acompanhada da certeza que o crescimento econômico no ano de 2009 não deverá ocorrer nos níveis esperados. Em dias, a situação do crédito fácil, acessível e barato criada em anos de trabalho ruiu e as empresas imobiliárias que têm que cobrir um giro de até vinte e cinco por cento do valor do empreendimento até a geração da cédula ou assunção da dívida pelo mutuário não sabem o que fazer para honrar os seus contratos de forma tempestiva. Com a atual crise de crédito a tarefa é impossível e cabe ao governo que incentivou o aquecimento do setor imobiliário criar as condições para um desaquecimento seguro e paulatino e, principalmente, as condições para que os imóveis fiquem prontos e sejam regular e tempestivamente entregues aos compradores. Não se trata de manter o crescimento, mas proporcionar meios para que os contratos sejam cumpridos.

Os agentes financeiros oficiais de fomento e desenvolvimento regional não podem ficar fora deste esforço, mormente o Banco do Nordeste que recebe recursos constitucionais. Observa-se que muitos empreendimentos imobiliários realizados no Nordeste do Brasil têm como adquirentes estrangeiros – principalmente da Comunidade Européia – e a inadimplência da empresa imobiliária irá impactar diretamente na confiança externa do país. Esta emenda destina-se a empresas imobiliárias do Nordeste que não estão no mercado de capitais e que não podem ter participações vendidas em operações estruturadas por Banco de Investimentos, mesmo que empresa subsidiária integral de instituições financeiras públicas, na área de aquisições e fusões.

PARLAMENTAR



MPV - 443**00093****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 27/10/2008	Proposição Medida Provisória nº 443/2008
Deputado <i>Leandro Brito</i> Autor <i>Leandro Brito</i>	Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva
3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva
5. <input type="checkbox"/> substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	Inciso I
Alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 443/2008:

Art. ... Fica facultado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, que refinanciaram suas dívidas junto à União, através de contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, ou que possuem contratos de empréstimos com a União através da Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou Banco do Brasil a efetuarem o pagamento das prestações mensais contratadas mediante a cessão de títulos públicos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa possibilitar aos Estados, Distrito Federal e Municípios a utilização do instrumento da cessão de títulos públicos federais para realizar o pagamento das prestações mensais de refinanciamentos de dívidas junto à União, - nos casos de CONTRATO DE CONFISSÃO, PROMESSA DE ASSUNÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS - e a ainda de empréstimos com a União através da CEF, BNDES ou Banco do Brasil.

Ressalte-se, a propósito, a ocorrência de precedente legal na utilização desse instrumento de compensação, conforme estabelecido no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.496/1997, de 11-09-1997. Nesse dispositivo, a Lei 9.496/1997 autorizou a União, até 31-05-2000, a compensar os créditos então assumidos com eventuais créditos de natureza contratual detidos pelas entidades da Federação contra a União.

Dessa forma, tendo em vista as conseqüências fortemente negativas da crise internacional, a emenda pretende estender o aumento da liquidez ao âmbito estadual e municipal, no sentido de facilitar a sustentabilidade da economia nacional. Ao mesmo tempo, o instrumento proposto favorecerá a gestão financeira dos entes federados, de forma a permitir que os gestores públicos superem as dificuldades advindas da atual crise.

Sustente-se, ainda, que o instrumento proposto não causará impacto de emissão de moedas e nem repercussão sobre o endividamento, uma vez que o mecanismo de compensação baseia-se na troca de ativos financeiros e na preservação da equivalência econômica dos títulos públicos.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00094

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
08/10/2008

Proposição
Medida Provisória nº 443/2008

Deputado	José María	Autor
----------	------------	-------

Nº do prontuário

1. ☐ supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso I

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluir, onde couber, na Medida Provisória nº 443/2008:

O artigo 98 da Lei nº 11.196/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98. Os débitos a que se refere o art. 96 serão parcelados em prestações mensais equivalentes a:

I – no mínimo, 1,0% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida municipal.

11 - (vetado)"

JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se alterar a lei 11.196/2005 que trata do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, diminuindo o valor das parcelas mensais ao equivalente, no mínimo, de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida desses entes federados. Dessa forma, pretende-se aumentar a disponibilidade financeira dos municípios para que possam atender as demandas sociais, como saúde e educação.

PARLAMENTAR

1644

MPV - 443

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00095

Data
2/10/2008Proposição
Medida Provisória nº 443/2008Autor
Deputado LUIZ SÉRGIO

Nº Prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Adite-se onde couber na Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, o seguinte dispositivo:

“Art. (...). Para os anos de 2008 e 2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES deverá instituir na sua política de crédito uma linha emergencial de financiamento a longo prazo para a concessão de apoio às empresas nacionais com atuação relevante no mercado de construção e empreendimentos estruturantes de infra-estrutura com impactos no desenvolvimento econômico e social do país.

§ 1º - O BNDES deverá alocar para a linha de financiamento de que trata o caput deste artigo um valor total não inferior a R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para os exercícios financeiros de 2008 e 2009.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se por financiamento de longo prazo o empréstimo ou mútuo com prazo de vencimento maior ou igual a trinta e seis meses.

§ 3º - O valor de cada financiamento não poderá exceder a trinta por cento do faturamento da empresa beneficiada no ano de 2007. ”

JUSTIFICATIVA

A atual crise internacional não pode interromper a consecução de projetos estruturantes no país. Durante anos o país, em virtude das diretrizes do FMI, não pode desenvolver projetos de infra-estrutura fundamentais para desobstruir os gargalos que impediam o crescimento e a competitividade. Tudo era para o equilíbrio fiscal indiscriminado. Até mesmo antes de eclodir a atual crise internacional, o Brasil teve que limitar o seu crescimento pela falta de infra-estrutura de energia, transporte e logística. Este país, como um dos principais emergentes, precisa preparar-se para se credenciar para sair da crise como um dos vencedores e uma das nações mais importantes do mundo na recuperação da economia global.

Por isso é necessário que os investimentos estruturantes de infra-estrutura sejam preservados e tenham a sua continuidade garantida. Para tanto é preciso que o Governo siga o receituário de países que já sofreram crises e depressões e proteja as empresas nacionais que podem promover uma rápida saída econômica através da continuidade dos grandes projetos, da manutenção do emprego, da geração dos impostos e da criação de riquezas.

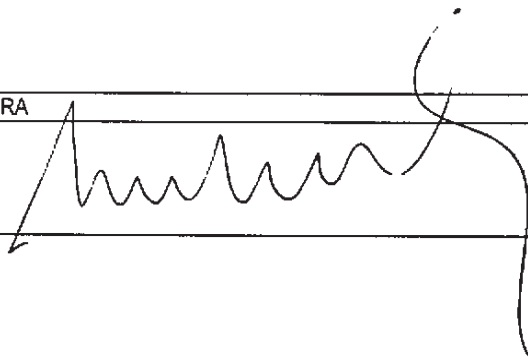
A emenda propõe apenas financiamento para o apoio às empresas que estão envolvidas com investimentos estruturantes para que as mesmas não sofram, em um cenário de crise de crédito e liquidez, restrições ao capital de giro necessário à consecução tempestiva dos objetivos que, em última análise, são do país. Nada de benesse ou subvenção.

A crise que vem de fora não pode interromper a trajetória ascendente do Brasil.

Brasília, 28 de outubro de 2008.

ASSINATURA

Data: 28/10/2008

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long vertical stroke extending downwards.

MPV - 443
00096**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 28.10.2008	proposição Medida Provisória nº 443, de 2008
--------------------	---

autor Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES	nº do prontuário 123
--	-------------------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--------------	--	--	--	---

Página	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			

EMENDA ADITIVA

Adite-se onde couber na Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, o seguinte dispositivo:

"Art. (...) – Fica o Tesouro Nacional autorizado a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES o valor em reais equivalentes a trinta por cento do desembolso previsto para as obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento nos exercícios financeiros de 2008 e 2009 objetivando a criação de uma linha emergencial de financiamento para as construtoras com contratos de obras incluídas no programa, mediante empréstimos ponte com taxas de juros indexadas à TJLP.

§1º - O financiamento de que trata o caput deste artigo dar-se-á por conta e risco do Tesouro Nacional e o BNDES poderá cobrar uma taxa de administração máxima de um meio por cento ao ano.

§2º – O retorno financeiro do repasse ao Tesouro Nacional dar-se-á segundo o recebimento pelo BNDES das parcelas dos mútuos com as empresas beneficiadas.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se a criar mecanismos para fortalecer o PAC, ao estabelecer meios para solucionar escassez de crédito diante da atual crise internacional.

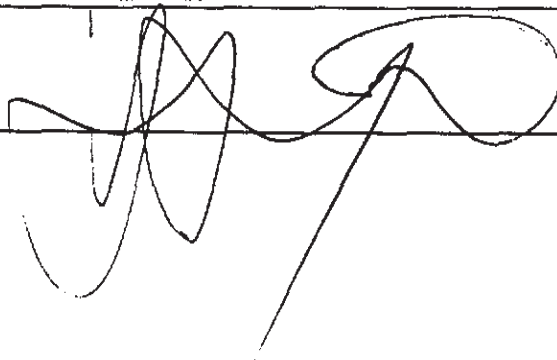
As construtoras começam a enfrentar dificuldades para financiar o seu capital de giro. Os fornecedores - que já estão mais inflexíveis nas condições de pagamento - e o mercado de materiais de construção oligopolizado (aço, cimento, brita, asfalto, etc.) e, portanto, sem limitações para impor condições, devem agravar sobremodo a situação com riscos de paralisações e de diminuição sensível do andamento das obras que, por sua vez, poderão ter reflexos na economia real e nos níveis de emprego.

O puro e simples adiantamento financeiro para as construtoras, além de perigoso, poderá causar problemas junto aos órgãos de controle externo e interno, além do Ministério

Público. Seria, entretanto, importante para a economia real do país e para a manutenção dos níveis de emprego este mecanismo de melhoria da liquidez no setor da construção civil. Eis porque se sugere que o Tesouro Nacional antecipe vinte a trinta por cento dos recursos destinados às obras do PAC para que o BNDES crie uma linha de financiamento emergencial para as construtoras com contratos de obras no PAC mediante empréstimos ponte com taxas de juros indexadas à TJLP. O retorno do empréstimo poderá se dar, por exemplo, de forma semelhante ao crédito consignado, sendo descontado proporcionalmente de cada fatura a ser paga ao construtor pelo órgão contratante da obra após a carência do financiamento, configurando assim um baixo risco de crédito para o setor público. Não há dúvida que o choque de liquidez no setor da construção civil irá trazer inúmeros benefícios à economia do país e garantir a continuidade do PAC.

Esta emenda não provoca qualquer esforço ou impacto fiscal nas contas do governo e é vital para o andamento do PAC.

PARLAMENTAR

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long trailing line, is written over the signature line.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443
00097****Data**
28/10/2008**Proposição**
Medida Provisória nº 443 de 22 de outubro de 2008**Autor**
Deputado Dr. Nechar**Nº do prontuário**1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ X Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	ARTIGO X	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	-----------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**Acrescente-se artigo À MP 443 com a seguinte redação:****“O artigo 29 da Lei nº 10.637, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:****Art. 29 (...)****(...)****§1º (...)****I (...)****(...)****c) bens de que trata o § 1ºc do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 outubro de 1991, que gozem do benefício referido no caput deste artigo.****(...)****§ 9º para fins de caracterização como pessoa jurídica preponderantemente exportadora, as receitas decorrentes das operações de que trata o caput do art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004, poderão ser adicionadas à receita bruta decorrente de exportação para o exterior.****§ 10 O disposto no § 9º não alcança receitas de venda dos produtos relacionados no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como receitas de bens de informática e automação de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (NR)”**

JUSTIFICATIVA

Em função da estrutura de tributação na cadeia de produção, tem ocorrido o indesejável acúmulo de créditos de tributos federais (IPI, PIS/PASEP e COFINS) em alguns segmentos industriais.

Esse acúmulo de créditos penaliza o capital de giro das empresas, que são obrigadas a continuamente encaminhar processos de restituição desses valores à Secretaria da Receita Federal- SRF.

É importante ressaltar que a crise financeira afeta fortemente os fabricantes de produtos eletroeletrônicos. Como a compra de todos os insumos está atrelada à moeda norte-americana, a flutuação e instabilidade do dólar impactam direta e negativamente a formação de preços dos produtos, principalmente os relacionados à área de informática e telecomunicações.

Por outro lado, a Secretaria da Receita Federal é obrigada a dedicar grande parte de seus recursos materiais e humanos na análise e processamento desses pleitos. Nesse quadro, é comprometida a eficiência das empresas e também da Secretaria da Receita Federal.

Assim, a presente emenda cria a previsão legal que possibilitará à SRF conceder a suspensão desses tributos para os segmentos produtivos que são penalizados pelo acúmulo dos créditos.

Cabe também ressaltar que essa medida não implica em qualquer renúncia de arrecadação de impostos pelo governo, pois simplesmente elimina o acúmulo de créditos do contribuinte perante o fisco, em benefício da simplificação de suas operações sem sacrificar o pleno cumprimento das obrigações tributárias.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV -- 443****00098**Data
28/10/2008Proposição
Medida Provisória nº 443 de 22 de outubro de 2008Autor
Deputado Dr. Nechar

Nº do prontuário

1. ☐ Supressiva2. ☐ Substitutiva3. ☐ Modificativa4. ☒ Aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

ARTIGO X

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**Acrescente-se artigo À MP 443 com a seguinte redação:****“O artigo 40 da Lei nº 10.865, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:****Art. 40 (...)****(...)****§11 Para fins de caracterização como pessoa jurídica preponderantemente exportadora, as receitas decorrentes das operações de que trata o caput do art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004, poderão ser adicionadas à receita bruta decorrente de exportação para o exterior.****§ 12 O disposto no § 11 não alcança a receita de venda dos produtos relacionados no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como a receita de venda de bens de informática e automação de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (NR)”****JUSTIFICATIVA**

Pretendem os dispositivos incluídos na proposta ampliar o universo de empresas habilitadas a usufruir do benefício fiscal da supressão do IPI e das Contribuições ao PIS/PASEP e ao COFINS na compra de insumos.

Atualmente, muitas dessas empresas que exportam volumes superiores ao das vendas internas, mas não atingem o percentual de 70% para caracterizar-se como empresa preponderantemente exportadora, acabam acumulando créditos em valores substanciais, exigindo assim a adoção de procedimentos para ressarcimento desses créditos junto ao Fisco. A liberação desses valores pelo Fisco não é feita de imediato, havendo casos com pendências por vários anos sem uma decisão, afetando dramaticamente o seu capital de giro e refletindo negativamente nos preços de seus produtos no mercado externo.

Essa situação de acúmulo de créditos se agrava quando a empresa também realiza operações no mercado interno equiparadas à exportação.

A inclusão dessas operações no benefício da suspensão do PIS/PASEP, COFINS e IPI possibilitará a essas empresas adquirirem insumos com a suspensão da incidência desses tributos, eliminando, assim, o acúmulo de créditos e proporcionando a elas maior poder competitivo na formação de preços.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV - 443**
00099**Data**
28/10/2008**Proposição**
Medida Provisória nº 443, de 22 de outubro de 2008**Autor**
Deputado Dr. NECHAR**Nº do prontuário**

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	-----------------	-----------------	--	---


Página**Artigo****Parágrafo****Inciso****Alinea****TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 13-A na Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13-A. As empresas dos setores de tecnologia de Informação - TI e de tecnologia da Informação e da comunicação - TIC poderão excluir do lucro líquido os custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software), para efeito de apuração do lucro real, sem prejuízo da dedução normal.

Parágrafo único. A exclusão de que trata o caput fica limitada ao valor do lucro real antes da própria exclusão, vedado o aproveitamento de eventual excesso em período de apuração posterior."

Pretende a emenda acima restabelecer a integralidade do benefício já concedido por ocasião da edição da Medida Provisória 428. O veto presidencial a artigo semelhante (Art. 13) da Lei 11.774 deveu-se a um entendimento por parte do Ministério da Fazenda de ampliação do benefício em nova redação que ia além do texto original e, no argumento do veto, criava-se com isso um montante de isenções cujas despesas não encontrariam correspondência e abrigo nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por reconhecimento, porém, da própria Fazenda e da Receita Federal o veto prejudicou a adoção de um benefício fundamental para o aumento da competitividade da indústria brasileira de software ali onde ela tem um de seus principais handicaps, a formação e qualificação de Recursos Humanos. Eis porque se justifica a reintrodução do artigo como previsto na MP 428.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MPV - 443 00100
data	proposição Medida Provisória nº 443/2008	
Autor Deputado GUILBERTO (PP)		Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo	Parágrafo
Inciso		
Alínea		
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		
<p>Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 443, de 2008:</p> <p>“Art. A partir de 2011, o Conselho Monetário Nacional deverá fixar prazo para a alienação dos ativos adquiridos na forma do <i>caput</i> do artigo 1º.”</p> <p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 20px 0;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Tratando-se de medida emergencial, deve-se atribuir competência ao Conselho Monetário Nacional para, após 2011, fixar data para a alienação dos ativos adquiridos pelo Tesouro Nacional. A medida, ademais, tem toda a sua pertinência, se se considerar que, à luz da Constituição Federal, a exploração da atividade econômica pelo Estado é exceção, não regra.</p> <div style="text-align: center; margin-top: 100px;"></div>		
PARLAMENTAR		

MPV - 443

00101

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/10/2008	proposição Medida Provisória nº 443 / 2008			
autor Ivan Valente – PSOL/SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclui-se, onde couber, artigo à Medida Provisória 443:

Artigo - Têm direito à garantia de crédito pelo Banco Central e Tesouro Nacional os depositantes e investidores nos bancos comerciais, fundos de investimento, bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo, em funcionamento no País.

§ 1º - A garantia prevista no caput se limita ao valor de R\$ 100.000 (cem mil reais) por pessoa.

§ 2º - A garantia será concedida nas hipóteses de:

I - decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira;
II - reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, do estado de insolvência de instituição financeira que, nos termos da legislação em vigor, não estiver sujeita aos regimes referidos no inciso I.

§ 3º - A garantia concedida no caput representará dívida da instituição financeira para com o Tesouro, e terá prioridade sobre os outros débitos da instituição financeira, resguardado o previsto em Legislação Complementar.

§ 4º - Para efeito da determinação do valor garantido dos créditos de cada pessoa, devem ser observados os seguintes critérios:

I - titular do crédito é aquele em cujo nome o crédito estiver registrado na escrituração da instituição associada ou aquele designado em título por ela emitido ou aceito;

II - devem ser somados os créditos de cada credor identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro;

III - os cônjuges são considerados pessoas distintas, seja qual for o regime de bens do casamento;

IV - créditos em nome de dependentes do beneficiário identificado na forma do inciso II devem ser computados separadamente;

V - os créditos titulados por associações, condomínios, cooperativas, grupos ou administradoras de consórcio, entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e demais sociedades e associações sem personalidade jurídica e entidades assemelhadas, serão garantidos até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na totalidade de seus haveres em uma mesma instituição associada;

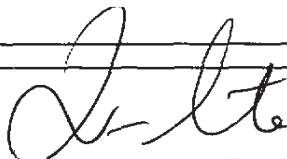
VI - nas contas conjuntas, o valor da garantia é limitado a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou ao saldo da conta, quando inferior a esse limite, dividido pelo número de titulares, sendo o crédito do valor garantido feito de forma individual.

JUSTIFICATIVA

Este artigo estende a atual garantia prevista para correntistas com até R\$ 60 mil na caderneta de poupança para outros tipos de depósitos, até o valor de R\$ 100 mil. Tal garantia seria feita pelo Tesouro e pelo Banco Central, sendo que tal garantia representaria dívida da Instituição Financeira para com o Tesouro, de modo a que tal instituição deva entregar seus bens para garantir os depósitos dos correntistas.

Esta emenda aprimora o texto da presente MP, possibilitando que o governo possa proteger os pequenos e médios correntistas, sem privilégios aos donos dos bancos.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00102

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
27/10/2008	Medida Provisória nº 443 / 2008

autor	nº do prontuário
Senador José Nery Azevedo	

1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4.	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5.	Substitutivo global
---	------------	----	--------------	----	--------------	----	---	----	---------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclui-se, onde couber, artigo à Medida Provisória 443:

Artigo - Têm direito à garantia de crédito pelo Banco Central e Tesouro Nacional os depositantes e investidores nos bancos comerciais, fundos de investimento, bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo, em funcionamento no País.

§ 1º - A garantia prevista no caput se limita ao valor de R\$ 100.000 (cem mil reais) por pessoa.

§ 2º - A garantia será concedida nas hipóteses de:

I - decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira;

II - reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, do estado de insolvência de instituição financeira que, nos termos da legislação em vigor, não estiver sujeita aos regimes referidos no inciso I.

§ 3º - A garantia concedida no caput representará dívida da instituição financeira para com o Tesouro, e terá prioridade sobre os outros débitos da instituição financeira, resguardado o previsto em Legislação Complementar.

§ 4º - Para efeito da determinação do valor garantido dos créditos de cada pessoa, devem ser observados os seguintes critérios:

I - titular do crédito é aquele em cujo nome o crédito estiver registrado na escrituração da instituição associada ou aquele designado em título por ela emitido ou aceito;

II - devem ser somados os créditos de cada credor identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro;

III - os cônjuges são considerados pessoas distintas, seja qual for o regime de bens do casamento;

IV - créditos em nome de dependentes do beneficiário identificado na forma do inciso II devem ser computados separadamente;

V - os créditos titulados por associações, condomínios, cooperativas, grupos ou administradoras de consórcio, entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e demais sociedades e associações sem personalidade jurídica e entidades assemelhadas, serão garantidos até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na totalidade de seus haveres em uma mesma instituição associada;

VI - nas contas conjuntas, o valor da garantia é limitado a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou ao saldo

da conta, quando inferior a esse limite, dividido pelo número de titulares, sendo o crédito do valor garantido feito de forma individual.

JUSTIFICATIVA

Este artigo estende a atual garantia prevista para correntistas com até R\$ 60 mil na caderneta de poupança para outros tipos de depósitos, até o valor de R\$ 100 mil. Tal garantia seria feita pelo Tesouro e pelo Banco Central, sendo que tal garantia representaria dívida da Instituição Financeira para com o Tesouro, de modo a que tal instituição deva entregar seus bens para garantir os depósitos dos correntistas.

Esta emenda aprimora o texto da presente MP, possibilitando que o governo possa proteger os pequenos e médios correntistas, sem privilégios aos donos dos bancos.

PARLAMENTAR**MPV - 443****00103****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****data**
27/10/2008**Proposição**
Medida Provisória nº 443 / 2008**autor**
Ivan Valente – PSOL/SP**nº do prontuário**1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

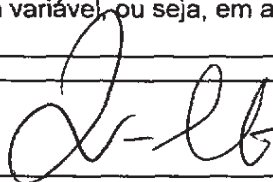
Inclui-se, onde couber, artigo à Medida Provisória 443:

Artigo: É vedada a alocação dos recursos dos planos de benefícios das entidades de previdência complementar no segmento de renda variável.

JUSTIFICATIVA

Há uma grande possibilidade de que esta Medida Provisória esteja sendo editada para que o BB e a CEF adquiram – ou melhor, salvem - os Fundos de Pensão, principalmente a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que teve fortes perdas com a queda das bolsas. A Previ aplicava 65% de seu capital em ações de empresas como a Vale do Rio Doce, cujas ações caíram mais de 50% desde o início da crise financeira. A Previ também possui participação em outras empresas que tiveram sérias perdas com derivativos cambiais, como a Sadia. Importante ressaltar que nesta semana a Argentina estatizou os fundos de pensão, devido às grandes perdas do mercado financeiro.

Portanto, é importante que o Estado altere a legislação que rege os Fundos de Pensão, impedindo que estes apliquem seu patrimônio em investimentos de renda variável, ou seja, em ações na bolsa.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/08
------	--

autor Deputado Luiz Carreira	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4.X aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Insira-se, onde couberem, os seguintes artigos:

Art xx. Os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal poderão aceitar carteiras imobiliárias, direitos creditórios contra o FCVS homologados pela Caixa, Certificados de Recebíveis imobiliários, Cédula de Crédito Imobiliário, Letra de Crédito Imobiliário e Letras Hipotecárias, como pagamento de dívidas vencidas e vincendas, à taxa máxima de desconto de 12% ao ano, podendo para tal utilizar-se dos depósitos compulsórios que mantêm junto ao Banco Central do Brasil referentes à captação da caderneta de poupança."

"Art..xx Excepcionalmente, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, o compulsório da caderneta de poupança será de até 10% do valor captado por instituição financeira, ficando mantidos os direcionamentos previstos na legislação de regência.

Parag. Fica mantida a prerrogativa do CMN em regulamentar o direcionamento da caderneta de poupança."

JUSTIFICATIVA

Considerando o diagnóstico da atual crise, onde o maior problema é de liquidez e, conseqüentemente, de escassez de crédito para construtoras, incorporadoras e até mesmo instituições financeiras de pequeno e médio porte, as liberações parciais do Compulsório não se mostrou suficiente para chegar na ponta final, acontecendo o fenômeno do "empocamento" de liquidez, segundo o qual nenhuma instituição financeira de maior tem apetite para correr risco de crédito de seus clientes.

Todavia, a possibilidade de utilizar o compulsório como funding para a aquisição de ativos específicos do setor imobiliário, ativos estes com baixo risco de crédito e, em alguns casos, com risco do Tesouro Nacional, a uma taxa razoável para o longo prazo certamente traria fôlego ao setor da construção civil naquilo que lhe mais importante que é o crédito de longo prazo. Ao adquirir as carteiras previstas neste artigo, as instituições financeiras estão cumprindo seu papel de intermediador e financiador do setor real. O Banco Central cumpre seu papel, na medida em que irriga o sistema de forma mais adequada, permitindo que a parcela do compulsório liberada chegue até a ponta e o risco de crédito de tais operações está mitigado. Esta operação permite a utilização de moedas geralmente utilizadas no Sistema Financeiro Imobiliário e Sistema Financeiro da Habitação, a preços adequados e com fundig específico, sem onerar ou agravar risco das instituições financeiras adquirentes.

PARLAMENTAR

NS -

MPV -- 443

00105

CONGRESSO NACIONAL**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008.****EMENDA ADITIVA**

Adite-se onde couber na Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, o seguinte dispositivo:

Art. (...) - Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar e a integralizar o capital social das entidades do Sistema Financeiro Nacional controladas pela União e mencionadas nesta Lei.

Parágrafo único – O aumento e integralização do capital social de que trata o caput desta Lei fica limitado a vinte por cento da participação acionária da União na respectiva entidade do Sistema Financeiro Nacional por ela controlada.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, partiu do pressuposto que os recursos disponíveis nas agências oficiais de crédito e fomento controladas pela União são suficientes para enfrentar a atual crise econômica global. Não é o que tem ocorrido no mundo e no

Brasil não será diferente. O Tesouro Nacional terá que injetar seus recursos provenientes de arrecadação corrente, captação ou de reservas para mitigar a crise de crédito e de credibilidade. Se por um milagre a injeção de recursos não se tornar necessária, a emenda não contribuirá para qualquer gasto, pois é meramente autorizativa. Entretanto, faz-se mister a previsão na lei. Vamos conservar a prudência e o realismo.

Brasília, 28 de outubro de 2008.



Deputado ODAIR CUNHA (PT/MG)
269

MPV - 443

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00106

28/10/2008

proposição

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 443, de 21 de outubro de 2008

autor

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

n.º do prontuário

332

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo
1º.

Parágrafos

Inciso
I

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber o seguinte artigo na Medida Provisória nº 443 , 21 de outubro de 2008, com nova redação:

"Art. – O inciso I do artigo 1º da Medida Provisória n.º 442, de 6 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º


I - estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira, preferencialmente para as operações denominadas Antecipação de Contratos de Câmbio (ACC) com empresas brasileiras exportadoras e para crédito agrícola; e (NR) “.

JUSTIFICAÇÃO

A atual crise de liquidez que se evidencia nos mercados brasileiros está colocando em risco a continuidade do crescimento das exportações, que costumam financiarem-se por meio das Antecipações de Contrato de Câmbio (ACC), operações bastante comuns no âmbito das instituições bancárias de grande e médio porte brasileiras. Por outro lado, a pauta de nossas exportações apresenta particular pujança a partir do agro-negócio, que não apenas está representado pelo complexo soja, mas que também envolve carnes in natura e processada.

A presente emenda modificativa propõe que as operações autorizadas ao Banco Central do Brasil tenham prioridade para as ACC e o crédito agrícola, justificando-se por oferecer maior liquidez para o setor exportador e o setor do agro-negócio brasileiros, responsáveis pelo superávit na balança comercial brasileira, nos últimos dois anos, e que sofrerão os efeitos da retração econômica dos principais mercados internacionais para nossas exportações.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00107

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/10/2008

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008

autor

Deputado Fernando Chucre

n.º do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, o seguinte artigo:

"Art. Fica autorizado o Poder Executivo, a estender os benefícios desta Medida Provisória, valendo-se para essa finalidade, inclusive de linha de crédito especial do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, às empresas do setor exportador e importador."

JUSTIFICAÇÃO

Para garantir a recuperação das empresas, a manutenção de sua função social e dos postos de trabalho, a presente emenda autoriza o Poder Executivo, a estender os benefícios desta MP, valendo-se para essa finalidade de linha de crédito especial do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, às empresas do setor exportador e importador.

PARLAMENTAR

MPV - 443

00108

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/10/2008	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, 21 de outubro de 2008			
Autor DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME	Nº do prontuário 332			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input checked="" type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se à Medida Provisória n.º 443, de 21 de outubro de 2008, a seguinte redação substitutiva global:

"Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados, em caráter excepcional, pelo prazo de dois meses a contar da data da edição desta Medida, a constituir subsidiárias integrais ou controladas, em caráter temporário, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social, nos termos dispostos nesta Medida Provisória.

§ 1º O prazo previsto no "caput" poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por intermédio de decreto do Presidente da República, que deverá conter, em seu corpo, a justificativa circunstanciada da necessidade de tal prorrogação de prazo.

§ 2º A constituição de cada subsidiária de que trata o "caput" será precedida de autorização específica por Decreto Presidencial, que deverá constar no seu próprio corpo, dentre outras informações, o nome da empresa adquirida, o valor pago por cada ação e a justificativa para fixação de tal valor, o nome de cada detentor de ações adquiridas e o montante a ele pago e, ainda, fixar o prazo para que a instituição financeira federal venda as respectivas ações.

§ 3º O decreto previsto no parágrafo anterior será firmado tão somente após a constituição de cada subsidiária tenha sido aprovada, sempre por unanimidade e na seqüência cronológica decrescente, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo conselho fiscal, pelo conselho de administração e

pela diretoria executiva do Banco do Brasil S.A. ou da Caixa Econômica Federal, conforme o caso, depois de firmada uma escritura pública de compromisso de compra e venda com os respectivos vendedores da empresa que vier a se transformar em subsidiária.

§ 4º A subsidiária constituída em caráter temporário ao amparo desta Medida Provisória deverá ser alienada ou extinta no prazo um ano a contar da data de sua constituição, facultado ao Presidente da República, mediante decreto, prorrogar, uma única vez, tal prazo por mais dois anos.

§ 5º A constituição de subsidiária a partir de sua aquisição junto a terceiros, ao amparo desta Medida Provisória, somente poderá compreender ações ou títulos representativos da propriedade que tenham sido emitidos a mais de doze meses e sejam contados publicamente em bolsa oficial de valores durante esse prazo.

§ 6º Na eventualidade da aquisição feita nos termos do parágrafo anterior superar o valor médio de mercado das ações, registrado nas dez semanas anteriores a 20 de outubro de 2008, o Decreto que autorizar a constituição da respectiva subsidiária deverá compreender exposição circunstanciada das razões pelas quais o Presidente aceita que a instituição financeira federal pague um preço superior ao de mercado pelas citadas ações.

§ 7º O balanço de cada uma das instituições financeiras mencionadas e o Balanço Geral da União conterà, anualmente, enquanto estiver em aberto alguma operação realizada ao amparo desta Medida, um demonstrativo com avaliação, inclusive por auditor externo independente, dos resultados pretendidos e dos alcançados.

Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, **respeitadas os mesmos prazos e condições estabelecidos no artigo anterior desta Lei**, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o

controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, percentual do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária poderá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 3º O montante das aquisições realizadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, ao amparo deste artigo, não poderão ultrapassar a 20% (vinte por cento) do capital social da respectiva instituição financeira.

Art. 3º A realização dos negócios jurídicos mencionados nos arts. 1º e 2º poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

Parágrafo único. Representantes do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União acompanharão, sem direito a voz e voto, a negociação e a elaboração de cada instrumento previsto no “caput”, devendo assinar o respectivo ato, como clausula prévia e necessária para a concretização do negócio.

Art. 4º Fica autorizada a criação da empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, observadas **as condições estabelecidas nos parágrafos 2º e 3º do art. 1º desta Medida**, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

§ 1º O capital inicial da empresa que trata o “caput” não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do capital social da Caixa Econômica Federal.

§ 2º Os investimentos que vieram a ser realizados pela empresa de que trata o “caput” não poderão exceder a 30% (trinta por cento) do capital social da empresa que vier a ser por ela apoiada.

Art. 5º Fica dispensada de procedimento licitatório para o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de **outros países autorizados por Decreto Presidencial, atendidos limites e condições aprovados, por unanimidade, pelo Conselho Monetário Nacional.**

Parágrafo Único. O Banco Central do Brasil publicará na imprensa oficial, até o final do mês seguinte, um demonstrativo de cada operação realizada no mesmo mês, informando valor, data e contraparte, bem assim divulgará o saldo acumulado ao final do mês e os vencimentos previstos.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação”.

JUSTIFICAÇÃO

As alterações propostas nessa emenda substitutiva global visam oferecer maior transparência a todos os processos futuros para as aquisições das instituições financeiras e de demais empresas que atuam nos ramos securitário, previdenciário e de capitalização, encontrando-se momentaneamente em dificuldades financeiras por falta de liquidez.

O Presidente da República e demais Membros do Poder Executivo precisam atuar de forma direta, em todas as decisões e, não apenas delegar poderes para os dirigentes e conselhos do Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal.

Por esses motivos, faz-se necessário a aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 443

00109

28/10/2008

proposição

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 443, de 21 de outubro de 2008

autor

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

n.º do prontuário

332

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☒ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL À MP Nº 443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008, QUE AUTORIZA O BANCO DO BRASIL S.A. E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL A CONSTITUÍREM SUBSIDIÁRIAS E A ADQUIRIREM PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SEDIADAS NO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados, em caráter excepcional, pelo prazo de seis meses a contar da data da edição desta Medida, a constituir subsidiárias integrais ou controladas, em caráter temporário, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social, nos termos desta Medida Provisória.

§ 1º O prazo previsto no "caput" poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por ato do Presidente da República.

§ 2º A constituição de cada subsidiária de que trata o "caput" será precedida de autorização específica por ato do Presidente da República, ouvido o Conselho Monetário Nacional, que deverá constar, no seu próprio corpo, dentre outras informações, o nome da empresa adquirida, o valor pago por cada ação e a justificativa para fixação de tal valor, o nome de cada detentor de ações adquiridas e o montante a ele pago e, ainda, fixar o prazo para que a instituição financeira federal venda as respectivas ações.

§ 3º A subsidiária constituída em caráter temporário ao amparo desta Medida Provisória deverá ser alienada ou extinta no prazo um ano a contar da data de sua constituição, facultado ao Presidente da República, mediante decreto, prorrogar, uma única vez, tal prazo por mais dois anos.

§ 4º A constituição de subsidiária a partir de sua aquisição junto a terceiros, ao amparo desta Medida Provisória, somente poderá compreender ações ou títulos representativos da propriedade que tenham sido emitidos a mais de doze meses e sejam contados publicamente em bolsa oficial de valores durante esse prazo.

§ 5º Na eventualidade da aquisição feita nos termos do parágrafo anterior superar o valor médio de mercado das ações, registrado nas dez semanas anteriores à 20 de outubro de 2008, o ato que autorizar a constituição da respectiva subsidiária deverá compreender exposição circunstanciada das razões pelas quais o Presidente aceita que a instituição financeira federal pague um preço superior ao de mercado pelas citadas ações.

§ 6º O balanço de cada uma das instituições financeiras mencionadas e o Balanço Geral da União conterá, anualmente, enquanto estiver em aberto alguma operação realizada ao amparo desta Medida, um demonstrativo com avaliação, inclusive por auditor externo independente, dos resultados pretendidos e dos alcançados.

Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, respeitados os mesmos prazos e condições estabelecidos no artigo anterior desta Lei, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal deverão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, percentual do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária poderá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 3º O montante das aquisições realizadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, ao amparo deste artigo, não poderão ultrapassar a 30% (trinta por cento) do capital social da respectiva instituição financeira.

Art. 3º Na superação da crise financeira para permitir a preservação da empresa, sua função social e os postos de trabalho serão adotadas as seguintes medidas de incentivo tributário:

I - a instituição a ser incorporada deverá contabilizar como perdas os valores dos créditos de difícil recuperação, observadas, para esse fim, normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

II - as instituições incorporadoras poderão registrar como ágio, na aquisição do investimento, a diferença entre o valor de aquisição e o valor patrimonial da participação societária adquirida;

III - as perdas de que trata o inciso I deverão ser adicionadas ao lucro líquido da instituição a ser incorporada, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

IV - após a incorporação, o ágio a que se refere o inciso II, registrado contabilmente, poderá ser amortizado, observado o disposto no inciso seguinte;

V - para efeitos de determinação do lucro real, a soma do ágio amortizado com o valor compensado dos prejuízos fiscais de períodos-base anteriores não poderá exceder, em cada período-base, a trinta por cento do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação aplicável;

VI - o valor do ágio amortizado deverá ser adicionado ao lucro líquido, para efeito de determinar a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 4º A realização dos negócios jurídicos mencionados nos arts. 1º e 2º poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União a fiscalização das operações efetuadas com base nesta Medida Provisória, assegurado aos auditores e Procuradores da República o acesso a todos os documentos a elas relativos.

Art. 5º Fica autorizada a criação da empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, observadas as condições estabelecidas nos parágrafos 2º e 3º do art. 1º desta Medida, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

§ 1º O capital inicial da empresa que trata o "caput" não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do capital social da Caixa Econômica Federal.

§ 2º Os investimentos que vieram a ser realizados pela empresa de que trata o "caput" não poderão exceder a 30% (trinta por cento) do capital social da empresa que vier a ser por ela apoiada.

Art. 6º Fica dispensada de procedimento licitatório a venda para o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de outros países autorizados por Decreto Presidencial, atendidos limites e condições aprovados, por unanimidade, pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo Único. O Banco Central do Brasil publicará na imprensa oficial, até o final do mês seguinte, um demonstrativo de cada operação realizada no mesmo mês, informando valor, data e contraparte, bem assim divulgará o saldo acumulado ao final do mês e os vencimentos previstos.

Art. 8º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação."

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal pode até ter razão em alegar que precisa recorrer a medidas excepcionais emergenciais para combater a crise financeira em curso.

Esta Emenda Substitutiva Global visa adequar o texto da referida MP 443 ao discurso do próprio governo que a editou. Na pressa, esqueceu de colocar logo na abertura da MP a explicação do caráter temporário desta medida: tal autorização só cabe num período curto de tempo. A fixação do prazo de 6 meses para o BB e a CEF fazer as compras é um prazo razoável. De qualquer forma, é permitido que o prazo seja dobrado, por decreto e desde que o Presidente da República justifique. Não confundir este prazo, para BB/CEF fazerem compras, com outro prazo, para venderem o que comprou – que, também escapou na pressa em que foi feita a medida.

O tempo de vida da subsidiária deverá ser limitado, ou seja, temporário. A matéria é regulada nos parágrafos constantes do artigo primeiro. Não se sabe se a crise vai crescer e virar uma “onda” maior. Este movimento pode ser explicado pelo Presidente da República, a quem cabe justificar e tomar a decisão de alargar o prazo para a compra das empresas ou não.

Como essa é uma medida fundamental para o País superar a crise e a MP dá uma autorização muito excepcional, dispensar licitação em compras de valores vultuosos com recursos públicos, é importante que cada aquisição seja precedida de uma autorização pelo chefe maior do governo, ou seja, por decreto presidencial. A edição do decreto em nada retardará a aquisição de uma empresa, nem afetar o negócio, porque poderá ser editado logo após o BB ou a CEF terem assinado uma escritura de promessa de compra e venda, como vale para qualquer negócio imobiliário do País. Ao bem da transparência, é pedido que o decreto compreenda, no seu próprio corpo, as informações mais relevantes relativas ao negócio.

Ao autorizar a constituição de cada subsidiária, cabe exigir que prévias aprovações da operação. Depois que BB ou CEF acordarem a venda, inclusive valor, podem firmar um compromisso público de compra e venda, e assim não haveria danos ao sigilo do negócio, ao explicitar o valor das ações e o nome de cada vendedor – cláusulas que, no final, deverão constar no decreto autorizado da compra da subsidiária. Assim, acordada a compra, ela deverá ser aprovada primeiro pela diretoria do banco. Depois, pelo seu conselho de administração. Em seguida, por seu conselho fiscal. Finalmente, pelo CMN, constituído pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e o Presidente do BACEN. Dado o caráter excepcional desta MP, tais aprovações deverão ser sempre realizadas com quórum de unanimidade. Afinal, é preciso dar garantias que, mesmo sendo uma compra sem licitação pública, ele está dando a palavra final em um negócio que antes foi verificado e auditado por dezenas de especialistas e profissionais.

Considerando que é uma compra temporária, é fundamental fixar um prazo máximo para venda da empresa: sugerido 1 ano. Para evitar eventuais danos aos negócios, caso não encontre compradores, é autorizado ao Presidente, por decreto, estender tal prazo para 3 anos.

A compra de outras empresas ou ações deve ser restrita àqueles casos em que

haja cotação oficial de mercado e, no mínimo, por um prazo de um ano. Para evitar que seja constituída uma empresa num dia, cotada em bolsa no seguinte, e vendida para BB ou CEF no terceiro dia.

Como o preço das ações despencaram é até possível que se compre uma empresa por valor superior ao de mercado, mas isso deverá exigir uma explicação detalhada, no corpo do próprio Decreto, das razões para se aceitar um preço tão diferenciado, ainda mais em processo com dispensa de licitação.

A transparência também tem que ser reforçada na prestação de contas, de modo a prever um demonstrativo específico para avaliação dos resultados destas ações. De nada adianta fixar regras para as subsidiárias e não replicar para as participações em empresas que não venham se constituir subsidiárias. A expressão é fundamental e procura, de uma forma geral, estender as mesmas condições e prazos para criar uma subsidiária, para este outro caso.

Mais uma vez, na pressa da edição da MP, foi esquecida uma regra elementar do negócio: é preciso resguardar a prudência bancária. As compras pelo BB e pela CEF não poderão ser feitas sem qualquer limite. A sugestão é que não ultrapassem 20% do capital próprio de cada um dos bancos.

Para assegurar a lisura dos atos, ainda mais que foi dispensada a licitação, e ter uma supervisão prévia, é proposto que o MPF e o TCU acompanhem as negociações, seguindo o mesmo exemplo bem sucedido do processo de desestatização brasileiro. Coerente com o proposto para a criação de outras subsidiárias, cabe exigir decreto presidencial e aprovação pelo CMN e colegiado da CEF. Como no caso anterior, é preciso fixar um limite para a constituição da subsidiária, que, por sua vez, tem que ser inferior ao ora proposto no segundo artigo. Importa fixar também um limite para ação da CEF-BI, de modo que não venha a correr riscos excessivos. A proposta é que conceda apoio a uma empresa limitado até 30% do capital social dessa empresa apoiada.

A realização de transação com autoridade monetária de um país estrangeiro exige uma aprovação do mandatário maior da nação brasileira. Portanto, o CMN deve aprovar por unanimidade os limites e condições a serem impostos por Decreto. É importante dar transparência a tais informações, ainda mais por envolver autoridades monetárias de outros Países.

Além disso, consideramos fundamental a inclusão de medidas adicionais de incentivo tributário para a garantia efetiva da recuperação das empresas – previstas no art. 3º da Emenda Substitutiva ora proposta - de modo a garantir tanto o retorno de recursos públicos quanto a manutenção dos postos de trabalho e a sua função social.

PARLAMENTAR



MPV - 443

00110

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 443/2008
------	---

Deputado	Autor JOSE CARLOS ALBUQUERQUE	Nº do prontuário
----------	----------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. X Substitutivo global
---------------------------------------	--	-----------------	-------------------------------------	--------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se à Medida Provisória nº 443, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Tesouro Nacional autorizado a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para fins desta lei, não são consideradas instituições financeiras, as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

§ 2º Excluem-se da autorização a que se refere o *caput* as aquisições de fundos previdenciários complementares.

§ 3º A autorização de que trata o *caput* restringe-se a instituições e/ou empresas:

I – do setor financeiro, desde que, justificadamente, as dificuldades de liquidez e de solvência possam ameaçar a estabilidade dos sistemas financeiro e econômico;

II – do setor real, desde que, justificadamente, as dificuldades financeiras e econômicas possam acarretar impactos recessivos à economia brasileira.

§ 4º As instituições e/ou empresas que se encontrem em situações econômica e financeira semelhantes não poderão ter tratamento diferenciado, observada a relevância econômica de cada uma delas para a economia brasileira.

§ 5º Para a aquisição prevista no *caput*, o Tesouro Nacional deverá contratar duas empresas de avaliação que não sejam coligadas e cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas sujeitas à avaliação, observada a Lei 8.666, de 1993, não podendo os resultados dessas avaliações discreparem além de 10% (dez por cento), caso em que será contratada uma terceira empresa, nas mesmas condições das duas iniciais.

§ 6º Nas situações justificadamente urgentes, as avaliações de que trata o parágrafo anterior poderão ser realizadas posteriormente à aquisição referida no *caput*, devendo os valores efetivamente pagos na aquisição ser ajustados à conclusão das avaliações.

§ 7º As transações referidas no *caput* deverão ser registradas em conta gráfica no Tesouro Nacional, para fins de acompanhamento e fiscalização.

Art. 2º Os recursos necessários para a aquisição prevista no *caput* do art. 1º deverão constar do orçamento anual da União.

Art. 3º A partir de 2011, o Conselho Monetário Nacional deverá fixar prazo para a alienação dos ativos adquiridos na forma do *caput* do artigo 1º.

Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 5º Esta Lei vigorará por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

JUSTIFICAÇÃO

Dentre outras medidas, o presente substitutivo autoriza o Tesouro Nacional a adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas do ramo securitário, além dos ramos de atividades

complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

Em boa verdade, a alteração aqui proposta milita em favor da transparência que deve permear toda e qualquer ação relativa à aplicação de recursos públicos. Assim, ao autorizar o Tesouro Nacional a adquirir tais ativos, o substitutivo termina por também permitir que o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União possam cumprir com suas atribuições constitucionais, fiscalizando a gestão da *res publica*.

Nesse mesmo sentido, e visando a minimizar os riscos ao sistema financeiro nacional, a presente emenda fixa critérios objetivos que, se atendidos, justificam a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil. Também prevê que, observada a sua relevância para a estabilidade do setor financeiro, as empresas com situação econômica e financeira equivalentes, devem ter o mesmo tratamento do Poder Público. Trata-se, pois, de alteração que homenageia o princípio isonômico, sabido que:

"CF/88 - Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

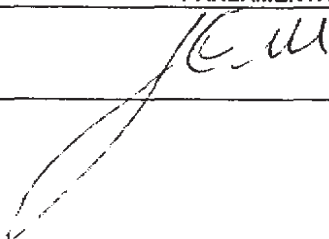
(...)

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si."

Ressalte-se, de logo, que a emenda aqui proposta não encontra óbice constitucional, posto que: a) não foge do tema originariamente tratado na proposição; b) não aumenta despesa inicialmente prevista, mas tão-somente autoriza a compra de ativos desde que haja autorização orçamentária para tanto.

Tratando-se de medida emergencial, concebida, portanto, para vigorar durante um período de crise, é inteiramente razoável determinar o prazo de vigência do ato normativo, bem como atribuir competência ao Conselho Monetário Nacional para, após 2011, fixar data para a alienação dos ativos adquiridos pelo Tesouro Nacional. A medida, ademais, tem toda a sua pertinência, se se considerar que, à luz da Constituição Federal, a exploração da atividade econômica pelo Estado é exceção, não regra.

PARLAMENTAR



MPV - 443**00111****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

28/10/08

proposição

Medida Provisória n.º 443, de 21/10/2008

autor

Deputado Paulo Renato Souza

n.º do prontuário

375

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. * Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	--------------------------

Página**Artigo****Parágrafos****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL****Medida Provisória Nº 443, de 21 de Outubro de 2008**

Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º - O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados a constituir até três subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, desde que tais atos não extrapolem seu objeto social.

§ 1º A constituição de cada subsidiária ou controlada referida no caput será autorizada em ato do Poder Executivo.

§ 2º Constarão de cada ato autorizativo referido no § 1º o valor máximo do capital social da subsidiária ou controlada, que não excederá a 20% do capital da empresa instituidora e os ramos específicos de atuação.

Art. 2º - O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, por intermédio das subsidiárias criadas na forma do art. 1º, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1º Para a aquisição prevista no caput, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, na forma do regulamento, observadas, sempre, a compatibilidade de preços com o mercado e a ampla divulgação prévia e subsequente à contratação.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, percentual do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária poderá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado

algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

§ 3º Cada aquisição ao amparo deste artigo será autorizada em ato do Presidente da República, de cujo corpo constarão, obrigatoriamente, o nome da empresa ou participação adquirida, o valor pago por ação e a justificativa para fixação de tal valor.

§ 4º Somente serão passíveis de aquisição ações ou títulos de propriedade emitidos e cotados em bolsas de valores há mais de doze meses, observado como preço máximo o valor médio de cada ação ou título registrado nas dez semanas anteriores à aquisição.

§ 5º O ato do Poder Executivo que autorizar a aquisição de ações ou títulos poderá prever preço superior ao limite estabelecido no § 4º, desde que contenha a devida fundamentação econômica.

§ 6º É vedada a aquisição de participação ou controle acionário em empresa do ramo previdenciário que mantenha planos na modalidade "benefício definido".

Art. 3º A realização dos negócios jurídicos mencionados no art. 2º poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

Parágrafo único. É facultado ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União designar representantes para acompanhar, sem direito a voz e voto, a negociação e a celebração dos instrumentos de compra e venda das participações referidas no art. 2º.

Art. 4º Fica autorizada a criação da empresa CAIXA - Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

§ 1º O capital inicial da empresa referida no caput não poderá superar trinta por cento do capital social da Caixa Econômica Federal.

§ 2º Nenhuma operação da empresa referida no caput poderá implicar participação superior a trinta por cento do capital social da empresa beneficiária da aplicação.

Art. 5º - Fica dispensada de procedimento licitatório a venda para o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas.

Parágrafo único. A aquisição que implique o controle do capital votante da instituição adquirida poderá ser feita diretamente pelo Banco do Brasil S.A. ou pelo Caixa Econômica Federal, não se aplicando o disposto no art. 2º.

Art. 6º - Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil publicará na imprensa oficial, até o final do mês seguinte, um demonstrativo de cada operação realizada no mesmo mês, informando valor, data e contraparte, bem assim divulgará o saldo acumulado ao final do mês e os vencimentos previstos.

Art. 7º As participações adquiridas ao amparo dos arts. 2º a 4º desta Medida Provisória, que não impliquem controle acionário da empresa, poderão ser vendidas em leilão público, preferencialmente em bolsa de valores, observado como preço mínimo o maior valor entre a cotação média dos papéis nas quatro semanas imediatamente anteriores à realização do leilão e o valor de aquisição corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre o mês de aquisição.

Art. 8º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 443 foi editada a pretexto de amplificar os mecanismos de absorção dos impactos da crise econômica mundial sobre o sistema financeiro brasileiro, permitindo que os dois maiores bancos federais participem do processo de aquisição de

ativos das demais instituições financeiras eventualmente em dificuldades.

Entretanto, entendemos que cabem aperfeiçoamentos de texto e de mérito, com o objetivo de garantir a transparência das operações que, em última análise, terão o Tesouro Nacional como principal ganhador ou perdedor final.

O primeiro aperfeiçoamento visa a limitar a autorização legislativa para a constituição de subsidiárias ou controladas a três para cada banco. A autorização concedida no texto original da Medida Provisória é por demais ampla, e permite a abertura de dezenas delas, cada qual com diretoria executiva, conselho de administração e conselho fiscal. Entendemos que três novas para cada banco são o suficiente para agrupar todas as participações a serem adquiridas, e que a criação de outras subsidiárias, eventualmente necessárias aos negócios normais dos bancos oficiais, devem continuar dependendo de autorização legislativa específica, em cada caso, conforme preceitua o art. 37 da Constituição.

Também são introduzidos dispositivos que exigem a autorização do Poder Executivo para a criação de subsidiárias, bem assim para a aquisição das participações. É de pleno interesse da sociedade que o Governo avalie e se responsabilize pelos negócios autorizados pela Medida Provisória nº 443, até porque o lucro ou prejuízo das mesmas acabará por afetar a contribuição do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para o resultado fiscal da União.

Na mesma linha de aumentar a transparência das operações, são fixadas exigências mínimas quanto aos ativos passíveis de aquisição, de modo a evitar a compra de participações que impliquem passivos superiores ao próprio valor potencial do ativo adquirido.

Quanto à criação da Caixa – Banco de Investimentos S.A. introduzem-se limites prudenciais para evitar que a mesma acabe por se tornar maior que a própria Caixa Econômica Federal, e que assuma participações demasiado elevadas em outras empresas privadas, arriscando-se a vultosos prejuízos em caso de dificuldades estruturais ou conjunturais.

Com relação ao mecanismo de swap cambial a ser realizado pelo Banco Central do Brasil com outros bancos centrais, cuida-se de prever a necessária publicidade dos atos a serem praticados.

PARLAMENTAR

Em, 28 de outubro de 2008



Deputado Paulo Renato Souza
PSDB/SP

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2325 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015106/08-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **WALMIR DE CASTRO SANTOS**, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão M-30, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com a vantagem prevista na Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de outubro de 2008.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁴⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,14)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁸⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ^(1,6,7)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Marco Maciel (PE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 348 PÁGINAS